

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Exatas e Naturais
Departamento de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Fernando Bertani Gomes

**Necropolíticas Espaciais e a Instituição de Masculinidades de Jovens Homens
envolvidos na Violência Homicida na Cidade de Ponta Grossa, Paraná**

Ponta Grossa
2018

Fernando Bertani Gomes

Necropolíticas Espaciais e a Instituição de Masculinidades de Jovens Homens envolvidos na Violência Homicida na Cidade de Ponta Grossa, Paraná

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Geografia, linha de pesquisa em Dinâmicas Regionais e Urbanas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Joseli Maria Silva
Co-orientador: Prof Dr Jan Simon Hutta

Ponta Grossa
2018

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

G633 Gomes, Fernando Bertani
Necropolíticas espaciais e a
instituição de masculinidades de jovens
homens envolvidos na violência homicida na
cidade de Ponta Grossa, Paraná/ Fernando
Bertani Gomes. Ponta Grossa, 2018.
299f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de
Concentração: Gestão do Território:
Sociedade e Natureza), Universidade
Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profª Drª Joseli Maria
Silva.
Coorientador: Prof. Dr. Jan Simon
Hutta.

1.Necropolítica. 2.Violência.
3.Homicídio. 4.Masculinidade.
5.Espacialidade. I.Silva, Joseli Maria.
II. Hutta, Jan Simon. III. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em
Geografia. IV. T.

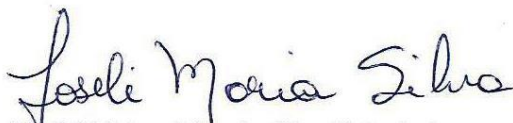
CDD: 364.152

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDO BERTANI GOMES

“NECROPOLÍTICAS ESPACIAIS E A INSTITUIÇÃO DE MASCULINIDADES DE JOVENS HOMENS ENVOLVIDOS NA VIOLÊNCIA HOMICIDA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ”

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no
Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais
da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Profª Drª Joseli Maria Silva/Orientadora
UEPG


Prof. Dr. Nécio Turra Neto
UNESP


Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez
UFPR


Prof. Dr. Márcio José Ornat
UEPG


Profª Drª Adriana Jacobsen Mello
SECAL

Ponta Grossa, 19 de Março de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à/ao:

Capes pelo auxílio financeiro sem o qual não seria possível finalizar essa pesquisa;

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa;

Universidade Estadual de Ponta Grossa;

Bicen-UEPG pelo valioso tempo gasto na correção de detalhes imprescindíveis a Ciência Brasileira;

Universidade de Waikato na Aotearoa/Nova Zelândia;

Orientadora professora Joseli Maria Silva pelas imprescindíveis coordenadas, elucidações investigativas e por partilhar uma proposta de ciência mais humanizada;

Co-orientador professor Jan Simon Hutta pelos extensos debates teóricos e cuidado na leitura do trabalho;

Professora Lynda Johnston pelo acolhimento e debates sobre essa investigação;

Grupo de Estudos Territoriais (GETE) pelo espaço de aprendizado e convivência científica;

Colegas da Geografia da vida com quem tive oportunidade de debater e aprender;

Delegada-chefe Tânia Maria Sviercoscki Pinto e o delegado-chefe Danilo Cesto pela autorização do acesso aos dados;

Escrivã da polícia civil Karen e demais funcionários pelo auxílio no acesso aos inquéritos policiais;

Jussara e Felipe pela autorização e auxílio no convívio com os meninos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro;

Diretora do Cense, Vera Kanawate, pela autorização e auxílio ao acesso aos meninos do Cense de Ponta Grossa;

Meninos que cederam as entrevistas e também tornaram essa investigação possível. Foram pessoas com quem aprendi muito;

Aline, minha companheira e amor da minha vida, que além de todo suporte emocional auxiliou na composição e correção dessa pesquisa;

Meus familiares, pai, mãe e irmã pelos sonhos depositados sobre mim e por todo apoio e carinho;

RESUMO

A presente tese tem como objetivo compreender como se instituem as masculinidades de jovens homens moradores de periferias pobres envolvidos na violência homicida em processo de negociação com as necropolíticas espaciais. Dessa forma, foi tomada como recorte espacial a cidade de Ponta Grossa, Paraná. A operacionalização da pesquisa envolve dois caminhos de investigação relacionados entre si. A primeira é organizada através da análise documental de 86 inquéritos policiais de homicídio registrados entre 2012 e 2015 no município de Ponta Grossa. E a segunda se refere à análise qualitativa através de entrevistas semi-estruturadas que foram feitas com dois grupos de pessoas, 15 adolescentes com envolvimento com as drogas e moradores de áreas periféricas pobres e sete jovens com envolvimento direto em pelo menos um assassinato. Os casos de homicídios são caracterizados por sua concentração em áreas periféricas pobres envolvendo prioritariamente homens jovens, geralmente negros e que possuem algum envolvimento com as drogas ilícitas. As áreas que concentram a violência no espaço urbano são compostas por espacialidades relacionais que possibilitam com que os assassinatos continuem massivos e com previsibilidades. O cotidiano de adolescentes e jovens que vivenciam espaços de violência é marcado por momentos e lugares de maior e menor tensão. Essa descontinuidade é marcada na trajetória de vida inclusive de jovens homicidas. Sendo a violência, dessa forma, continuada por uma rede entre espacialidades que se utilizam da violência corporal como agente inter-relacional. A instituição da masculinidade para esses meninos é engendradora em atividades de drogadicção e atos infracionais, ao mesmo tempo em que a violência se dispõe a comunicar e orientar posicionamentos nas relações de forças da composição de uma hegemonia local da masculinidade. A presença espacial da violência de morte não se faz somente por meio de lugares violentos, mas seu empenho é multiescalar e relacional. A contenção espacial provinda de uma gestão da morte violenta orientada para um estrato específico da população produz uma relação perversa com os aspectos mais íntimos para esses jovens, desde sentir-se homem, manter-se vivo ou interagir com os pares identitários.

Palavras-chave: necropolítica, violência, homicídio, masculinidade, espacialidade.

ABSTRACT

This research aims to understand how are established masculinities of poor young men living at peripheral areas and involved with homicide violence due to a negotiation with spatial necropolitics. Thus, spatial sample was Ponta Grossa city, Paraná. Research operationalization covered two related investigation ways. First was organized by document analysis of 86 police inquiries of murder registered between 2012 and 2015 at Ponta Grossa city. Second was the qualitative analysis of semi structured interviews conducted with two groups: 15 poor teenagers involved with drugs living at peripheral areas and 7 young men involved directly with at least one murder. Homicide cases are characterized by concentration at poor peripheral areas and involve mostly young, black men which are involved to illegal drugs. Areas that concentrate violence at urban space are constituted by relational spatialities that enable murder keep massive and predictable. Daily life of teenagers and youth who experience violent spaces is marked by places and times of greater or lesser tension. This discontinuity can be seen also in life path of homicidal youth thus violence is kept by a spatialities network that uses body violence as an interrelated agent. Establishment of masculinity to these young men is composed in drugaddiction activities and infractions while violence is willing to communicate an guide positioning in power relations from composition of masculinity local hegemony. Spatial presence of violent death is not done by violent places only but it is a relational and multiscalar effort. Spatial restraint from management of violent death oriented to a particular stratum of population produces an perverse relation to the most intimate aspects of these young men, including feeling as a man, keeping alive or interaction with their identity pairs.

Keywords: necropolitic, violence, homicide, masculinity, spatiality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Vítimas de Homicídio registrados no município de Ponta Grossa, entre 2012 e 2016	124
Tabela 2	Entrevistados na Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro em Ponta Grossa – PR.....	173
Tabela 3	Entrevistados no Cense	223

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Artigos de Geografia sobre Violência, entre 1974 e 2014, publicados em Revistas Qualis A1- B5	25
Gráfico 2	Produção Geográfica Brasileira sobre violência no urbano – entre 1986 e 2011	30
Gráfico 3	Taxas de Homicídio entre as maiores cidades do Paraná, mais Telêmaco Borba	121
Gráfico 4	Período do Dia dos registros dos crimes de homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015	125
Gráfico 5	Idade das Vítimas de homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015	141
Gráfico 6	Idade dos autores indiciados/suspeitos no casos de homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Taxa de Homicídios por Unidade Federativas do Brasil no ano de 2011	31
Figura 2	Pesquisas Geográficas brasileiras sobre Violência no Urbano entre os anos de 1986 e 2014	32
Figura 3	Diagrama das Questões de Pesquisa e os Caminhos de Operacionalização	53
Figura 4	Informações Sistematizadas sobre os Inquéritos Policiais	55
Figura 5	Metodologia de Sistematização das Entrevistas com os Meninos em Tratamento de Drogas	63
Figura 6	Metodologia de Sistematização das Entrevistas com os Meninos em cumprimento de medidas socioeducativas por homicídio	64
Figura 7	Taxa de homicídios nos municípios brasileiros, entre 2005 e 2015	119
Figura 8	Local Registrado das Ocorrências de Homicídios entre 2012 e 2015 em Ponta Grossa – PR	126
Figura 9	A Relação entre a moradia das Vítimas e seus respectivos autores investigados nos homicídios em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015	128
Figura 10	Desenvolvimento da Malha Urbana de Ponta Grossa a partir das ocupações ao longo dos anos	130
Figura 11	Ano de Aprovação dos Loteamentos em Ponta Grossa – PR	131
Figura 12	Local de Moradia da População com renda domiciliar acima de 10 salários mínimos em Ponta Grossa – PR	133
Figura 13	Aglomerados Subnormais e a Concentração da Pobreza em Ponta Grossa – PR	134
Figura 14	Local de Moradia das Vítimas de homicídio entre 2012 e 2015 em Ponta Grossa – PR	135
Figura 15	Declividade do solo urbano e o local de moradia dos envolvidos em homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015	138
Figura 16	Local de Moradia da População Pobre e População Negra em Ponta Grossa, Paraná	155
Figura 17	Local de Moradia dos Autores de Homicídios entre 2012 e 2015 em Ponta Grossa – PR	158
Figura 18	Local de Moradia da vítima e autor de Homicídios entre 2012 e 2015 em Ponta Grossa – PR	159
Figura 19	Relação entre os locais de moradia dos envolvidos em homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015	160
Figura 20	Localidade das moradias dos envolvidos em homicídio em Ponta Grossa e a identificação das Vilas	166
Figura 21	Moradia dos adolescentes entrevistados e a moradia dos envolvidos em homicídio em Ponta Grossa	176

LISTA DE GRAFOS

Grafo 1	Relações entre as Enunciações dos Depoentes sobre as vítimas presentes nos inquéritos de homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015	144
Grafo 2	Relações entre as Enunciações dos Depoentes sobre os autores/suspeitos presentes nos inquéritos de homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015	149
Grafo 3	Categorias Temáticas e Sub-categorias temáticas presentes no discurso dos adolescentes em tratamento de drogas	179
Grafo 4	Relações na espacialidade discursiva da Vila	184
Grafo 5	Relações na espacialidade discursiva da Caminhada	194
Grafo 6	Relações na espacialidade discursiva da Família	198
Grafo 7	Relações na espacialidade discursiva da Correria	201
Grafo 8	Relações na espacialidade discursiva do Corpo	204
Grafo 9	Relações na espacialidades discursiva da Cena Louca	209
Grafo 10	Relações na espacialidade discursiva do Fervo	215
Grafo 11	Categorias Temáticas e Sub-categorias temáticas presentes no discurso dos entrevistados no Cense	225
Grafo 12	Relações na espacialidade discursiva da Vila	230
Grafo 13	Relações na espacialidade discursiva do Tráfico	242
Grafo 14	Relações na espacialidade discursiva da Cena Louca	245
Grafo 15	Relações na espacialidade discursiva da Correria	252
Grafo 16	Relações na espacialidade discursiva da Caminhada	256
Grafo 17	Relações na espacialidade discursiva do Fervo	259

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA VISTA PELA GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO ÉTICA DA PESQUISA	18
1.1 – A produção da Geografia brasileira sobre violência e a polissemia da temática	20
1.2– A ética e a prudência da ciência: os desafios do campo investigativo e as reorientações da pesquisa	35
1.3– Construção metodológica da pesquisa: a descrição dos dados e os seus limites	52
CAPÍTULO II – NECROPOLÍTICAS ESPACIAIS E OS AFETOS MASCULINOS DA VIOLÊNCIA: A RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO DA MORTE E A PRODUÇÃO DA DELINQUÊNCIA.....	66
2.1 – Biopolítica e ‘Vida Nua’: a construção da delinquência e a violência justificada	68
2.2 – Necropolíticas Espaciais: uma Geografia descolonial e a ficcionalização do ‘outro’	78
2.3 – Masculinidades jovens, os Afetos e os Agenciamentos da violência	91
2.4 – As escalas, os tons e as imagens da violência em notícia	103
CAPÍTULO III – ESPAÇOS PARA MORRER OU MATAR: HOMICÍDIOS ENVOLVENDO JOVENS HOMENS EM PONTA GROSSA, PARANÁ	115
3.1 – As escalas locais da violência homicida em Ponta Grossa e a dinâmica da morte violenta no Brasil	117
3.2 – A cartografia da pobreza e a contenção espacial da violência	129
3.3 – O refinamento da ‘vida nua’: casos de homicídio e a vitimação e o envolvimento de jovens do sexo masculino	139
3.4 – Genocídio racial e a sofisticação da necropolítica: as contradições quantitativas e a vitimação da população negra	151
3.5 – A continuidade geográfica entre os envolvidos na morte: a situação não oposicional entre autor e vítima	156
3.6 – Motivações e transversalidades nos crimes de homicídio e o problema policial	161
CAPÍTULO IV- ‘AMADURECIMENTO’ DA MASCULINIDADE, ESPAÇOS DE DROGADICÇÃO E OS AFETOS DA ‘QUEBRADA’	169
4.1 – Fluxo de vida e os espaços de violência vivenciados por adolescentes pobres com envolvimento com as drogas	171
4.2 – Espacialidades da violência no cotidiano de adolescentes homens com envolvimento com as drogas	181
CAPÍTULO V – O FIO ENTRE A VIDA E A NAVALHA: A VIOLÊNCIA POR UM TRIZ E A ESTÉTICA DA VIOLÊNCIA NA ‘QUEBRADA’	220
5.1 – O espaço da morte na instituição de masculinidades na periferia: espaços de violência vivenciados por jovens homicidas	222
5.2 – Espacialidades da violência no cotidiano de jovens homens envolvidos em casos de homicídio	229

CONCLUSÃO	262
REFERÊNCIAS.....	279
GLOSSÁRIO	294
ANEXO A - Roteiro de entrevista semi-estruturado.....	296
ANEXO B – Autorização de acesso aos internos da Comunidade Terapêutica	298
ANEXO C – Autorização de acesso aos internos do Cense	299

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como se instituem as masculinidades de jovens homens moradores de periferias pobres no processo de negociação com as necropolíticas espaciais na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Dessa forma, está organizada em três subquestões correlacionadas entre si. A primeira subquestão busca compreender como os casos de homicídio se configuram na dinâmica de vida de jovens homens na cidade de Ponta Grossa. Posteriormente, a investigação se direciona a analisar de que forma os jovens homens envolvidos com a violência homicida instituem suas masculinidades. Influenciado por essas questões a pesquisa se propõe a compreender como as denominadas necropolíticas espaciais compõem as masculinidades de jovens envolvidos na violência homicida.

O Brasil partilha com os seus conterrâneos de América Latina os maiores índices de violência homicida no mundo (INGRAM e COSTA, 2014). E atualmente é o país que mais produz cadáveres por homicídio no planeta (IPEA, 2016). A violência massiva é digna de uma paisagem de guerra, entretanto, sua composição mais parece um mosaico embaralhado de difícil definição. Parecem faltar evocações-chaves para conferir ao país uma condição de guerra sob uma democracia incompleta e em esfacelamentos.

Toda guerra remontada historicamente toma coerência na medida em que os interesses dos seus protagonistas são reconstruídos e, para um lado ou para o outro, o conflito é justificado. Nesse sentido, é preciso caminhar para uma reflexão sobre a complexidade presente sobre as eclosões de violência, pensando sobre as justificativas de sua manutenção e atentando-se para as vertentes que escorrem o sangue de seus protagonistas. A violência de um espaço-tempo atual é sempre difusa, seu embaralhamento funciona como um tapa-sexo do pecado e da morte num jardim construído mutuamente. Narrativas midiáticas e científicas sobre a numerosa violência homicida nas cidades em uma população predominantemente urbana parecem evocar uma violência-do-lado-de-lá na iminência do risco-sobre-nós. Trata-se de um tipo de guerra-aí da qual, apesar de seu risco, ‘não faço parte’.

Não há nada de novo em afirmar que há uma seletividade humana a respeito da percepção sobre a violência. Rudolf Höss ao ser entrevistados por psicólogos que queriam entender como era a mente de um integrante ativo no terceiro Reich da Alemanha nazista, disse: “não entendo o que quer dizer com ficar perturbado com

essas coisas, porque eu pessoalmente não assassinei ninguém”¹, Höss se justifica afirmando que “era apenas o diretor” do programa de extermínio de Auschwitz, que inclusive possuía a seguinte placa em seu campo de concentração: ‘o trabalho dignifica o homem’.

Foram numerosas as vezes que ao contar sobre minha pesquisa fui recebido com a afirmação: ‘nossa, é um tema bem pesado’. O peso não deveria ser sobre o tema, mas, simplesmente porque ele acontece! E continua a acontecer antes que amanheça o outro dia. Nas mesmas conversas as pessoas se mostram inconformadas com alguns dados extenuantes. ‘Aonde acontece tudo isso, que a gente não vê?’ é o questionamento geográfico que sempre presencio. Além do problema quantitativo, essa pesquisa se depara com um problema de percepção.

Construções discursivas sobre a violência homicida parecem tratar de corpos a-corporais. Todo problema, seja a criminalidade ou a crueldade humana, são enxertados com um tipo de ‘massa anônima’ configurada por ‘corpos-estatísticas’ que mais parecem números do que formas-de-vida. Percebê-las é estar diante de uma ‘sobrevida’, o próprio excedente² dos dispositivos político-econômicos sobre a vida e a saúde de ‘todos’. Agamben (2010) denomina de ‘vida nua’, os corpos extinguíveis geridos pela biopolítica, cujo objetivo primeiro não é o extermínio, mas a gestão dos corpos, assim como as funções de Rudolf Höss, era apenas de administração.

Franz Kafka escreveu um conto denominado ‘Diante da Lei’ em que constrói a estória de um camponês persistente que vai até um guardião ‘diante da lei’ com o objetivo de ser admitido. A porta da lei permanece sempre aberta e as tentativas de entrada do homem do campo são sempre frustradas pelo guardião que posterga o seu acesso. Anos se passam sem que diminua a insistência do homem diante da lei que já não lhe resta muito que viver. Mediante a condição moribunda do camponês, o guardião se agacha pela diferença de estaturas e diz:

- Que quer agora? – diz o guardião. – você é insaciável.
- todos buscam a lei – diz o homem. – será possível que em todos esses anos que fiquei esperando ninguém tenha tentado entrar, além de mim?

¹

<http://outraspalavras.net/posts/eu-era- apenas-o-diretor-de-auschwitz/>

²

Georges Bataille (2013) chama de ‘a parte maldita’.

O guardião percebe que o homem está se acabando e tem de gritar para que ele o ouça:
 - ninguém quis entrar por aqui porque esta porta estava destinada somente a você. Agora vou fechá-la.³

Um corpo ‘diante da lei’ é um corpo sempre em espera, a economia do desejo da biopolítica possui uma potência de ‘definhamento assistido’. Portanto, uma necropolítica.

A violência homicida, dessa forma, expressa uma seletividade característica. As vítimas, em sua maioria, são jovens homens, geralmente negros e moradores de periferias pobres das cidades grandes e médias do país. Em Gomes (2013) foi evidenciado que o arranjo espacial mais frequente dos casos de homicídio na cidade de Ponta Grossa, Paraná, trata de conflitos que envolviam a territorialidade do tráfico de drogas. Entretanto, para além da vitimação, é preciso compreender o fenômeno da morte violenta em sua complexidade de agenciamentos interescares, incluindo a própria construção performativa masculina da autoria dos assassinatos. Se esses casos estão agenciados a dispositivos necropolíticos, esses são sempre espaciais.

O recorte espacial da pesquisa que considera o município de Ponta Grossa é tomado não pelo seu posicionamento no ranking das cidades mais violentas do país, mas, pela sua contribuição contextual. Conforme, Waiselfisz (2012) e relatórios de segurança pública do Estado do Paraná, há um processo de interiorização da violência caracterizado pela diminuição ou estagnação dos índices de homicídios nas capitais e regiões metropolitanas e o aumento nas cidades médias interioranas⁴. A violência nacional é massiva e se considerarmos a pulverização da sua distribuição, ela será diretamente enxertada pelas cidades médias brasileiras que possuem um número absoluto baixo de assassinato, mas alta taxa de homicídio.

A construção desta pesquisa está estruturada em cinco capítulos que buscam responder as questões da investigação, citadas acima. O primeiro capítulo possui

³ BORGES, CASARES e OCAMPO (2013).

⁴ Conforme os dados do SIM/SVS/MS, organizados pelo Mapa da Violência – Flacso, Brasil, no ano de 2010, os municípios com mais de 350 mil habitantes representam 45% dos casos de homicídio, os demais se concentram em 35% apenas nos municípios com população entre 350 e 50 mil habitantes e 20% no restante dos municípios com menos de 50 mil habitantes no país. Portanto, ainda que as capitais apresentem números absolutos elevados de homicídios, o montante total nacional é bastante representado pelas cidades médias e interioranas. Considerando ainda que grande parte dos municípios com taxa média de homicídio por 100 mil habitantes possuem menor população, como é o caso de Campina Grande do Sul, no Paraná, com taxa de 130,0, torna-se o segundo município mais violento do país, ou ainda Guaíra, também Paraná, o quarto mais violento (112,8). Este possui pouco mais de 30 mil habitantes e aquele, pouco mais de 40 mil.

um caráter introdutório e provocativo, trazendo elementos que estarão presentes durante toda a argumentação teórica e empírica. Apresenta uma análise crítica a respeito da produção da Geografia brasileira sobre o fenômeno da violência. Também traz alguns episódios do campo investigativo que de alguma forma tensionaram os questionamentos iniciais da pesquisa, juntamente com uma reflexão sobre a ética em pesquisas sociais. Por fim, é elaborado o posicionamento metodológico, bem como sua explicação referente a organização dos dados problematizados no capítulo 3, 4 e 5.

A descrição é realizada no início com objetivo de situar o leitor sobre quais caminhos serão organizadas as reflexões e argumentações teóricas. Atendendo a dois momentos complementares a pesquisa se utiliza de um primeiro momento de análise documental e posteriormente de análise qualitativa de entrevistas com grupo social que vivencia o fenômeno analisado. Foram analisados 86 inquéritos policiais de homicídio registrados entre o ano de 2012 e 2015 na cidade de Ponta Grossa. O segundo momento refere-se à sistematização de entrevistas realizadas com adolescentes e jovens que vivenciam de maneira diferenciadas as espacialidades de violência.

O capítulo dois concentra uma reflexão teórica sobre os conceitos presentes na pesquisa. Longe de organizar uma agenda conceitual, o capítulo possui o objetivo de situar a presente investigação em seu campo científico e alongar a capacidade reflexiva e do próprio pensamento a respeito das contradições do fenômeno estudado. Inicia-se com um posicionamento do debate sobre biopolítica e segue para as apropriações pós-colônias e descoloniais através na noção de necropolítica. Posteriormente são apresentadas as possibilidades de contribuição da Geografia das masculinidades e a Geografia dos afetos para o fenômeno. Finalizando com uma reflexão sobre escala e imagens da crueldade, utilizando-se de recorte midiáticos emblemáticos.

Na busca de compreender como se configuram os casos de homicídio que envolve jovens homens, o terceiro capítulo atende a primeira subquestão. Dessa forma, é organizado em seis momentos que congregam os eixos que emergiram do levantamento documental de inquéritos policiais. O primeiro momento se destina na contextualização da violência homicida de Ponta Grossa frente a realidade nacional e regional. A segunda seção reflete sobre a concentração dos casos de homicídio sobre um estrato social que é a população pobre residente em áreas que atendem a

um processo de periferização. Em seguida é problematizada essa seletividade e sua concentração na juventude masculina. O quarto momento são feitos exercícios reflexivos sobre a vitimação da população negra no país, utilizando-se do contexto local e suas contradições. Por fim, as últimas duas seções estão empenhadas em demonstrar a condição socioespacial não oposicional entre as vítimas e os autores investigados, bem como, apontar os principais eixos de motivações e elementos transversais aos assassinatos na cidade de Ponta Grossa.

O quarto capítulo é orientado pelos resultados vindos da sistematização de entrevistas com adolescentes do sexo masculino que estão em tratamento das drogas. Foram realizadas 15 entrevistas semi-estruturadas com meninos internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro em Ponta Grossa. A análise sobre os discursivos referente a vivência cotidiana do grupo busca compreender de que maneira a violência homicida se faz presente e como são instituídas as suas masculinidades. A argumentação é conduzida por espacialidades discursivas organizadas de maneira a evidenciar o vínculo entre suas trajetórias espaciais e vetores de violência advindos de uma necropolítica espacial.

O último capítulo é orientado pelos resultados e problematizações a respeito das entrevistas realizadas com jovens homicidas. Foram feitas sete entrevistas semi-estruturadas com meninos internos do Cense que participaram de pelo menos um assassinato. A análise é conduzida pela mesma sistemática do capítulo quatro, se atentando para as especificidades e semelhanças entre os grupos que partilham, de maneira diferenciada, as mesmas espacialidades. Essa comparação possibilita que seja compreendido o processo de instituição de masculinidades que estão em constante movimento e de que maneira elas se vinculam ou se posicionam nas necropolíticas.

I – A VIOLÊNCIA VISTA PELA GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO ÉTICA DA PESQUISA

*é a conta menor que tiraste em vida
é a parte que te cabe*
(Chico Buarque de Holanda)

O presente capítulo tem o objetivo de evidenciar o posicionamento epistemológico da pesquisa, responsável por conduzir o referencial teórico e metodológico pertinentes à compreensão das questões da investigação. Organizados em três seções, o capítulo se preocupa em pontuar aspectos da posicionalidade de uma investigação geográfica. É traçada uma análise crítica sobre a produção da Geografia brasileira sobre o tema da violência, bem como, organizado a descrição da metodologia utilizada, ressaltando as suas justificativas e limitações. Além da necessidade de arranjar a pesquisa ao seu campo de conhecimento, esclarecendo o seu diálogo teórico e metodológico, as Geografias Feministas reforçam a noção de um conhecimento situado, parcial e socialmente responsável. Nesse sentido, o terceiro aspecto trata de uma reflexão sobre as implicações e limitações do campo para realização dessa tese. O campo exploratório se demonstra enquanto o momento de maior ‘violação’ entre o pesquisador e os grupos e lugares investigados e a partir dele são feitas reflexões sobre uma pesquisa, não só científica, mas socialmente pertinente.

A primeira seção trata de um levantamento bibliográfico sobre os principais meios de divulgação da produção da Geografia brasileira. Sejam teses e dissertações, artigos em periódicos científicos ou artigos publicados nos principais eventos, cada área demonstram características intrínsecas ao seu meio de divulgação. Dessa forma, a estratégia para criar um panorama da produção geográfica sobre o tema da violência, foi elaborar um conjunto de levantamentos e analisa-los de maneira relacional. Através do Banco de Teses e Dissertações da Capes, do Observatório da Produção Geográfica Brasileira do GETE/UEPG e os anais de eventos de Geografia foi possível traçar o cenário da produção sobre violência. Mediante as características evidenciadas, algumas reflexões críticas são empreendidas, no sentido, de apontar as lacunas e silêncios da Geografia brasileira frente ao fenômeno evidente, crescente e sofisticado no derramar de sangue contínuo no território nacional.

A segunda seção parte de diários de campo e reflexões sobre a realização do campo investigativo para pensar as intempéries da pesquisa. A exposição das dificuldades e mudanças evidencia o caráter parcial da ciência. A matriz epistemológica da pesquisa, tomada pelas Geografias Feministas Pós-estruturalistas e Geografia Descolonial, cada uma a sua maneira, consideram que a exposição das mudanças da pesquisa, bem como a auto-reflexão de seus limites, corroboram um fazer científico mais ético. A preocupação sobre as implicações no acesso/produção dos dados e sobre os resultados de pesquisa é tomada como uma estratégia de esquiva à uma discursividade científica moderna que historicamente se demonstra colonizadora, homogeneizante e excludente. A seção está organizada em três momentos: primeiro, é argumentado sobre como os primeiros dados do campo exploratório exigiram a reorientação das questões de partida da pesquisa; no segundo momento, são feitas reflexões sobre uma espacialidade vivenciada pelo pesquisador na necessidade de acessar inquéritos policiais sobre o crime de homicídio; o terceiro momento trata do encontro, das violações e dos agenciamentos vivenciados pelo pesquisador em contato com adolescentes em tratamento das drogas na Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro. Devido às características do local⁵, foi possível um maior convívio com os meninos, possibilitando assim reflexões sobre as diferenças sociais e continuidade afetivas entre o pesquisador e o grupo acessado.

Por fim, a terceira seção está organizada de maneira a descrever e posicionar a metodologia utilizada ao longo da tese. Ainda que a metodologia seja uma extensão de toda problematização da teoria e dos resultados, viu-se a necessidade de antecipar sua operacionalização com o objetivo de orientar o leitor na compreensão da argumentação elaborada nos demais capítulos. A seção é organizada a partir de dois momentos atendendo a duas estratégias metodológicas. O primeiro momento descreve a maneira como foram sistematizados os 86 inquéritos policiais acessados na 13ª SubDivisão da Polícia Civil em Ponta Grossa e o segundo momento descreve a sistematização das 22 entrevistas utilizadas como referencial empírico do grupo social que vivencia espaços de violência, 15 entrevistas foram feitas com

⁵ As entrevistas no Cense foram realizadas de maneira diferente, não possibilitando maiores reflexões. Os entrevistados eram trazidos para o pesquisador apenas para a realização da conversa, que foram feitas em dois dias pré-agendados.

adolescentes do sexo masculino em tratamento das drogas e 7 com meninos em medida socioeducativa por ato infracional análogo ao crime de homicídio.

1.1 – A produção da Geografia brasileira sobre violência e a polissemia da temáticas

Para a elaboração de um panorama da produção científica sobre violência e principalmente ater-se ao comportamento investigativo da Geografia brasileira sobre o tema, será tomado um conjunto de estratégias metodológicas adequadas aos diferentes meios de divulgação de trabalhos acadêmicos e seus respectivos níveis de graduação institucional, entendendo que cada nível institucional representa diferentes matizes de um modo de operação de um campo disciplinar.

Uma análise sobre trabalhos acadêmicos é elaborada de maneira adaptada e condicionada aos meios de divulgação dos documentos. Dessa forma, serão considerados três campos de pesquisas representando suas respectivas idiossincrasias a serem problematizadas. Primeiramente serão analisadas teses de doutorado e dissertações de mestrado através do Banco de Teses e Dissertações da Capes, seguido da produção de artigos publicados em periódicos científicos na área de Geografia utilizando-se do banco de dados do GETE/UEPG e, por fim, agregar trabalhos publicados em anais de eventos nacionais de Geografia.

É possível afirmar que trabalhos de pós-graduação *strictu-sensu* representam a preocupação mais aprofundada e específica de uma área do conhecimento a respeito de um fenômeno. Entretanto, não pode ser tomado como a única e talvez, mais nobre meio de preocupação científica, afinal, são nos periódicos científicos que se publicam artigos, frequentemente desdobrados de tese/dissertações, mas também de pesquisas emersas do cotidiano acadêmico de diferentes níveis de pesquisadoras e pesquisadores. Para ir mais longe, também os anais de eventos acadêmicos auxiliam na compreensão na medida em que expressam geralmente uma tendência primária de investigação.

Um primeiro mapeamento da produção científica geográfica é tomado aqui a partir do Banco de Teses e dissertações da Capes⁶ que possui um total de 458.657

⁶ Optou-se por não trabalhar com a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) pelos seguintes motivos: i. Existem sobreposições com o Banco de Teses e Dissertações da Capes que não apresentam uma lógica

trabalhos de mestrado e doutorado, dentre os anos de 1987 e 2015⁷. Utilizando a palavra-chave 'violência' se obteve o resultado de 11.593 trabalhos de teses e dissertações, dentre esses, 161 são de Programas de Geografia. Ainda que a temática esteja pulverizada em diferentes campos do conhecimento (725 Programas de Pós-Graduação) existem áreas como educação com 8%, psicologia 7%, ou ainda sociologia 5%, enquanto Geografia corresponde a 1,4%.

Contudo, o termo utilizado possui uma polissemia que lhe confere uma diversidade investigativa. Seu caráter fugidio o faz se dissolver em diferentes fenômenos, assim como matar alguém é violência, ameaçá-lo também é ou, ainda, pode haver trabalhos que tipifiquem a violência a que se refere ou esta pode orbitar por um longo debate apenas enquanto um referencial hipotético legitimador de uma temática geográfica a que se quer problematizar, por exemplo, 'planejamento urbano' ou 'praças públicas'.

Os trabalhos sobre violência apresentam predominantemente recorte espacial urbano. Apenas 11% analisam a violência no campo, ou espaço rural, sem considerar alguns trabalhos sobre violência sofrida por comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, indígenas ou ainda sobre movimento de trabalhadores sem terra.

As análises urbanas apresentam-se bastante diversificadas, mas com algumas continuidades. O eixo temático mais frequente⁸ trata-se das abordagens sobre 'crime/criminalidade', utilizando-se de séries históricas e distribuições espaciais do fenômeno da violência criminal, que em muitos casos se dissolve num pacote de crimes consensualmente admitidos como violentos, a saber, assassinato

manuseável de repetições e ausências de trabalhos; ii. Embora possua uma quantidade inferior, mas aproximada do Banco da Capes, 418.837 trabalhos de tese e dissertação, sua distribuição espacial e institucional é prejudicial ao presente trabalho, para exemplificar, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) possui produções na área interessada, no entanto o BDTD/Ibict possui apenas 85 trabalhos da universidade toda e desses, nenhum é de Geografia, ou ainda, 4 trabalhos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e nenhum da Geografia, agravando que a Universidade em que está vinculada essa tese (UEPG), não possui nenhum trabalho.

⁷ Ressaltando que as informações sobre o resumo e o acesso ao trabalho completo pela plataforma é possível apenas após o ano de 2013, com o surgimento da Plataforma Sucupira. Os trabalhos anteriores possuem informações sobre título, autores, orientadores, instituição, ano e área do conhecimento, informações essas que serão consideradas para análise.

⁸ Optou-se por não utilizar porcentagem nessa sistematização específica por haver muitas dispersões e em decorrência disso os eixos temáticos mais frequentes organizados não possuem valor representativo para o texto. Dentre as análises sobre o urbano são: 'criminalidade' (10%); 'medo/insegurança' (7.8%); 'homicídio' (5.6%); 'espaço público' (5%); 'indígenas' (3.5%); 'migração' (2.8%); 'trabalho escravo' (2.8%); o restante (62,5%) são trabalhos que não foram possíveis ser organizados numa continuidade de abordagem teórica e referencial empírico.

e tentativa, roubo seguido de morte e, em alguns casos, roubo, furto e tráfico de drogas ilícitas. A partir de uma perspectiva da produção de um espaço urbano capitalista, é frequente a articulação com discussões sobre segregação urbana. É interessante ressaltar, que o homicídio aparece frequentemente articulado a outras práticas estabelecidas como violentas, mas se comporta como um sub-elemento dentro do fenômeno da 'violência criminal', diferentemente de trabalhos que se debruçam sobre o crime de homicídio e dele problematizam demais práticas delituosas engendradas.

Por ser o eixo temático mais comum, como estratégia metodológica, foi realizada uma busca com a palavra-chave 'criminalidade' e, de um total de 2.058 trabalhos, 48 são de Programas de Pós-Graduação em Geografia. Mediante a existência de sobreposições teórico-metodológicas dos trabalhos, é possível afirmar que há uma convenção a respeito do fenômeno da 'criminalidade' em considerar as condutas delituosas especificadas acima. Entretanto, 'crime' refere-se juridicamente a uma infração penal precisamente tipificada pela Lei Penal brasileira que contempla inúmeros grupos delitivos que ferem/danificam uma série de bens sociais. Não que haja algum equívoco, afinal, o termo é historicamente consolidado e comunicável, todavia, a ligação analítica quase espontânea entre 'crime/criminalidade' e mortes por assassinato demonstra ao menos uma preferência criminal ou, para extenuar, uma conceituação 'criminalizadora' do fenômeno antes mesmo de uma análise sobre sua dinâmica de efetuação. Matar alguém é crime, mas antes é um acontecimento, um litígio, pode ser um encontro conflitivo entre diferentes ou não, são histórias entrelaçadas a ponto de morte ou pode devir de uma intersecção casual e instantânea, etc, um fenômeno socioespacial.

Continuando com o resultado sobre pesquisas de Geografia que envolvem violência no urbano, o segundo eixo mais frequente trata de trabalhos que investigam as inseguranças nas cidades e a geografia do medo. São pesquisas que se utilizam de diferentes matrizes teóricas, mas que, sobretudo se preocupam em delinear o sentimento de medo por determinado perfil da população ou posicioná-lo de maneira relacional à violência desigualmente distribuída na cidade. Esse segundo eixo temático pode ser acrescido de um foco empírico complementar que são os espaços públicos, estabelecendo a relação entre o uso de espaços de sociabilidade e a violência.

O presente eixo aproxima-se de uma análise do fenômeno da violência enquanto um elemento articulado a uma totalidade entendida como a produção do espaço urbano. Esse elemento está relacionado a uma sociedade segmentada e fragmentada espacialmente e os conflitos entre seus agentes produtores são responsáveis por perpetuar e distribuir a violência urbana. De outro modo, é possível afirmar que a cartografia do medo muitas vezes não está sobreposta às territorialidades da violência homicida. São trabalhos de proximidade com o grupo presente nas estatísticas de homicídio, como de Rossi (2010), Gomes (2013) e Rocha (2013), que auxiliam a posicionar o medo, ou o sentimento de insegurança, muito mais enquanto um elemento que pode ser eficaz na segregação urbana e criminalização da pobreza e menos na produção de mortes por assassinato.

O terceiro eixo temático mais frequente se refere a trabalhos que analisam especificamente a violência homicida. De maneira geral, são pesquisas que se preocupam em compreender a dinâmica de distribuição espacial dos casos de homicídio nas cidades grandes e médias. Por meio de produtos cartográficos, perfis demográficos, contrastes socioespaciais e comportamentos temporais/sazonais busca-se espacializar o fenômeno da violência no urbano.

Com objetivo de capturar maior número de trabalhos sobre violência homicida, que serão problematizados adiante, foi realizada uma busca no mesmo banco de dados com a palavra-chave 'homicídio'⁹. De um total de 443 trabalhos relacionados, oito (1,8%) são de Programa de Geografia, apresentando algumas sobreposições de trabalhos vinculados em 'violência'. Existem semelhanças analíticas entre os trabalhos acadêmicos sobre o comportamento geográfico dos casos de homicídio caracterizando-os enquanto um recorte empírico a ser investigado em suas homogeneidades. Como também, surgem com menor frequência, trabalhos que problematizam a morte por homicídio a partir de alguma especificidade do grupo vitimado ou tipo específico de violência. Exemplos como Cabral, Silva e Ornat (2013) que pesquisou espaços de morte e as representações sociais de travestis na cidade de Ponta Grossa, Paraná, ou Romio (2011) que investiga apenas a morte violenta de mulheres, mesmo sendo esse sexo menos vitimado nas estatísticas gerais de homicídio nacional. Também a dissertação de

⁹ A palavra 'assassinato' não se mostrou representativa, na medida em que relacionou apenas um trabalho de Geografia sobre territorialidade quilombola.

Gomes (2013) que investiga o assassinato a partir de um grupo identitário definido: adolescentes do sexo masculino, pobres e com envolvimento com o narcotráfico.

As teses e dissertações expressam o momento mais específico num campo acadêmico, mas nem por isso representam a totalidade da produção científica de um campo disciplinar. Articulados a esses trabalhos estão projetos de pesquisas que contemplam outros pesquisadores, ou estão presentes em grupos/núcleos de pesquisas que sistematicamente investigam a temática. Ou, ainda, são veiculados em periódicos científicos, esses, aliás, expressam pesquisas que não necessariamente são desdobramento de investigação de pós-graduação *stricto-sensu* e, para ir mais longe, agregam artigos de Geografia escritos por pesquisadores de outras áreas.

Nesse sentido, a segunda estratégia metodológica para construção de um panorama da produção geográfica sobre violência e violência homicida será analisar artigos publicados em periódicos científicos brasileiros na área de Geografia. Foi utilizado o Banco de Dados do GETE/UEPG, criado e alimentado, primeiramente, para pesquisas sobre a perspectiva de Gênero e sexualidade na Geografia Brasileira (CESAR e PINTO, 2015; SILVIA, CESAR e PINTO, 2015). Até a data do levantamento¹⁰, o banco contava com 15.568 artigos de Geografia publicados entre os anos de 1974 a 2014 em 90 periódicos científicos¹¹, acrescentando que foi considerado apenas as Revista com Qualis entre A1 e B5. As buscas podem ser realizadas apenas por palavras-chave presentes nos títulos, portanto a análise sobre um montante de produção sobre a temática se utiliza de diferentes termos, dessa forma a representatividade do resultado não está sobre uma relação de proporcionalidade entre busca e resultado, mas, sobre um conjunto mapeável por meio de diferentes palavras, a saber, 'violência', 'homicídio', 'mortalidade', 'assassinato' e 'crime/criminalidade'.

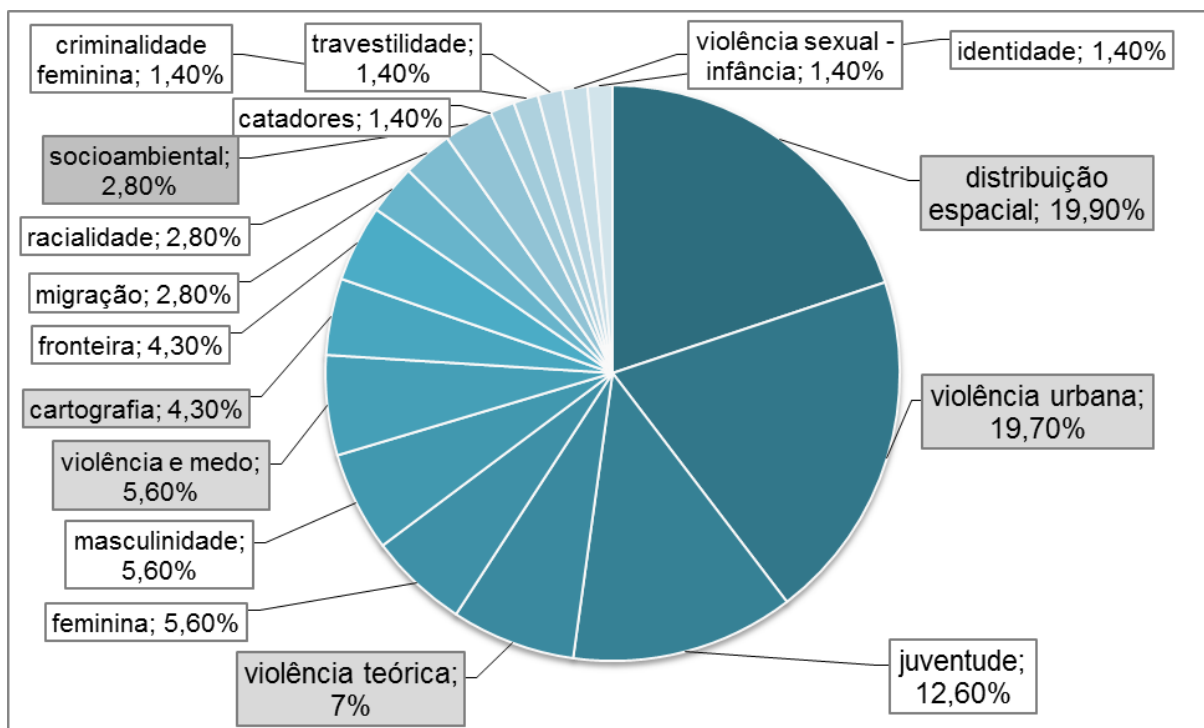
Foram encontrados 76 artigos¹² que, guardando suas especificidades, possuem a violência no espaço urbano como um eixo central de problematização. Entre diferenças, principalmente regionais, foi possível organizar alguns eixos temáticos mais frequentes.

¹⁰ Busca realizada durante o mês de junho de 2016.

¹¹ Até o ano de 2013 o recorte de análise corresponde ao total do universo amostral, conforme dados da coordenação da área de Geografia da Capes, foram levantados todos os artigos da amostra.

¹² Sobre o resultado da busca, foram excluídos trabalhos sobre violência no trânsito, discussões ambientais e violência no campo, por se configurarem em problemáticas deslocadas a discussão estabelecida aqui.

Gráfico 1 - Artigos de Geografia sobre Violência, entre 1974 e 2014, publicados em Revistas Qualis A1- B5



Fonte: Banco de Dados do GETE/UEPG.

O eixo temático mais frequente se concentra em pesquisas que se empenham na descrição e análise da 'distribuição espacial' e comportamento temporal da violência nas cidades. Dentre esses artigos, 57,3% pesquisam somente homicídios e, 42,7%, 'criminalidade violenta' que além dos casos de homicídio, também consideram outras práticas delituosas como roubo, furto, latrocínio e tráfico de drogas. Esses trabalhos, de maneira geral, produzem caracterizações demográficas e mapeamentos cartográficos de casos de homicídios ao longo de uma série histórica, como é o caso de Santos e Ramires (2004) que destacam os bairros periféricos como mais violentos na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, ou Fonseca, Gonzaga Junior e Lima (2010) que pesquisam casos homicídios em Aracaju, Sergipe, relacionando-os com outras práticas delituosas como roubo e furto. Zanotelli et al. (2006) pesquisa a criminalidade na região metropolitana de Vitória, Espírito Santo, e por meio de análises cartográficas afirma que os assassinatos registrados possuem relação com a segregação socioespacial, concentrando-se quantitativamente em bairros de renda baixa, denominado pelo autor como 'bairros populares'. O autor conclui que condições socioeconômicas não são determinante para os homicídios e nem bairros mapeados como violentos

podem ser generalizados, considerando que, mesmo em um recorte aproximado de um bairro, existem zonas de concentração de confrontos de morte.

O segundo eixo mais frequente foi denominado por 'violência urbana' e agrega pesquisas que abordam a violência como um elemento diretamente articulado a uma série de estruturas e processos identificados e problematizados no espaço urbano. Frequentemente, a violência, é evocada enquanto uma justificativa para determinadas formas arquitetônicas e fragmentações espaciais de classe e renda. É também entendida através dos processos condicionantes que predisõem a violência como algo somado à segregação urbana. De maneira geral, a violência é assumida como elemento teórico a ser adicionado nas conjecturas sobre as dinâmicas urbanas. Como exemplo, Santos e Ramires (2009) apresentam uma revisão bibliográfica sobre criminalidade violenta acentuando suas diferenças socioeconômicas e materiais do espaço habitado. Os autores consideram em sua análise homicídio e roubo, com a justificativa de serem crimes mais 'comuns'.

Ao que parece, nos trabalhos sobre 'violência urbana', o termo 'violência' representa uma generalização incontestada a ser elucubrada, antes mesmo de se tornar um desafio conceitual. Aliás, para que aconteçam atos violentos é preciso muitas vezes que pelo menos um dos envolvidos a relativize, ou lhe dê um *status* de justiça, ou ainda, dissolva sua ideia a ponto de ser categorizada somente através de um olhar *outside*. A própria contradição é um elemento fundamental para a perpetuação de condutas violentas e, se uma análise científica a toma enquanto uma ontologia localizada, pode não fazer mais que descrevê-la parcialmente.

Sobre isso, a pesquisadora mexicana Adriana Soto (2002) argumenta que existem correlações suspeita e bastante corriqueiras nas investigações científicas sobre violência. Diante de uma multiplicidade de situações e espaços, a autora se vê desmotivada em dizer 'a violência' enquanto um objeto único e manuseável e convida para um cuidado analítico e posicionamento ético em não condensar sobre uma só imagem de violência a normalização e a readaptação, a resistência e a ordem instituída.

O eixo temático categorizado enquanto 'juventude' (Gráfico 01) é composto por trabalhos permeados pela temática da juventude e políticas públicas (FREITAS e RAMIRES, 2011), como também interseccionado com outros elementos como pobreza e masculinidade. Um exemplo interessante é da geógrafa Márcia Carvalho (2011) que busca compreender 'estruturas sociais violentas' entre jovens na cidade

de Londrina, Paraná, com objetivo de dar subsídios ao debate sobre saúde pública. Nesses meios, identifica fatores que originam, fomentam e/ou facilitam práticas violentas. Entre os fatores identificados a desigualdade socioeconômica é capaz de 'originar' estruturas de violência ao passo que é 'fomentada' por uma construção de 'masculinidade' e 'facilitada' pelo consumo de bebidas alcoólicas e o fácil acesso à armas de fogo. A análise interescolar de estruturas sociológicas, como afirma a autora, contribui para compreender a complexidade de redes identitárias e de desejo que circulam entre jovens envolvidos na territorialidade do tráfico de drogas ilícitas.

As intersecções dos grupos sociais pesquisados são representadas também por Ataíde e Guimarães (2012), que refletem sobre a juventude pobre e a violência cotidiana nas periferias de São Paulo capital. Low e Melo (2011) investigam a violência contra as mulheres nos discursos de meninas adolescentes de baixa renda em Recife, Pernambuco. Também aparecem os trabalhos de Gomes, Silva e Garabeli (2013), Gomes e Silva (2014) e Gomes (2014) sobre violência homicida e jovens/adolescentes do sexo masculino em Ponta Grossa, Paraná.

Portanto, na medida em que os trabalhos se atentam às especificidades identitárias, é acentuada a necessidade de uma análise interseccional sobre os diferentes feixes de ordenamento da violência. As pesquisas passam a ter diferentes prismas quando são tomadas como resultado desde negociações e atritos cotidianos até 'estruturas sociológicas' específicas. Essa análise difere do quarto eixo temático mais frequente (Gráfico 01), a 'violência teórica', que é caracterizada justamente pela utilização da violência apenas conceitualmente tramada numa reflexão teórica, como por exemplo a globalização e Estado-Nação (GOMES e De MAURO, 2009).

Percebendo todo o conjunto de artigos organizados em eixos temáticos no Gráfico 01, é possível afirmar que existem dois campos paradigmáticos que se organizam em premissas de abordagem distintas. Há um campo mais frequente (59,3%) que concentra investigações nomotéticas, partindo da sistematização e descrição para observar o comportamento geral do fenômeno. Nelas estão concentradas as análises cartográficas e demográficas de distribuição espacial da violência articulada ao debate sobre criminalidade. Esse eixo agrega pesquisas sobre condutas delituosas consensualmente afirmadas como violentas, ou em outros momentos sendo um fenômeno-agente ordenador e desordenador da produção do espaço urbano, articulado a processos de segregação e fragmentação espacial, além de investigações sobre a oposição e/ou relacionalidade entre violência e medo.

É necessário ressaltar que o medo, frequentemente, não vem acompanhado de uma posicionalidade, o que se quer dizer é que quando evocada as sensações de medo ou percepções de insegurança pública não é explícito qual grupo social ou em que circunstâncias o amedrontamento acontece. Tal conduta confirma o argumento da geógrafa Rachel Pain (2001) de que as análises geográficas sobre o medo carregam dualismos entre autores e vítimas de crime que são continuadas pelo que ela chama de 'falácias da criminologia'. Nesse sentido, a própria irracionalidade que permeia o medo exige que ele seja sempre problematizado coextensivamente a identidades sociais, como idade, renda, gênero e raça.

Outra característica a ser ressaltada sobre esse campo paradigmático é que ao trabalhar com criminalidade, o que será denominado Geografia do Crime, estará antecipadamente comprometida com uma 'lei'. Compreender uma conduta que se denomina violenta através de um filtro legal-normativo já lhe tolhe parcialmente de uma criticidade da própria 'lei'. De maneira diferente, a socióloga Julita Lemgruber (2002), analisando sistema prisional estadunidense e brasileiro, denuncia algumas mitificações do controle da criminalidade e os limites do sistema de justiça criminal, por meio da pena de prisão, por exemplo.

Uma Geografia do Crime detém uma cumplicidade com uma perspectiva criminal que a torna propensa a perceber a geograficidade do crime e, uma vez que só o crime lhe é perceptivo, sua abordagem está diretamente comprometida não só com um fenômeno social, mas delitivo aos olhos de uma 'teoria da lei'. O filósofo Gilles Deleuze (2005), em 'Instintos e Instituições', separa dois paradigmas ao que ele chama um de 'teoria da lei' e outro de 'teoria das instituições'. O primeiro separa uma força positiva fora do corpo social e uma força negativa dentro do corpo social. O segundo, estipula uma força negativa fora e outra positiva dentro do corpo social. Em outras palavras, a 'teoria da lei' é a teoria hobbesiana, há uma força negativa e perversa inata à humanidade e esta exige que seja regulada por forças externas, as leis, ao passo que a 'teoria das instituições', de matriz foucaultiana, afirma haver uma força positiva na sociedade de caráter inventivo que é regulada e coercitivamente contida por normativas supostamente necessárias.

Dito isso, uma Geografia do Crime, ao se atentar de antemão para a 'criminalidade' no espaço urbano, pode estar reproduzindo uma 'teoria da lei' e

fechando os olhos para processos extremamente geográficos de criminalização¹³. É como se a atenção científica estivesse disposta a problematizar somente aquilo que o Leviatã¹⁴ sussurrasse ao ouvido. Sobre esses processos o capítulo 2 está mais atento.

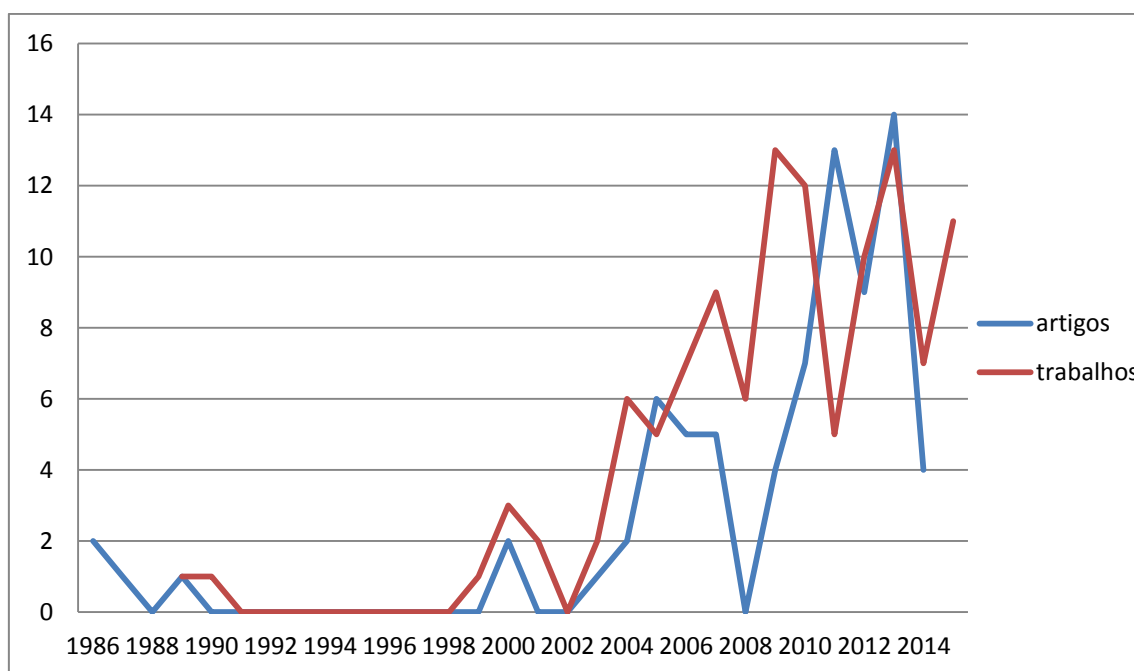
O outro campo paradigmático representado por um menor número de trabalhos é composto pelos demais eixos temáticos (Gráfico 01), com análises interseccionais sobre a juventude que já foram comentadas acima, como também trabalhos sobre violência nas fronteiras internacionais, sobre imigrantes, violência sexual e infância. Pesquisas sobre violências como a de Cabral, Silva e Ornat (2013) atendem a identidades sociais específicas que numa escala de violência homicida nacional pode não ser relevante, mas sobre o recorte analisado torna-se bastante acentuada que é a morte violenta de travestis. Alves (2011) analisa a vitimação por assassinato de homens pobres e negros na cidade de São Paulo. Ainda, Possas e França (2009) investigam as masculinidades violentas expressas em grupos de *skinheads* paulistas e empreende um debate sobre diversidade de gênero ao destacar as inúmeras agressões a homossexuais. Enfim, são pesquisas que posicionam o fenômeno da violência através de dinâmicas geográficas delimitadas por grupos sociais definidos, para além da identificação de sua quantidade ou localidade.

Filtrando o resultado da busca de teses e dissertações citado anteriormente, se tem 144 trabalhos referentes a alguma problematização da violência no urbano e juntando aos 76 artigos científicos publicados em periódicos científicos podemos organizar alguns comportamentos espaço-temporais.

¹³ A exemplo de Edson Lopes (2009) que pensa a criminalização da pobreza propondo a periferia como um 'campo de concentração' destina a 'encarcerar' de maneira socioeconômica e geográfica todo aquele a quem pode ser considerado suspeito. Essa discussão está aprofundada no capítulo 2.

¹⁴ Referência ao clássico livro do inglês Thomas Hobbes que leva o nome do monstro bíblico e defende a necessidade de um governo soberano sustentado por um contrato social capaz de conter resistências e conflitos civis que teimam em surgir.

Gráfico 2 – Produção Geográfica Brasileira sobre violência no urbano – entre 1986 e 2011

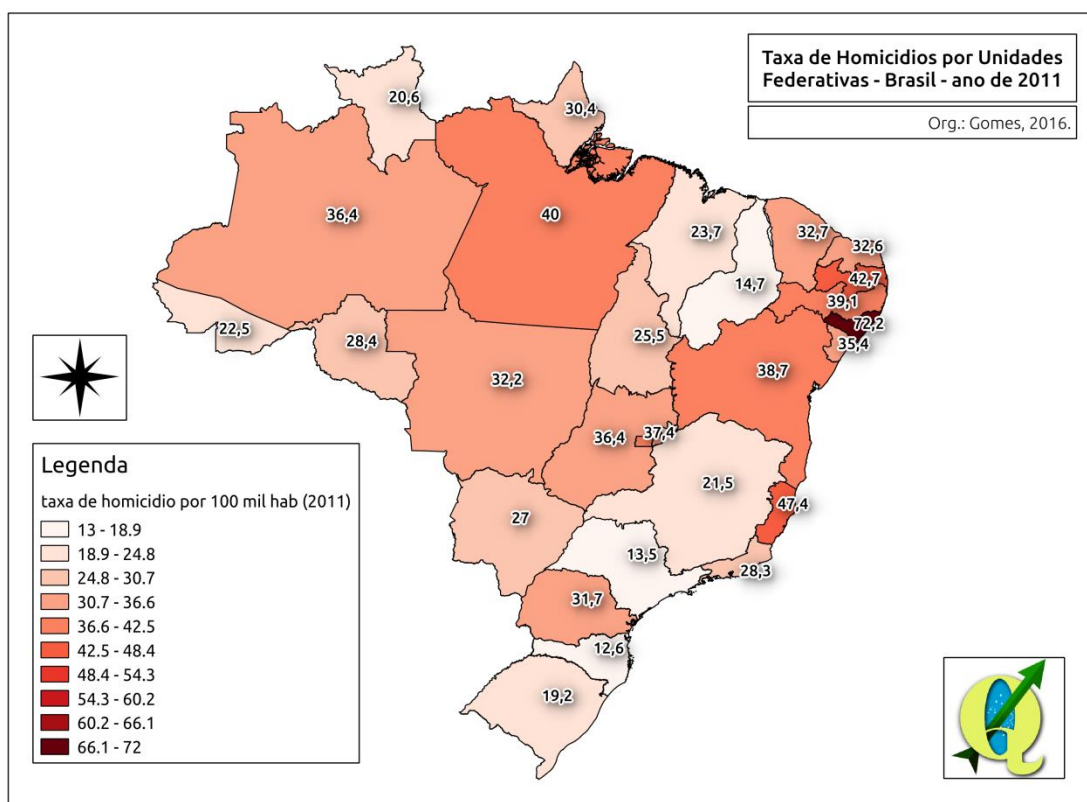


Fonte: Banco de Teses da Capes e Banco de Dados do GETE.

É possível perceber um acentuado crescimento na produção de pesquisas geográficas sobre violência na primeira década do século XXI, ainda que pontualmente o ano de 2008 tenha tido uma queda, o crescimento é contínuo expressando que com pequenas oscilações há uma tendência de aumento das investigações. Interessante ressaltar que conforme Waiselfisz (2012) a taxa de homicídio no Brasil aumentou de 11,7 homicídios em 100 mil habitantes em 1980 para 26,2 em 2010, portanto, um aumento de 124% no período. Seu apogeu foi no ano de 2003 e, nos anos seguintes até 2010, apresentou um decréscimo de 2,7 na taxa de homicídio. Portanto, logo após o ano de 2000 até 2010 houve uma queda nas taxas de homicídio ao mesmo tempo em que aumentava expressivamente às pesquisas sobre violência na área de Geografia, conforme Gráfico 02. Esse dado pode representar tanto o fato de que pesquisas conferem subsídios a políticas públicas que visam diminuir os índices de morte violenta, como também uma preocupação tardia.

A distribuição geográfica das pesquisas em Geografia também não tem uma relação direta com as áreas de maiores taxas de homicídios.

Figura 1 – Taxa de Homicídios por Unidades Federativas do Brasil no ano de 2011

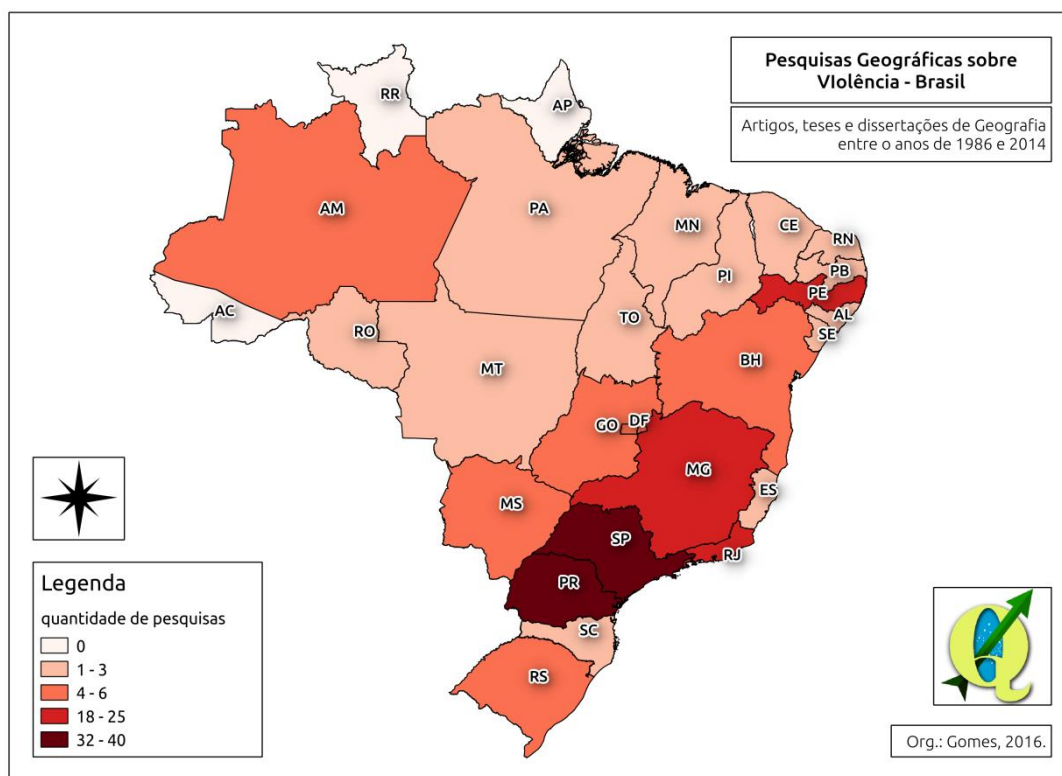


Elaborado pelo autor, com base nos dados em Waiselfisz (2014).

O recorte temporal da Figura 01 já expressa o fenômeno de pulverização da violência argumentado por Waiselfisz (2012) que afirma ter acontecido no Brasil uma diminuição e/ou estagnação nas taxas de homicídio de Unidades Federativas historicamente mais violentas e aumento em regiões com menores taxas, em especial os estados da região do Nordeste.

Considerando os recortes empíricos dos trabalhos de tese e dissertação e artigos científicos, tem-se a seguinte disposição:

Figura 2 – Pesquisas Geográficas brasileiras sobre Violência no Urbano entre os anos de 1986 e 2014



Fonte: Banco de Teses da Capes e Banco de Dados do GETE.

A distribuição dos referenciais empíricos dos trabalhos analisados notadamente não está ligada às Unidades Federativas com maiores taxas de homicídio¹⁵. As áreas com maior concentração da atenção acadêmica estão relacionadas a grupos/núcleos de pesquisas diretamente ou indiretamente ligados à temática da violência e da criminalidade. Os estados do Paraná e São Paulo que aparecem com maior produção geográfica na Figura 02 apresentam uma característica interessante. Ambos são representados pela produção de cidades interioranas e não das suas capitais. Em São Paulo, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)¹⁶ de Presidente Prudente e Rio Claro e, no Paraná, pelas universidades estaduais de Londrina, Ponta Grossa e Maringá que, respectivamente, possuem maior número de trabalhos sobre violência.

Outra grande referência é o estado de Minas Gerais representado pela Universidade Federal de Uberlândia, talvez a cidade como maior número de

¹⁵ A Figura 2 leva em conta o local investigado presente no título e não a UF a qual está vinculada a Instituição da pesquisa.

¹⁶ Uma referência é a professora Sueli Andruccioli Felix autora do livro 'Geografia do Crime' pela editora da Unesp.

análises, reforçando a interiorização da produção geográfica sobre violência e a ausência de investigações sobre a capital Belo Horizonte. O estado do Pernambuco também apresenta um núcleo de produção representado pelo professor Alcindo José de Sá que, desde o início da década de 2000, produz sobre as geografias do presídio, organizando livros como 'Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados' (SÁ, 2007) que reúnem uma série de artigos sobre criminalidade, violência, medo e cárcere.

Agregando aos trabalhos de teses e dissertação e artigos publicados também é possível incluir os eventos acadêmicos que abrangem tanto pesquisas parciais de nível de graduação como um momento inicial de preocupação com determinados temas expressando, em alguns casos, tendências de recortes empíricos, aportes teóricos e abordagens metodológicas. Não será apresentado um levantamento sistemático e aprofundado devido à própria dificuldade de acesso aos anais. Mas, elaborando uma reflexão rápida, é possível afirmar que situações de violência, espacialidades e territorialidades violentas e grupos sociais considerados violentos são temas relativamente periféricos nas análises da Geografia brasileira.

Os principais eventos de Geografia são o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Enanpege). Avaliando somente os últimos eventos de cada encontro, nós tivemos um Grupo de Trabalho denominado Geografia do Crime e da Violência na Enanpege com 18 trabalhos e um Espaço de Diálogos e Práticas no ENG denominado Violência e controle social com 19 trabalhos inscritos, ambos abaixo da média de número de trabalhos de outras áreas.

Se considerarmos os anais do último Simpósio Nacional de Geografia Urbana, evento de referência para debates sobre cidades, de 244 trabalhos publicados nos anais, apenas seis tinham como eixo central a violência urbana. E eventos especificamente sobre a temática, já aconteceram cinco edições do Simpósio Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo, cujo primeiro aconteceu em 2007 em Recife, Pernambuco, e na última edição tiveram apenas 18 trabalhos inscritos.

Analisando de diferentes formas, cada campo de produção e divulgação da ciência geográfica brasileira é possível afirmar que ainda que bem representado por um conjunto de trabalhos, pesquisas especificamente sobre violência ainda são

periféricas no campo da Geografia. Essa, tem se mostrado tímida e mais tardia do que outras áreas sociais, como psicologia, sociologia, criminologia crítica, etc.

É importante lembrar, o Brasil é o país onde morrem cinco mil mulheres por ano vítimas de assassinato praticado por homens na sua maioria pertencentes ao seu círculo de convivência, conforme dados do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea)¹⁷. Ou, ainda, que a cada uma hora e meia uma mulher é violentada sexualmente (ibid). Para ir além, o mesmo país se tornou recordista na produção de cadáveres por homicídio no mundo (IPEA, 2016), características que merecem uma atenção com o mesmo ‘drama’ que pede a ocasião.

Além de desequilibrada quantitativamente a atenção para a violência, principalmente homicida, a Geografia brasileira tem se mostrado pouco disposta a se esquivar de uma tendência ‘descritivista’ de um fenômeno que parece acontecer sobre um objeto inerte chamado ‘espaço’ e preenchido por corpos que parecem ter padecido sem identidades sociais etárias, de gênero, classe, raça/cor e sem desejos. É claro que são palavras ditas a grosso modo, entretanto não é o caso de desconsiderar o que já foi produzido, o que se quer aqui é apenas ressaltar o caráter ‘mortal’ do pensamento, como nos alerta Boaventura de Souza Santos (2011) e valorizar a reformulação constante e denunciar as repetições inóspitas.

Ainda que haja propensões analíticas que confluem para uma abordagem restrita, é preciso ressaltar que existem trabalhos que se alinham parcialmente com a proposta desta tese e fortalecem a argumentação sobre a necessidade de refletir sobre as geograficidades da violência em suas contradições e complexidades. O trabalho de Possas e França (2009) ao compreender performatividades violentas de grupos de homens skinheads paulistas, motiva a compreender atos de violência enquanto um elemento presente nas relações de um micropoder cotidiano. Ataíde e Guimarães (2012) analisando a violência urbana a partir da periferia de São Paulo, chama a atenção para a necessidade de analisar a relação entre as práticas cotidianas de jovens e a própria condição de exclusão social que acontece a partir de espaços segregados onde a violência é agravada. Também Carvalho (2011) ao analisar juventude e estruturas sociais violentas em Londrina, convida a uma análise multiescalar, argumentando que existem macro, meso e microcausas presentes em na formatação de ‘estruturas sociais de violência’ que são fortemente tramadas em

¹⁷ Acesso em <http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/IPEA - Viol%C3%Aancia contra a mulher - feminic%C3%ADdios no Brasil.pdf>

microterritorialidades de uso e comércio de drogas ilícitas. A matriz teórica de análise de Carvalho (2011) se distingue consideravelmente da presente tese por assumir que a violência é derivada de uma 'estrutura social', contudo, seu esforço em compreender o fenômeno da violência proveniente de diferentes escalas e amplitudes de elementos motivadores, influencia esta investigação na abordagem multiescalar da violência homicida. Por fim, Alves (2011) torna-se uma referência central para investigação pelo seu pioneirismo em pensar a dimensão espacial do debate sobre necropolíticas. As necropolíticas, segundo o autor, são necessariamente espacializadas em áreas e tramas locais específicas que precisam ser levadas em conta na compreensão da gestão de grupos populacionais que se assemelham pela precarização social contínua e a própria condição de 'corpos-descartáveis'.

Além de elaborar uma análise crítica sobre a Geografia Brasileira a respeito do tema da violência, essa subseção teve o objetivo de fortalecer a justificativa do por que essa tese se utiliza mais da literatura geográfica internacional e pesquisas de outras áreas do conhecimento. É evidente que o aporte teórico-metodológico de uma pesquisa deve atender as suas questões e sua escolha é sistematizada mediante um diálogo constante com a problemática elaborada. Entretanto, é válido deixar claro que as escolhas feitas aqui não foram apenas por afinidade a uma matriz epistemológica, mas, atendem a uma busca orientada de adequação conceitual.

1.2– A ética e a prudência da ciência: os desafios do campo investigativo e as reorientações da pesquisa

Um pensador da Grécia Antiga chamado Epicarmo, sustentava a ideia de que seres mortais deveriam ter pensamentos mortais ao invés de imortais. Essa afirmação parece um convite à sensatez, na medida em que propõe uma coerência entre aquilo que se é e aquilo que se pensa ser. Mas o interessante para a presente análise não é uma coerência de substância e aparência, mas de 'o-que-se-diz' e 'o-que-se-faz'. Trata-se de duas frentes, um externo sobre o discurso que nomeia e um interno, também discursivo, que se autoidentifica.

Se sobre nós recai ao menos a limitação da morte, convém que o que pensamos tenha a mesma natureza. Podemos refletir sobre o pensamento científico

moderno colonial enquanto uma contínua negação de sua finitude, para não dizer, parcialidade. Na contramão, essa pesquisa busca localizar e posicionar o conhecimento produzido a partir também de seus desafios exploratórios e mudanças teórico-metodológicas e fazer das intempéries da construção científica um elemento dela, argumentando a necessidade de sua exposição.

Linda Marín Alcoff (2007) busca compreender as 'epistemologias da ignorância', ou seja, o que há de coerência histórica, cultural e geográfica na continuidade de uma ignorância, como no caso do racismo. Uma das características pontuadas pela filósofa feminista é de que há um forte apelo a uma ontologia da verdade e um acurado exercício de práticas justificatórias da 'gestão da ignorância'. Portanto, características que parecem não ser exclusivas do pensamento científico moderno colonial (LANDER, 2005). O caráter contingencial e precário de um método/conceito é uma tática científica contra a própria ignorância derivada do discurso científico.

Lawrence Berg (2001), avaliando artigos de Geografia, afirma que há uma frequente utilização da noção de espaço material ancorada sob uma objetividade científica, que segundo o autor é masculinista, eurocentrada e 'des-localizada'. É nas referências feministas que o geógrafo inglês afirma encontrar a preocupação de localizar, ou posicionar, o conhecimento científico. Pensadoras feministas como Glória Anzaldúa (1987), argumentando sobre 'políticas de localização' ou Donna Haraway (1991), com a noção de 'conhecimento situado', impulsionaram geógrafas como Gillian Rose (1997), a posicionar o conhecimento geográfico como parcial e longe de ser transparente.

Autoras feministas de países periféricos como é o caso de Joseli Silva (2011) acrescentam que esse posicionamento do conhecimento atende a relações de poder colonizadoras. Essas, são expressas em uma série de tecnologias, moedas, normativas, restrições linguísticas, etc., que são capazes de produzir um movimento centrípeto que faz com que referenciais teóricos posicionados na realidade europeia ocidental e/ou de língua inglesa se posicionem hierarquicamente frente a outras epistemologias. Acrescentando ainda que muitos argumentos 'inibidores', por vezes 'interditórios', sobre a produção científica fora do eixo hegemônico, se utilizam de estratégias que contradizem com as suas próprias proposições teóricas (SILVA, 2011).

A inextricável conexão entre poder e conhecimento deve ser assumida como um elemento inerente do fazer ciência, transformar as fragilidades, desafios e mudanças em elementos constituintes de uma investigação, é transparecer a reflexividade irremediável entre pesquisador e pesquisa.

A fragilidade torna-se o inverso, a constante revisão e as táticas investigatórias com o objetivo de tornar uma pesquisa assumidamente parcial e localizada é justamente se esquivar de um racionalismo indolente denunciado por Boaventura de Sousa Santos (2011). O pensador português afirma que o paradigma dominante da ciência moderna tem a “sociedade patriarcal, a produção capitalista, consumismo individualista e mercadorizado, identidades-fortaleza, democracia autoritária, desenvolvimento global desigual e excludente” (ibid, p.16) como pano de fundo da sua ‘objetividade’. Na contramão disso, Sousa Santos (2011) propõe um paradigma de conhecimento prudente, ou seja, assumidamente limitado, com o objetivo de uma vida descente.

prudência perante um mundo que, apesar de domesticado, nos mostra cada dia a precariedade do sentido da nossa vida, por mais segura que esta esteja quanto à sobrevivência, sendo certo que para a esmagadora maioria da população mundial não o está (SOUSA SANTOS, 2011, p. 84).

Esse paradigma é marcado por um conjunto de paradigmas, ou uma ‘pluriversalidade epistêmica’, como propõe o pensador argentino Walter Mignolo (2004). Para ir além, “esse mundo de merda está grávido de outros mundos”, nas palavras do escritor uruguaio Eduardo Galeano¹⁸.

A multiplicidade emerge, dessa forma, da desconstrução da objetividade racionalista e consequentemente da separação entre objeto de pesquisa e sujeito pesquisador. Ou ainda, trazer para junto do sujeito epistêmico o sujeito empírico. Apresentar a trajetória e os desafios de uma pesquisa é explicitar o que Boaventura de Sousa Santos (2011) afirma “correr subterrâneo e clandestinamente, nos pressupostos não-ditos” (ibid, p.84) do discurso científico moderno colonial.

Nesse sentido, serão tomados aqui alguns comentários não sistematizados de caráter introdutório, provocativo e indagatório, com o objetivo de incitar questões

¹⁸ Em entrevista dada na praça Catalunya, Barcelona – Espanha. Link: https://www.youtube.com/watch?v=mdY64TdriJk&feature=player_embedded

que estão problematizadas nos demais capítulos. Refletindo sobre um caminho trilhado para a construção de um 'objeto' de pesquisa, estão organizados três momentos distintos: i. sobre as mudanças de problematização que acarretaram mudanças nas questões de partida; ii. alguns apontamentos sobre episódios vivenciados na delegacia de polícia; iii. e por fim, reflexões sobre o campo em uma comunidade terapêutica de tratamento de dependentes químicos.

i. Mudanças investigatórias – do autor ao acontecimento:

Existem mudanças na conduta investigatória que se tornam a própria justificativa da estruturação das questões da pesquisa. Um acontecimento empírico ou um objeto fenomênico se altera através de um encontro de forças e trajetórias conflitantes. Dessa forma, o campo exploratório é a própria prática não só da adequação conceitual ou regulação teórica do próprio fenômeno, mas da abertura para a possibilidade de tensionamentos, sobretudo, de experimentação. Conforme proposto por Skinner (2003) e Sidman (2009), a experimentação é a abertura para a criatividade que, por sua vez, produz um olhar sensível a padrões e repetições tácitos de um fenômeno interferido pelas escolhas e atitudes de investigação.

A presente pesquisa é uma continuidade da dissertação em Gomes (2013) que tinha como objetivo compreender a relação entre espacialidades vivenciadas por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio. O trabalho surge de indagações emergentes no ambiente de pesquisa de Rossi (2010) e Chimin Junior (2009) que pesquisavam, com questões diferentes, adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei. Ao perceber que a morte violenta era continuamente evocada nos discursos desses sujeitos, buscou-se então compreender quais eram as inter-relações responsáveis por tornar a morte por assassinato tão presente no cotidiano, ou melhor, nos espaços vivenciados por adolescentes homens pobres da cidade de Ponta Grossa, Paraná.

Os resultados em Gomes (2013) priorizam o perfil das vítimas de homicídio e problematizam as vitimações do grupo empírico estudado. Ainda que tenham sido organizados agenciamentos interessantes para compreender a efetuação, a proximidade e a continuidade da morte violenta nas espacialidades que os adolescentes pobres compõem, ficaram algumas lacunas e indagações a respeito das autorias dos assassinatos e as trajetórias espaciais de seus autores.

Um ‘agenciamento da violência’ composto pela territorialidade do tráfico de drogas, as redes de amizade elaboradas simultaneamente às performatividades de masculinidade violenta aproxima um jovem do sexo masculino, morador de área pobre e envolvido com as drogas a morrer por assassinato (GOMES, 2013). Esse mesmo ‘agenciamento da violência’ exige que tenham formas de subjetividade eficientes ou possibilitadas à continuidade de casos de morte por homicídio, para uma vítima é preciso um autor. A investigação sobre as pessoas vitimadas representou um recorte necessário da pesquisa naquele momento. Contudo, o fenômeno exigia outros caminhos de exploração envolvendo os autores das mortes, suas características pessoais, sociais, econômicas e espaciais.

Assim, outros aspectos do fenômeno foram elencados e a seguinte questão foi elaborada: ‘como as espacialidades de violência compõem a intersecção identitária de jovens do sexo masculino em autoria de assassinato na cidade de Ponta Grossa, Paraná?’. O termo intersecção identitária foi tomado enquanto uma estratégia teórico-metodológica, com o objetivo de se esquivar da espontânea essencialização do ‘sujeito-assassino’. A literatura geográfica sobre o conceito de ‘interseccionalidade’¹⁹, de maneira geral, se preocupa primariamente com um ‘tornar-se’ e não com um ‘ser’, na medida em que as identidades de um sujeito são assumidas como múltiplas e situacionais que emergem de práticas e encontros cotidianos. Dessa forma, um indivíduo é a manifestação de uma intersecção de feixes identitários espacialmente elaborados e a prática de um homicídio se deve a uma composição identitária que facilita ou incita a efetivação de um assassinato.

Pensar o elemento ‘autoria de assassinato’ enquanto um elemento identitário parece estranho sob o olhar jurídico, mas, a evocação surge da construção discursiva a respeito de uma masculinidade agressiva espacialmente elaborada. Em Gomes (2013) surgiram alguns momentos de entrevistas com o grupo empírico que ao analisar as possibilidades de morrer por homicídio, a autoria tornava-se um jogo de ameaça e credibilidade nas negociações de territorialidades e suas relações de poder. Até aqui, não há contradições ou fragilidades na questão de partida, mas, ao passo que caminha o campo e a reflexão sobre as entrevistas e dados quantitativos começam a surgir limites.

¹⁹ Crenshaw (1989); Collins (2000); McCall (2005); Hancock (2007); Valentine (2007); Platero (2012); Rodó-Zárate (2013); entre outras.

Os dados espaciais componentes dos inquéritos policiais foram inicialmente cartografados e o padrão espacial encontrado passou a direcionar a investigação. Havia uma continuidade geográfica, consequentemente social, entre vítimas e autores envolvidos nos homicídios. O autor e vítima aos olhos de um discurso penal exigem que estejam em condições oposicionais pela necessidade de um indiciamento, mas a condição para sua efetuação exige ao menos um encontro, ainda que conflitivo. Esse encontro pode estar carregado de predisposições, acordos prévios, espaços aptos, previsibilidades, discursos de justiça, histórias-até-aqui (MASSEY, 2008) mergulhadas numa constelação, no caso, de ameaças.

A continuidade entre autor e vítima emerge entre semelhanças sociais e simultaneidades geográficas ao que, de antemão, incita a ideia de uma necessidade de dois trabalhos específicos complementares. Um sobre as vítimas é complementado com outro sobre os autores. Entretanto, a continuidade examinada com mais cuidado está muito mais associada a um arranjo socioespacial contingente, mas, que tem sido eficiente por produzir os números de crimes de homicídios que assistimos nas cidades grandes e médias brasileiras.

Uma torção analítica ou uma cartografia das espacialidades violentas posiciona o corpo-agressor e o corpo-vítima enquanto uma 'intercorporeidade' que possuem diferenças conflitivas é claro, mas, também, continuidades afetivas conectadas ao menos pela agressão, ou agressividade corpórea e emocional.

Perceber que autor e vítima apresentam na média um mesmo perfil socioeconômico, mesmo gênero, sexo, cor/raça e participa das mesmas tramas cotidianas é uma informação geográfica que não deve ser mapeada duramente como um contra-fenômeno de condutas de indivíduos psicologicamente violentos, ou ainda pior, propensos ao crime. A dinâmica geográfica, ao contrário, aponta para uma atenção às continuidades dessas dinâmicas enquanto arranjos que, mata um e morre outro, continuam apresentando-se previsíveis.

Dessa forma, a questão de partida foi alterada para a atual questão central: 'como se instituem as masculinidades de jovens homens moradores de periferias pobres envolvidos na violência homicida em processo de negociação com as necropolíticas espaciais em Ponta Grossa, Paraná?'. Assim como a outra, essa possui termos estratégicos que advêm de outra característica da construção de uma pesquisa científica: o encontro interventivo entre o aporte teórico-metodológico e o recorte empírico de análise. O termo 'necropolíticas espaciais' está problematizado

teoricamente no capítulo 2 e se deve a necessidade de além de analisar os agenciamentos eficientes em dar continuidade aos casos de homicídio, esses agenciamentos, é preciso assumir, só são compostos pela sua natureza inter-escalar – ‘outras escalas’. Não é só o evento do encontro entre a vítima e autor que causam a produção massiva de vidas assassinadas no país, se o Brasil se encontra em estado de alerta a esse respeito, a profundidade da situação exige uma radicalidade para assumir que os vícios quantitativos dos dados de homicídio não se devem somente aos envolvidos diretamente. Através da horizontalidade vertiginosa do espaço (GOMES, 2013), aqueles que se denominam ‘envolvidos’ podem não estar citados nos inquéritos policiais. O que se quer dizer, é que há um governo da precariedade humana que tem sido competente em criar vícios de dados e ainda torná-los mais acentuados, portanto, uma política espacial da morte violenta.

ii. As repartições públicas da investigação e suas contradições previstas:

Um campo de pesquisa tem como potência criar um cisalhamento, o próprio estatuto teórico sucumbe quando submetido a uma tensão trazida pela realidade, desde que uma investigação científica se prontifique a isso. Existem muitos acontecimentos, ou fenômenos sociais, que nos circundam e fazem sentido através do próprio contexto em que convivemos e a universidade não foge a regra. Os privilégios que o saber científico moderno-colonial roga para si produzem um ambiente comunicativo compreendidos em um conjunto de ‘ações sobre ações’ (FOUCAULT, 2009) capazes de regular a própria experiência de um pesquisador.

Os ditames e regulações de um processo de formação de racionalidades, segundo Foucault (2009), decorrem de excessos de poder político. Do mesmo modo, as produções de significação são elaboradas simultaneamente a uma economia das relações de poder. Dessa forma as significações enquanto atos conscientes são autoconsciência e consciência do outro e mais o seu possível (FRANÇA, 2010). A cientista social Vera França (2010), argumentando sobre experiências impessoais da comunicação, afirma:

A compreensão estética de uma obra, de um acontecimento, repousa, por um lado, no exercício de capacidades, no domínio de técnicas e hábitos aprendidos e desenvolvidos, que nos

tornam sensíveis e tocados por um ambiente ou situação, reagindo a eles de forma imediata (FRANÇA, 2010, p. 41-42).

É o próprio contexto que possibilita diferentes agenciamentos de um enunciado e suas negociações que serão efetivadas numa situação. Mediante essas palavras o campo investigativo torna-se não só um 'laboratório' de coleta de dados, como um 'contexto', ou melhor, espacialidade que em si desafia o próprio território de significações e experiências do pesquisador.

Assim como a reflexão sobre a questão central, os episódios organizados aqui sobre uma parte do campo investigativo têm a função de agregar narrativas não sistematizadas a respeito do próprio contexto de coleta dos dados. As narrativas reflexivas de episódio do cotidiano investigativo possui caráter reticente e provocativo. No capítulo 3 estão organizados os dados sobre o perfil socioeconômico de envolvidos em homicídios e as características geográficas do crime que corresponde à primeira questão específica: 'como se configuram os casos de homicídio envolvendo jovens homens na cidade de Ponta Grossa'.

Para o levantamento desses dados houve a necessidade de inúmeras horas durante meses lendo cada documento judicial na 13ª Sub-Divisão de Polícia Civil. A sala destinada para o trabalho eventualmente aconteciam depoimentos e declarações para compor inquéritos da divisão de homicídios da referida delegacia. Isso possibilitou o acesso a episódios que provocaram uma série de reflexões, mas, que não compõem os dados sistematizados, afinal, refere-se somente ao diário de campo. Um conjunto de experiências vivenciadas no local de pesquisa evidenciava o problema da compartimentação do sistema de justiça criminal.

Numa tarde de uma quinta-feira julina, já nos corredores, ouço²⁰ um jovem aguardando para dar um depoimento. Em conversa com um funcionário, afirma que os policiais não ajudam e por isso a comunidade se revolta. O menino diz ainda que eles poderiam até ajudar, mas eles ficam 'baixando'²¹ em todo mundo, tanto a si próprio e seus camaradas como idosos e finaliza sentenciando que na vila onde mora ninguém respeita os 'homem', referindo-se aos policiais. O funcionário de pronto se prestou em diferenciar entre a polícia militar, popularmente denominada

²⁰ Aqui é realizada uma quebra na regra geral dessa tese, ao transformar a escrita indireta para primeira pessoa. A mudança é tomada para resgatar a escrita do diário de campo.

²¹ Refere-se a realizar abordagens.

como de rua, e a civil, de investigação, opinando que muitas vezes os ‘de rua’ são muito exagerados mesmo.

Para associar a esse episódio, alguns dias depois numa manhã quase passada da hora do almoço, um policial militar que havia tirado o dia para dar um depoimento solicitado pela promotoria para maiores esclarecimentos sobre um caso de homicídio, ao terminar de ler às pressas a transcrição do documento, indaga à escrivã: ‘por que a promotora está fazendo isso? Está ‘azedando’²²? Tendo ouvido que isso se deve ao aumento de coerência dos relatos presentes no documento de investigação, o policial finaliza: ‘se ela [a promotora] fosse ficar uma noite com a gente na viatura não ficaria fazendo essas coisas’.

Através desses dois relatos percebe-se o olhar de um civil, no caso, um jovem do sexo masculino, com idade escolar e residente em alguma área periférica de Ponta Grossa, a respeito da significação que um agente de justiça possui em seu cotidiano e o olhar de um agente policial a respeito do sistema de investigação e ao próprio cotidiano. Ambos²³ representam um aspecto que alguns pesquisadores têm se debruçado, o profundo distanciamento entre funções dos operadores envolvidos em um sistema de justiça criminal.

A socióloga Maria Porto (2015) busca compreender as representações sociais dos operadores de direito na região metropolitana de Brasília. A autora argumenta que existe um ‘não-dito’ e um ‘interdito’ presente nas representações sobre as próprias funções e as funções de outros agentes que produzem uma ‘articulação frouxa’ entre o quadro funcional. De promotor a juiz, de escrivão a investigador, cada um possui práticas e métodos distintos e que correspondem a momentos diferentes da investigação. Existem dificuldades de diferentes âmbitos, desde a organização das ideias sobre os fatos em um documento e sua sistematização de acordo com a complexidade da rua até a interpretação de leis penais e tipificações dos crimes cometidos. Assim seguem os conflitos de interesse e desandam os índices de elucidações dos homicídios.

Machado (2015) também analisa os discursos de membros do sistema jurídico-penal a respeito dos inquéritos policiais e define que entre as interações organizacionais conflitivas, como entre delegados de polícia e promotores de justiça

²² Referindo-se a atravancar um andamento de uma rotina aceitável, querendo causar intrigas.

²³ Existem outros relatos de conflitos entre funções de trabalho, mas, que não serão citados devido a possibilidade de identificação indireta e o objetivo aqui é apresentar as contradições do sistema de justiça criminal e não associar pessoas a problemas.

ou entre o Ministério Público e o Judiciário, predomina sempre a autovalorização da própria função e o ceticismo das demais funcionalidades, conduta característica numa divisão do trabalho. Conforme afirma Porto (2015), essas características de desintegração entre partes do funcionalismo que são complementares acabam por integrar um contínuo modo de operação seletivo e previsível²⁴.

Sérgio Adorno (1994) argumenta que uma pretensa racionalização da justiça reforça marcas e estigmas que circulam entre os conflitos identitários e caracteriza-se pela sua desigualdade na efetividade das condenações. Trazendo algumas reflexões organizadas no próprio contexto do campo, através do diário, a desigualdade é agravada estruturalmente na própria condição socioeconômica da vítima, por exemplo.

É corriqueiro acessar inquéritos de homicídio que possuem poucas páginas e informações escassas. Na maioria das vezes, isso se deve a própria história e geografia de vida da vítima. Para pensar em contraste, o caso de ‘Nelson’²⁵, um homem branco, com filhos e namorada, era vendedor e possuía alguns funcionários, tinha um carro popular e, no mesmo, foi encontrado morto no porta-malas. Seu inquérito possuía quase trezentas páginas, com investigações em celulares e inúmeras declarações de conhecidos, familiares e testemunhas. Diferente de ‘Wesley’²⁶, que morreu com dois tiros, morador da Vila Nova, vertente de arroio na porção sudoeste de Ponta Grossa, tinha problemas psicológicos, sem pai, vivia na rua, mas não vivia com ninguém, seu inquérito só possui o laudo da morte.

Há certo tipo de correspondência entre o número de relações que marcavam a sociabilidade de uma vítima de assassinato e o número de páginas que terá seu inquérito. Provavelmente ‘Wesley’ não terá seu assassino indiciado, na verdade, é ele quem paga por ter uma estória e uma geografia tão restrita, tão precária. O que torna mais problemático essa reflexão é que ‘Nelson’ é a exceção, e ‘Wesley’, a regra.

A precariedade social espelhada na investigação se expressa em outros elementos que carregam contradições instigantes, como é o caso de ‘Negão’, assim

²⁴ Salvo mediante pressões de entidades internacionalizadas como a Anistia Internacional ou dos movimentos sociais como as Mães de Maio, entre outros relatórios do próprio governo, a exemplo do Instituto de Pesquisas Aplicadas que dão subsídio para a criação de políticas de segurança pública que têm obtido êxito na diminuição de índices de crimes letais em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro (WAISELFISZ, 2012).

²⁵ Nome fictício.

²⁶ Nome fictício.

chamado por seus companheiros. Era morador de rua e de acordo com uma interpretação rasa sobre sua foto era possível definir seus traços negros, contudo, seu laudo do Instituto Médico Legal constava raça/cor: 'branca', ao que de imediato indaguei: seria o cadáver certo? Enquanto metade de mim seguia na dúvida a outra seguia refletindo sobre outro caso que passo a contar.

Numa manhã de maio de 2016, enquanto analisava a pilha de inquérito reservada a mim, um depoente relatava na condição de testemunha os fatos que afirma ter presenciado a respeito de um assassinato. Enquanto 'Alan'²⁷ descrevia o caso, fui perceber que na verdade era amigo da vítima e, para acentuar, tinha carregado durante alguns metros seu amigo baleado em sua própria moto e o escorado para não cair no chão. Mas, tudo que ele recebia da sua narrativa dos fatos, eram perguntas, acusações sobre sua conduta e os porquês da sua presença em uma zona de tiros. 'Alan', jovem, só explicava que havia saído à noite numa vila do outro lado da cidade, Ouro Verde, a pedido de seu amigo. Mas as suspeitas eram maiores. O interrogatório lhe tomou horas ao que apenas afirmava não saber de onde vieram e quem eram as pessoas que atiraram.

A princípio, num olhar inquisidor, essa é uma prática corriqueira e necessária. Assim seria se não fosse aquela metade de mim estar refletindo sobre as desigualdades penais e atenta ao fato de que 'Alan' na verdade também tinha sido baleado por um tiro pelas costas e havia acabado de sair do hospital. 'Alan' era sobrevivente de um tiro, segundo ele, por engano. Mas, ele também era negro, tratado como um envolvido. Levou um tiro, porque estava na hora errada e no lugar errado e foi tratado como mais um 'delinquente' envolvido em assassinato por ser errado em qualquer hora e lugar.

Adorno (1995) analisa casos de homicídio em São Paulo no ano de 1990 e afirma que brancos e negros cometem crimes violentos na mesma proporção, entretanto, os negros são mais perseguidos pela vigilância policial e possuem maior dificuldade de defesa e recebem mais punições e mais rigorosas que os brancos.

A partir das narrativas apresentadas no campo investigativo em Ponta Grossa, Paraná – cidade considerada uma das mais brancas do país – surge a necessidade de problematizar a raça, bem como a relação imediata e ficcional entre

²⁷ Nome fictício.

pobreza e delinquência, e refletir sobre a ‘saúde’ de leis penais que têm como objetivo a manutenção do bem estar da população.

iii. de adolescentes em tratamento a sujeitos em sistematização – sobre ética na investigação²⁸:

Como as demais reflexões feitas nessa seção, os argumentos que seguem estão organizados com base no diário de campo. Outro momento e espaço do campo, demandado pelos questionamentos dessa pesquisa, é a comunidade terapêutica de adolescentes homens, que se apresentou como um local metodológico estratégico para o possível contato com o grupo social empírico construído nessa pesquisa²⁹.

Longe de ser um roteiro sem finalidades sobre momentos do campo, cada episódio possui um encontro, ou um conflito, que marcam de maneira subterrânea ou clara a construção argumentativa da tese. Esse momento produziu dois eixos de reflexão: sobre ética na pesquisa científica e sobre os afetos e comportamentos dos adolescentes que marcaram e motivaram uma abordagem sobre uma ‘violência não continuada’.

As reflexões sobre ética na pesquisa surgiram inicialmente da simples e frágil condição de carência que um sujeito pesquisador tem de aprender com grupo que se quer pesquisar. A proximidade possui esse risco, o de contradizer as compreensões e ‘imaginações geográficas’ pessoais (MASSEY, 2008) a respeito do grupo empírico. Antes, o contato entre pesquisador e grupo era intermediado por territórios de significações que podem ser desde livros literários e científicos até reportagens midiáticas de fim de semana.

Doreen Massey (2008), ao argumentar sobre o pano de fundo ‘a-espacial’ das conceituações sobre globalização, afirma que um imaginário geográfico é a criação de um mundo para si que possui a capacidade de dar o próprio tom de um diálogo científico. A sensação que comentei da necessidade de aprender sobre um

²⁸ Ainda, que a seção esteja concluída, apenas chamo a atenção nesse momento da argumentação, para o fato de que o campo de investigação ainda está em andamento, outros locais e episódios poderão ser vivenciados de maneira a tornar imprescindível sua adição na redação posterior ao momento da qualificação.

²⁹ As justificativas e delimitações do recorte empírico de análise estão presentes no capítulo 2 e 3, aqui a atenção está apenas sobre a construção de um objeto de pesquisa e suas posicionalidades inexoráveis e seus tensionamentos emergentes do contato entre pesquisador, teoria e indivíduos pesquisados.

cotidiano, outrora imaginado, provocou a vontade de pensar a ética na pesquisa. É claro que um discurso sobre ‘aprender’ possui uma polissemia de uso. Alguns usam como ponto de partida para revisões, outros para confirmações. Como em casos de um ‘parasitismo’ científico corriqueiro que consiste em um sujeito pesquisador, assumidamente ou não, forjar-se aberto e sensível à condição do grupo pesquisado, mas sua sensibilidade e abertura vão até os bons resultados, privando-se de uma reflexão sobre as implicações do resultado e das intervenções de produção de dados.

Alguns geógrafos/geógrafas da Geografia Cultural e Feminista têm elaborado reflexões críticas sobre a própria noção de ética evocada no discurso acadêmico. Peter Hopkins (2007), examinando pesquisas que já realizou com homens jovens muçulmanos e crianças sem pais, reflete sobre a posicionalidade do pesquisador mediante grupos que exigem cuidados e, sobretudo, possuem uma distância identitária evidente. Ainda que o autor tenha realizado pesquisas participativas, o artigo tem o objetivo de ressaltar a necessidade de práticas éticas, ou melhor, um posicionamento ético que em si precisa estar flexível e aberto à gestão e negociação de posicionamentos e conhecimentos de diferentes contextos, destoando inclusive do próprio discurso institucional sobre ética na pesquisa.

O geógrafo inglês, Hopkins (2007), argumenta que há uma verticalidade de comitês de ética que são homogêneos e inaptos a contextos diferentes. Esse tipo de comportamento acadêmico procede a outras realidades, como a brasileira. É comum ver a evocação ‘ética na pesquisa’, muito relacionada aos cuidados que um pesquisador deve tomar para a legitimidade dos próprios dados, e não sobre a condição e implicações que podem acontecer na intervenção do pesquisador ou pesquisadora. Ou ainda, sequer refletir sobre os limites e problemas dos resultados de pesquisa enquanto estão preenchidos e distraídos com os ‘benefícios’ que teoricamente virão.

Em debates no âmbito do Grupo de Pesquisa Territoriais (GETE/UEPG) é sempre um consenso a necessidade de uma troca de conhecimento com o grupo pesquisado e isso implica uma posição solícita. Durante os anos de 2014 a 2016 foram elaborados, em parceria com a própria direção da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, projetos de extensão com objetivo de auxiliar na formação educacional e na efetividade do tratamento, através de momentos de educação não-formal. Os projetos de extensão executados pelo Grupo

(GETE/UEPG)³⁰ auxiliaram indiretamente e diretamente no processo de aproximação com os meninos internos.

Os projetos em que participei foram as saídas de campo com educação não-formal e musicalização. O primeiro tem o objetivo de proporcionar momentos de interação com diferentes espacialidades, desde paisagens naturais, como cavernas e cachoeiras da região, a parques urbanos e aeroporto da capital do estado. O segundo trata de aulas semanais com momentos lúdicos utilizando a linguagem da música que ofereceu noções básicas do som, interação com apresentações musicais e diferentes instrumentos, técnicas para tocar violão, entre outras atividades que desse conhecimento para estimular atenção, concentração e sensibilidade musical.

É demais dizer que essas pequenas práticas bastam como um triunfo da ética na pesquisa. As geógrafas Cahill, Sultana e Pain (2007) pensam os desafios das abordagens da 'pesquisa participativa'. A partir dos escritos de Paulo Freire afirmam que uma pesquisa participativa deve primar pela intervenção colaborativa e inclusiva. Proporcionar momentos lúdicos ou simplesmente de distração na trajetória de internamento dos adolescentes em tratamento de dependência química não posiciona de maneira crítica as opressões e processos de 'sujeitificação', como propõe a filósofa feminista e decolonial Maria Lugones (2014), nem tão pouco proporciona uma 'ética da libertação' crítica aos engodos colonialistas da ética moderna, como endossa o pensador argentino Enrique Dussel (1977).

Entretanto, as práticas relatadas estão posicionadas aqui como uma estratégia metodológica menos 'traumática' possível, e justifico sua eficácia com o seguinte argumento. Se todo discurso é intervencionista, toda fala sobre outrem é de certa forma uma agressão. Quando um discurso narra ou organiza a narrativa de alguém ou de um grupo, pode estar compondo um 'diagrama'. Na filosofia de Gilles Deleuze (2008), um 'diagrama' é um conjunto de funções que ignoram a distinção entre conteúdo e expressão, e que além de ser relativamente cego e mudo, faz ver e faz falar, enquanto uma multiplicidade espaço-temporal a tônica está na sua produção e não no sucesso da sua representação. Não havendo representação, 'dizer' é também um ato e, discurso, é também poder. A simultaneidade de um

³⁰ Ao todo foram quatro projetos de extensão ofertados em diferentes momentos no ano, que inclusive oferecem certificados pela UEPG. São eles: noções básicas sobre informática, alfabetização, musicalização e práticas de campo com educação não-formal.

‘diagrama’ com as relações de forças faz com que ele ou embaralhe as cartas de um jogo ou simplesmente dê continuidade às regras predispostas em um tabuleiro e às diferenças entre os jogadores.

O que se quer dizer é que um contato continuado com o grupo social investigado através de outras atividades que não de uma entrevista, um questionário, ou outra metodologia, cria um campo de intervenções mútuas no relacionamento entre os envolvidos. Geralmente a relação entre pesquisador e pesquisado é traumática e, ser menos traumática, é distribuir as intervenções. A efetividade da didática em questão não está na maior proximidade, igual a maior compreensão do outro, mas, quanto maior a exposição de uma relação sempre ‘agressiva’, no sentido de alterar a posição confortável dos corpos, produz maior possibilidade de um tensionamento nos próprios preceitos teóricos naturalizados no cotidiano do território de significações acadêmicas.

Isso tem relação com a ‘hermenêutica diatópica’ proposta por Boaventura de Sousa Santos (1997), ao compreender um ‘outro’ é necessário ressaltar a incompletude de sua cultura, ainda que o interior de um território de significação simule uma sensação de completude uma hermenêutica diatópica é ampliar a consciência de incompletude mútua de um diálogo³¹. A incompletude é oriunda de uma espacialidade de inter-relações sempre abertas a novas possibilidades (MASSEY, 2008). Essa mesma disposição em ressaltar a incompletude é responsável pela organização do segundo eixo de reflexão sobre esse momento do campo de investigação. Mediante um contato continuado, a noção de uma violência não continuada pôde ser experienciada e argumentarei a seguir sobre essa afirmação.

A comunidade terapêutica, pela atual administração, tem a conduta de motivar os adolescentes a completar os meses que encerram o tratamento e, quando sua ‘internação’ é uma medida socioeducativa, é exigido que se complete. Entretanto, administrativa e arquitetonicamente não se trata de um regime de reclusão, o que possibilita com que haja uma rotatividade de internos. Entre permanentes, entradas e saídas, as aulas de musicalização possibilitaram que, ao menos uma vez por semana, eu tivesse contato com uma média de 10

³¹ O filósofo dinamarquês do século XIX, Soren Kierkegaard, citado por Souza (2011), alerta para a tendência que temos em ser subjetivos consigo mesmo e objetivo com os outros. Dessa forma, temos a tendência em relativizar atitudes de si e sentenciar as condutas dos outros.

adolescentes. Os encontros foram marcados por inúmeros momentos de encantamento, estranhamento e surpresas, sobretudo, uma complexidade de vontades, racionalizações e afetos.

Os bastidores de uma pesquisa, como já argumentado, participam diretamente da cena final escrita e o contato continuado influenciaram nas próprias leituras e escolhas teóricas presentes nessa pesquisa, a saber, a Geografia dos Afetos e debates pós-estruturalistas sobre a noção de *assemblage*, ou agenciamento concreto e abstrato. A parte teórica está justificada no capítulo 4. Aqui será explicitada sua ambiência.

Entre os dias de aulas houve numerosos convites para jogar bola, indagações sobre meu trabalho, presentes de artesanatos elaborados nas atividades laborais que executam na comunidade, conversas sobre drogas, música e seus estilos. Também vivenciei sorrisos, piadas, ansiedades, euforias, preguiça, etc. Enfim, os dias ressaltaram a primeira característica que queria pontuar: 'complexidade identitária'.

Um olhar científico geográfico está atento aos padrões e repetições, sobretudo, aos agenciamentos manifestos em formas de subjetividades que envolvem um fenômeno, no caso aqui, a violência homicida. Sem negar essas continuidades de sujeições é preciso assumir que elas são uma escala de análise que não correspondem necessariamente às microrrelações identitárias. Há multiplicidade, mesmo nas mais coesas máquinas de guerra (GUATTARI e DELEUZE, 2010).

Além da convivência com as linguagens e corporalidades dos meninos, foi possível perceber um 'ciclo legitimador identitário' através da relação processual entre os recém-chegados na comunidade e os que já estavam há mais tempo. Na medida em que os mais novos na casa entram, o fazem experimentando um novo universo de relações, entre códigos não-ditos e coerções espontâneas, precisam se posicionar de alguma forma, escolhendo entre aquilo que lhes aumente sua capacidade de afetar e ser afetado. Essa visão spinozista, é semelhante a análise comportamental de Skinner (2003) que afirma haver um processo de experimentação em cada espaço vivenciado.

Não quer dizer que se trata somente de um sujeito autoconsciente elaborando suas escolhas, mas, o próprio *self*, é comprometido pela microfísica do poder local (FOUCAULT, 2000). 'Tornar-se' isso ou aquilo é sempre um 'tornar-se' para alguém.

A subjetividade se faz ver e ouvir através das capacidades de fazer ver e fazer falar (DELEUZE, 2008). Dessa forma, as alianças e códigos elaborados na espacialidade da comunidade de tratamento vão sendo processualmente assimilados pelos recém-chegados. E o central não está nisso, mas na forma como acontecem essas assimilações. É por meio dos próprios internos que o dito, não-dito e o inter-dito é estimulado, através de um regime de ações sobre ações (FOUCAULT, 2009).

Os mais velhos na casa elaboravam alertas sobre os limites de falar sobre assuntos como drogas ilícitas, bebidas alcoólicas e trajetórias criminais, e ainda efetuavam repreensões sobre condutas de indisciplina contextual, como conversar em momentos que exigiam silêncio. Essas práticas exortativas dificilmente são feitas em outros contextos, fato que causava certa surpresa por parte do menino repreendido ainda mais pelo próprio colega de turma. É claro que muitas vezes a resposta era a contestação, mas às vezes em que eram atendidas, fizeram surtir a sensação de que foram muito mais naturais e efetivos do que eu mesmo chamar a atenção. Skinner (2003) afirma que dentre uma relativa liberdade o controle em si não é um problema, o problema são certos tipos de controle.

Essas evidências não servem para ressaltar as efetividades do tratamento e endossar sua necessidade, trata-se justamente do inverso disso. Pontuar a capacidade da gestão espontânea entre os internos só convida a refletir sobre as espacialidades que vivenciam fora da comunidade e quais são os ‘tratamentos’ a que têm sido submetidos e quais têm legitimado.

A ‘complexidade identitária’ e o ‘ciclo legitimador identitário’ convergem para o argumento central que expus: de que existem discontinuidades na violência continuada. Ou seja, se a violência é continuada em sua vitimação e seus espaços de ocorrência, não quer dizer que ela é onipresente na trajetória espaço-temporal dos sujeitos envolvidos na violência, nem tampouco é uma característica psicológica latente. Talvez ‘violência homicida’ seja um dos pronomes de tratamento em que ‘necropolíticas espaciais’³² tem se empenhado em associar a jovens, do sexo masculino, geralmente negros e residentes nas áreas periféricas pobres das cidades grande e médias do Brasil.

Outro elemento de postura científica tomada por essa tese influenciada por esse momento de reflexão sobre ética na pesquisa e os tensionamentos mútuos

³² Problematizado no capítulo 2.

entre pesquisador e pesquisado, é a utilização da linguagem cotidiana utilizada pelos meninos entrevistados. A presente tese toma a conduta de adequar a linguagem falada para a escrita através de concordâncias ortográficas e algumas gramaticais, contudo, a forma sintática e palavras que identificam o grupo serão mantidas com o objetivo de produzir um caminho comunicacional entre o leitor e o grupo investigado. Outra conduta diretamente influenciada por esses momentos de proximidade com o grupo é a de apropriação de palavras específicas do grupo para a construção argumentativa de tese. Figuras como ‘nóia’ e práticas de ‘correria’ possuem uma força de significação que contribuem para ampliar o debate estabelecido aqui. Claro, atentando-se sempre para explicação dos seus significados.

A presente seção apresentou três momentos do processo de construção da pesquisa que a comprometeu de modo a reformular-se. A reconstrução das questões de partida aconteceu mergulhada no encontro entre pesquisador e o campo exploratório. Se há um ‘objeto’ científico, ele emerge desse encontro, um recorte dos encontros de forças e signos que nunca cessam.

O universo percebido na trajetória investigativa através dos locais estratégicos para elaboração e sistematização de dados se configura em uma infinidade de sentidos e negociações cotidianas. Sua complexidade manifesta suas contradições que podem ser vivenciadas por um pesquisador e estas serem pensados enquanto um ato de experimentação. Assim foram pinçados episódios que problematizam os conflitos de interesses de justiça, que em tese é um vetor unívoco sobre si mesmo.

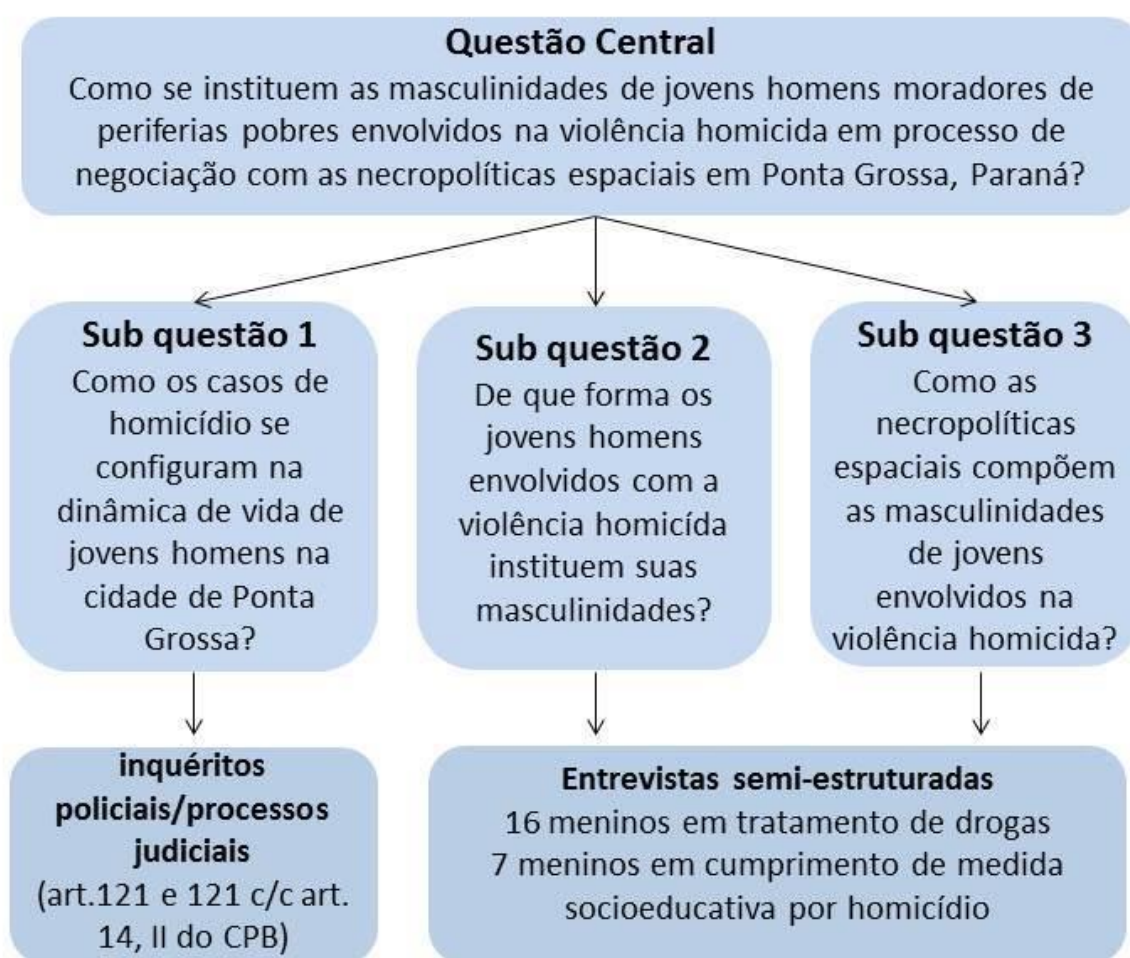
Por fim, o cotidiano com um grupo social produziu uma série de reflexões e afetos que ainda que resumidos em alguns episódios, posso assumir, permeiam grande parte da escrita. A convivência me tencionou a ponto de criar em mim um tipo de responsabilidade sobre o ato de ‘narrar o outro’. Os argumentos sobre ética na pesquisa devem almejar a própria desconstrução da ‘eficácia de si’.

1.3– Construção metodológica da pesquisa: a descrição dos dados e os seus limites

A presente pesquisa está organizada através de dois caminhos metodológicos de forma a atender suas questões. Um está pautado na análise documental de inquéritos policiais como estratégia de compreensão da presença do

homicídio na vida de homens jovens pobres na cidade de Ponta Grossa (primeira subquestão). O outro caminho representa a realização de entrevistas com jovens homens envolvidos com a violência homicida como estratégia metodológica para compreender como esse grupo instituem suas masculinidades (segunda subquestão). Ambos os caminhos estão assentados sob a matriz teórica demandada pelas questões de investigação. Como pode ser visualizado na Figura 3.

Figura 3 – Diagrama das Questões de Pesquisa e os Caminhos de Operacionalização



Organizado pelo autor.

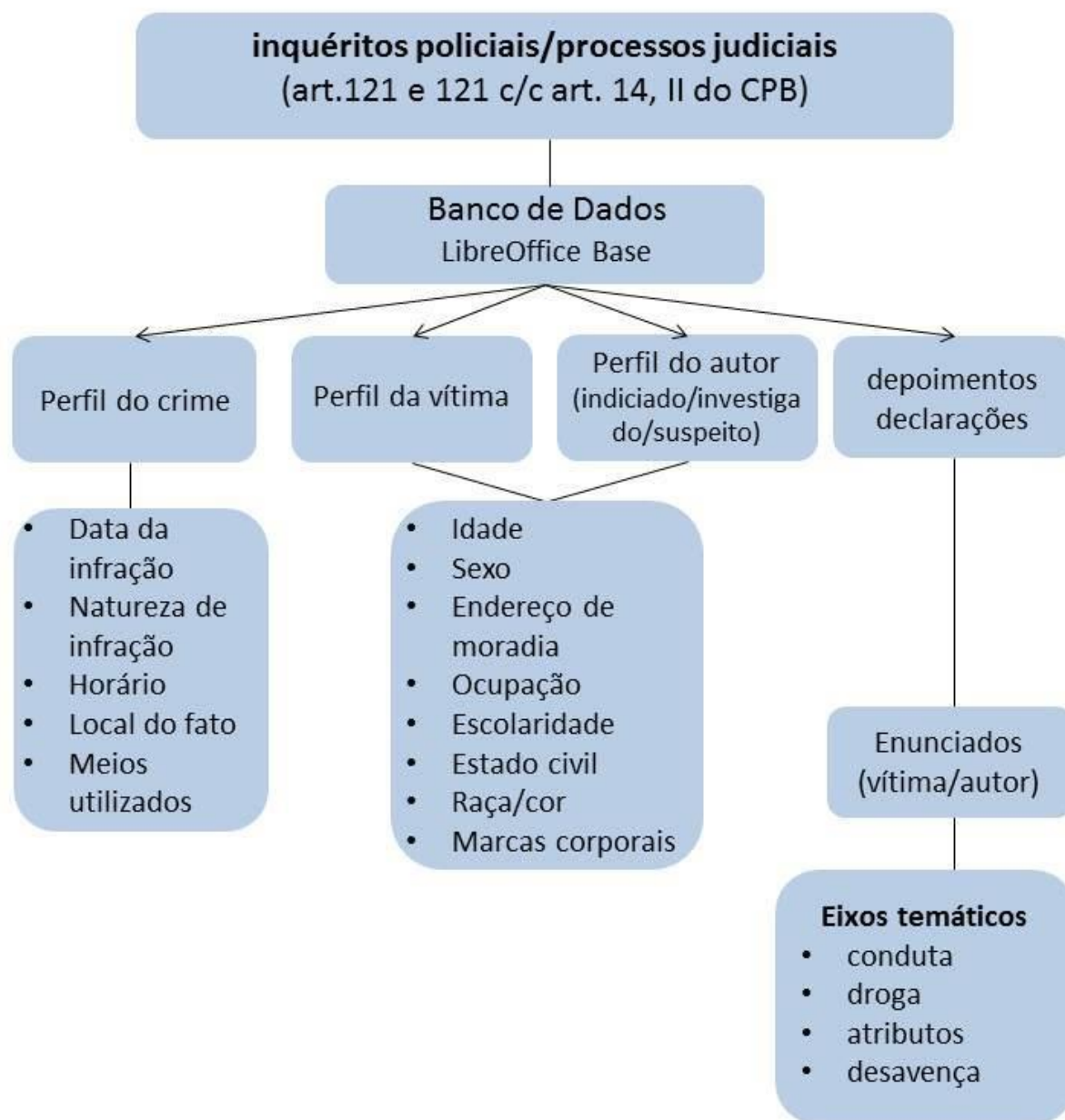
As contribuições das Geografias Feministas estão transversalmente posicionadas em diferentes momentos dessa pesquisa³³. Contudo, o debate feminista sobre a reflexividade da construção científica (ROSE, 1997) e a

³³ O debate sobre as construções de masculinidades está implícito no aporte teórico (capítulo 3) e compreensão do cotidiano do grupo social investigado (capítulo 4 e 5).

posicionalidade do indivíduo pesquisador alertam para o fato de que a elucidação dos limites da pesquisa e suas implicações são práticas centrais para a validação de dados (HARAWAY, 1991). A validade num sentido valorativo de pertinência social e implicações do discurso científico, invés de uma suposta cumplicidade com a verdade. Dessa forma, essa seção se destina a apresentar a forma como a operacionalização metodológica foi organizada pelo norte das questões da pesquisa. Juntamente, posicionar as escolhas metodológicas e refletir sobre seus limites.

Conforme Figura 3, para atender a primeira subquestão da pesquisa foram analisados 86 inquéritos policiais ou documentos já na condição de processos judiciais, configurados no Artigo 121 do Código Penal Brasileiro, que diz sobre a morte de pessoa humana praticada por outra. Também foram considerados os homicídios tentados (Artigo 121 c/ Art. 14, II do Código Penal). Os dados estão problematizados no Capítulo 3 e atendem a seguinte organização.

Figura 4 – Informações Sistematizadas sobre os Inquéritos Policiais



Organizado pelo autor.

A organização de um Banco de Dados através do software LibreOffice Base foi estabelecida através de um campo exploratório. A leitura de alguns documentos judiciais permitiu que fossem elaborados campos de informações encontradas na investigação. Dessa forma, foram organizados quatro possibilidades de informações descritas na Figura 4 acima: perfil do crime; perfil da vítima; perfil do autor e informações sobre o crime e os envolvidos presentes nos depoimentos (quando há intimação judicial) e declarações. Os dados sobre os perfis (vítima/autor e crime)

geram planilhas que posteriormente são organizadas estatísticas de frequência e correlação entre as variáveis.

As informações sobre os depoimentos/declarações foram organizadas a partir de enunciados³⁴ sobre os envolvidos. Lendo a transcrição dos escrivães da polícia civil foi registrado todo enunciado que descrevia tanto a vítima como o autor (exemplo: 'bravo'; 'cafajeste'; 'bebia muito'; 'traficante'), bem como, narrava informações sobre os fatos que culminaram na infração investigada (exemplo: 'levou tiro'; 'buscou faca'; 'enfrentou'). Posteriormente, esses enunciados foram analisados e organizados em eixos temáticos, os quais foram identificados que dentre o conjunto total de enunciados sobre as vítimas, estes falavam sobre 'conduta', 'desavenças' ou 'droga' e sobre os autores, 'conduta', 'atributo' e 'droga'. Essa relação entre os eixos temáticos e a frequência dos enunciados está expressa nos Grafos 1 e 2 (capítulo 3). Ainda sobre os depoimentos/declarações, também foram transcritas trechos representativos sobre o caso, com o objetivo de auxiliar na interpretação posterior do conjunto de enunciados sistematizados, assim como, contribuir na construção argumentativa dos resultados.

A maneira descrita de como foram organizados os depoimentos/declarações também se deve ao fato da impossibilidade de análise de conteúdo do discurso. O texto transcrito é organizado e filtrado pelos escrivães da Polícia Civil e esse filtro é administrado mediante os modos de operação da própria instituição em que representa. Como polícia investigativa, a Polícia Civil busca atender metas de resolução de crimes e gerar índices de criminalidade municipal e regional. Portanto, as informações são organizadas de maneira concisas e alinhadas com um conjunto articulado entre si de informações que criem uma narrativa coerente sobre a infração.

Ainda que as características sobre os envolvidos ou fatos narrados sobre o assassinato contribuam para elaborar uma rede de permanência enunciativa entre os casos, o material não se configura enquanto um corpo textual passível de análise sistematizada do discurso. Principalmente por sua finalidade, a transcrição dos depoimentos/declarações não representa o encontro entre questões evidentes e a enunciação do entrevistado, elementos imprescindíveis na interpretação do

³⁴ O termo 'enunciado' é utilizado em seu significado direto de expressar/expor de maneira simplificada uma proposição. Como palavras-chave, os enunciados são sacados do texto como expressões diretas sobre inferências estabelecidas mediante os questionamentos de pesquisa. No caso, enunciados diziam exclusivamente sobre a vítima, autor investigado ou fatos da infração.

conteúdo discursivo de um texto, como ressalta Bardin (1995). Existe, entre os questionamentos e a transcrição, um hiato obscuro que ao menos que fosse analisar a construção discursiva policial sobre as testemunhas dentro de um processo investigativo, não é possível tomar os depoimentos/declarações uma construção discursiva de testemunhas sobre os fatos sem que considere que é antes e ao mesmo tempo, um discurso policial-investigativo.

Como descrito na seção 1.2, houve mudanças no caminho investigativo referente à busca pelo autor enquanto um componente presente na construção da violência homicida masculina. Portanto, diferente da dissertação (GOMES, 2013), foram consideradas informações pertencentes aos autores de homicídio. O desafio se estabeleceu pela dificuldade em acessar informações sobre pessoas indiciadas, considerando que a natureza do crime de homicídio no país leva a um índice de resolução e indiciamentos pelo crime de homicídio muito baixo. Os dados de autoria problematizados no capítulo 3, dessa forma, considera todas as informações sobre indiciados, em sua maioria, também suspeitos investigados. Grande parte dos inquéritos apresentam informações sobre autores investigados que através de diligências de rua da Polícia Civil, os investigadores já possuem informações sobre a autoria. Entretanto, não possuem informações válidas processuais para o indiciamento, como conversas informais e denúncias sem registro.

Conforme a Figura 3 o segundo caminho metodológico estabelecido foi a realização e sistematização de entrevistas com o grupo social evidenciado. Conforme análise elaborada no Capítulo 3, os casos de homicídio na cidade de Ponta Grossa possuem marcadores bastante específicos na dinâmica de permanência de casos de assassinatos. A violência homicida se mostra predominantemente masculina, jovem residente em áreas periféricas pobres e está majoritariamente tramada na territorialidade do tráfico de drogas ilícitas.

As dinâmicas desse tipo de violência apontam para múltiplas interações em uma trama inter-escalar. O que possibilita a violência homicida não são aspectos definitivos como renda, gênero, localização, presença de droga ilícita, bebida alcoólica, etc, porque não há exclusividade em nenhuma desses marcadores. A relação entre causa e efeito não é direta, nem tampouco unilateral, se existem causas dentre numerosos assassinatos, elas estão implícitas num jogo relacional entre múltiplos agentes e afecções. Nesse sentido, a compreensão não de indivíduos agressivo/violentos, mas de espacialidades de violência, exige que a

localização do crime e definição do perfil envolvido, seja um ponto de partida e/ou passagem.

As espacialidades de violência acontecem e se repetem com traços de previsibilidade de dívidas, negociações, desavenças, confusões, etc, os quais estão agenciados a identidades, performatividades de gênero, jogos discursivos, afetos, etc, enfim, geografias. Geografias essas que precisam ser narradas pelos indivíduos quem as incorporam. Dessa forma, a realização de entrevistas com indivíduos que compõem as espacialidades violentas evidenciadas nos registros policiais tornou-se uma etapa primordial para pesquisa.

A estratégia metodológica de acesso a jovens homens envolvidos com a violência homicida teve como referência inicial a Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, devido à experiência obtida em Gomes (2013). Na dissertação (GOMES, 2013) foram realizadas entrevistas com adolescentes que narravam histórias de morte violenta, por vezes, enquanto testemunhas e outras como participantes. A Comunidade Marcos Fernandes Pinheiro é uma instituição de tratamento que atende a pessoas do sexo masculino com até 18 anos de idade. Ela está vinculada a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e é administrada pelo Ministério Melhor Viver vinculada a uma igreja evangélica da cidade³⁵. Após atividades de aproximação descritos na seção 1.2, foram realizadas 15 entrevistas com os adolescentes internos (capítulo 3).

As entrevistas semiestruturadas foram executadas mediante o Roteiro de Entrevista (Anexo 1) com perguntas direcionadas a atender as questões da pesquisa. O conjunto de entrevistas realizadas apontou para a necessidade de realização de mais entrevistas que atendessem de maneira mais aprofundada as espacialidades de violência. Baseado em Bardin (1995), a análise de conteúdo de um discurso composto por um pacote de entrevistas não atendiam a uma 'exaustividade' das questões, havia lacunas e pouca homogeneidade entre as informações sobre violência homicida.

Com objetivo de sanar essa dispersão a estratégia foi buscar mais entrevistas no Centro de Socioeducação de Ponta Grossa – Cense. O Centro recebe pessoas menores de 18 anos e em situação conflituosa com a lei em sua maioria da região Centro-Oriental do estado do Paraná. Assim como na Comunidade Terapêutica

³⁵ <http://ministeriomelhorviver.blogspot.com.br/> último acesso em 18 de dezembro de 2017.

(Anexo 2) tivemos a autorização da Juíza da Vara da Infância e Juventude de Ponta Grossa (Anexo 3). Apresentado os objetivos da pesquisa para a Direção, diretora Vera Lúcia Kanawate e assistente Rodrigo Dias, estes me auxiliaram no acesso a meninos internos cumprindo medidas socioeducativas por homicídios registrados na cidade de Ponta Grossa. Utilizando-se do mesmo Roteiro de Entrevistas (Anexo 1) foram realizadas 7 entrevistas semiestruturadas.

O contexto da organização interna do Cense, não permitiu com que fossem feitas atividades de aproximação. Portanto, diferente da Comunidade Terapêutica, o ato da entrevista se configurou enquanto um primeiro contato com os meninos. Esse fato influenciou a forma como as conversas foram delineadas. As respostas eram muito mais diretas e reduzidas, entretanto, a trajetória de vida dos meninos internos auxiliava em uma riqueza de episódios que envolvem práticas de violência e morte. Outro aspecto percebido foi que mesmo com a desconfiança inicial sobre quem e o que a figura do entrevistador representava, a utilização de termos naturais à linguagem cotidiana dos meninos e a postura de curiosidade em saber de histórias impactantes fez que os meninos utilizassem da entrevista como uma ação protagonista.

Através de uma pré-análise (BARDIN, 1995) do conjunto de entrevistas distribuídas em dois grupos de áreas de acesso distintas, alguns elementos ficaram evidentes. Ainda que tenham sido acessados pela busca das mesmas informações, os dois grupos se mostraram parcialmente distintos, porém, complementares. Entre adolescentes entre 13 e 17 anos de idade em tratamento de droga e jovens em sua maioria com 18 anos em medida socioeducativa por homicídio, parecia haver inúmeras espacialidades partilhadas. Algumas tramas locais, reflexões sobre a vida, emoções e atividades apresentaram ora sobreposição, ora proximidade.

Essas sobreposições parciais e proximidades oscilantes entre os dois grupos estão problematizados no capítulo 4 e 5, entretanto, para reflexão da construção metodológica da pesquisa é preciso explicitar que dialogam com a noção de ‘fluxo de vida’ que autores como Hockey e James (2003), Valentine (2003) e Hopkins e Pain (2008) se utilizam. Pensar ‘fluxo de vida’ é refletir sobre o movimento temporal da vida como o fluxo imprevisível de um rio, pelo qual, as pessoas vão experienciando as mudanças e elaborando constantemente sua identidade (HOCKEY e JAMES, 2003). Esse ‘fluxo de vida’ é composto por relações de intergeracionalidade (VALENTINE, 2003), pelos quais se estipulam distinções de idade,

mas principalmente se estipulam as atividades, corporalidades e identidades de um determinado momento da vida. Até pode se ancorar na idade, mas as atividades de identificação em processo são elaboradas de maneira interseccional (VALENTINE, 2003) a múltiplos elementos identitários, como de sexualidade, classe, corporalidade, emoções, etc.

Os dois grupos de entrevistas por vezes apresentavam trajetórias semelhantes, entretanto, os meninos em tratamento de drogas entrevistados em sua maioria são mais novos em idade e apresentam menos atos infracionais do que os meninos do Cense. Essas características apresentaram no discurso dos meninos da Comunidade como que uma sobreposição parcial de espacialidades vivenciadas e um entrelaçamento de narrativas sobre a vida sob outras perspectivas. Ao narrar a violência, esta estava ancorada em personagens masculinos que assemelhavam com os meninos entrevistados no Cense.

Os dois grupos contribuem para compreender, em processo, as práticas de assimilação mútua e incorporação partilhada de masculinidades violentas que é composta por diversos momentos de passagem e ‘maturidade’ através de um ‘fluxo de vida’. Trabalhar com os dois grupos auxilia na compreensão do processo de tornar-se homem, mediante uma estética da violência e através de cerimônias e performatividades de amadurecimento elaboradas localmente, sem deixar de estar agenciada a múltiplas escalas da gestão de vidas precárias.

Dessa forma, esses dois pacotes de entrevistas estão sistematizados separadamente, mas problematizados de maneira complementar (capítulo 4 e 5). Justificado a complementariedade analítica entre os grupos, a separação na sistematização se deve as premissas metodológicas. Uma vez que se configuram enquanto grupo diferenciado, a começar pelo local, condição da entrevista e experiências de vida, o corpo textual proveniente das entrevistas transcritas necessita ser sistematizado separadamente.

A sistematização dos dados parte de uma operacionalização adaptada da análise de conteúdo do discurso proposta por Laurence Bardin (1995) que afirma ser

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1995, p. 47).

As técnicas preveem uma análise sistematizada baseada na inferência, que segundo a autora, comporta-se como polos de atração estabelecidos na prática de comunicação. A análise de conteúdo não infere o significado estrutural de um discurso, antes, considera que a elaboração de uma enunciação é tomada por diversas evocações, enquanto momentos semânticos da trajetória de uma fala. A inferência, portanto, emerge do encontro entre aquilo que Bardin (1995) chama de ‘palavras indutoras’ (roteiro de entrevista) e ‘palavras induzidas’ (registro da entrevista) e através de evocações é possível elaborar ‘categorias-síntese’ (BARDIN, 1995). Sobre essas categorias evocativas é possível elaborar uma ‘dedução frequencial’ (Idem, 1995), ou seja, uma análise quali-quantitativa categorial de diferentes signos linguísticos.

É possível organizar sobre um corpo discursivo, portanto, categorias evocativas que figuram enquanto momentos de coesão interna, e posicioná-lo enquanto central ou não mediante a sua frequência na construção enunciativa. Através de uma análise geográfica a organização de um texto pode ser adaptada com mais elementos. Para lembrar Dennis Cosgrove (1998), toda vivência humana implica uma dimensão espacial; dessa forma, é possível elaborar inferências sobre espacialidades vivenciadas pelo grupo entrevistado e que estejam presentes nas narrativas sobre seu cotidiano. ‘Espacialidades’ conceituais podem ser organizadas enquanto um emaranhado de múltiplas inter-relações capazes de identificar as condutas, acordos e possibilidades provenientes da dinâmica de vida do grupo social pesquisado.

A operacionalização dessa análise sobre o conjunto de entrevistas se dá da seguinte maneira:

- i. Organização do corpo de entrevistas em ‘categorias evocativas’;
 - a. Exemplo: ‘morte de conhecido’.
- ii. Posicionar as ‘categorias evocativas’ em uma ‘espacialidade’;
 - a. Exemplo: ‘morte de conhecido’ na ‘vila’.
- iii. Identificar ‘outros’ enquanto qualquer personagem humano, figurativo ou real, presente na ‘categoria evocativa’;
 - a. Exemplo: ‘morte de conhecido’ na ‘vila’ onde aparece a figura do ‘camarada’.
- iv. Vincular as ‘categorias evocativas’ as ‘categorias temáticas’ como forma de organizar os principais eixos temáticos que atendem as questões de

pesquisas – da mesma forma as ‘subcategorias temáticas’ enquanto elementos mais específicos das ‘categorias temáticas’.

- a. Exemplo: ‘morte de conhecido’ na ‘vila’ onde aparece a figura do ‘camarada’, faz parte de ‘categoria temática’: ‘violência’ e ‘sub-categoria temática’: ‘injustiça’.

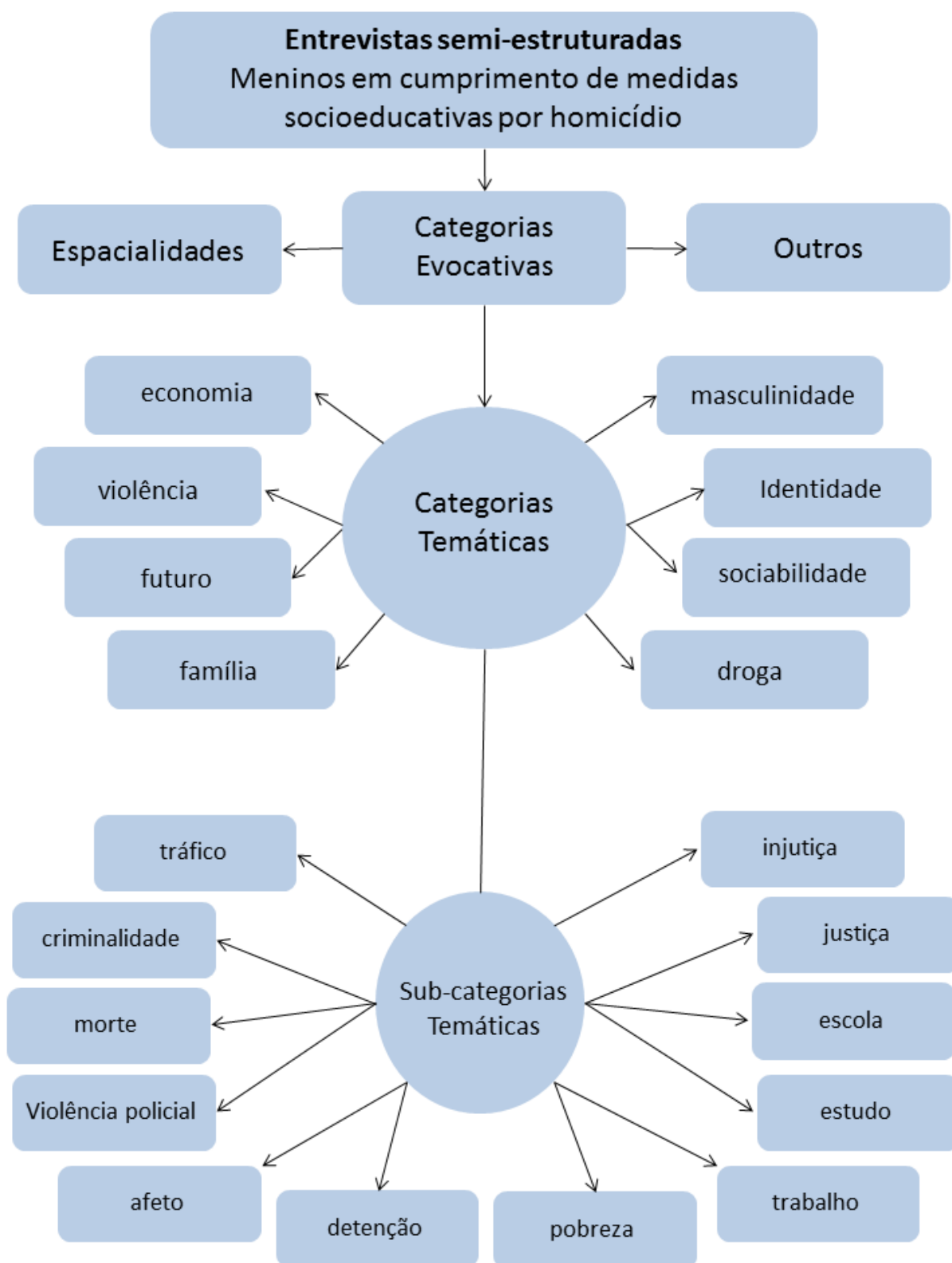
Essa organização foi elaborada separadamente para os dois grupos entrevistados como são demonstrados a seguir.

Figura 5 – Metodologia de Sistematização das Entrevistas com os Meninos em Tratamento de Drogas



Organizado pelo autor.

Figura 6 – Metodologia de Sistematização das Entrevistas com os Meninos em cumprimento de medidas socioeducativas por homicídio



Organizado pelo autor.

A sistematização das entrevistas descrita foi elaborada através de um Banco de Dados, elaborado pelo *software* LibreOffice Base no qual é possível cruzar variáveis e estipular a frequência de cada informação. Apesar da ordem apresentada de sistematização, a didática da metodologia problematizada no capítulo 4 e 5, parte da relação entre as ‘Categorias Temáticas’ e as ‘Sub-categorias temáticas’, como um mapeamento das temáticas atendidas pelas entrevistas e a relação entre elas (Grafos 1 e 2). Para a visualização dessa etapa foi utilizado o *software* Gephi.

Posteriormente, foram selecionadas as espacialidades mais frequentes na sistematização e elaborados grafos através do Gephi que expressam a ‘espacialidade’ e suas ‘categorias evocativas’, bem como, os ‘outros’ presentes. Dessa forma, é possível refletir sobre as espacialidades vivenciadas pelo grupo investigado e a relação entre suas práticas, emoções e socialização com os demais.

O presente capítulo teve como objetivo posicionar a pesquisa em seu campo científico, traçando uma trajetória sobre a produção da Geografia brasileira sobre a temática da violência. Posteriormente posicionar a pesquisa sobre o ‘*ethos*’ epistemológico decolonial e feminista nos quais essa pesquisa se ancora, buscar evidenciar os limites e contradições da trajetória científica através da relação entre o pesquisador e o problema social da violência. Por fim, é feito um posicionamento metodológico, descrevendo as escolhas e as etapas de sistematização dos dados organizados nessa pesquisa. Esses três caminhos são coextensivos entre si e se sustentam no aporte teórico que será problematizado no capítulo 2.

II – NECROPOLÍTICAS ESPACIAIS E OS AFETOS MASCULINOS DA VIOLÊNCIA: A RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO DA MORTE E A PRODUÇÃO DA DELINQUÊNCIA

*não é cova grande, é cova medida
é de bom tamanho nem largo, nem fundo*
(Chico Buarque de Holanda)

O segundo capítulo é responsável por organizar a problematização teórica exigida pela compreensão da violência homicida entre jovens homens no Brasil. O fenômeno da violência homicida no país se demonstra sofisticado pela sua capacidade em ‘fazer’ e ‘deixar’ morrer um montante considerável de indivíduos de maneira seletiva. Ao longo das quatro últimas décadas, pouca coisa mudou e se considerado sua gravidade, poucas políticas sociais e de segurança pública foram eficazes na contenção e dissolução dos casos de morte violenta nas cidades brasileiras. Mesmo que massivo e previsível o fenômeno se mostra dinâmico em sua geografia de efetuação.

Um cenário de guerra proporciona a suspensão de conceitos civilizatórios, as exceções tornam-se regra e o que imperam são as contradições. Da mesma forma, a violência homicida, ainda que previsível e zonal, demonstra que sua eficiência está na pulverização de suas causas, na escalaridade da sua efetuação e nas contradições dos imaginários geográficos alinhados a um pensamento penalizador/colonizador. Em um embate discursivo, o pensamento criminal e midiático empreende uma política de identidade despudorada no delineamento de sujeitos e lugares passíveis de escorrimento de sangue. Enquanto análises científicas comumente se restringem a uma análise da morte violenta de pessoas sem corporalidade, sexualidade e história.

Nessa zona cinzenta, onde o perigo é sua permanência, a pesquisa se distribui em campos do conhecimento preocupados na reformulação do fenômeno, mesmo que a primeira instância seja alterar a própria análise. A maneira como pensamos o espaço, compromete diretamente as possibilidades relacionais que surgem através dele. Uma cartografia da violência não se faz só de zonas violentas, mas de forças de coalisão e colisão que produzem o zoneamento da violência. Dessa forma, o capítulo está organizado em quatro momentos com objetivo de pensar os discursos, sujeitos e geografias da produção da violência homicida massiva e seletiva.

A primeira seção apresenta a base para o conceito central à pesquisa, necropolítica. O conceito surge como uma possibilidade de diálogo e até reformulações dos debates sobre biopolítica empreendido Michel Foucault e ampliado por Giorgio Agamben. O debate sobre biopolítica possibilita a compreensão da organização das relações econômicas e políticas no ocidente a partir da gestão da vida de uma população. Dessa forma, a morte surge como uma etapa de controle de uma população sobrando. O excedente humano é encarnado por condutas compreendidas a partir das construções discursivas sobre a delinquência e a pobreza.

Dando continuidade a primeira seção, o capítulo orienta a produção filosófica franco-italiana da biopolítica para o pensamento descolonial considerando o contexto terceiro-mundista colonizado, bem como, evidenciar o caráter geográfico do conceito de necropolítica. Dessa forma, é elaborada uma trajetória de trabalhos sobre a temática na Geografia e Ciências Sociais na América Latina e Caribe, considerando a proximidade social que possuem com o Brasil. Por fim, são pontuados trabalhos de Geografia que contribuem na compreensão da dimensão espacial das Necropolíticas.

A terceira seção apresentam os caminhos de compreensão dos sujeitos que compõem as espacialidades de violência. A partir do perfil mais frequentemente vitimado em casos de assassinato no Brasil, são problematizados os marcadores identitários presente ao grupo. Esses marcadores são pensados pela contribuição das Geografias Feministas sobre a construção de masculinidades, a Geografia dos Afetos/emoções, Geografias da Juventude e Geografias Pós-estruturalistas sobre a conceituação de *assemblage* e/ou agenciamento. Esses sub-campos, na verdade, são sobrepostos e coextensivos na análise pela necessidade de uma compreensão inter-seccional dos agenciamentos entre homens jovens e atos de violência corporal. Para finalizar o capítulo é empreendido um debate sobre escala operacionalizando-o a partir das contradições de episódios de violência circulados por discursos midiáticos no território brasileiro. A seção evoca a necessidade de compreender de maneira escalar as necropolíticas espaciais, partindo do argumento de que se as necropolíticas são espaciais, elas possuem eficiência de permanência somente por meio de dispositivos inter-escalares. Nesse sentido, juntamente com o debate teórico sobre o conceito de escala, é organizada uma trajetória de episódios de

assassinatos narrados por notícias circuladas em ambiente virtual compiladas ao longo da construção da tese.

2.1 – Biopolítica e ‘Vida Nua’, a construção da delinquência e a violência justificada

Karen Quinlan foi uma garota norteamericana que após entrar em coma profundo foi mantida viva através de respiração e nutrição artificial durante anos. A pedido de seus pais o tribunal concedeu que o aparelho de respiração artificial fosse interrompido e, imediatamente após o desligamento, Karen retornou a respirar naturalmente. Esse relato é contado por Agamben (2010) para demonstrar que a vida e a morte habitavam um espaço de indeterminação e a despeito da conceituação científica, o que imperou foi a conceituação ativamente política, definindo seu estado por meio de uma decisão.

Há, sobre os limites da vida, um imperativo político, na ordem das decisões e ordenamentos é possível prolongá-la ou desumanizar o seu fim. Os excessos de racionalidades modernas e suas tecnologias orbitam a vida e os caminhos de uma população. As individualizações e inscrições sobre os corpos se manifestam já no nascimento que, aliás, é vida, mas, também número, estatística, cifra, dívida e investimento. Sobretudo, esse corpo acontece e decide através de uma política da vida, uma biopolítica.

O termo ‘biopolítica’ surge na filosofia de Michel Foucault como chave hermenêutica para um tipo de relação de poder presente nas sociedades modernas. O termo e sua problematização inicial estão presentes em ‘História das Sexualidades I – a vontade de saber’ (2006)³⁶.

Desde 1973, em conferências no Rio de Janeiro³⁷, Foucault (2003) aponta para uma aproximação entre saber e poder. Em ‘Vigiar e Punir’ (1987) é concretizado o deslocamento investigativo das arqueologias do saber para as estratégias e relações de poder. A partir desse momento são organizadas suas contribuições para a compreensão de um poder não apenas repressivo, mas, sobretudo, produtor. O poder é, assim, resultado de correlações de forças, “se

³⁶ Posteriormente é retomado na Conferência no *Collège de France*, postumamente publicada como *Em defesa da Sociedade* (2000). Segundo Duarte (2010) O termo é apresentado pelo autor pela primeira ao público em uma palestra de 1974 realizada no Rio de Janeiro.

³⁷ Foucault (2003).

exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (2006, p.104). Difuso, o poder provém de todas as partes, ou ainda, provém de baixo.

Pensar o poder dessa forma contribui para a não bipolarização entre dominado e dominador. Sendo agonista e não antagonista, exorciza compreensões essencialistas sobre o sujeito, antes mesmo de corpos serem substancializados ou sentenciados em significados duros como ‘delinquente’, ou ‘homossexual’. Esses são forjados por dispositivos e micropoderes disciplinares que são perpetuados, reproduzidos ou rearranjados histórico-espacialmente.

O poder é da ordem da imanência (DELEUZE, 2008), o que o qualifica enquanto inventivo e múltiplo e sob ele devêm possibilidades de mudança. Onde há o poder, há resistência (FOUCAULT, 2006). Entretanto, em continuidade às microrrelações de poder são arranjados os ‘dispositivos’³⁸ e por meio deles é possível coordenar as relações de forças. “É isto o dispositivo: estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2000, p.246) como uma ‘rede estratégica’ atua nas múltiplas instâncias escalares do saber, englobando

discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos [ou escalas]³⁹ do dispositivo (FOUCAULT, 2000, p.244).

Por meio dessa ‘rede estratégica’ se produzem co-existências espaciais de normas reguladoras que inscrevem, marcam e produzem enunciado e visibilidade às formas de subjetividade. “É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber” (FOUCAULT, 2006, p.111). Através de práticas discursivas circulam tipos de normatividade e formas de subjetividade.

Analisando juristas do século XVIII⁴⁰ em diferentes obras, o autor apresenta uma série de formas de verdade que segundo ele são centrais para a compreensão da atualidade. Nessas linhas, produz coerência àquilo que nomeia de ‘poder

³⁸ Esse termo-conceito é trabalhado em Foucault (2006) quando disserta sobre o disposto de sexualidade.

³⁹ Comentário nosso.

⁴⁰ Pensadores como Beccaria e Bentham e legisladores como Brissot e Lepeletier de Saint-Fargeau que participaram da elaboração do 1º Código Penal francês da época revolucionária.

disciplinador’⁴¹ (FOUCAULT, 1987), que na modernidade passa a não ser normalizador somente de corpos individuais, mas eficaz sobre o corpo da população.

Na construção de nomenclaturas universalistas na redação de textos jurídicos, os legisladores da formulação do primeiro Código Penal francês tinham como premissa uma definição clara e simples do crime. Nesse esforço, a definição do ‘criminoso’, segundo Foucault (2003), se dá como todo aquele que danifica a sociedade e se inscreve pela sua própria trajetória como um “inimigo social interno” (p.81). Portanto, na construção de ‘condutas disciplinadas’ e na produção da ‘normalidade’, a definição dos seus limites sentenciam um indivíduo criminoso como um agressor de alguma ‘totalidade’ ou ainda, uma ‘soberania’. É importante ressaltar também a noção de ‘periculosidade’ surgida no final do século XIX na teoria penal ocidental. Para Foucault (2003), o indivíduo criminoso pode ser identificado pela sua conduta. Dessa forma, há uma antecipação discursiva, que mediante a preocupação do controle da sociedade qualifica as ‘condutas delinquentes’: “o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos [...], virtualidade de comportamento que elas representam” (FOUCAULT, 2003, p. 85).

Os micropoderes disciplinares são ampliados para o poder sobre a vida dos indivíduos projetados sobre a vida da população. A ‘soberania’ em análise de teóricos clássicos se traduz sobre o direito de vida e morte, o direito do soberano decidir sobre o seu súdito é o de conceber e tirar-lhes a vida. Esse direito em sua forma moderna estabelece uma inversão, sem modificá-lo:

Eu creio que, justamente, umas das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu [...] em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, modificá-lo, e vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer. O direito de soberania e, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 2000, p.287).

Ao final da obra ‘História das Sexualidades I – a vontade de saber’, Foucault

⁴¹

Ou simplesmente *panopticon* (DELEUZE, 2008).

(2006) apresentou suas primeiras linhas sobre biopolítica depois de analisar o dispositivo de sexualidade como um dos principais agenciamentos concretos do século XIX. Conforme argumenta André Duarte (2010) foi por esse dispositivo que Foucault

percebeu que o sexo e, portanto, a própria vida haviam se tornado alvos privilegiados da atuação de um conjunto de poderes normalizadores que já não tratavam simplesmente de reger comportamentos individuais ou individualizados, mas que pretendiam normalizar a conduta da espécie, bem como reger, manipular, incentivar e observar fenômenos populacionais, como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida etc. a partir do século XIX, já não importava mais apenas disciplinar as condutas individuais, mas também implantar um gerenciamento planejado da vida das populações (DUARTE, 2010, p.222).

Ainda que Michel Foucault não tenha deixado de compreender o poder como um “feixe aberto, mais ou menos coordenado de relações” (FOUCAULT, 2000, p.248), sem se contradizer, viu-se persuadido a produzir uma conceituação sobre a potencialidade de tecnologias e práticas políticas capazes de produzir uma população com características particulares.

Foucault (2009), em sua última fase filosófica, define o poder enquanto um “conjunto de ações sobre ações possíveis” (p.14) sendo da ordem do governo, ‘conduz condutas’ e não age imediatamente sobre os outros, mas sobre suas próprias ações. Essas características justificam a análise microfísica de Foucault (2009) através do que chamou de ‘antagonismo das estratégias’. Para pensar a sanidade e a legalidade se investiga a insanidade e a ilegalidade. Uma análise contraobjeto não centra o objeto, mas suas condições históricas que motivam as conceituações de um objeto. Portanto, as práticas de resistência, as tentativas de dissolução de pessoas, por vezes ditas infames (FOUCAULT, 2003b), portam-se como um feixe sobre aquilo que é vazio, ou melhor, é da ordem do governo.

É preciso ter em mente, dessa forma, a distinção entre a natureza do exercício do poder sempre aberto a resistência e sua potência de capilaridade reiterada, manifesto por estratégias. Essas ‘estratégias de poder’ são “um conjunto de meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 19), uma rede de operações são insufladas pelas próprias conexões estabelecidas mediante um exercício de ‘recalcitrância’ (idem).

Mediante múltiplos mecanismos de exercício do poder, como explicitado na conceituação de 'dispositivos', o Estado e suas diferentes facetas passa a ser privilegiado como uma rede estratégica de 'gestão da vida'. Mais precisamente por meio de análise da 'governamentalidade' do estado moderno liberal, Foucault (2008) apresenta as estratégias elaboradas com objetivo de reger condutas dos indivíduos por meio de instrumentos estatais.

As normas regulatórias dos exercícios do poder estatal produzem seu revés que está assentada a própria contradição e perversidade da corrida para produção-regulação de uma população saudável. No reverso dessa supremacia da vida, está o que Foucault (2006) denomina de 'tanatopolítica'. Ao estimular o crescimento da vida, a morte aparece não como imposição, mas como um benefício à vida de todos.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 2000, p.304).

O poder soberano clássico regia o direito de causar a morte ou deixar viver, esta égide é transformada em "causar a vida ou devolver à morte" (2006, p.150). O mesmo vetor que proporciona vida saudável a um corpo social assume para si as 'injúrias' de deixar morrer as vidas que porventura não se inscrevam nos ditames da normalidade e docilidade. "As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido, travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver" (FOUCAULT, 2006, p.149). Alguns corpos tornam-se passíveis de serem mortos 'legitimamente' quando se constituem como um grupo de risco aos outros, ou melhor, a 'nós'.

Sobre o conceito de biopolítica de Michel Foucault houve muitas apropriações e desdobramentos de outros pensadores de diferentes campos do conhecimento. O filósofo húngaro residente no Brasil, Peter Pál Pelbart (2003), percorre as implicâncias políticas da biopotência do capital. Também André Duarte (2010) preocupa-se em demonstrar continuidade entre as análises biopolíticas e 'sociedade do controle' de Gilles Deleuze (1992). Neste ponto, a presente pesquisa se posiciona concordante a essa continuidade, entretanto, é inegável que é produzido uma diversificação do debate sobre as sociedades disciplinares do século XIX mediante as sociedades de controle do século XX. Em linhas gerais, ao comentar sobre o que denominou de 'sociedade de controle', Deleuze (2010) dá ênfase as mutações do capitalismo: na medida em que nas sociedades disciplinares há uma linguagem comum que produz 'moldes' que co-existem em diferentes espaços

disciplinadores, os controles passam a ser uma ‘modulação’ continuamente variante e autodeformante, enquanto na sociedade disciplinar não se cessa de recomeçar, no controle nunca se termina nada.

Nas sociedades disciplinares a definição de um ‘indivíduo’ é o seu posicionamento na ‘massa’, nas sociedades do controle, essencial é a ‘cifra’ que marca o acesso ou não à informação. Assim como o dinheiro se altera da moeda rígida para trocas flutuantes, os indivíduos tornaram-se “dividuais” (Idem, 2010, p.226), ou melhor, divisíveis e as ‘massas’ amostras e mercados.

Nesses moldes, os ‘topos’ disciplinares como família, exército, fábrica, escola, etc, não são mais espaços analógicos que convergem para um proprietário privado ou estatal, são antes “figuras cifradas deformáveis e transformáveis” (2010, p.228) e dessa forma desafiam a assimilação das dinâmicas sociais contemporâneas ao mesmo tempo em que produz maior desconfiança frente àquilo que é considerado indiscutivelmente normal e confiável, ou ainda, as formas de verdade que distinguem vidas qualificadas e não qualificadas. As fronteiras da normalidade estão sempre num jogo inter-escalar de normas regulatórias, dispositivos reguladores e processos territorializantes da ‘máquina capitalística’ (DELEUZE e GUATTARI, 2010).

É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas (DELEUZE, 2010, p. 228).

Outro pensador que contribui para a ampliação do debate sobre biopolítica é o filósofo e ensaísta italiano Giorgio Agamben (2008; 2010). Através da articulação de quatro conceitos: poder soberano, vida nua, estado de exceção e campo de concentração, Agamben (2010) se propõe a produzir novas terminologias, o que para o autor trata-se do momento poético do pensamento⁴², capazes de produzir coerência sobre a obscuridade. Essa é tomada pelo autor como a ‘zona cinzenta’ (2008) ou ‘zona de indeterminação’⁴³ (2010)⁴⁴ existente na modernidade entre o que é cultura e natureza, e o que é inclusão e exclusão da ordem da legalidade. Para dizer de outra forma, a produção da vida nua (*Homo*

⁴² Esta reflexão é apresentada em Agamben (2009).

⁴³ Os sociólogos mexicanos Botello e Pérez (2010) diante das contradições de política que atendem a pobreza propõem sua compreensão como um espaço de indeterminação.

⁴⁴ O autor apresenta como “*bando* (o estado de exceção como zona de indistinção entre externo e interno, exclusão e inclusão)” (AGAMBEN, 2010, p.176).

Sacer)⁴⁵ é um elemento político e não uma excrescência do político.

O conceito de 'vida nua' necessita ser compreendido como um produto da relação entre 'estado de exceção'⁴⁶ e 'poder soberano'. Inspirado nos escritos de Walter Benjamin, Giorgio Agamben se empenha em demonstrar que aquilo que a teoria política moderna afirma ser 'estado de exceção', na verdade é a regra.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência (BENJAMIN, 1987, p.226).

O estado de exceção ou estado de sítio é a condição jurídica onde a lei anula a lei. Através da aplicação da própria lei, são suprimidos os direitos individuais específicos e justificando a suspensão de um Estado de direito quando a própria funcionalidade do Estado é ameaçada. Agamben (2010) baseia-se na definição de soberano de Carl Schmitt que sentencia que “soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção” (2010, p.18).

'Soberania' pode ser assumida então como poderes estratégicos que conquistam para si a capacidade de fazer valer um estado de exceção. Por um regime de convencimento, adquire espontaneidade ao inscrever-se como forma de verdade autojustificada mediante ameaças de um poder espaço-temporalmente instituído. “Na medida em que o estado de exceção é 'desejado', ele inaugura um novo paradigma jurídico-político, no qual a norma torna-se indiscernível da exceção” (AGAMBEN, 2010, p.166). Ainda, “o soberano é o ponto de indiferença entre violência e direito, o limiar em que a violência transpassa em direito e o direito em violência” (idem, p.38).

Práticas preditas como ilegais são ancoradas pela necessidade de 'intervenções', contudo, as mesmas práticas conquistam *status* de verdade e aceitação num campo onde não há uma distinção entre legislações formais e intervenções extra-legais violentas. O mesmo agente político pode agredir a legalidade, mas quando a agride lhe autoconferre *status* de 'legalidade'. Essa 'autoconferência' não é legitimada por um texto, mas, por estratégias de poder que dissipam, dissolvem, inibem, e são provenientes de diferentes agentes posicionados em diferentes instâncias burocráticas. Inferindo sobre os estratos do saber, produzem ritos e cerimônias (AGAMBEN, 2011), dicções e sotaques discursivos, que aliados a semióticas de significações (LAZZARATO, 2014), substancializam e naturalizam

⁴⁵ “Obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, da sua absoluta *matabilidade*)” (AGAMBEN, 2010, p.16).

⁴⁶ Inspirados nos textos de Walter Benjamin, Giorgio Agamben (2004) elabora seu obra intitulada *Estado de Exceção*.

(BUTLER, 2000) uma série de ações e dizeres contraditórios a sua própria 'zona discursiva'. Uma 'zona cinzenta' (AGAMBEN, 2008) onde indefere a relação coerente entre significante-significado e predominam formas-de-verdade abundantemente influentes e imersas na 'lei', a ponto da própria lei tornar-se 'vontade de lei'.

Foucault (2006) afirma que os processos de instituições dos Estados-Nação no ocidente serão cabalmente influenciados pelo que chama de poder pastoral. As premissas do poder pastoral estão na relação entre um déspota que se sacrifica pelo bem-estar da população e a lei que é legitimada pela simples representação de um 'pastor'. Não quer dizer que um Estado se organiza acima dos indivíduos, mas, de maneira sofisticada, um poder pastoral em sua face moderna, é um dispositivo de individualização orientada e disposta a produção de verdades. Através de um aparato cerimonial e litúrgico (AGAMBEN, 2011) se influi sobre a economia de povo de maneira convincente ao assegurar um tipo de salvação desde que exista uma confiança mútua.

Sérgio Adorno (1994) no artigo 'Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri', desconstrói a solene ideia de que todos são iguais perante a lei. O sociólogo, ao analisar 297 processos penais instaurados e julgados em um dos tribunais de júri da capital de São Paulo, no período 1984 a 1988, contrapõe a racionalização da justiça com uma justiça penal incapaz de traduzir diferenças e desigualdades em direitos. Assim, invés de produzir uma sociabilidade baseada na solidariedade, apenas acentua as distâncias entre grupos distintos de identidade, renda, raça/cor, sexualidade, etnia, etc.

Sobre essa diferença de igualdades em um 'campo indiscernível' que é produzida a 'vida nua', "é a vida que somente cai na esfera da política na medida em que dela pode ser eliminada sem mais, sem que com isso se cometa um crime" (DUARTE, 2010, p.274). Aqui há a necessidade de separar as continuidades e as distinções entre as conceituações de biopolítica de Michel Foucault e Giorgio Agamben.

Como já dito anteriormente, Foucault (2006) afirma que sob a política moderna está assentada a soberania de decisão entre 'fazer viver' e 'deixar morrer', sendo que dessa forma, a gestão da vida torna-se central nas políticas estatais. Contudo, Agamben (2010) afirma que junto a esse governo da vida há a necessidade de integrar os espaços da vida nua, "situada originalmente à margem do ordenamento" e esse espaço "vem progressivamente a coincidir com o espaço político" (Idem, p.16).

Vida nua é toda vida não qualificada (zoé), um calo, ou pedra de tropeço à vida merecida de viver (*bíos*). Também é toda vida desprovida de garantias e exposta a morte. São aqueles que vivem nos 'campos de concentração' tácitos existentes nas democracias

modernas⁴⁷. O historiador Willian H. Mcneill (2002) ressalta o fato de que uma das novidades da modernidade é o monopólio da violência por parte do estado, através de suas ferramentas militares. Também o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez (2005) chama a atenção para o processo de formação dos Estados-nação que são permeados pela perpetuação e acentuação da violência com objetivo de controlar, ou melhor, produzir 'seus nacionais'⁴⁸ e racionalizar as atividades dos cidadãos.

Segundo o mesmo autor latino-americano a cidadania foi e é produzida a duras penas que afunilam uma parte muito específica daqueles que residem no território nacional: 'homem, branco, pai de família, cristão, proprietário, letrado e heterossexual' (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Esse afunilamento produtor de cidadãos desejáveis, ou vidas qualificadas, são todos aqueles e aquelas 'letrados' da *Ciudad Letrada* do uruguaio Ángel Rama (1985), ou ainda, tratam-se de 'subjettividades estatalmente coordenadas' proposta pela venezuelana Beatriz González-Stephan (1996).

A produção da vida qualificada e a gestão de 'deixar viver' apresentam a necessidade de se pensar a sua 'contraluz'. Uma das grandes contribuições das epistemologias pós-coloniais e descoloniais são de que a produção das identidades nacionais é fundada não só em suas diretrizes internas de condutas, mas, na própria 'invenção do outro'. É o 'outro' quem produz as fronteiras daquilo que é vazio e, porque é vazio, seus limites precisam ser constantemente re-frisados e reificados. Castro-Gómez (2005) afirma que, no mundo moderno-colonial⁴⁹, as diferenças antes de serem reprimidas elas foram e são produzidas e estimuladas. Analisando a constituição dos estados-nação, o autor os qualifica como maquinarias geradoras de 'outredades' a serem disciplinadas.

O pensador peruano Aníbal Quijano (1999), ao conceituar o que chamou de 'colonialidade do poder', afirma que o padrão do poder na contemporaneidade é moderno/colonial, capitalista e eurocentrado. Dessa forma existe uma estrutura cognoscitiva resultante do conhecimento, ou *epistême*, mundialmente hegemônico que segue colonizando e sobrepondo-se ao demais. Também o argentino Walter Mignolo (2004) chama a atenção para o caráter totalitário das formas de verdade produzidas sob estratégias colonizadoras desejantes em anular, definir e dominar o 'colonizado'.

Inspirado pela microfísica do poder de Michel Foucault e convencido da colonialidade do poder de Aníbal Quijano, o presente trabalho assenta-se sob uma 'capilaridade da violência'. De maneira co-extensiva e simultânea a soberania dos dispositivos estatais em

⁴⁷ Não se trata aqui de negar os avanços da democracia frente a regimes totalitários, mas, assumir que ora ou outra eles convergem. Não é negar as possibilidades que se abrem com a democracia, mas, acreditando nela apontar suas contradições que não são facilmente captáveis.

⁴⁸ "Para cada indivíduo, uma nação, e para cada nação, seus nacionais" (BALIBAR, 1990, p.337 apud HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2006, p.17).

⁴⁹ Menção a conceituação de Sistema-mundo moderno-colonial desenvolvida pelo argentino Walter Mignolo (2000).

produzir violências, essas são enxertadas por formas de subjetividades que estão engendradas em relações de poderes colonizadores que antecipam diferenças entre um indivíduo e outro, antes mesmo de seu contato.

A geógrafa feminista Doreen Massey (2008) elabora um convite para a concepção do espaço enquanto esfera da multiplicidade e resultante de inter-relações. Pensar dessa maneira é admitir que através dele há a possibilidade do encontro da diferença. Entretanto, é preciso assumir também que o espaço também é a própria performatividade do poder, como propõe Gillian Rose (1999). Ou conforme afirma a própria Massey (2008) sobre as 'geometrias do poder', responsáveis por dispor de maneira desigual indivíduos que organizam suas relações através de uma espacialidade plena de poder relacional exercido entre pessoas, coisas e lugares. Sendo intermédio e fluxo do poder ele manifesta suas estratégias e competências, que circulam e acontecem no discurso (FOUCAULT, 2006). O que se quer aqui não é apontar contradições, que inexistem, mas, frisar as virtualidades que circulam através das espacialidades. Tem a ver com o que Massey (2008) afirma sobre o espaço manifestar conexões já feitas⁵⁰.

O pensador indiano pós-colonial Homi Bhabha (1998) afirma que a vida cotidiana exhibe uma "constelação de delírios" (p.74) que medeiam as relações sociais normais entre os indivíduos. Segundo o autor, no empenho de construir as virtudes civis os governos coloniais são marcados por violências políticas e psíquicas que produzem um "delírio maniqueísta" responsável por antecipar 'diferenças significantes' anteriores ao próprio 'encontro da diferença'. Bhabha (1998) afirma que a alteridade, elemento central no processo de identificação, é concebida no próprio território da identidade. Esse território da identidade é apresentado pelo autor como o espaço da inscrição da identidade. Na verdade não há uma relação, no sentido de troca e reformulação, entre o colonizador e colonizado, o que seu encontro manifesta são estratégias discursivas distintas.

A 'orientação neurótica', termo cunhado pelo pensador negro Frantz Fanon, entre o colonizador/colonizado, branco escravizador/negro escravizado, pode ser apropriado para a relação entre a vida qualificada e a vida nua, ampliando assim o debate sobre a gestão de 'vidas sacrificáveis' para o bem-estar do corpo social disciplinado. Além de a vida nua ser resultante de um poder soberano, fazendo da exceção uma regra, o tornar-se regra acontece nas microrrelações de poder que circulam nos territórios das múltiplas faces da vida qualificada e que permitem que eles mesmos figurem práticas violentas e ilegais como necessidade de direito. Talvez aí a dificuldade de captar a regra na exceção.

⁵⁰ Ou ainda buscar em Judith Butler (1990) a noção de 'ficção', ou 'marcas' do corpo de Louro (2004).

A construção do outro, problematizada por autores pós-coloniais e descoloniais, contribui para a compreensão das segmentações populacionais e segregações espaciais produzidas em consequência de uma biopolítica neoliberal moderna-colonial. As tecnologias e técnicas de controle e governo-dos-outros apontadas por pensadores franceses, como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, ou italianos, como Giorgio Agamben e Maurizio Lazzarato, precisam dialogar com os contextos dos países subdesenvolvidos. Os lugares de identificação do outro (BHABHA, 1998) devem estar sensíveis aos ritmos e geometrias, que para lembrar as ‘ações sobre ações’ de Foucault (2009) são compostas mediante um conjunto de violência sobre violências.

2.2 – Necropolíticas Espaciais, uma Geografia descolonial e a ficcionalização do ‘outro’

Desde que Aníbal Quijano (1999) acrescentou sobre o conceito de poder disciplinar, elaborada do outro lado do atlântico, as implicações de sua ‘espacialidade geopolítica epistemológica’ (DUSSEL, 1977) – a colonialidade do poder, muitos pesquisadores e pesquisadoras da América Latina e Caribe têm se apropriado do debate sobre a biopolítica para compreender a periferia do ‘sistema mundo moderno-colonial’ (MIGNOLO, 2000). Essa produção das ciências sociais é fortemente influenciada pelas contribuições do pensador camaronês Achille Mbembe (2003; 2011) que cunha o conceito de ‘necropolítica’.

É possível dizer que o autor realizou uma apropriação ‘pós-colonial’ das conceituações de biopolítica de Michel Foucault. Não só preocupado em delinear as competências dos poderes estatais na gestão da vida e morte, Mbembe (2003) também ressalta a gestão da vida pela face do extermínio de populações das colônias, realizando uma análise sobre as “topografias de crueldade” (p.40) nos sistemas de *plantations*, por exemplo. Pouco importa se empresas privadas estão em cumplicidade com os Estados, a questão que se define é que agentes econômicos internacionais estão dispostos a qualquer coisa para ampliar seus territórios e dessa forma enxugar a vivacidade das relações sociais transformando-as em moeda de troca. A gestão da vida produz existências sociais ditas ‘mortas-vivas’ e o diferencial do texto do teórico pós-colonialista é que ele se aproxima de formas-de-vida que podem ser consideradas vidas nuas, evidenciando que suas práticas de resistência⁵¹ na condição de subalternidade são ainda muito “*blurred*” (p.40), ou seja, embaçadas⁵².

⁵¹ Luta armada, martírio, suicídio, etc.

⁵² Faz lembrar o adjetivo presente em Gomes (2013) sobre as ‘cenas embaçadas’ evocada por adolescentes em situação de vulnerabilidade a morrer assassinado.

A partir das contribuições de Mbembe (2003; 2011) e de pesquisas de ciências sociais sobre o tema na América Latina, será sublinhado nessa seção o pano de fundo geográfico existente nesses trabalhos ao mesmo tempo em que será empenhado um argumento a respeito da demanda que a temática possui de uma abordagem espacial e escalar.

Antes de olhar para o terceiro Reich e o holocausto como faz Hanna Arendt (2011) e Agamben (2010), Mbembe (2003; 2011) evoca o sistema de plantations como um primeiro testemunho de um Estado de Exceção. Através de uma ‘tríplice perda’, a saber, a casa, o direito sobre o corpo e a condição política, as pessoas escravizadas eram absolutamente dominadas e alienadas desde o nascimento até a morte. Sobretudo, eram indivíduos conectados ao ‘amo’ e desconectados da comunidade que, para o autor, implica o exercício da palavra e do pensamento. Os escravos viviam uma vida não sincrônica, submetidos a “ramificações anti-discursivas de poder que se dão na formação de atos de comunicação” (GILROY, 1995, p.57 apud MBEMBE, 2011, p.24), deslocando qualquer construção identitária mútua e experienciando socialmente um tipo de ‘morte-em-vida’ (idem).

O debate sobre biopolítica é incorporado da sua potencialidade em produzir cadáveres e morte ambiental e social. Achille Mbembe (2011) frisa a soberania enquanto uma capacidade de decidir sobre um Estado de Exceção, definição de Carl Schmitt, mas, acrescenta que é a capacidade, portanto, de decidir sobre a vida e morte da população. Esse poder imanente e não consciente age à “margem da lei, onde a paz só tem a plataforma de uma guerra sem fim” (MBEMBE, 2011, p. 37).

A dissolução da violência de guerras na modernidade viu emergir, na verdade, uma sofisticação na formação do terror. No processo de formação dos Estados é possível observar sobre uma mesma frente de ação a capacidade de matar e acordar paz. A maestria do processo civilizatório colonialista manifestou ao mesmo tempo uma racionalização do ato de matar. A ‘racionalidade da guerra’, evoca Mbembe (2011), é uma característica intrínseca na territorialização de um Estado soberano, mediante atos e discursos universalistas e ordenatórios.

A univocidade da racionalização moderna colonialista atendia uma agenda, inclusive, humanista, situada imediatamente em oposição à barbárie dos ‘selvagens’. Chegando a ponto que “quando os homens europeus matavam, de certo modo não eram conscientes de haver cometido um crime” (2011, p.32). “As colônias são o lugar por excelência em que os controles e as garantias da ordem judicial podem ser suspensas, onde a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (p.31).

Concomitantemente a uma racionalização e sofisticação da violência, no sentido de diversificar as fontes e relativizar os agentes, há um processo de ‘ficcionalização do inimigo’. Segundo Mbembe (2011) há um processo de referência continuada que elege e produz os

limites léxicos e geográficos possíveis de serem imaginados, empenhando em delinear tanto a aceitabilidade quanto os riscos. Num sistema de poder capitalista ancorado na colonização na América Latina e Caribe aconteceu e acontece um processo de redução ativa, denominado pela filósofa argentina Maria Lugones (2014) como ‘processos de sujeitificação’, análogos à noção de ‘sujeição’ de Deleuze e Guattari (2010), que se efetivam numa conduta ‘neurótica’ de categorização e racialização do outro.

A filósofa eslovena Marina Gržinić e o sociólogo Sefik Tatlić, apropriando-se do debate sobre necropolíticas (GRZINIC e TATLIC, 2014), empenham-se em delinear novas formas de diferenciações sociais, afirmadas segundo os autores, enquanto práticas contemporâneas de racialização. Esse processo de distinções de corpos e condutas, diferenciações de identidades culturais, hierarquizações de cidadãos em territórios nacionais e de nações no mercado globalizado estão alinhados, uma vez ou outra, com uma forma obscena de política que reside na imposição organizada da morte como uma ferramenta de maximização do lucro. Os autores do leste europeu alertam para diferentes brutalidades que o capitalismo neoliberal globalizado efetua para países fora do eixo, dito primeiro mundo.

Mbembe (2014), ao pensar o devir-negro do mundo, afirma ser a raça uma construção fantasista que produz uma ficção móvel e útil com a função de desviar a atenção de conflitos. Um tipo de ‘nevrose fóbica obsessiva e histérica’ (idem) é reflexo e condição para prática de ‘alterocídio’ que, segundo o pensador negro, consiste na constituição do outro “não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total” (2014, p.26). Nikos Papastergiadis (2006) ao compreender espaços de violência sobre os refugiados na Austrália afirma que sua efetuação se deve ao que denomina ‘complexo de invasão’. Esse complexo é composto por um encontro entre ‘fobias antigas’ a respeito de um ‘outro’ construído sob ‘novas fantasias’ repaginadas.

Aquele quem vivencia a própria condição de ‘exterioridade’ experimenta uma ‘enfabulação e um enclausuramento do espírito’ (MBEMBE, 2014) habitando um ‘locus fraturado’ (LUGONES, 2014) que consiste não só em viver uma imaginação da colonização, mas uma tensão de uma subjetividade fronteiriça entre a ‘sujeitificação’, com um arranjo hegemônico de afetos e desejo, e a própria resistência demandada pela história de vida e dor de um grupo. Essa dupla consciência, no caso da ideia de ‘negro’ evocada em Mbembe (2014), é

Produto de uma máquina social e técnica indissociável do capitalismo, da sua emergência e globalização, este nome foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os

humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital (MBEMBE, 2014, p. 20).

Mas mediante sua dualidade a ideia de ‘negro’

tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo. A sua capacidade de enfeitiçar e, até, de alucinar multiplicou-se. Algumas pessoas não hesitariam em reconhecer no Negro o lodo da terra, o nervo da vida através do qual o sonho de uma humanidade reconciliada com a natureza, ou mesmo com a totalidade do existente, encontraria novo rosto, voz e movimento (MBEMBE, 2014, p.20).

A duplicidade não é a bipolaridade de uma consciência, trata-se de um ato de resistência e reorganização das relações de poder. É como se utilizasse os mesmos vetores de significação e naturalização dos corpos e os vergassem até virar contra eles mesmos, a isso Deleuze (2008) denomina ‘dobra’. Termo apropriado por Gilles Deleuze da obra do filósofo do século XVII Gottfried Wilhelm Leibniz. O conceito de ‘dobra’ em Deleuze (2008) é utilizado por geógrafos pós-estruturalista e não-representacionais, como Stuart Aitken (2012), tornando-se uma estratégia de abordagem a formas de subjetivação organizadas contingencialmente e espacialmente, desconsiderando uma unidade psicológica e continuidade comportamental presente na noção de ‘sujeito’. A ‘dobra’ é um arranjo de intensidades e afetos sem a necessidade de uma consciência governante. São unidades pré-representacionais que acontecem sem um intercessor autossuficiente mediante vetores de existencialização, como propõe Félix Guattari (LAZZARATO, 2014). O termo também é encontrado em Achille Mbembe (2011).

Ou ainda podemos dizer, uma relação com um ‘fora’, Termo apropriado dos escritos de Maurice Blanchot. Para aprofundamento sobre o conceito de ‘fora’, ver Levy (2011) e Pelbart (2009). Maurice Blanchot pensa a literatura enquanto uma relação com um ‘fora’, na medida em que coloca em xeque o presente e existe enquanto uma força para pensar outras formas de existência. Essa noção é cara a Michel Foucault e Gilles Deleuze quando buscam pensar além das produções de sujeição que as relações de poder efetuam. Se onde há poder, há resistência, nem tudo é poder, existe um ‘fora’ manifesto nas próprias ‘linhas de fuga’ ou em formas corajosas de ‘dizer-a-verdade’ que testemunham uma potência nômade, inventiva e transformadora. É claro, desde que retorne aos territórios existenciais, um ‘fora’ precisa sempre ser domado, tornado dentro, do contrário não possui força alguma. Como exemplo, um corpo e a existência de uma travesti é a própria testificação de que a despeito dos ‘dispositivos da sexualidade’ (FOUCAULT, 2006) existem possibilidades outras, um ‘fora’ da racionalização e do imaginário sobre sexo e desejo, entretanto, essa

corporalidade imediatamente tensiona todos os vetores de dominação, simplesmente por sua existência, tornando-se um corpo marcado e, por vezes, imolado. O ‘fora’ transformado em um ‘dentro’ diferente, os termos mais íntimos carregam em si poeira de uma jornada mais distante que qualquer distância imaginada. São narrativas-sobre-si que carregam a sensação de ser tão inventiva que só podem ter vindo de muito além e tão agregadora que só pode ser sobre nós mesmo, mais verdadeiras que qualquer outra estória já contada.

Diferentes autores pensam essa produção de aberturas de arranjos de dominação e resistências de formas de sujeição, que podem ser por meio de uma ‘est-ética da existência’ (FOUCAULT, 2006) ou um ato ‘parresiasta’ (FOUCAULT, 2011), a ‘ética de coalizão-em-processo’ (LUGONES, 2014), ‘máquinas desejanter’ (DELEUZE e GUATTARI, 2010) ou ainda a própria ‘diferença colonial’ de Walter Dignolo (2000) que parte da condição de subalternidade para a descolonização a partir de uma situação dialógica em que uma “enunciação fraturada é mobilizada pela perspectiva subalterna como resposta ao discurso e perspectiva hegemônica” (MIGNOLO, 2000, p.45).

Os processos de subjetivação, segundo Félix Guattari (1992), ultrapassam os limites da linguagem e da consciência, a ‘subjetividade parcial’ circula e se territorializa por fluxos, ritmos, pulsões inconscientes, cifras de mercado, semióticas significantes e a-significantes (LAZZARATO, 2014). Existem significados dominantes de sexo, identidade, nacionalidade, profissão, etc, e existem semióticas a-significantes⁵³ compostas por um mundo pré-verbal da subjetividade humana, com afetos, temporalidades, intensidades, movimentos, velocidades, relações impessoais, etc (GUATTARI, 1992). Todos os “componentes de uma subjetividade social, maquínica e estética nos assediam literalmente por toda parte, desmembrando nossos antigos espaços de referência” (GUATTARI, 1992, p.159). Os componentes podem figurar em discursos racializados, práticas identificatórias continuadas sobre delinquência, criminalidade e perigos sociais, racionalização e naturalização da ‘vida nua’ dia e noite na mídia, etc.

A complexificação da noção de ‘sujeição’ (GUATTARI, 1992; DELEUZE e GUATTARI, 2010) que auxilia na compreensão da ‘ficcionalização do outro’ (MBEMBE, 2011) esquiva a corrente crítica de que autores pós-coloniais pecam ao estabelecer uma relação teórica oposicional entre colonizador-colonizado, ou dominador-dominado, oposição que reposicionaria o poder a um patamar de posse. Crítica que claramente não é reconhecida nessa pesquisa, pois compreender as estratégias de poder na produção e confinamento do ‘outro’ não nega a microfísica do poder, apenas reconhece que a

⁵³ Semióticas a-significantes é evocada enquanto uma ‘máquina autopoética’ que “geram e determinam sua própria organização através de um ‘processo incessantes de substituição de seus componentes’” (LAZZARATO, 2014, p.73) e é incapaz de autogeração. O debate sobre as funções maquínicas autopoéticas se assemelham ao conceito de ‘*assemblage*’ de Deleuze e Guattari (2010) apropriado pela Geografia pós-estruturalista anglófona.

‘macropolítica’ tem tido a eficiência em ordenar a esfera da possibilidade. Se o espaço é a esfera do possível (MASSEY, 2008), são as circunstâncias desprivilegiadas dos países subdesenvolvidos e das periferias urbanas pobres que possuem condição privilegiada de afirmar que a abertura para as mudanças aceleradas da globalização de mercado neoliberal têm sido bastante desiguais.

Existe uma apropriação profícua da produção das Ciências Sociais latino-americanas sobre o debate de biopolítica e necropolítica. A periferia da governamentalidade neoliberal regionaliza a desigualdade social e os índices de violência. Autores como o argentino Carniglia (2014) e o colombiano Puerta (2008) se empenham em análises e reflexões teóricas a respeito da biopolítica. Ou ainda o argentino Díaz (2013) que se empenha na produção de ‘outredades negadas’ na construção de anormalidades aos olhos da gestão do bem-estar populacional.

Problematizar a violência em suas potências polissêmicas e contradições sociais também é feita em trabalhos como o do etnólogo mexicano Cruz (2014) que foca a face performática da violência e sua espetacularização mediante três meios: o neocolonialismo presente no tráfico de órgãos internacional, na lógica de exportação da periferia para o centro; a estética dos excessos no ‘esquartejamento’ realizado por meio de uma violência simbólica sobre os corpos envolvidos na indústria da pornografia; e, por fim, a ritualização, como em casos de decapitações, frequente na narcoviolência do México.

Iclán (2015), por sua vez, busca ressaltar as funções semânticas da violência que, segundo o autor, se configura também como uma forma de comunicação. Aliás, citando Achille Mbembe, ressalta que a violência, por vezes, possui a função de manter a vista das pessoas ao redor um ‘mórbido espetáculo’ em que agredir e matar também são um ato de comunicação complexa. O autor organiza três eixos da semântica da violência sendo definida pela capacidade de organização social através do gênero, da idade e pela renda. A primeira confere ao ‘masculino’ o status violento, depois ao jovem como a idade da insurgência e a renda dividindo entre o grupo da autovalorização espontânea e o outro apenas pelo seu valor de uso precário. Iclán (2015) conclui que a formação de subjetividades abjetas outorga autoridade de crueldade efetivada por uma guerra inclusive contra memórias e formas de existência.

Outros autores se debruçam sobre as políticas de segurança, como Betancourt (2015), que reflete sobre as contradições das participações cidadãos nas políticas de segurança pública no México alertando para o fato de que alguns envolvidos chegam a sugerir que o país deva se espelhar em ações como as Unidades de Polícia Pacificadora do Brasil, sugestão que, segundo o autor, seria desastrosa pela natureza violenta das próprias UPP’s.

Em um contexto divergente, Marino (2015) investiga o que ele denomina de novos dispositivos sociais emergentes de novas políticas de regulação do mercado da *cannabis* e do álcool no Uruguai. O autor acentua os limites de um modelo ‘medicalizador’ e propõe políticas públicas influenciadas sobre a ética do cuidado de si, proposto por Foucault (2011), e por um bem estar social alcançado através da liberdade na construção de identidades. Características que se aproximam das proposições de Massey (2008) sobre as políticas da espacialidade da coexistência de múltiplas trajetórias de vida em detrimento das infelizes políticas de identificação, que podemos usar como exemplo a campanha brasileira ‘Diga não as drogas, diga sim a vida’, que evidentemente produz uma narrativa universalista sobre a juventude.

A violência homicida está presente em trabalhos como de Aldana (2003) que analisa a cidade de Bogotá, Colômbia, mediante a ‘molecularidade’ do espaço urbano e o anonimato de seus atores sociais. Julia Frago (2012) analisa a violência extrema na cidade de Juarez, México, que antes da finalização do ano de 2010 registrou 2.030 homicídios, 495 a mais que a cidade brasileira mais violenta no mesmo ano, o Rio de Janeiro. Desses casos, em 97% não havia apontamento de autores, características que contribuem para autora chamar a atenção para uma forma de existência precária na cidade fronteira dominada pelo narcotráfico.

A teórica feminista mexicana Sayak Triana (2012), ao analisar narcotraficantes mexicanos, propõe que o conceito de necropolítica deve ser entendido como uma engrenagem econômica e simbólica que produz códigos e interações sociais através da gestão da morte. A autora vai além ao assumir o espraio do circuito da droga nas diferentes escalas do ‘neoliberalismo exacerbado’. O conceito de necropolítica deve ser articulado com o que chama de ‘capitalismo *gore*’ que define como:

al derramamento de sangre explícito e injustificado, al altísimo porcentaje de vísceras y desmembramientos, frecuentemente mezclados con la precarización económica [...] todo esto por medio de la violencia más explícita como herramienta de necroempoderamiento (TRIANA, 2012, p. 84).

Outra apropriação sobre contextos dos ‘países do sul’ é o trabalho de Bialakowsky, López e Patrouilleau (2007) que avalia as práticas governamentais na Argentina e a transição do paradigma do *homo faber*⁵⁴ para o *homo sacer*, ou seja, da humanidade da

⁵⁴ Na “Revolução Industrial, ao trazer a ampliação sem precedentes do âmbito das necessidades naturais e do trabalho e do consumo, trouxe consigo a transformação do *homo faber*, ao tipo do homem moderno concebido como fabricante artesanal de obras duráveis, no *animal laborans*, o homem contemporâneo concebido como trabalhador constantemente empenhado na manutenção do cilo vital da espécie e da própria sociedade em que vive” (DUARTE, 2010, p. 315-316).

produção para a gestão das vidas sacrificáveis. Segundo os autores, o aumento de setores de baixa renda e produção, o aumento do desemprego e da incidência de pobreza na Argentina representa uma ‘subnormalização laborativa’ agravada pelo investimento na formação técnico-científica, aumentando a titulação, ao passo que os postos de trabalho diminuem. Essa trama expressa um jogo ficcional de gestão da situação atual das coisas.

Os sociólogos argentinos chamam a atenção para a segregação espacial produzida por um *continuum* de exclusão que acaba por produzir uma ‘cartografia do sobranter’ na corrida pela conquista do espaço urbano. As ‘espacialidades diferenciais’ tornam-se um locus da criminalização-penalização da população marcada pela pobreza.

O sistema penal argentino, à semelhança do sistema penal estadunidense de exportação e ao brasileiro, aumenta acentuadamente sua população carcerária, esse comportamento institucional é visto por Bialakowsky, López e Patrouilleau (2007) como um

potencial destrutivo ou de eliminação como parte de um método que ficcionaliza, que apresenta as tragédias como efeitos de auto-eliminação ou de conflitos horizontais. A intervenção institucional, que provoca a implosão dos corpos nos sistemas de prisão e de tutela estatal, oferece outra explicação para a crítica à naturalização do expulsado (BIALAKOWSKY, LÓPEZ e PATROUILLEAU, 2007, p. 182).

Os elementos citados juntamente à fragilização dos corpos que violam a saúde de uma parte da população, como os altos índices de mortalidade por HIV/AIDS, são modulações governamentais que convergem para a ‘vida nua’ – homo sacer, e acabam por produzir o que os autores denominam “subcategorias subordinadas da força trabalho, de coerção punitiva, de segregação urbana e de patologização” (ibid, p.184) contribuindo para caracterização da população ‘extinguível’.

Ainda que trabalhos de outras áreas que não da Geografia tenham sido trazidos para a argumentação, é importante ressaltar a geograficidade desses trabalhos. Junto ao cuidado em revisar a produção intra-disciplinar é válido se ater a condição espacial das análises de outras áreas. Recitar referências de um território acadêmico disciplinar ou conceituações de um eixo ‘axiomático signifiicante’ específico (DELEUZE e GUATTARI, 1995) não pode comprometer as múltiplas possibilidades que um questionamento de ordem espacial possui em problematizar transdisciplinarmente um fenômeno geográfico (GOMES, 2009).

Bialakowsky, López e Patrouilleau (2007) se preocupam em demonstrar a condição espacial das dinâmicas de ‘subnormalização’ da força trabalho que mediante da pulverização de uma série de precarizações sobre uma parcela da população os espaços urbanos são segmentados e diferenciados socioeconomicamente. Para os autores, a

segregação urbana produz zonas de um *continuum* de empobrecimento e estigmatização, passivos de medidas institucionais nada além da necessidade mínima.

O próprio debate sobre a ‘colônia’ de Mbembe (2011), historicizando a condição dos indivíduos ‘radicalmente outro’, produz uma cartografia do processo de colonização – extermínio e escravização. A ‘colônia’ no sistema de *plantations* é a zona de desordem, semelhante a uma zona de fronteira que possui relativa indistinção entre figuras internas e externas ao político, a própria política compõe o conflito e se autodefine em movimento. Uma gestão de formas de verdade (FOUCAULT, 2011) sob uma zona de indistinção, ou ‘zona cinzenta’ (AGAMBEN, 2010).

O geógrafo Hissa (2002), pensando a mobilidade da fronteira, propõe uma reflexão sobre território e fronteira influenciado por Michel Foucault e Claude Raffestin e, diferente da definição linear de uma zona de limite, um território de fronteira é um governo coletivo de ações e verdades e em si uma manifestação de relações de forças. A fronteira tende a ser imaginada enquanto uma muralha de pedra manifestando poder internalizado. Ainda que caricata, essa noção instiga a ideia de que há uma extremidade nas relações de poder que, invés de expressar a rarefação de seus vetores tendem a ser mais insinuantes e persistentes.

Um território de fronteira não é tão somente um limite de um conjunto de poderes, mas a própria dissimulação de um poder recalcitrante (FOUCAULT, 2009). As colônias podem ser interpretadas enquanto territórios descontínuos de fronteira pela sua condição de maior fôlego na naturalização de seus atos de territorialização⁵⁵ e ‘ficcionalização do outro’.

Como tais as colônias são o lugar por excelência em que os controles e as garantias da ordem judicial podem ser suspensas, onde a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’ (MBEMBE, 2011, p.39).

Há uma dissimulação do terror e da violência por se encontrarem mergulhados em um território de significações que produzem efeitos de ‘necessidade civilizatória’. Portanto, o que há aqui é uma geografia dos sentidos territorializada nos modos de operação da ‘colônia’. Mbembe (2011) chama a atenção para a mobilidade dessa dinâmica pelo fato do sistema *plantation*, que possui uma turbidez entre morte e vida, dar lugar a um terror particular no *apartheid* no sul do continente africano, que passa a agregar discursos racializadores de esterilização da sociedade com abundâncias de narrativas sobre os

⁵⁵ Consequentemente de des-territorialização do colonizado e se não des-territorialização sem re-territorialização (DELEUZE e GUATTARI, 2010), se territorializam esquadrejados histórico e espacialmente.

outros, engendradas em evocações de ‘necessidades’ populacionais, econômicas e institucionais.

a inscrição de novas *relações espaciais* (“*territorialização*”) consiste finalmente em produzir linhas de demarcação e de hierarquias, de zonas e enclaves; o questionamento da propriedade; a classificação de pessoas segundo diferentes categorias; a extração de recursos e finalmente a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais (MBEMBE, 2011, p.43 grifo nosso).

Portanto, o exercício da soberania em Mbembe (2011), além de ser a decisão sobre a vida e morte de uma população – substituível, é também a territorialização de imaginários culturais, “o espaço, era, portanto, a matéria prima da soberania e da violência acarretada” (ibid, p.43). Mas, que passa a ser manifesta sobre uma nova geografia de uma governamentalidade neoliberal⁵⁶. Aihwa Ong (2006) afirma que o neoliberalismo é discutido classicamente como uma doutrina econômica e política, mas também pode ser conceituado como uma nova atividade de governo, reformulando-se em discursos pretensamente não ideológicos nem políticos, delimitando suas práticas de governo a instância econômica e supostamente técnica. Essa nova geografia se trata de uma “gestão das multidões” (MBEMBE, 2011, p.62) que se utiliza de tecnologias táteis, anatômicas e sensoriais sobre a decisão entre vida e morte, ou a própria gestão da vida precarizada.

O antropólogo brasileiro Jaime Amparo Alves (2011; 2013) afirma que estratégias de governança da necropolítica na capital de São Paulo são produzidas por meio da intersecção de corpos racializados, geografias criminalizadas e práticas de assassinato da polícia. A necropolítica produz topografias da violência no espaço urbano de São Paulo e as cartografias de residência da população negra, de grupos de baixa renda e dos locais dos homicídios são correspondentes. Portanto, a governança necropolítica é sempre geográfica.

⁵⁶ É inevitável não pensar em outros exemplos das necropolíticas a partir da contemporaneidade. A amplitude da economia neoliberal insufla o capital financeiro a maximizar grandes fluxos des-territorializantes despóticos homogeneizantes. Um marco moderno desse processo maquínico humano e não-humano são as grandes obras consolidadas como inevitáveis para a gestão da energia, um exemplo atual é a hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, Pará. A demanda ‘irremediável’ do aumento de produção de energia é o bastante para tornar populações indígenas e ribeirinhas na condição de vidas desqualificadas. A realocação é um ‘enclausuramento do espírito’ que se expandia no rio, o território existencial torna-se tão somente o próprio corpo, marcado por ausências. Outro exemplo: Cavanagh e Himmelfarb (2014) pesquisando Uganda e o caso de ‘Mount Elgon’ cunham o termo ‘necropolíticas ecológicas’ problematizando aquilo que os autores chamam de ‘grilagem verde’. Com objetivo de uma proteção ecológica escusa, populações são realocadas irresponsavelmente. Mediante discursos de proteção da paisagem natural e a ‘sustentabilidade’ pessoas são, de maneira racializada, despossados das próprias vidas, considerando sua extensão com sua história e geografia íntima.

Nesse sentido, Alves (2013) propõe o conceito de ‘necropolíticas espaciais’ com o objetivo de espacializar os mecanismos da morte violenta.

O alcance do espaço vai além de sua estrutura visível e funcional, conforme Guattari (1992) em ‘Espaço e corporeidade’, os espaços são ‘máquinas abstratas’ de sentidos e sensações que podem trabalhar como um “esmagamento uniformizador quanto de uma re-singularização libertadora da subjetividade individual e coletiva” (ibid, p. 158). Sobre os espaços recai uma condição parcial em que “cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor... modelizam, cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação” (ibid, p.161).

Massey e Keynes (2004), de forma semelhante, propõem o caráter ‘disruptivo’, onde “trajetórias distintas se entrelaçam e, algumas vezes, interagem” (ibid, p. 17). Trata-se de reconhecer uma proposta do espaço de inter-relações co-extensivas

como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias – onde elas coexistem, afetam uma a outra, lutam. O espaço, então é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno (MASSEY e KEYNES, 2004, p.17).

São sofisticações da conceituação sobre o espaço que se abre uma nova miríade escalar de análise. Como dito anteriormente, é preciso reconhecer a geograficidade das pesquisas que, de maneira geral, buscam compreender o fenômeno da violência e do contingenciamento da vida de uma parcela da população. Entretanto, na mesma medida, é necessário ressaltar as contribuições conceituais que um campo disciplinar, no caso a Geografia, pode dar a temática, ainda que esta não receba proporcionalmente a esperada atenção.

Existem trabalhos na Geografia, principalmente de países de língua inglesa, que possuem proximidade nos debates sobre biopolítica, como é caso do geógrafo não-representacional Ben Anderson (2011) que sugere um vínculo conceitual entre biopoder e a Geografia dos afetos. Ou Dominic Corva (2009), que pensa a militarização da polícia e as funções de guerra no contexto da guerra às drogas estadunidense. Fannin (2013), da universidade de Bristol, Inglaterra, investiga a saúde materna das mulheres na França e inscrições institucionais sobre o corpo feminino.

Outro exemplo é Kearnes (2006), que elabora uma reflexão sobre a teatralidade do terrorismo na Grã-Bretanha e Irlanda e sua relação com o imperialismo. Nigel Thrift (2006) afirma que pensar a violência é um desafio, se adotar que seja um ‘patrimônio cultural’ e não um contra-fenômeno de algo que não esteja devidamente equilibrado. Ainda que polêmica, sua argumentação se dirige aos vícios ideológicos presentes nas análises científicas sobre

violência que, segundo o autor, já partem de um olhar ancorado em causa-efeitos, ou problema-solução, pré-estabelecido.

Na Geografia brasileira temos alguns trabalhos⁵⁷, como de Andrada (2011) que investiga os limites e possibilidades das Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs, ou Haesbaert (2014) que reflete teoricamente sobre os dispositivos de controle biopolítico de uma sociedade de 'in-segurança' que, conforme o autor, não só manifesta uma precarização da vida como também uma 'contenção territorial', ou seja, um retraimento das possibilidades de encontros de novas trajetórias, como é dito da espacialidade em Massey (2008).

Não quer dizer que haja um fechamento, ou estase, do espaço, mas ao contrário, "negociações de lugar não criam territórios delimitados, mas constelações de conexões com ligações que alcançam muito além delas" (MASSEY, 2008, p.264). Essas ligações além das conexões é que produzem um emaranhado de forças em coalizão para seu 'fechamento'. Ou ainda, porque é aberto que uma espacialidade exige fôlego e energia de atos contínuos de uniformização e fechamento. Dentre as possibilidades polifônicas da subjetividade, conforme afirma Guattari (1992), o 'enclausuramento do espírito' numa trama de conflitiva funciona semelhante à força do racismo segundo Mbembe (2014), uma força que "provém da capacidade de produção imparável de objetos esquizofrênicos, que ocupam e voltam a ocupar o mundo com substitutos, seres a designar, a anular, em apoio desesperado à estrutura de um eu que falha" (ibid, p. 65).

Nesse sentido é que a proposta analítica no conceito de *assemblage* contribui para análise de espacialidades violentas. De maneira geral, *assemblage* pode ser considerado um conjunto de relações sem fundar um todo, uma composição temporária modelada através de sua realização, montada como acontecimento. Contudo, *assemblage* opera não apenas como um conceito objetivo de compreender como um conjunto de relações surge, mas possui um *ethos* político para pensar as relações entre a continuidade e a transformação de uma espacialidade. A chave central do conceito de *assemblage*, segundo Anderson et al. (2012), está em compreender como os agenciamentos elaborados ao acaso excedem aos aspectos 'determinísticos' de uma espacialidade. Lembrar a incerteza nos agenciamentos de uma *assemblage*, através das práticas cotidianas espaciais, é ressaltar o potencial para ser de outra forma.

Para Anderson et al. (2012) utilizar-se do conceito de *assemblage* é atentar para os componentes e os tipos de relações que compõem uma formação

⁵⁷ Foi elaborada uma busca no Banco de Dados do GETE/UEPG, citado no capítulo 1, sobre o conceito de biopolítica e necropolítica na Geografia brasileira e de 15.568 artigos entre 1974 e 2014 foram encontrados 2 trabalhos. Sobre biopolítica trata-se de um trabalho que problematiza a deficiência, tema divergente dessa pesquisa e sobre necropolítica foi encontrado o trabalho de Alves (2011), na verdade antropólogo, que investiga a violência homicida e a vitimação de negros pobres na cidade de São Paulo, trabalho esse que é central para a pesquisa e está problematizado a seguir.

socioespacial provisória, relações que se diferem entre as capazes de dar continuidade/estabilidade a uma disposição espacial e as que produzem abertura/mudança, como afirma DeLanda (2006), citado por Anderson et al. (2012):

Uma e a mesma *assemblage* pode ter componentes trabalhando para estabilizar sua identidade assim como componentes forçando-a para mudar ou mesmo transformando-a em uma *assemblage* diferente. De fato, um e o mesmo componente pode participar em ambos os processos por exercitar diferentes conjuntos de capacidade (DELANDA, 2006 apud ANDERSON et al, 2012, p.12).

Por meio de laços precários um indivíduo pode se aproximar ou distanciar da efetuação de um assassinato. *Assemblages* da violência, associadas a uma intersecção de trajetórias específicas que ocorrem de maneira fugaz.

O objetivo da construção teórica sobre biopolíticas, empenhadas na gestão da vida de uma população e agravada na gestão da precariedade humana a partir de uma série de dispositivos territoriais das necropolíticas, foi justamente estabelecer as relações escalares presentes em espacialidades violentas. Há uma produção massiva de cadáveres em solo brasileiro que correspondem a uma máquina social complexa agenciada em corpos e trajetórias de vida específicas e atos de agressão e assassinato ‘uniformizados’. Ainda que existam casos de homicídio que suscitem curiosidade sobre as motivações emocionais e quase literárias dos autores – insistentemente captados pela mídia de grande circulação, esses casos não conseguem alterar a estatística dos casos de homicídio que carregam consigo uma sensação de ‘mais do mesmo’ – que só mudam o lugar.

Há que se admitir a necessidade de problematizar esses casos em sua ‘maquinação’, em sua potência de fazer acontecer e repetir. Perguntando-se quais são as continuidades entre os desejos de morte e o campo social que os possibilitam, a efetuação da evocada ‘violência urbana’ são simultâneas a conexões e conflitos previamente acordados, do ponto de vista social. Conforme a discussão estabelecida aqui, até o mais íntimo dos desejos, ou ainda, o próprio inconsciente⁵⁸ (DELEUZE e GUATTARI, 2010) expressam um ‘regime de produção’ que percorre o campo social e é por ele ‘codificado’ e tornado fluxo territorializado. Um homicídio

⁵⁸ O caráter produtivo do inconsciente não possui um regime que se possa determinar independentemente das maquinações realizadas em cada caso. O processo desejante deve-se ao encontro aleatório de máquinas, que não desfrutam de uma organização *a priori* que contenha a totalização do processo (OLIVEIRA, 2007, p.120).

não é só um encontro de morte, é também um crime, uma inscrição jurídica penalizadora na forma discursiva, performática e desigual da lei, e os envolvidos não são somente vítima e indiciado, podem ser 'loucos', 'maus', 'merecedores', 'bandidos', 'marginal', 'delinquente', 'vagabundo', 'favelado', o próprio não-ser do 'cidadão de bem', etc.

Assim como a 'máquina social' (DELEUZE e GUATTARI, 2010) e suas relações de poderes estratégicos (FOUCAULT, 2009), o regime micropolítico das identidades, dos desejos e afetos, está presente nas necropolíticas (MBEMBE, 2011) que podem ser assumidas como espaciais pela sua eficiência inter-escalar de territorialização. Os vícios estatísticos de homicídios apontam para os homens jovens, com baixa renda e escolaridade, geralmente negros, como o perfil demográfico da violência. Portanto, tratam-se de performatividades de masculinidades agenciadas a um tipo específico de formas de subjetividades elaboradas sobre a microfísica das vilas periféricas pobres das cidades grandes e médias.

2.3 – Masculinidades jovens, os afetos e os agenciamentos da violência

Evidentemente, a violência homicida atende a padrões demográficos e geográficos que podem estar ligados a uma série de agenciamentos inter-escalares que impulsionam atos violentos e incitam subjetividades violentas como também inibem a possibilidade de novas expressões existenciais. Um conjunto de afetos e desejos pode investir no campo social através de mecanismos repressivos ou sedutores a repetição.

Há uma relação entre o campo social e os desejos e afetos dos indivíduos sem que haja intermediações imparciais, as evocações e produção de significação por meio de discursos de verdade sobre si e sobre os demais são elaboradas simultaneamente as relações de poder (FOUCAULT, 2009). O que pode ser dito e visto são admitidos por um conjunto de significações e regulações exercidas por um arranjo de forças que estabelecem a receptividade e espontaneidade de formas de verdade (DELEUZE, 2008).

A continuidade entre os dispositivos de uma necropolítica e as formas de subjetividades violentas se dá pelo caráter microfísico do poder que é sempre "local, considerando que nunca é global" (DELEUZE, 2008, p.52). Deleuze e Guattari (2010) empenham-se em reforçar que nas manifestações mais coesas de uma massa fascista em

um regime totalitário, como da Alemanha nazista⁵⁹, não há uma condição de ‘engano’, mas de ‘desejo’. O fascismo é desejado por uma espécie de ‘perversão do desejo gregário’ que, segundo Antonio Negri (2006), a perversão não está na capacidade de ‘ordenar’ uma multidão, mas em um devaneio comum individualista de subtração, ou seja, negam qualquer senso de ‘comunhão’ ou ‘similitude’ por narrativas segregadoras do outro e condenatórias da diferença. Trata-se de uma economia do desejo e não de uma consciência ou não dos acontecimentos, são os investimentos do desejo que modelam e difundem o poder, ou os dispositivos de poder estratégico (OLIVEIRA, 2007).

O geógrafo Nigel Thrift (2006), baseando-se em Whitehead (2004) que afirma que a violência é, antes de tudo, performativa, acrescenta que, portanto, possui uma dimensão estética.

Pode parecer estranho pensar na violência em termos estéticos, mas a maior parte da violência não é uma simples força primária a qual a existência é sua prova. Totalmente ao contrário, a maior parte da violência vem carregada com vários tipos de maior ou menor carga cuidadosamente construída⁶⁰ (THRIFT, 2006, p.287).

Se considerarmos, novamente, que a violência homicida é fundamentalmente masculina – 91,4% dos casos de 2013 conforme Waiselfisz (2013), e jovem⁶¹ – 150,2% mais vitimado que o restante da população (WASELFISZ, 2012), é preciso assinalar que existem formas de fazer-se homem sob uma trama jovem que têm os aproximados de um ‘encontro de morte’. Dessa forma, a presente seção apresenta um debate sobre masculinidades principalmente nas ciências geográficas e posteriormente as contribuições da Geografia dos Afetos.

As análises ditas intergênero, que priorizaram a compreensão das masculinidades nas ciências sociais – em grande parte, referências para os trabalhos de Geografia, recebem a contribuição de Connel (1995), Pease e Pringle

⁵⁹ Ou recentemente no Brasil pós 2013, onde as ruas das cidades metropolitanas se viram inusitadamente tomadas por grupos de renda alta e média que estrelaram uma série de episódios de gritos de ódio, ameaças de morte e incapacidade de dialogar com posições contrárias, tudo isso com a complacência de agentes policiais, tão violentos em outras circunstâncias. A condescendência policial, é claro, se refere a sua natureza de ‘manutenção’ da ‘ordem’ e não há nada fora da ‘ordem’ quando uma elite brasileira cotidianamente agride de diferentes formas um pensamento de esquerda, ou minimamente progressista.

⁶⁰ Tradução nossa de: *It may seem odd to think of violence in aesthetic terms but most violence is not a simple primal force whose existence is its proof. Quite the reverse, most violence comes loaded with all kinds of more or less carefully constructed freight.*

⁶¹ Existem trabalhos em Saúde Pública, como é o caso de Edinilsa Souza (2005) sobre a mortalidade por mortes violentas no Brasil e a vitimação de homens jovens.

(2001), Kimmel (2005) e Connel e Messerschmidt (2013). Nesse último trabalho, os autores elaboram revisões e reformulações sobre o conceito de 'masculinidade hegemônica'. Já na Geografia, os estudos de masculinidade começam a criar vigor após a década de 1990 (BERG e LONGHURST, 2003). Contudo, Longhurst (2000) lembra que nesse momento inicial, performatividades de masculinidades subalternas foram negligenciadas. Após 2009 o GETE/UEPG começa a produzir, sistematicamente, trabalhos sobre masculinidades marginalizadas sob o contexto de um país latino-americano subdesenvolvido.

No ambiente da Geografia Feminista anglófona, a masculinidade torna a ser concebida em um caráter plural, e se desenvolve enquanto um conceito carente de uma análise interseccionada a outros elementos identitários e lugares ou espaços específicos. Espaços de trabalho, por exemplo, são compreendidos de maneira 'generificada', ressaltando as tensões da identidade de gênero frente a aspectos econômicos. Massey (1995) organiza o que chama de *high-tech masculinity*, no contexto universitário, capaz de reforçar os dualismos da racionalidade acadêmica. Linda McDowell (2000, 2003) analisa masculinidades violentas a partir de conflitos entre jovens brancos de classe trabalhadora e as novas formas de trabalho, deslocada da dinâmica industrial para empresarial, com a pressão do desemprego iminente. Ainda, Nunn (2013) analisa práticas de dominação masculina no contexto de trabalhadores de recicláveis em São Paulo.

Frente as mudanças contemporâneas, alguns trabalhos se preocupam em compreender as nuances e transformações da masculinidade, enfatizando seus referenciais estéticos (MANN, 2006), ou ainda, a partir da sociabilidade em lugares de prática esportiva, como Evers (2009) e Tivers (2011).

Se masculinidade pode ser compreendida como uma maneira conforme homens se posicionam através de práticas discursivas (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013), o conceito torna-se uma espiral de concentração e reprodução de performances masculinas espacialmente hegemônicas. Portanto, simultaneamente a isso, hierarquiza e posiciona práticas, corpos e discursos dissidentes (PASCOE, 2005; HENNEN, 2009; SCHROCK e PADAVID, 2009; WENTZELL, 2014). Rosso (2012), por exemplo, analisa um sítio *online* que agrega pessoas identificadas como 'pênis pequeno' e as dificuldades frente a referência masculina de valorização 'fálica'.

O conceito de masculinidade deve ser pensado na referência de um sujeito multifacetado, contraditório e em constante contestação. Dessa forma, algumas investigações geográficas buscam compreender as trajetórias de pessoas do sexo masculino interseccionadas a outros eixos identitários como racialidade (DAY, 2006; LESTER e DUSSART, 2009; HOPKINS, 2007; ASCHER, 2003), religião (WILKINS, 2009; HOPKINS, 2007), etnicidade e nacionalidade (ALEXANDER, 2000; MALAM, 2008) e juventude (MCDOWELL, 2003; NAYAK, 2003). Hopkins (2011), por exemplo, apresenta a necessidade do debate interseccional sobre juventude, ao se atentar a poucas investigações geográficas sobre jovens homens religiosos e racializados.

Trabalhos como de sociólogos como Krienert (2003) e Messerschmidt (2000), atentam para o fato de que criminalidade e violência encontram na masculinidade uma chave de compreensão eficaz. A formação de 'gângues' nas grandes metrópoles tem sido assunto de interesse para análise de jovens homens e práticas de transgressão das normativas contingenciais de espaços públicos. A exemplo, Alexander (2004) analisa gângues muçulmanas na Grã-Bretanha, ou ainda, Winton (2005) investiga gângues de jovens homens nas áreas pobres da cidade da Guatemala. O uso de drogas ilícitas por jovens homens também é representada pelo trabalho de Wilton, Deverteul e Evans (2013) que investiga os espaços de tratamento desses usuários.

Ainda sobre a intersecção: juventude-masculinidade-drogas ilícitas, Aitken (2012), através da noção de homossocialidade de Sedwick (1985), argumenta que o uso de droga vinculado em práticas de violência está engendrado em uma trama de acordos masculinos, ou melhor, agenciamentos organizados por triangulação de desejos entre heterossexuais são responsáveis por dar continuidade à coesão entre o grupo indentitário.

A proximidade entre 'uso de drogas' e 'gênero' considerada em algumas pesquisas evidencia a necessidade de analisar inclusive sua simultaneidade espaço-temporal. Fiona Measham (2002) considerando os contextos socioculturais de gêneros e uso de drogas entre mulheres na Inglaterra, afirma que uso de drogas não é só mediada pelo gênero, mais precisamente, o uso de drogas, vinculado a suas práticas de lazer, música e estilos culturais, são esses mesmos, elementos da realização da identidade de gênero. Elaborar as práticas de drogadicção, segundo autora, é 'fazer o gênero' – usando os termos do gênero performativo de Judith

Butler. Em outro exemplo, Jolene Sanders (2011) investigando a drogadicção de adolescentes do sexo masculino afirma que o abuso no uso de drogas junto com práticas de 'delinquência juvenil' são meios de alcançar e consequentemente elaborar a própria masculinidade. A autora afirma que uma recuperação bem sucedida da adicção de drogas ilícitas deve estar associada à reconstrução de suas próprias masculinidades e trajetórias juvenis.

O eixo geracional é bastante presente na compreensão de trajetórias masculinas, chamando a atenção para a predominância da fase jovem. Nécio Turra Neto (2012) analisa a cidade de Guarapuava, Paraná, a partir de suas manifestações juvenis ao longo das décadas de desenvolvimento econômico da cidade. Atentando-se para grupos punks e *hip hoppers*, o autor afirma que juventude é transversalmente marcada espaço temporalmente. Tanto as identidades como seus espaços vivenciados são produzidos em movimento mediante um jogo de conexão e desconexões. Como exemplo, o posicionamento 'rebelde' de grupos punks, skatistas e *rappers* incidem enquanto uma des-territorialização de concepções idealizadas sobre a juventude ao mesmo tempo em que se re-territorializa em lugares de sociabilidade na cidade.

Thilde Langebang (2008) buscando compreender as masculinidades marginalizadas de jovens em Accra, Gana, e suas apropriações da rua, afirma que territórios da rua são compostos por uma multiplicidade de significados que dão sentido para o próprio cotidiano. Configurando-se em um espaço heterogêneo diferentemente das representações de fora que predominam narrativas sobre 'imobilidade' e 'periculosidade'.

Considerando os trabalhos sobre masculinidade jovem no contexto brasileiro⁶², Chimin Junior (2011) argumenta que as espacialidades vivenciadas por adolescentes do sexo masculino se instituem como um componente de vulnerabilidade a cometer atos infracionais. Esse mesmo grupo social, segundo Rossi (2010), participa de territorialidades, como da 'vida louca', ou 'rodas de crack', responsáveis por interseccionar a drogadicção e atos infracionais nas trajetórias

⁶² Estão citados os trabalhos elaborados no âmbito do Grupo de Pesquisas Territoriais – Gete/UEPG. Foi realizado um levantamento sobre artigos com a temática de masculinidade no Banco de Dados do Gete/UEPG – citado no capítulo 1, e além dos citados no texto foram encontrados um sobre masculinidade e futebol e outro sobre masculinidade nas relações internacionais nas políticas de Estado, Jesus (2012) empenha-se na consolidação da masculinidade hegemônica nas práticas de dominação e marginalização da diferença presentes em políticas específicas no Ocidente.

espaciais de adolescentes do sexo masculino da 'quebrada' – que designa áreas periféricas pobres do espaço urbano. Rocha (2014) realiza um aprofundamento nas espacialidades de uso do crack desses indivíduos e argumenta que, através do 'espaço espiado', os adolescentes usuários de drogas ilícitas elaboram trajetórias rizomáticas e frenéticas, ao mesmo tempo em que encontram a possibilidade de identificação e alianças, ressaltando que a corporalidade é central nos posicionamentos das relações de poder do referido espaço. Outros elementos presentes no cotidiano de adolescentes do sexo masculino, envolvidos com as drogas e moradores de áreas periféricas pobres da cidade, é a morte violenta.

Nesse contexto que em Gomes (2014) elaboramos as '*assemblages* da violência', conceito que busca delinear a composição espaço-temporal provisória que dá continuidade a mortes violentas. No caso analisado, a inter-relação entre performances de masculinidades violentas, redes de amizade local e a territorialidade do tráfico de drogas, posicionam o grupo pesquisado como vulneráveis a morrer assassinado.

Tanto na figura do autor como da vítima de um assassinato, é possível delimitar práticas reconhecidas pela sociedade como masculinas, definidas enquanto frutos de desafio de forças, violência, enfrentamento e agressividade⁶³, características essas que podem também ser vinculadas a uma suposta 'masculinidade hegemônica'. Contudo, esse conceito necessita de algumas ressalvas presentes em Connell e Messerschmidt (2013). Os autores afirmam que devem ser rejeitadas as afirmações que alimentam a masculinidade enquanto um conceito que dê inteligibilidade à dominação global do homem sobre as mulheres. Antes, masculinidade deve ser pensada como “uma configuração de práticas organizadas em relação à estrutura das relações de gênero” (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 263).

O conceito de 'masculinidade hegemônica' é influenciado por argumentos psicanalíticos sobre o caráter multifacetado e contraditório da personalidade, construída constantemente por meio de contestações cotidianas e estratégias de continuidade a uma hegemonia construída. Essa hegemonia da masculinidade pode ser tomada como a centralidade das relações de poder que por vezes são contraditórias, ou ainda, através do conceito de 'espaço paradoxal' (ROSE, 1993)

⁶³ Essas características foram explicitadas nos enunciados de depoentes e declarantes sobre as causas do crime presente nos inquéritos policiais analisados por mim na dissertação de mestrado.

trabalhados por Chimin Junior (2009) e Rossi (2011), sendo possível afirmar que a vivência espacial é multidimensional e plurilocalizada, ou seja, o indivíduo vivencia múltiplas dimensões do espaço e se posiciona de diferentes maneiras nas relações de poder que os compõe.

Sobretudo é pertinente que se afirme o caráter local da construção da hegemonia de masculinidades. Conforme Connel e Messerschmidt (2013) a hegemonia é um conjunto de atos elaborados em um ambiente social específico o qual tomar para si um *status* hegemônico local é fazer as coisas que seu grupo de pares o define como masculino. Dessa forma, a masculinidade é tanto um 'tornar-se' homem elaborado a partir dos ditames estéticos do cotidiano vivenciado, como um polo pelo qual indivíduos orbitam acertiva ou conflitivamente as evocações e corporalidades que produzem a noção de ser 'homem' – ou 'mais homem'.

Uma trajetória científica que se lance a compreender o fenômeno do homicídio e a gritante concentração de gênero deve considerar o caráter múltiplo das formas de ser homem na sociedade, “a masculinidade representa não um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas” (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 257).

Nesse sentido, as teorias de gênero e sexualidade na Geografia tornam-se uma contribuição à pesquisa no momento em que trazem novos matizes às trajetórias espaciais de indivíduos violentos que, por vezes, são enquadrados em um espaço geometricamente estruturado – num nível analítico, que homogeneíza o gênero, a cor/raça, o grupo de renda dos corpos indisciplinados que são vulneráveis a morrer assassinado ou que matam.

O que se quer afirmar ao frisar uma miríade de possibilidades de análise da masculinidade é o fato de que: i. esses conceitos se instituem como eixos 'axiomáticos significantes' (DELEUZE e GUATTARI, 1992) das relações de poder e práticas discursivas, dessa forma, dá sentido e intervém nas múltiplas formas de subjetivação, ou ainda, de opressão, sobre a vida dos indivíduos; ii. a Geografia alerta para a co-extensão dessas 'formas de subjetivação' (FOUCAULT, 2000) e os espaços e lugares que possibilitam/restringem sua manifestação.

As conceituações sobre masculinidades na Geografia se posicionam nessa pesquisa como uma estratégia conceitual e metodológica de compreensão de um fenômeno predominantemente masculino. Uma cartografia das performatividades

masculinas elaboradas através da estética das espacialidades de violência, contribui para não buscar os sentidos da brutalidade, mas, ater-se em como funcionam o embate de forças e a gestão da possibilidade do embate. De maneira a intervir em evocações específicas do grupo social investigado, o assassinato mergulhado na miríade de significações que os impelem, inclusive, captar até mesmo quando a morte se torna banal, ou um feito de justiça, um ato heroico, um fim a ameaças, etc, as codificações evocativas como são elaboradas cotidianamente. Sobretudo, trata de compreender aquilo que existe coextensivamente entre uma espacialidade e os indivíduos que a vivenciam, através de conexões desejantes e a capacidade de afetar e ser afetado.

Nos termos jurídico-policiais muito se fala da ‘motivação’ do crime, uma espécie de força interna impulsionadora, um ímpeto, ou o conjunto de causas internalizadas pelo autor do assassinato, que figuram como ‘desejo cristalino’ responsável por mover e encenar o crime. Entretanto, essa ‘internalização’ não pode nunca ser patologizante, mas, clínica. Deleuze e Guattari (2010) convidam a pensar o desejo coexistente ao campo social, na linguagem dos autores, as ‘máquinas desejantes’ e as ‘máquinas sociais’ coexistem, se penetram e mudam de lugar. A esquizoanálise proposta pelos autores do Anti-Édipo pensa o corpo enquanto uma ‘usina do desejo’ que não pode ser enclausurada, ou edipianizada, por uma sentença que busca neutralizar uma doença, ao contrário, fazem valer a potência conectiva de um corpo que através de um processo desejante estão conectados com territórios sociais.

Segundo Roberto Machado (2010) na filosofia de Deleuze o corpo é “uma composição de uma infinidade de partes extensivas, a permanência de uma relação de movimento e repouso através das mudanças que afetam suas partes [...] mas essas partes só lhe pertencem sob uma determinada relação” (ibid, p.72), trata de ‘vasos comunicantes’ que envolve encontros com outros corpos orgânicos, inorgânicos, ou ideias e imagens (DELEUZE e GUATTARI, 2010).

Dessa forma, se diluem os dualismos entre desejo e campo social. Conforme Cardoso Jr (2007) afirma, a sociedade e a própria intimidade afetiva e desejante de um indivíduo

estão dobrados sobre si mesmas e pertencem a um mesmo mundo, muito embora como dobras apresentem uma certa distinção que se

baseia na maneira de distribuição, seja por realização na matéria seja por atualização da alma, de relações diferenciais que demarcam os interstícios das dobras (CARDOSO JR, 2007, p.26).

O mundo não é para o desejo uma exterioridade, o próprio desejo é o percurso dos indivíduos pelo mundo. A ideia de sujeitos da representação dá lugar a uma subjetividade enquanto individuação de intensidades, ‘máquinas desejantes’ e ‘máquinas sociais’ corporais. Um corpo se compõe enquanto uma potência de afetar e ser afetado. O pensamento spinozista de Deleuze incita uma análise dos encontros ao mesmo patamar da geografia dos encontros de Doreen Massey. Trazer ao debate uma análise que será denominada de teoria dos Afetos é concordar com o argumento da inexistência do bem e do mal, para Spinoza só existem bons e maus encontros (MACHADO, 2010).

Para tanto, julgamos necessário trazer alguns termos-conceito para a construção de uma ‘cartografia afetiva’, como a distinção entre afecção e afeto. ‘Afecção’ é a condição de um corpo quando sofre a ação de outro corpo, uma mistura que se recebe (MACHADO, 2010) bastante semelhante com a noção de ‘ritornelo’ em Deleuze e Guattari (1995) conceito da música que indica uma repetição, mas que para o ouvinte torna-se imperceptível, ou seja, é um estado de encontro em que forma uma harmonia ou contracanto. ‘Afeto’ é “o aumento e a diminuição da potência de agir de um corpo” (MACHADO, 2010, p. 76), seria a consequência das ‘afecções’ na ajuda ou na contenção da potencia de agir de um corpo, portanto, sempre correlativo e transitivo.

Se uma afecção é um estado – o estado de um corpo enquanto ele sofre a ação de outro –, o afeto ou sentimento não é propriamente um estado, mas a passagem, o movimento, a transição, a variação de um estado a outro. O afeto é a variação contínua da potencia de agir de alguém, determinadas pelas ideias que ele tem (MACHADO, 2010, p.77).

Em uma ‘cartografia afetiva’ existem encontros de ‘composição’ ou ‘decomposição’, ‘conveniência’ ou ‘desconveniência’. Um ‘encontro de morte’ pode ser instado por algum desses encontros, um assassinato pode ser efetuado por uma potência evasiva ou reprimida, enfim, são os signos possíveis a serem dados para além de emoções psicológicas.

Uma análise de proximidade com as formas de subjetividade envolvidas em espacialidades de violência deve ir além de sentenças societárias genéricas, como ‘pobreza’, ‘desigualdade’, etc, mas, ainda assim ficar aquém de aprofundamentos psicológicos, como o caso comprometedor de Ana Beatriz Barboza Silva (2008a) do livro ‘Mentes Perigosas’ em que essencializa as características do que seria um psicopata e afirma que grande parte – 20%, da população carcerária são psicopatas e esta parte é a maior responsável por crimes violentos, sem despendar energia nessa discussão, mas é claramente um enxugamento da face social da violência. Nesse ponto, é preferível acordar com a conhecida sentença de Paul Valéry de que o mais profundo é a pele.

Além de apresentar algumas linhas gerais de uma teoria do Afeto, principalmente na filosofia spinozista de Deleuze e alguma coisa em Deleuze e Guattari, é importante assinalar a produção na Geografia que já tenha se apropriado desse pensamento. Na Geografia de língua inglesa é bem consolidado a denominada Geografia do Afeto, que em alguns momentos dialoga e em outros se distancia de uma Geografia das Emoções, portanto, serão tomadas algumas produções respeito desses subcampos.

A complexidade dos fenômenos sociais demanda que reformulações conceituais e ampliações metodológicas sejam constantes. Assim como as teorias feministas contribuíram para compreensão de múltiplas formas de hierarquização e dominação dos indivíduos para além de relações de classe, Anderson e Smith (2001) argumentam que as emoções foram deixadas de lado nos processos de compreensão do prisma que são as relações sociais.

Na Geografia anglófona, autores como Davidson e Bondi (2004), Parr (2005) e Sharp (2008) declaram que as emoções tomam força na Geografia Feminista, ainda que se possa afirmar, segundo Pile (2010), que estejam distribuídas nas abordagens da Geografia Humanista, Feminista e Não-representacional. Conforme Sharp (2008), a Geografia das emoções surge em trabalhos sobre metodologia, refletindo sobre o processo de investigação e as contradições e presenças explícitas das emoções no campo investigativo.

Outra forma bastante utilizada de inserção das emoções nas investigações geográficas, em um segundo momento, foi a compreensão dos papéis das emoções na construção e reprodução social (SHARP, 2008) e a maneira como grupos sociais experienciavam espaços e lugares específicos, um exemplo, são as pesquisas sobre

medo (SAVILLE, 2008; PAIN, 2009; BOUDREAU, 2010). Pain (2001) elabora uma revisão sobre diferentes formas de medo do crime, para então argumentar que os discursos de medo, muitas vezes, se utilizam de estereótipos ancorados em identidades de gênero, raça e/ou idade, que não correspondem quantitativamente ao perfil de autores de crime de casos registrados.

Elementos interseccionais aparecem também em trabalhos de Nayak (2010; 2011) que priorizam a racialidade, afirmando que as geografias das emoções e afetos contribuem para elucidar processos de racismo, dando visibilidades a práticas de dominação contraditórias e, por vezes, tácitas. Outro exemplo de investigação interseccional e sobre emoções é Garmany (2014) que busca compreender como os narcóticos, a violência e a morte afetam o espaço urbano, analisando a favela de Pirambu em Fortaleza, Ceará, o geógrafo inglês chama a atenção para os padrões de correlação entre uma narcogeografia e uma necrogeografia. Para tanto, utiliza o medo como um elemento central na compreensão na formação e reorganização do espaço dentro das cidades.

A idade, enquanto um eixo identitário está interseccionada em alguns trabalhos citados, mas pode se posicionar como eixo central da análise da Geografia das emoções/afetos, como é o caso do trabalho de Brown (2011), que analisa o sentimento de 'aspiração' de jovens para a vida adulta. O autor, problematizando as políticas governamentais de produção de aspiração no Reino Unido, propõe quatro formas de abordagem: i. a orientação afetiva do futuro o antecipa sob uma disposição emocional do presente; ii. essa disposição encontra na juventude uma validade identitária, dada a 'importância' em aspirar; iii. políticas de elevação da aspiração produzem tempos, espaços e lugares de oportunidade que possuem eficácia na repercussão emocional no presente; iv. a produção de uma aspiração jovem, enquanto um estado emocional, afeta outras emoções, como a elevação do medo.

Outros elementos para uma análise de um sujeito interseccional, a partir das emoções/afeto, podem ser priorizados como: religião (HOPKINS, 2009; FINLAYSON, 2012); migração, como presente no trabalho de Ho (2009) que analisa emigrantes de Singapura em Londres e o sentimento de cidadania, ou ainda, chineses no Canadá (HO, 2014); família, atentando-se a entretenimento (HALLMAN e BENBOW, 2007) ou família e engajamento político (EVANS, 2011); álcool e sociabilidade (JAYNE et al., 2010; STEPNEY, 2013). Sobre drogas e emoção,

Briggs (2011)⁶⁴ afirma que existem poucas ‘investigações de proximidade’ com usuários de drogas. O autor, ao analisar usuários de crack no sul de Londres, através de um projeto de ‘etnografia visual’, frisa que as emoções são inerentes ao processo de elaboração do trabalho de campo.

Dessa forma, as emoções podem ser trazidas à pesquisa como crítica ao próprio processo investigatório ou como operacionalizador da análise do fenômeno social. Entretanto, os termos utilizados, emoção e afeto, podem ser diferentemente entendidos. Autoras como Bondi (2005) e Sharp (2008) afirmam que pesquisadores da Geografia não-representacional, utilizam o termo ‘emoção’ de maneira muito genérica e fazem do afeto um conceito abstrato, ‘des-corporificado’ e negligente as geometrias do poder. Já Pile (2010) defende que os deslocamentos, ou torções, de análise estão sempre centrados no corpo. Mesmo que os embates não tenham esgotados as tensões conceituais, mais válido que identificar as diferenças é explicitar e apropriar-se do debate de maneira a fortalecer o delineamento da problemática de pesquisa.

O conceito de afeto, para Pile (2010), deve ser tomado pela sua influência spinozista na releitura de Gilles Deleuze em sua filosofia da imanência. Como já dito, em suas linhas, todo corpo, orgânico ou inorgânico, é sempre uma composição múltipla. Invés de uma entidade relacional, todo corpo é um agregado provisório de fluxos que circulam entre os corpos. Nesse sentido, o afeto é justamente a capacidade e potência de definição de um corpo sentir (MACHADO, 2010). Afeto é coextensão, antes de ser a verticalidade ‘profunda’ dos sentimentos, torna-se horizontalidade de capacidade de afeto.

Aproveitando-se da geograficidade existente na noção pós-estruturalista de afeto que geógrafos/geógrafas elaboram análises empenhadas em diversificar as variáveis presentes nas dinâmicas sociais, como fluxos econômicos, tecnologias, mídias (MCCORMACK, 2005; ANDERSON, 2009; LIM, 2009). Também existem preocupações metodológicas, como é o caso de Dutta (2015) baseado em uma pesquisa participativa realizada no Rio de Janeiro, que problematiza o dinamismo dos afetos em uma investigação, para além da fala dos coparticipantes da investigação, ampliando para prosódias, entonação de voz e expressões corporais.

⁶⁴ Pesquisador da área da Criminologia Crítica, artigo publicado na revista científica: *Emotion, Space and Society*.

O afeto as emoções, como demonstrado, de uma maneira ou de outra mantém proximidade com as geometrias do poder (MASSEY, 2008) que interessa a esse trabalho. Se a proposta é compreender a vivência espacial de adolescentes do sexo masculino, pobres e usuários de drogas, há a necessidade de assumir que a territorialização do tráfico nas áreas pobres da cidade e a desigualdade penal do controle dessa droga ilícita estão presentes na geografia das emoções/afetos desse grupo social. Por outro lado, analisar a estética local e as emoções/afetos que circulam entre esse grupo identitário contribui para maior diversificação da análise de alianças e conflitos cotidianos que dão continuidade a prática de uso de drogas ilícitas.

2.4 – As escalas, os tons e as imagens da violência em notícia

Toda construção argumentativa até aqui esteve comprometida com um tipo de relação, grosso modo, entre a macropolítica e micropolítica, e a violência homicida instiga a pensar nesses dois eixos de maneira inter-relacionada. Há uma sensação de que uma análise etnográfica e de proximidade carece sempre de ancoragens macropolíticas e as análises quantitativa-demográficas e ‘teórico-estruturais’ sempre deixam vazios sobre as reais intenções que um homicida ‘decidiu’ tirar a vida de outrem, sentimento parecido com a curiosidade de um filme de suspense policial, há sempre uma tendência imagética sobre a ‘cena do crime’. Evidentemente que essa continuidade entre comportamentos analíticos distintos é de caráter escalar. A grande contribuição para a geograficidade dos trabalhos de outras áreas sobre o tema, talvez seja o aporte conceitual sobre escala e espacialidade.

O geógrafo inglês Stephen Legg (2009) analisando o governo colonial da Índia da década de 20-30 e o imperialismo presente nas Ligas das Nações elabora uma reflexão entre os conceitos de escala, rede e *assemblage*. Uma das argumentações centrais é de que a escala precisa ser pensada enquanto um efeito de práticas e não como estrutura e quadro (*frames*), desde Howitt (1998) há um exercício de desconstrução da noção de escala enquanto ‘tamanho’.

Autores pós-estruturalistas se empenham na desconstrução da binaridade entre ‘macro-micro’ o que não tem sido uma tarefa muito fácil, pelo fato de ao mesmo tempo exigirem a necessidade das análises atenderem esses dois campos.

Patton (2000) afirma que uma escala macropolítica agregam os termos de ‘extensão’ e a micropolítica ‘intensiva’. Enquanto a primeira agrega multiplicidades que se chocam sobre sexo, classe, nação, etc, a segunda concentra as afinidades a esses eixos identitários. Essa prosposta apresenta campos de naturezas altamente extensivas, mas, sem fugir da polarização.

Nesse sentido, Legg (2009) fomenta a aproximação do debate sobre escala com *assemblage* e rede, apresentando três premissas: i. a escala não deve ser pensada enquanto um quadro preexistente de ação, mas um efeito de diferentes redes de ação; ii. essas redes são hierarquizadas, heterogêneas, híbridas e congregam não-humanos – como signos, imagens, conhecimentos, poderes, etc; iii. as redes devem ser pensadas enquanto *assemblages* – ou na linguagem da Deleuze e Guattari (2010), ‘agenciamentos’, que se configuram enquanto um conjunto de relações em um espaço-tempo com estabilidade periódica e são organizados por uma tendência de ‘des-territorialização’ e ‘territorialização’, e conforme Legg (2009) ‘des-escalarização’ e ‘escalarização’.

O autor ainda empreende outra aproximação necessária, de que as *assemblages* devem ser pensadas junto ao conceito de ‘dispositivo’ de Michel Foucault, ambos já trabalhados anteriormente, pelo fato deste estar alinhado com a política e as relações de poder e se auto definir com propósitos específicos de estratégias de controle. Para a presente pesquisa é como se ‘dispositivo’ se tornasse uma estratégia teórica analítica pela complexidade do fenômeno da violência homicida e ‘agenciamento’ fosse uma estratégia metodológica analítica pela complexidade de discursos e subjetividades envolvidas no fenômeno.

Não se trata, portanto, de avaliar ‘tamanhos’ do fenômeno ou delimitar os diferentes ‘quadros’ específicos que o intervêm, mas de produzir continuidades e ater-se as contradições das esferas do fenômeno. Sobre isso, DeLanda (2006) exemplifica que investigar um fenômeno dito ‘macropolítico’ não requer análises de localidades específicas ou grandes estruturas, mas, na capacidade de recontextualização das inúmeras esferas da vida. Essa potência de recontextualização de uma investigação é tomada por Richard Howitt (1998) através da força das metáforas na argumentação geográfica, no caso, metáforas da música para as relações escalares.

Escala é sempre relação, com isso a teoria das escalas musicais abre uma miríade de possibilidades para o pensamento, capaz de tornar uma análise mais

sensível para as inter-relações de uma espacialidade (HOWITT, 1998). Aproximação essa, também elaborada por Deleuze e Guattari (1995) em 'Mil Platôs'. Em teoria musical a escala remete a uma 'escada' ou 'estrada', não linear, mas cíclica. Trata-se de uma disposição melódica sequencial em que se organizam 'notas musicais' tidas como cortes de um *continuum* das frequências do som. No ocidente, a escala diatônica, desde Pitágoras, constitui uma sequência de notas em uma oitava⁶⁵ e dela se originaram inúmeras outras organizações de notas, bem como, uma imensidão de escalas não ocidentais, com influências principalmente afro, árabe e indiana. Existem as escalas maiores, menores, de *blues*, pentatônica asiática, etc, o importante é ressaltar que de um arranjo escalar melódico é que obtemos as sensações musicais.

Um dos atributos da música é sua duração, ou melhor, seu movimento. Essa função é central para o exercício metafórico construído aqui. É só no movimento que se tem uma relação entre as notas musicais. Essa relação organizada escalarmente produz atributos às notas, como repouso, tensão, distanciamento, conclusão, dominação, etc. A composição harmônica entre essas notas é que produz as sensações sonoras de uma música como desespero, melancolia, euforia, tranquilidade, etc. Há um tipo de 'agenciamento' entre notas que arranja sensações que emanam apenas dentro de uma composição, dessa forma, que a escala musical e a escala geográfica podem ser aproximadas como um processo axiomático de intervenção as múltiplas esferas da vida. Sob essa ótica escalar os elementos de um acontecimento passam ter atributos apenas se 'agenciado' a uma composição-arranjo que por seu movimento confere o tom-nota do encontro.

Outro exemplo de exercício de aproximação com outras linguagens é de Gilles Deleuze que empreende, na última fase de sua filosofia, um pensamento através do cinema. Pensando a conceituação de 'imagem-movimento' afirma que

Uma imagem nunca está só. O que conta é a relação entre imagens. Ora, quando a percepção se torna puramente óptica e sonora, com o que entre ela em relação, já que não é mais com a ação? A imagem atual, cortada de seu prolongamento motor, entra em relação com uma imagem virtual, imagem mental ou em espelho (DELEUZE, 2010, p.71).

⁶⁵ Famosa sequência: dó, ré, mi, fá, sol, lá, si e dó novamente.

O movimento acontece pela relação entre os quadros em sequência de imagens as quais o pensador organiza três ‘imagens-movimento’. Conforme sistematiza Machado (2010), a ‘imagem-percepção’ pode ser objetiva, quando um conjunto de imagens varia entre si, ou subjetiva, quando as imagens variam em relação a uma privilegiada. A segunda é a ‘imagem-afecção’ que se trata de um *close* sobre um rosto ou objeto e por fim a ‘imagem-ação’ que remete ao realismo no cinema, quando os comportamentos se atualizam em um meio – espaço-tempo, os meios se atualizam e os comportamentos se encarnam. Nesses moldes, pode-se dizer que uma escrita geográfica se assemelha a um documentário, ao recontextualizar espaços fragmentados, torcer os significados de um território e agenciá-lo a outros territórios, produzir uma sequência de ritmos, notas e imagens que produzam um arranjo reflexivo⁶⁶.

Tomado isso, será organizado aqui um arranjo de notícias midiáticas⁶⁷ com um ritmo acentuado que de uma maneira ou de outra provocam questionamentos e desafiam a recontextualizar o fenômeno da violência homicida no Brasil. As notícias serão aproximadas com o objetivo de criar algumas imagens-movimento para contribuir com a reflexão teórica construída no presente capítulo, ampliar a necessidade de uma análise inter-escalar, e estabelecer alguns questionamentos que estão articulados com a análise empírica nos demais capítulos. Estarão presentes alguns acontecimentos que, de certa forma, fortalecem a justificativa social de pesquisas geográficas sobre a violência homicida no Brasil e os dispositivos das necropolíticas espaciais, afinal, o país detém o primeiro lugar na produção absoluta de cadáveres vítimas de assassinato no mundo, conforme o Atlas da Violência (IPEA, 2016).

Segundo dados da Anistia Internacional (2015), entre os anos de 2004 e 2007, 170 mil pessoas foram mortas nos doze maiores conflitos mundiais. No mesmo período, no Brasil foram registrados mais de 192 mil homicídios. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) afirmam que em cinco anos o número de óbitos provocados por policiais brasileiros – 11.197, é maior do que o

⁶⁶ A rigor seria um documentário sem diretor consciente projetando uma paisagem única e sintética “não é a consciência que é luz, é o conjunto das imagens, ou a luz, que é consciência, imanente à matéria. Quanto à nossa consciência de fato, ela será apenas a opacidade sem a qual a luz, ‘prolongando-se sempre, nunca se teria revelado” (DELEUZE, 1983, p.90 apud MACHADO, 2010, p.254).

⁶⁷ As notícias foram selecionadas ao longo do doutorado.

número de mortos pela polícia dos Estados Unidos em trinta anos – 11.090. Só no estado do Rio de Janeiro em um período de 10 anos, entre 2005 e 2014, foram registrados 8.466 homicídios decorrentes de intervenção policial. Conhecidos como 'auto de resistência', esses registros administrativos de ocorrência criminal, caracterizam-se por uma classificação antecipada do homicídio praticado por policiais associando a uma “excludente de ilicitude: legítima defesa do policial” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p. 28)⁶⁸.

Ingram e Costa (2014), no artigo *Targetinf Reduction in Brazil: Policy Implications from a Spatial Analysis of Homicide*, demonstram que no ano de 2011 dentre as regiões do mundo, a América Latina perde apenas para o Caribe em frequência de homicídios e, entre os Latinos, o Brasil é o terceiro país com maiores índices de morte violenta. Essa colocação permanece no ano de 2012 conforme relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) – *Global Study on Homicide - UNODC Homicide Statistics* (2013).

O país é marcado por uma violência numerosa em vítimas fatais e relativamente silenciosa, quando relacionado sua magnitude estatística frente a atenção dada por mídias hegemônicas e políticas governamentais. Essa violência agressivamente numerosa e estranhamente tácita é evocada por Mbembe (2003) que afirma que ao muito falar sobre morte violenta se fala para calar suas causas.

Em tempos de alta circulação de informações e tecnologias de cobertura e divulgação de notícias o país ainda testemunha, inclusive, extermínios desvelados. Em 2015, 12 pessoas foram mortas no bairro do Cabula⁶⁹, Salvador, às vésperas do Carnaval por policiais absolvidos. Todos os meninos tinham entre 16 e 26 anos. A ação contou com a comemoração do governador da Bahia, denominando os policiais da Ronda Especial de 'artilheiros frente ao gol' que precisaram decidir rapidamente. No mesmo ano, 12 jovens foram mortos numa mesma noite, a denominada Chacina da Messejana⁷⁰, em Fortaleza. Numa investigação sobre o caso, 38 policiais foram indiciados. No bairro Guamá⁷¹ de Belém, Pará, em 2014, nove pessoas, a esmo, encontraram as balas sem destinos, mas no local certo da

⁶⁸ Segundo Banco de Dados do Núcleo de Estudos da Violência Universidade de São Paulo, no estado de São Paulo no período de 2000 e 2010, foram registrados apenas na imprensa 6.726 vítimas de violência policial.

⁶⁹ <http://leticiammelo.jusbrasil.com.br/artigos/178786682/chacina-do-cabula-neocolonialismo-e-o-genocidio-da-juventude-negra>

⁷⁰ <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/outra-chacina-em-fortaleza>

⁷¹ <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/oito-pessoas-sao-mortas-em-belem-apos-assassinato-de-policia-militar.html>

Polícia Militar do estado, eles estavam praticando uma ação de vingança anunciada pela morte de um policial.

Sem esquecer é claro do caso ‘Costa Barros’⁷², uma região no Rio de Janeiro marcada por mortes de pessoas que parecem ter nascido já na iminência de morrer, onde o corpo negro de cinco jovens foi traspassado por 111 tiros de policiais que respondem em liberdade. Wilton, Wesley, Cleiton e Carlos Eduardo comemoravam com Roberto seu primeiro salário de aprendiz em um supermercado. A única coisa que sobrevive é angústia dos familiares que, para além da dor, se veem na obrigação de convencer de que não eram traficantes, mesmo que a pena para o tráfico seja a prisão e não a morte. O ‘princípio da presunção de inocência’ do código processual penal brasileiro torna-se episódico e geograficamente suspenso.

A relação entre a mídia e casos de brutalidade institucional demonstra que talvez não seja uma questão de informação. Não está se falando de condutas de porão que precisam ser denunciadas e delatadas para que a aquisição de dados neutralizem os extermínios. Aliás, a mesma mídia é um agente central na espetacularização da crueldade, como o caso da perseguição policial em São Paulo⁷³. Essa, estava sendo filmada e transmitida ao vivo e narrado por um repórter entusiasmado pelo encurralamento do indivíduo sendo perseguido, que fugia de moto até que, em um determinado momento de adrenalina, atirou um capacete na moto do policial logo atrás, que de imediato atira com sua arma de fogo. Depois de estar caído no chão, o apresentador se constrange ao perceber que as câmeras do seu programa estavam filmando o policial colocando uma arma de fogo ao lado do corpo, uma forja ao vivo, um teatro digno de um realismo fantástico. De Certeau (1996) sobriamente discorre sobre essa condição midiática.

o grande silêncio das coisas muda-se no seu contrário através da mídia. ontem constituído em segredo, agora o real tagarela. Só se veem por todo o lado notícias, informações, estatísticas e sondagens. [...] Os relatos do-que-está-acontecendo constituem a nossa ortodoxia. os debates de números são as nossas guerras teológicas. Os combatentes não carregam mais as armas de ideias ofensivas ou defensivas. avançam camuflados em fatos, em dados e acontecimentos. Apresentam-se como os mensageiros de um 'real'. mas, de fato, eles o fabricam, simulam-no, usam-no como máscara,

⁷² http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_rio_jovens_mortos_fe_hb?ocid=socialflow_facebook

⁷³ <http://ponte.org/quem-sabe-forja-ao-vivo/>

atribuem a si o crédito dele, criam assim a cena da sua lei (DE CERTEAU, 1994, p.286).

A massificação da informação neutraliza outras possibilidades de compreensão, semelhante à ideia de ‘antiprodução’ de Deleuze e Guattari (2010), de que o central em uma ‘máquina social’, no caso, produtora de informações – acontecimentos e narrativas, não é nem aquilo que está sendo falado, mas, aquilo que ela não produz – continuamente ‘anti-produz’ outras múltiplas interpretações e reflexões sobre um problema. Seu êxito está na regulação de opiniões como o exemplo da pesquisa de opinião⁷⁴ do Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em que 50% da população ouvida concorda com a sentença ‘bandido bom é bandido morto’.

Diferente de um desvario entre matéria e sentido, o que está em jogo são regulações próprias de proposições e acontecimentos, são as coerências de um jogo de produção de sentidos que empreendem uma brutalidade, uma violência se repete na medida de sua justificação. Os dispositivos necropolíticos encontram eficácia pela sua pulverização, ou melhor, inter-escalaridade. Juntamente às narrativas sobre determinadas corporalidades e identidades reiteradas diariamente através das tecnologias de informação, o próprio sistema penal, regido por pessoas, se desfaz de sua pureza e se encarna caída e mortal como qualquer opinião.

No sistema judiciário existem membros do Ministério Público, como o excelentíssimo Promotor Rogério Zagallo, que se pronunciou: ‘se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial’⁷⁵. Daniela Skmorov⁷⁶, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, afirma que seu ambiente de trabalho já lhe rendeu algumas experiências para afirmar que existem muitos promotores que apoiam um tipo de ‘extermínio de indesejáveis’, o que identifica como clientela pobre. A mesma Defensora diz ter perdido a conta das vezes que já ouviu histórias com mesmo roteiro, expressos nos ‘autos de resistência’.

Outro exemplo emblemático que inclusive congrega o sistema de segurança institucional e as informações midiáticas é o pronunciamento do Secretário de

⁷⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1690176-metade-do-pais-acha-que-bandido-bom-e-bandido-morto-aponta-pesquisa.shtml>

⁷⁵ <http://www.brasil247.com/pt/247/sp247/197194/%E2%80%9CMatem-estes-filhos-da-puta-que-eu-arquivarei-o-inqu%C3%A9rito%E2%80%9D.htm>

⁷⁶ http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/03/politica/1454499372_782305.html

Segurança Pública Fernando Francischini⁷⁷. Um jornal de circulação regional do estado do Paraná publica uma matéria afirmando que mortes em decorrência de confrontos com a polícia havia aumentado entre 2013 e 2014, referindo-se a gestão do secretário de segurança pública Fernando Francischini⁷⁸. Em defesa da acusação, o ex-secretário coloca um vídeo em sua página de internet pessoal⁷⁹ argumentando que ‘ao matar pessoas a polícia impediu homicídios’.

De maneira rápida a frase representa uma contradição, afinal, é como se afirmasse que para diminuir o número de pessoas assassinadas, pessoas foram assassinadas. A despeito da contradição, sob uma análise de necropolíticas espaciais, a presente afirmação torna-se coerente. A violência do ‘estado de exceção’ sempre é legitimada pela necessidade de defesa do próprio Estado. Num âmbito microfísico, a ‘exceção’ – mortes em confronto policial, das normas de conduta, que por vezes ‘abominam’ a violência, podem ser enunciadas e praticadas quando da necessidade de sustentação da ordem nos espaços de convivência de determinados grupos identitários.

‘Homicídio’ simbolicamente é tomado na frase em questão como um número, uma estatística passível de qualquer uso retórico, enquanto que as mortes efetuadas por policiais são deslocadas de seus *modus operandis* e assumidas imediatamente como ‘necessárias’. O termo jurídico-penal ‘homicídio’ é simbolicamente empregado como uma estatística virtual em constante controle e, para o seu controle, é necessário que pessoas morram sem que se caracterize um crime (AGAMBEN, 2010). Vidas que aos olhos da lei já não contam mais, precisam ser cotidianamente desqualificadas. Entretanto, toda desqualificação é agenciada em múltiplos enunciados valorativos na intersecção da juventude, da masculinidade marginalizada, presente a um grupo de renda baixa, e através de corpos racializados – negros. Alguns corpos viram notícia e outros viram estatística e o interessante é perceber que inúmeras vezes os ‘corpos-estatística’ são perversamente utilizados para legitimar os ‘corpos-notícia’.

⁷⁷ Ex-secretário afastado devido o episódio do massacre de 29 de abril de 2015 no Centro Cívico em Curitiba.

⁷⁸ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mortes-em-confrontos-com-a-policia-militar-crescem-24-no-parana-em-2014-5jgh31humwgg06kdwu5ti68r0> - último acesso em 22 de junho de 2016.

⁷⁹ Fato que também vira notícia no mesmo jornal: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/francischini-diz-que-ao-matar-pessoas-policia-impediu-homicidios/> - último acesso em 22 de junho de 2016.

Conforme afirma Umberto Eco (1994) “somos constantemente tentados a dar forma a vida através de esquemas narrativos” (ibid, p.105) e toda narrativa possui um ‘leitor-ideal’ que ativa e ordena os caminhos da escrita. Se para determinado jornal de alta circulação seu ‘leitor-ideal’ são seus consumidores, será o território axiomático dos consumidores que será privilegiado. Na cidade de Ponta Grossa, Paraná, circulou uma notícia⁸⁰ de que em um trimestre havia aumentado 144% o número de homicídios na cidade, estatística esta, irrelevante e equivocada, afinal, conforme Gomes (2013) demonstrou, não há uma lógica sazonal de assassinatos na cidade. O recorte de três meses só pode demonstrar, em relação ao ano que passou, um aumento eventual, não significando que a estatística anual ou semestral será acentuada.

Entretanto, a própria notícia demonstra o porquê de seu apego ao número dramático. Das 16 mortes do trimestre, apenas três destoam do perfil mais frequente nas vitimações⁸¹, os demais eram ‘corpos-estatística’. Os três casos são narrados enquanto ‘chocantes’: um latrocínio contra uma mulher em uma boate, um deficiente e outro um pequeno empresário. Com um pouco de imaginação crivado pela semiótica da narrativa, é possível afirmar que o primeiro caso alerta para comportamentos de demérito social pela estigmatização da conduta noturna feminina – capaz inclusive de culpabilizar a vítima; o segundo caso parece uma inflação do terror, como nunca é problematizado, é como se houvesse um alerta de ‘vejam do que são capazes’; e o último caso, um empresário, para tão somente ‘espelhar’ o ‘leitor-ideal’ fazendo-o coparticipante da ficcionalização da morte do outro e da própria vida – amedrontada frente ao uso a revelia dos ‘corpos-estatística’.

O processo de ficcionalização do inimigo (MBEMBE, 2011) assume diferentes escalas de crueldade, a inteligência dos dispositivos necropolíticos produzem mortes de maneira sofisticada e a história de vida de Joselita de Souza testemunha essa sofisticação⁸². Joselita era mãe de Roberto que comemorava seu primeiro salário no carro alvejado com 111 tiros de fuzis de policiais. Depois que perdeu ‘Betinho’, como o chamava, a mãe separada sofreu solitária e viu os policiais negarem os fatos em audiência e não só responderem em liberdade como continuarem ativos. Oito meses depois da morte de Betinho, ela morre com quadro de pneumonia e anemia

⁸⁰ <http://arede.info/ponta-grossa/106949/taxa-de-homicidios-aumenta-144-em-ponta-grossa>

⁸¹ Problematizado no capítulo 3.

⁸² <http://oglobo.globo.com/rio/o-adeus-de-joselita-mae-de-menino-morto-em-costa-barros-19680236>

decorrente de sua depressão profunda. Mas, Joselita morreu três vezes. Morreu quando mataram seu filho, morreu quando desconsideraram o assassinato do seu filho e morreu de angústia, provavelmente enterrada em túmulo como do seu filho. Nas palavras do rap do 'Thiagão e Os Kamikase do Gueto', 'túmulo humilde com seu nome escrito de giz', nome apagado na primeira chuva.

O processo de ficcionalização do inimigo, segundo Mbembe (2014) atende a um complexo perverso, gerador de medos e tormentas, problemas do pensamento e terror, possui uma dimensão neurótica e histérica. Muitas vezes essas características são expressas pelos enganos inevitáveis de um cotidiano de repressão, como o caso de Thiago⁸³ que morreu com um tiro de policial que confundiu um macaco hidráulico com um armamento. O caso pode ser pensado enquanto uma 'imagem-percepção' alterada para 'imagem-ação', uma imagem-percepção subjetiva onde os elementos se alteram em relação a um elemento privilegiado. Aqui no caso, não era a arma, mas o corpo de um homem jovem circulando em uma favela, a delinquência antecipada e incorporada tendo a capacidade de alterar a matéria, alterando-se para uma imagem-ação onde um comportamento é atualizado sobre os signos-atos que um território possibilita, um tiro antecipadamente justificado. Caso semelhante é o de Luana Barbosa dos Reis⁸⁴, que foi espancada por policiais em uma abordagem em Ribeirão Preto, São Paulo, e acabou morrendo em decorrência das agressões principalmente na cabeça. O detalhe? Luana era lésbica, negra e tinha uma corporalidade masculinizada – 'apanhou como um homem'.

A brutalidade dos dispositivos necropolíticos não cessa sob um perfil específico, mas se antecipa inclusive em adolescentes e crianças. É o caso de Lucas Custódio⁸⁵, 16 anos, que pediu para não morrer, afinal, antes de morrer com dois tiros de policiais na favela Sucupira, São Paulo, sua condenação foi jogar bola com os amigos. Eduardo de Jesus Ferreira⁸⁶, 10 anos, foi morto na porta de casa

⁸³ <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,20-jovem-morto-apos-pm-confundir-ferramenta-com-arma-e-enterrado,1789216>

⁸⁴ <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/05/mulher-morta-apos-abordagem-da-pm-foi-espancada-diz-iml-em-ribeirao.html>

⁸⁵ <http://ponte.org/testemunhas-dizem-que-lucas-estava-algemado-e-que-pediu-a-pms-para-nao-ser-morto/>

⁸⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/tiro-que-matou-eduardo-no-alemao-partiu-de-pm-mas-nenhum-e-indiciado.html>

enquanto escrevia em seu caderno⁸⁷. Alan de Souza Lima⁸⁸, 15 anos, morreu na favela da Palmeirinha, subúrbio do Rio de Janeiro, enquanto brincava com os amigos ao celular, que inclusive acabou gravando a ação da polícia. O registro mostrou seu amigo, também baleado, pedindo perdão pelos seus pecados. Seu pecado foi brincar.

As notícias tiveram aqui um caráter de ‘imagem-afecção’, um *close*, uma ‘rostidade’ para o bombardeamento quantitativo que é produzido nas análises sobre a violência, uma dimensão intensiva das estatísticas. É certo que os relatórios, mapas e atlas da violência fomentam debates sobre a situação preocupante do país, mas, é também através de lutas micropolíticas, de singularidades, como o movimento Mães de Maio⁸⁹ que se estabelece uma agenda de denúncias, contestações e tensionamento nos silêncios e tagarelices em que as necropolíticas costumam atuar.

O capítulo teve o objetivo de organizar o referencial teórico que norteia toda a análise empírica. O debate sobre biopolítica define que há uma governamentalidade neoliberal que, pelas relações de poder, tem como alvo a população e como discurso a economia conta com dispositivos de seguridade que empreendem e regulam a vida. Ainda que seu objetivo não seja a produção e gestão de cadáveres, num tipo de extermínio explícito, a geografia desses cadáveres aponta para a eficiência que os dispositivos biopolíticos vêm apresentando em ordenar a morte, uma forma de necropolíticas espaciais regulam e governam corpos extinguíveis em favor da vida qualificada.

A violência homicida no Brasil é masculina, jovem, pobre e geralmente negra, e está concentrada em áreas periféricas das cidades grandes e médias. Esse grupo social é bem delimitado, mas, o que interessa é o processo de delimitação, uma espacialidade aberta a múltiplos encontros e sempre em devir – do novo, quando ‘delimitada’ o é pelo exercício de ‘delimitação’ das suas relações – inibições/incitações. O espaço torna-se jogo de conexões já estabelecidas e virtualidades que antecipam o tom do encontro. O espaço é a própria dimensão da

⁸⁷ Na época – 6 de abril de 2015, escrevi um poema que tomo a liberdade de registrar: “menino ferido/ ferida dos despojos da vida/ seu corpo agora milita/ em lágrima colhida por poucos/ chinelo num pé de moleque/ amargo pelo sangue/ concreto frio e quieto/ saiu lá do Piauí/ e num Rio virulento/ com caderno na mão/ escreveu seu nome/... e partiu”.

⁸⁸ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/02/celular-filma-ultimos-momentos-de-jovem-morto-por-pm-no-rio-veja.html>

⁸⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=53rQggrAoul&feature=share>

possibilidade e do encontro relacional entre geometrias de poder dispostas. Sendo aberto a novos encontros entre diferentes trajetórias, através dele, também são dispostas essas trajetórias. Encontros por vir a ser e encontros já estabelecidos são orientados e tensionados por geometrias de poder que orientam, incitam ou inibem encontros e performatividades. A discursividade da produção da delinquência exige sua própria corporalidade e geografia, essas geografias marcadas e virtuais antecipam algumas dimensões para os encontros. Sejam eles subvertidos ou repetidos, algumas dimensões, discursivas, semióticas, afetivas, etc, que atendem ao êxito das geometrias de poder, precisam ser sempre consideradas. Uma espacialidade em repetição é sempre sua repetição mais a gestão do diferente que não é. O êxito das geometrias de poder está na sua repetição evidente, nas reformulações parciais para a própria repetição e na estase temporária do devir. As repetições abstratas aqui tomadas podem ser assumidas enquanto as corporalidades, idades, afetos, gêneros, tramas locacionais marginalizadas que se repetem dissimuladamente nos casos de homicídio no território nacional.

O jogo de poder é atualizado simultaneamente as performatividades de masculinidade e os seus arranjos afetivos. A compreensão de uma espacialidade violenta deve levar em conta a continuidade entre os dispositivos necropolíticos e os agenciamentos inter-escalares efetuados.

III – ESPAÇOS PARA MORRER OU MATAR: HOMICÍDIOS ENVOLVENDO JOVENS HOMENS EM PONTA GROSSA, PARANÁ

*esta cova em que estás com palmos medida
é a conta menor que tiraste em vida
(Chico Buarque de Holanda)*

O presente capítulo é organizado de maneira a compreender como se configuram os casos de homicídio na cidade de Ponta Grossa, Paraná e a partir disso refletir sobre como esses casos estão tramados na dinâmica de vida de jovens homens no recorte espacial da pesquisa. Para tanto, foram analisados 86 inquéritos policiais de homicídio registrados entre 2012-2015 e sistematizados conforme descrito no capítulo 1. Esses casos estão articulados com os diferentes contextos nacionais e regionais.

Os documentos judiciais possibilitam que sejam organizadas informações sobre o perfil das vítimas, bem como inferir permanências socioeconômicas entre os investigados enquanto possíveis autores e os indiciados. Através dos depoimentos e declarações também é possível fazer um panorama dos casos de homicídio apresentando assim as principais características presentes na motivação e facilitação do ato de agressão fatal.

O capítulo foi organizado por questões temáticas que emergiram da sistematização dos dados analisados. Ao invés de apresentar de maneira linear a forma como os dados foram sistematizados e a seguir explicitá-los obedecendo à estrutura que o documento judicial impõe, anterior a redação do texto, optou-se por descansar as informações obtidas e em diálogo com relatórios nacionais e a referenciais teóricos foram evidenciadas as frentes de problematização a serem seguidas, as quais compuseram as seções desse capítulo.

O terceiro capítulo está distribuído em seis seções que elegem escalas e intersecções identitárias presentes de maneira mais frequente na violência homicida. A primeira seção é responsável por situar a cidade de Ponta Grossa no contexto de violência nacional e regional. Como um momento introdutório, a seção compara os casos de assassinato e o perfil vitimado do município frente às Unidades Federativas. A partir da dinâmica geográfica da violência homicida nacional é

justificada a necessidade em analisar Ponta Grossa, enquanto uma cidade média interiorana de um Estado com índices de homicídios estáveis⁹⁰.

A segunda seção trabalha uma das características mais evidentes nos casos de assassinato em Ponta Grossa, que é sua concentração em áreas periféricas pobres. Tanto o local do crime como a residência dos envolvidos remete a vila com concentração de grupo de renda baixo. Dessa forma, a seção delinea algumas relações entre os processos de segregação no espaço urbano do município, identificação dois principais processos de periferização, e territorialização da violência. A seção seguinte se concentra nos vícios do perfil dos envolvidos em homicídio. Os casos de assassinato acontecem majoritariamente entre homens jovens e pobres. Essa característica de idade e gênero é pensada a partir da relação da construção social de juventude e masculinidade e seu vínculo a atos violentos. Analisando os enunciados de adjetivação dos envolvidos e descrição do crime presente em depoimentos, é possível perceber características que marcam a sociabilidade masculina entre as vítimas e os autores de homicídio.

A quarta seção surge de um comparativo entre os dados nacionais e as análises locais de homicídio. Frente a afirmação do Paraná ser uma Estado que foge a regra na vitimização da população negra, o levantamento apontou que quase metade das vítimas de homicídio eram negras, e uma cidade onde a população negra não passa de 20%. Essa contradição é articulada a um debate sobre a necessidade de pensar a sofisticação do genocídio da população negra. A quinta seção elabora uma reflexão a partir do dado comparativo entre as vítimas de homicídio e os investigados e indiciados pelo crime em Ponta Grossa. Os dois grupos são pensados em uma investigação policial, uma narrativa midiática ou em um imaginário coletivo enquanto grupos em situação oposicional. Entretanto, o levantamento evidencia que há uma continuidade geográfica entre vítima e autor que sobrepõe e intersecciona histórias de vida, situações socioeconômicas, trajetórias criminais, afetos e performatividades masculinas. Essa continuidade provoca a uma atualização do debate de segurança pública e corrobora com as argumentações da pesquisa sobre as diferentes estratégias que as necropolíticas empreendem em sua sofisticação inter-escalar.

⁹⁰ Isso representa que não apresenta acréscimos consideráveis no índice de homicídios se comparado com a realidade brasileira, contudo, também demonstram que se permanecem os mesmo índices, mesmo com algumas regiões historicamente violentas terem diminuído consideravelmente, a exemplo do Estado de São Paulo.

A última seção elabora um fechamento dos dados sobre os casos de homicídio, apontando os principais eixos de motivação e elementos transversais aos crimes na cidade de Ponta Grossa. Dessa forma, a violência policial surge um elemento presente nas tramas de violência homicida e nesse sentido são pontuados os limites da estratégia metodológica tomada para essa etapa da tese.

3.1 – As escalas locais da violência homicida em Ponta Grossa e a dinâmica da morte violenta no Brasil

Atualmente é frequente a circulação de notícias nacionais e internacionais sobre a violência no Brasil e países da América Latina, especialmente Caribe. As principais fontes de alarde se baseiam em relatórios de agências subordinadas as Organizações das Nações Unidas – ONU. Exemplos são: o relatório global sobre homicídios (UNODC, 2014) da *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC e as estimativas de homicídios em todos os países da Organização Mundial da Saúde – OMS. As estimativas se referem às ocorrências entre 2012 e 2015 e dão conta de posicionar o Brasil enquanto a nona nação com maiores taxas de homicídios do mundo. Entretanto se considerar números absolutos, o país é o maior produtor de cadáver por homicídio do mundo, superando dentre esses anos, países declaradamente em guerra^{91*}. O mesmo relatório (UNODC, 2014) afirma que 10% dos homicídios ocorridos no mundo são cometidos no Brasil.

No âmbito nacional existem relatórios com dados gerais e algumas características sobre as ocorrências dos homicídios. Os números de ocorrências vinculadas à localidade e data possibilitam a análise da distribuição regional e seu comportamento temporal. As características do crime auxiliam na compreensão da distribuição demográfica, considerando idade, raça/etnia, etc. Esses relatórios nacionais dão conta de demonstrar que a massiva ocorrência de homicídio no país é geográfica e demograficamente distribuída de forma desigual e sua concentração espacial é dinâmica e se altera em séries temporais de menos de uma década. Existem dois principais relatórios nacionais que organizam as especificidades da violência homicida⁹²: o Mapa da Violência que é organizado anualmente desde 2006

⁹¹ Data do último acesso em 23 de novembro de 2017
<http://apps.who.int/gho/data/view.main.VIOLENCEHOMICIDEv>

⁹² Importante publicação também foi o Diagnóstico dos Homicídios do Brasil do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública com objetivo de dar

por Julio Jacobo Waiselfisz e mais recentemente o Atlas da Violência organizado em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁹³. Ambos os relatórios se utilizam da mesma fonte⁹⁴, os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde – MS. Esse sistema de informação vinculado a Secretaria de Vigilância em Saúde não possui uma base de dados disponível para o público.

Os dados nacionais possibilitam evidenciar algumas peculiaridades nos padrões geográficos do país. Waiselfisz (2014) chama a atenção para a disseminação da violência. Segundo o autor, das dez unidades federativas que em 2001 apresentavam de maneira acentuada os maiores índices de homicídio, oito apresentaram queda em seus índices; cidades como São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram inclusive um declínio expressivo. Em contrapartida, regiões que em 2001 apresentavam os menores índices de violência expressaram unanimemente um aumento; considerando isso, novos polos de violência surgiram até 2011, como os estados de Alagoas, Paraíba, Pará e Bahia.

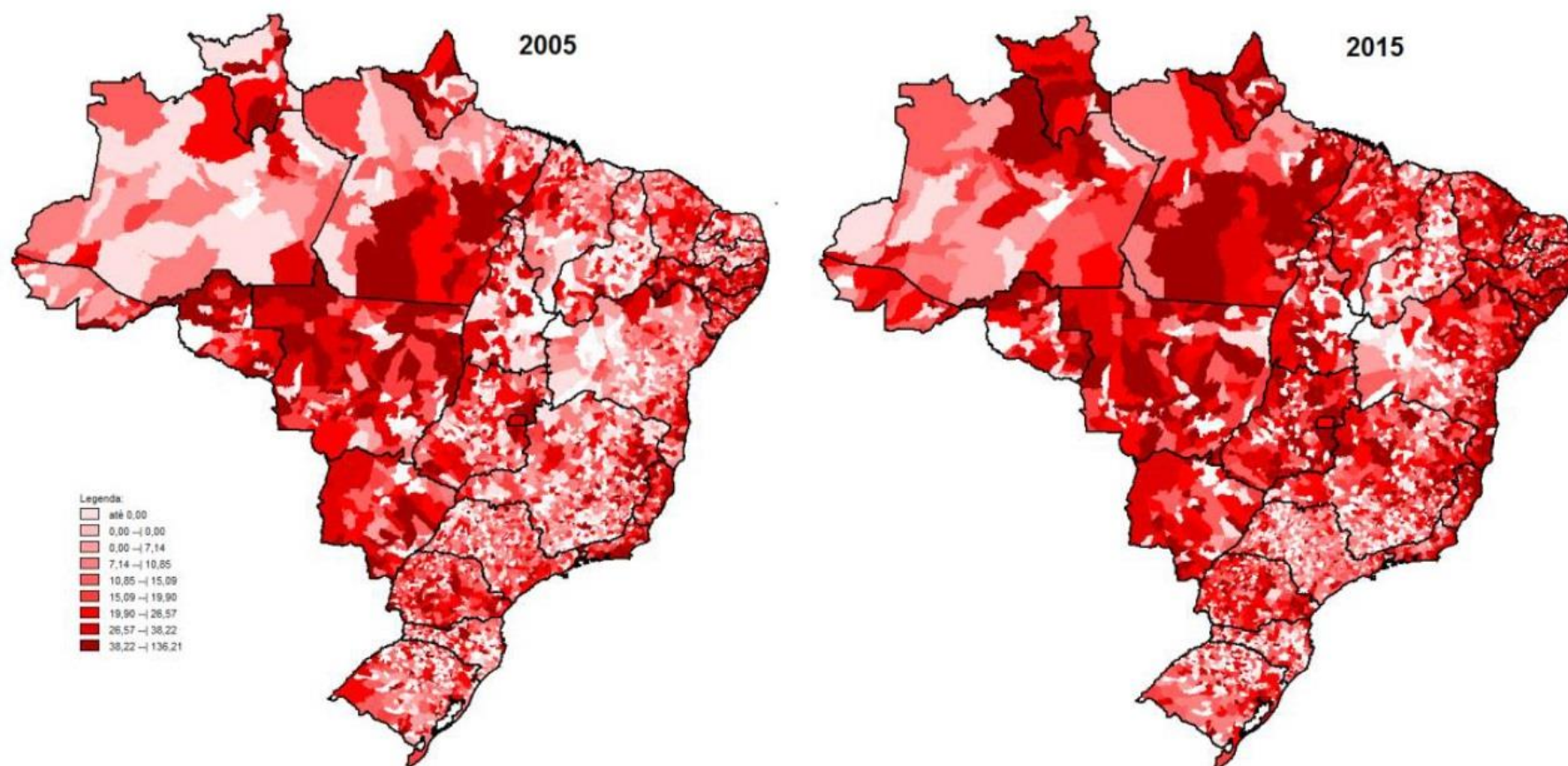
O Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2017) analisa dados entre 2005 e 2015 e demonstra que nesse intervalo houve um crescimento anual de 25% nas taxas de homicídio. Entretanto, houve uma distribuição regional diferenciada. A região sudeste, que na década de 1990 concentrava os estados mais violentos do país, apresentou uma redução ao mesmo tempo em que houve um crescimento acentuado no Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Já a região Sul, o relatório afirma que houve uma relativa estabilidade.

subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (ENGEL et al., 2015). O trabalho possui diálogo em outros momentos da pesquisa, por se tratar mais de um diagnóstico de marcadores que influenciam diretamente ou são transversais às ocorrências de homicídio no país.

⁹³ Recentemente foi elaborado o portal eletrônico para divulgação interativa dos dados organizados: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Último acesso em 23 de novembro de 2017. Juntamente a disponibilização dos dados em Anuários dispostos em planilha eletrônica no Portal do Fórum Brasileiro de Segurança Pública: <http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/> Último acesso em 23 de novembro de 2017.

⁹⁴ Acrescentando que alguns dados dos referidos relatórios são cruzados com dados policiais publicados em Anuário Brasileiro de Segurança Pública – FBSP.

Figura 7 – Taxa de homicídios nos municípios brasileiros, entre 2005 e 2015



Fonte: Retirado do Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2017).

Interessante ressaltar que os municípios marcados com os cinco tons mais escuros de vermelhos estão acima da taxa de homicídio considerada tolerável pela Organização Mundial da Saúde – OMS, que é de 10 mortos para cada 100.000 habitantes.

A comparação da Figura 7 demonstra os novos focos de violência homicida, principalmente nos estados do Norte e Nordeste. Também é possível perceber a estabilidade nos estados do Sul, chamando a atenção para novos pontos no interior do Paraná. Assim como nos estados da região Nordeste, Norte e Centro-Oeste, o estado do Paraná evidencia que juntamente a disseminação da violência para regiões historicamente menos violentas, há um processo de interiorização para municípios anteriormente menos violentos.

Waiselfisz (2012) argumenta que no Brasil também ocorre um fenômeno de interiorização da violência, onde os polos dinâmicos da violência se deslocam das capitais e regiões metropolitanas rumo ao interior do estado. Na década de 2000/2010 as capitais e regiões metropolitanas brasileiras apresentaram uma queda de 3.542 homicídios enquanto que nos municípios interioranos houve um acréscimo de 8.114 homicídios (WASELFISZ, 2012). Cerqueira et al. (2017) elaborou um ranking dos 30 municípios com as taxas de homicídio mais elevadas no ano de 2015 no qual a primeira capital e cidade metropolitana a aparecer é Fortaleza em 13º lugar. No topo desse ranking, da primeira até a décima segunda posição, estão presentes municípios entre 100 e 260 mil habitantes e, do total da lista de 30 municípios, 25 possuem entre 100 e 350 mil habitantes⁹⁵.

Ainda que em números absolutos as regiões metropolitanas e capitais brasileiras elevem o número de homicídios, as cidades do interior dos estados estão sendo responsáveis por crescentemente enxertar de maneira pulverizada a violência homicida no Brasil.

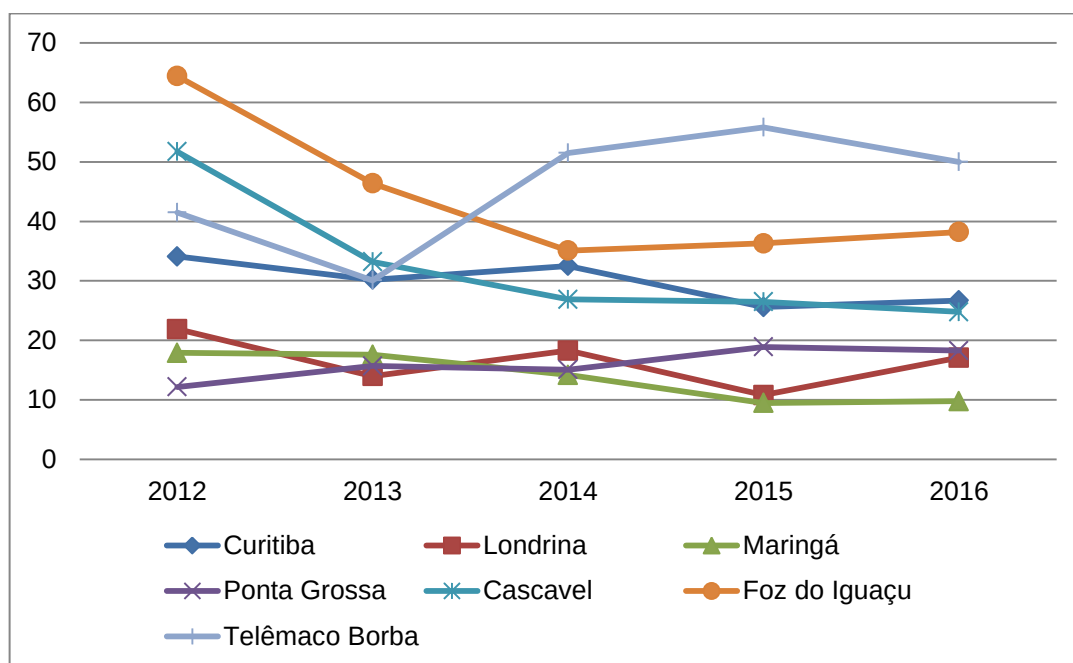
No contexto do estado do Paraná, os municípios com as taxas de homicídio mais elevadas estão na região metropolitana de Curitiba, como é o caso de Piraquara (8º) e Almirante Tamandaré (17º) que em 2015 estavam entre os municípios mais violentos do país (CERQUEIRA et al., 2017). Entretanto, existem municípios interioranos, como é o caso de Foz de Iguaçu, Cascavel e Telêmaco Borba, com taxas consideravelmente acima da média nacional. Chamando a

⁹⁵ Apenas Fortaleza (13º) e São Luís (23º) são as capitais presentes na lista.

atenção o caso de Telêmaco Borba, com 69.872 habitantes⁹⁶ e com taxa de 55,8 vítimas de assassinato a cada 100 mil habitantes em 2015, no mesmo ano a média brasileira foi de 29,7.

Considerando as seis maiores cidades em população do estado se têm a seguinte realidade:

Gráfico 3 – Taxas de Homicídio entre as maiores cidades do Paraná, mais Telêmaco Borba



Fonte: Relatórios Anuais Estatísticos Criminais da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná.

O município de Telêmaco Borba foi acrescentado no Gráfico 3 como contraste, ressaltando um município com população abaixo de 100 mil habitantes e com taxa de homicídio mais elevada que a capital do estado. Outro elemento a ser considerado é de que ainda que municípios como Londrina e Maringá estejam proximamente abaixo das taxas de Curitiba, as referidas cidades também tendem a apresentar taxas mais baixas por conta da quantidade de ocorrências se dissolverem em municípios que possuem a estrutura urbana conurbada. Maringá, por exemplo, apresenta taxas de homicídio abaixo da média nacional, contudo, os municípios de Sarandi e Paçandu são extensões estruturais do aglomerado urbano

⁹⁶ Censo de 2010 do IBGE.

de Maringá⁹⁷ e, conforme o trabalho do geógrafo Silva (2008b), são fortemente marcados por condições de segregação socioespacial. Dentre os municípios de referência no Gráfico 3, apenas Telêmaco Borba e Ponta Grossa apresentam linha ascendente na série temporal apresentada.

Anteriormente a esta série temporal, entre os anos de 2007 e 2012, Curitiba teve um aumento acréscimo de 8,7%, enquanto cidades interioranas como Cascavel e região foram de 62,9% e Ponta Grossa e demais municípios da AIESP⁹⁸ tiveram um crescimento de 50% no número de homicídios, crescimento bem mais elevado que a capital do estado.

Dentre as relações elaboradas com as estatísticas nacionais e estaduais é possível argumentar que:

- i. Há uma série de similaridades, por vezes contradições, que não são expressos obviamente em uma análise de larga escala. Contudo, o esforço quantitativo possibilita pontos de partida;
- ii. Há uma distribuição regional dinâmica das ocorrências de homicídio no país, disseminando-se em municípios historicamente menos violentos;
- iii. O aumento das taxas de homicídio no país vem sendo influenciado pelo acréscimo acentuado de violência homicida em cidades médias interioranas.

Conforme capítulo 1, o foco científico geográfico deve estar atento às novas dinâmicas do fenômeno, a começar pela preocupação sobre a violência homicida não ser exclusivamente protagonizada por análises sobre grandes centros urbanos historicamente violentos. Nesse sentido, o recorte espacial da pesquisa não se justifica pelos elevados índices de violência homicida, mas por sua importância contextual. Ponta Grossa, como um município de 311.611 habitantes⁹⁹, situada no interior do estado, mais de cem quilômetros distante da capital do estado e com taxas de homicídio crescentes, pode auxiliar na compreensão de dinâmicas específicas de municípios com população menor que 350 mil pessoas e que têm sido responsáveis por agravar a produção massiva de vítimas de homicídio do país que assiste o maior contingente de cadáveres mortos por assassinato do mundo.

⁹⁷ O mesmo ocorre com Londrina e os municípios próximos de Cambé e Ibiporã.

⁹⁸ Os dados do relatório são organizados conforme as Áreas Integradas de Segurança Pública (AIESP) que delimitam cidades-sede e região.

⁹⁹ Censo de 2010 do IBGE, como população estimada de 344.332 pessoas em 2017.

Para analisar o recorte empírico da pesquisa, a cidade de Ponta Grossa, Paraná, estão espacializados dados específicos sobre a população e domicílios do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, dados sistematizados do levantamento elaborado através do campo investigativo na 13ª SubDivisão de Polícia Civil da cidade e no Fórum do município.

Como descrito na seção 1.3, o levantamento de dados possui três caminhos de sistematização inter-relacionados a serem utilizados através das problemáticas organizadas nesse capítulo. O primeiro é a caracterização do crime, posteriormente o perfil socioeconômico dos envolvidos em casos de homicídio, considerando as vítimas e os autores. O último eixo do levantamento é a sistematização das diferentes narrativas que constroem o acontecimento nos documentos judiciais, com o objetivo de organizar a topografia das motivações e tramas presentes na efetuação do crime. A partir da inter-relação entre esses dados é possível organizar características gerais, apontar motivações e definir elementos transversais ao crime.

Devido às características dos procedimentos de investigação sobre casos de assassinato é importante lembrar que os dados sobre o autor são elaborados mediante informações constantes nos inquéritos policiais, não necessariamente do indiciado. É muito baixo o índice de resolução de casos de homicídios pela natureza do crime e necessidade de flagrante, seja em ato ou testemunhal, além de considerar os aspectos de 'ilegalidade justificada' que estão constantemente evocadas através da argumentação sobre as Necropolíticas Espaciais. Segundo dados do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP¹⁰⁰, entre os inquéritos de homicídios ocorridos até 2007 que estavam sendo investigados até 2016, 96% foram arquivados.

Foram selecionados inquéritos policiais e/ou processos judiciais definidos pelo artigo 121 do Código Penal Brasileiro, enquadrado como um crime contra a vida, quando há uma morte de pessoa humana praticada por outra. Pode ser homicídio simples ou qualificado em casos de maior ofensividade ao bem jurídico, a vida. Entretanto, também foram considerados os homicídios tentados (Art. 121 c/c Art. 14, II do CP), ainda que não tenha tido a ocisão da vida da vítima. Os casos, não podem ser investigados como 'lesão corporal' – Art. 129, quando o dolo foi além de tentar

¹⁰⁰ Data de último acesso em 28 de novembro de 2017: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2016/11/inqueritos-de-homicidios-por-todo-o-brasil-sao-arquivados-em-massa.html>

ferir a integridade física, configurando-se em um assassinato frustrado. Esse adendo foi tomado pela pesquisa por entender que as dinâmicas de uma violência homicida podem acontecer sem que haja uma morte. A proposta é compreender os assassinatos em seu arranjo espaço-temporal; se há o objetivo de matar a frustração torna-se um acaso da tentativa, são forças orgânicas fazendo parte do encontro conflituoso.

Foram analisados 86 inquéritos policiais¹⁰¹ registrados entre o ano de 2012 e 2015¹⁰² ocorridos nos limites do município de Ponta Grossa¹⁰³. Nessa série temporal estão registrados nos Relatórios Estatísticos Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná os seguintes números de vítimas:

Tabela 1 – Vítimas de Homicídio registrados no município de Ponta Grossa, entre 2012 e 2016

	2012	2013	2014	2015	2016
Vítimas de homicídio doloso	38	49	47	59	57

Fonte: Relatório Estatístico Criminal da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

O recorte temporal foi definido a partir de 2012, pelo fato dessa pesquisa ser um desdobramento da dissertação. Em Gomes (2013) foram analisados os casos de homicídio entre 2010 e 2011 e foi delimitado até 2015 por ser o último a ser possível analisar a série anual.

A disposição entre quatro anos foi estipulada mediante a própria dinâmica de acesso aos dados; uma vez que os inquéritos circulam nas diferentes instâncias que lhe competem, o intervalo possibilitou maior versatilidade aos documentos disponíveis. Essa estratégia diminui a aproximação do recorte de análise ao universo amostral anual, porém, possibilita maior número de informações. Há uma média de 40 homicídios anuais no município, dessa forma, a pesquisa atinge estatisticamente um recorte de 50% do universo anual do recorte temporal.

As informações dos inquéritos policiais analisados possibilitam primeiramente organizar características gerais sobre o crime, como: a data; o período do dia em

¹⁰¹ O acesso aos documentos foi autorizado pela Delegada-Chefe da 13ª SubDivisão da Polícia Civil e pelos Juízes de direito de cada uma das 3 Varas Estaduais Criminais no Fórum municipal.

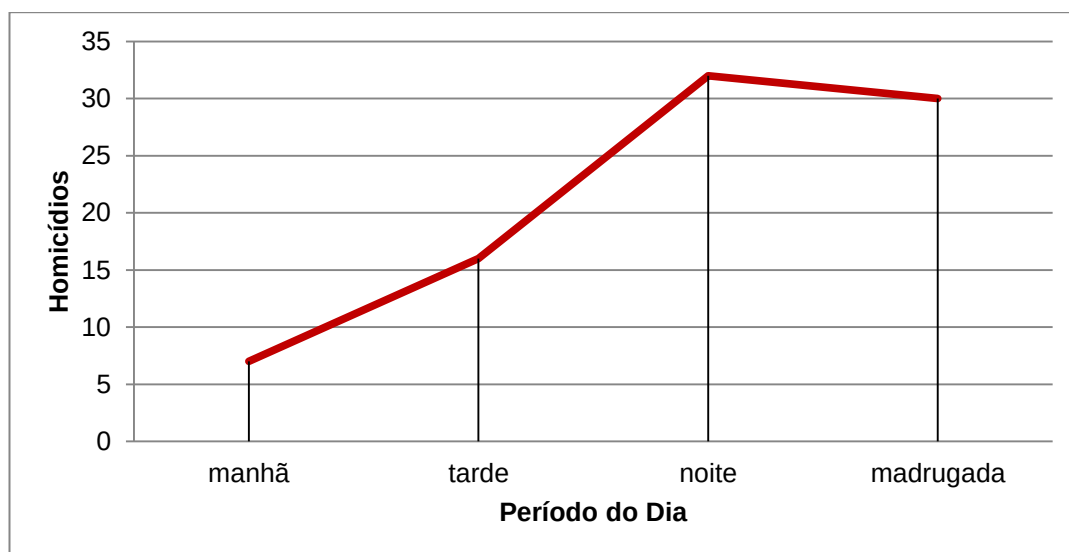
¹⁰² Entre o recorte temporal houve 193 homicídios registrados no município.

¹⁰³ A análise dos inquéritos foi facilitada por meio de um Banco de Dados, LibreOffice Base, organizado conforme a disposição do documento, possibilitando o levantamento e tratamento dos dados.

que ocorreu a morte, a localidade do corpo e os endereços dos envolvidos¹⁰⁴, considerando a vítima, o autor indiciado ou os suspeitos investigados.

Os crimes aconteceram em sua maioria no período da noite e madrugada, majoritariamente durante os finais de semana.

Gráfico 4 – Período do Dia dos registros dos crimes de homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015



Fonte: 13º SDP.

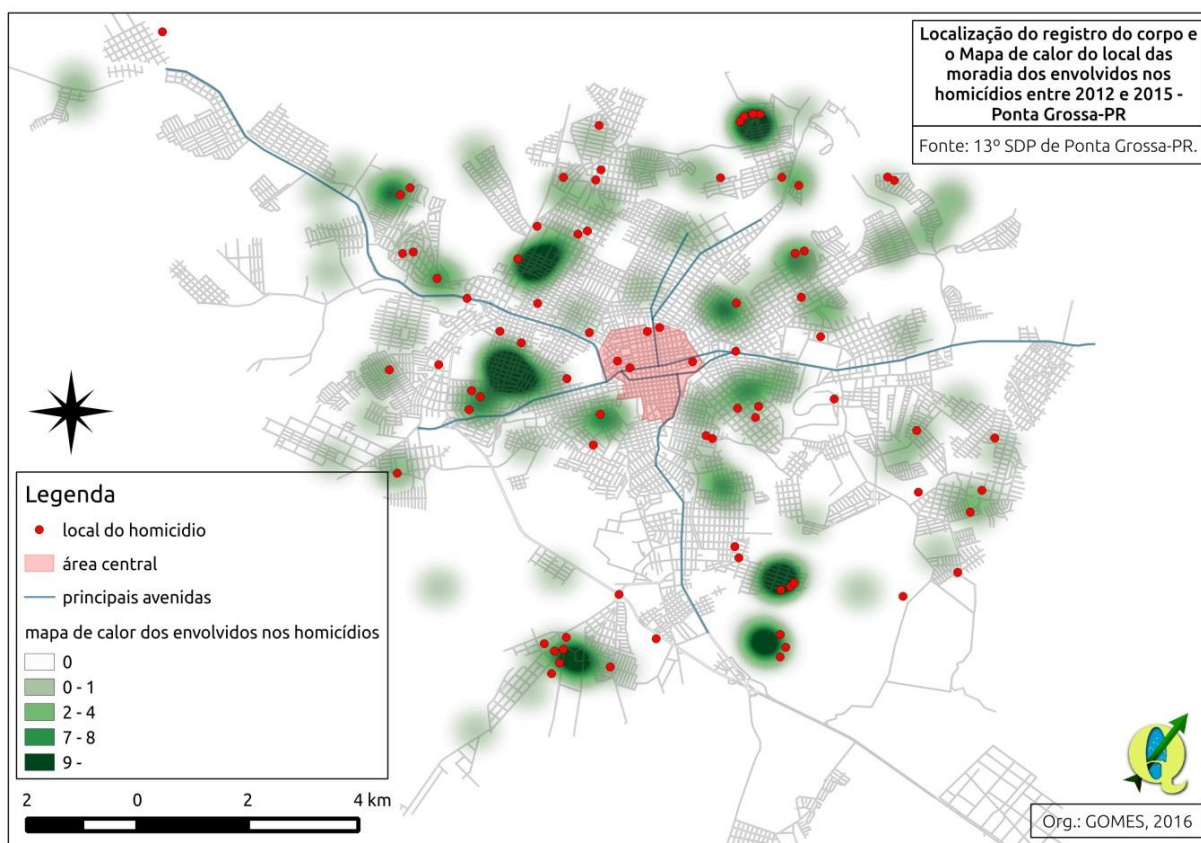
A presença de encontros violentos concentrados no período noturno dá continuidade à análise em Gomes (2013) que evidencia que essa concentração é devido ao perfil mais frequente de motivações presentes nos assassinatos ocorridos entre 2010 e 2011. Os casos envolvendo juventude masculina e tráfico de drogas, seguido da violência masculina sob o efeito do álcool nas periferias da cidade são marcados por encontros e atividades noturnas de sociabilidade que envolve uso de drogas ilícitas e álcool, juntamente ao acerto de acordos e desavenças anteriores.

O meio mais utilizado para matar é arma de fogo (52,3%), seguido de arma branca (20,9%) e depois agressão (17,4%). O restante é disperso nas mais infinitas formas de matar alguém, fogo, trilho de trem, degolamento, etc. As ferramentas utilizadas e a maneira como uma agressão fatal ocorrem está fortemente relacionada com as motivações sobre as principais questões transversais aos assassinatos em Ponta Grossa.

¹⁰⁴ As informações sobre o endereço de moradia dos envolvidos, tanto vítima como investigado serão aproximados, definindo apenas a vila, por questões de sigilo da investigação policial previamente acordado para o acesso dos documentos.

Através do conhecimento da localidade de moradia tanto das vítimas como dos suspeitos ou indiciados pelo assassinato e sua relação com o local de registro do corpo é possível ressaltar algumas dinâmicas espaciais.

Figura 8 – Local Registrado das Ocorrências de Homicídios entre 2012 e 2015 em Ponta Grossa - PR¹⁰⁵



Fonte: 13º SDP.

A linguagem diagramática possibilita afirmar que:

- Existem focos mais evidentes de concentração de locais de residência de vítimas e autores representados pelos cinco pontos verdes escuros;
- A disposição das manchas de calor da residência dos envolvidos não se sobrepõe as principais avenidas, tampouco a área central da cidade;

¹⁰⁵ As manchas de calor, na cor verde, foram elaboradas a partir da concentração dos pontos referentes às residências dos envolvidos (vítima e investigado) e através do plugin 'Mapa de Calor' do QuantumGis foram elaboradas manchas de densidade através da frequência/proximidade entre os pontos.

- iii. Surgem registros de corpos na área central da malha urbana;
- iv. É comum uma disposição periférica dos registros dos corpos em relação às áreas de moradia dos envolvidos.

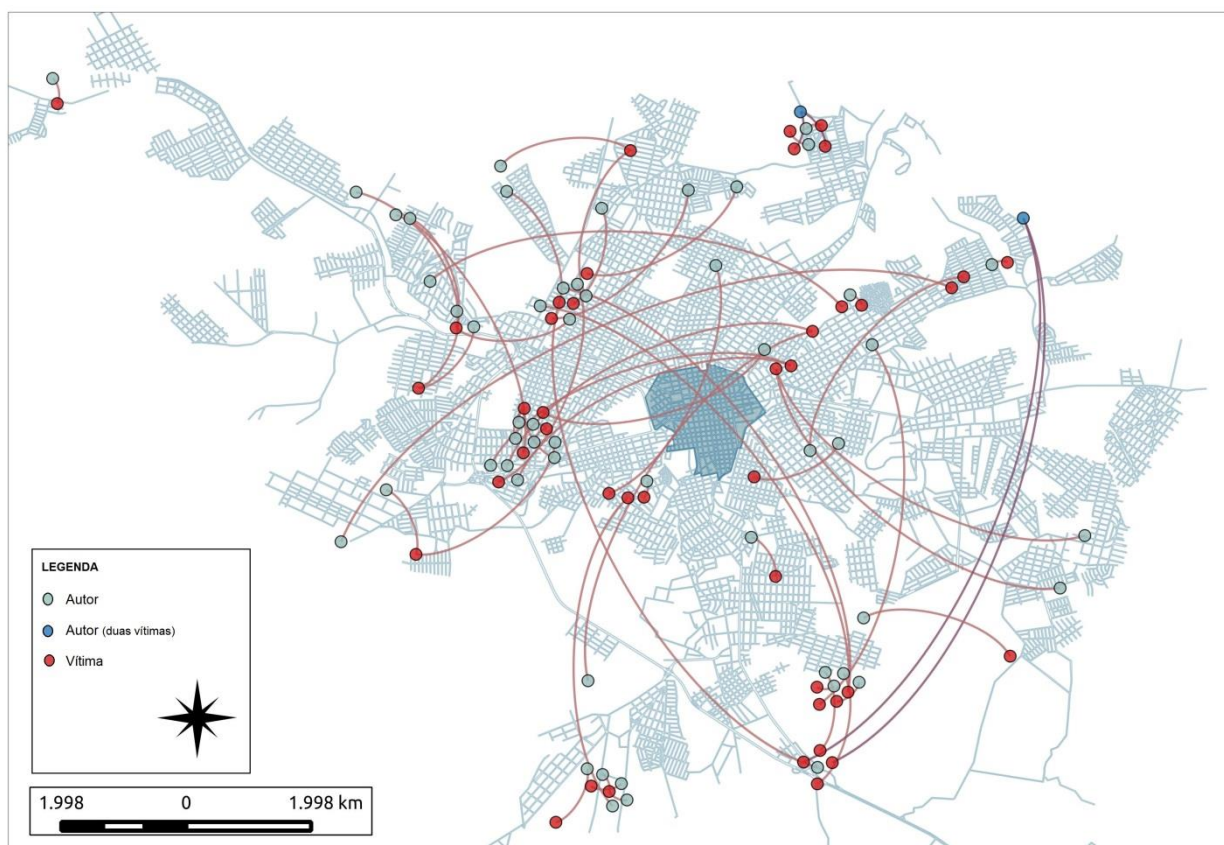
A não presença de manchas de residência dos envolvidos em assassinatos na área central e principais avenidas expressa uma concentração desses sujeitos em áreas com grupos de renda restritos. A sobreposição da violência homicida sobre a espacialidade de um grupo de renda específico está problematizada na seção 3.2. O surgimento de registros de cadáveres vítimas de assassinato se associa, num primeiro momento, à propensão noturna dos homicídios, como demonstrado no Gráfico 4, período onde ocorrem atividades de fruição e sociabilidade em locais de festas e rodas de partilha de bebida alcoólica e droga ilícita. O encontro conflituoso de territorialidades distintas como problematizado por Chimin Junior (2009) e Rossi (2010) apontam que a precarização de estrutura pública nas áreas de moradia e a busca por entretenimento e lazer nos principais eixos de concentração de serviços possibilita o encontro entre territorialidades identitárias conflitivas. Na seção 3.5 está presente a análise do perfil entre vítimas e autor e suas proximidades/conflitos identitários.

Outra característica citada é o registro dos cadáveres frequentemente encontrados à margem das principais áreas de concentração de moradia dos envolvidos nos homicídios (Figura 8). Isso demonstra uma periferização do local do assassinato ou ocultamento do cadáver que, conforme análise dos inquéritos, geralmente é encontrado em: matagais próximos das bordas da malha urbana; próximo de arroios em barracos de ocupação irregular; carreiros de vilas periféricas; estabelecimentos de moradia; dentro ou próximo a bares de vilas de grupo de renda baixo; entre outros dispersos.

Dentre esses apontamentos a questão que surge é se a concentração de moradia das vítimas e autores é uma relação fechada ou simplesmente expressa maior agrupamento de pessoas que se envolvem em homicídios. O que se quer dizer é que esses agrupamentos podem refletir conflitos internos às concentrações espaciais da Figura 8, como também expressar que há um agrupamento espacial de pessoas envolvidas na violência homicida, mas que atendem a uma lógica de conflitos entre pessoas que residem distante. Dessa forma, foi realizado um

diagrama espacializado buscando relacionar a vítima com o respectivo autor investigado/indiciado¹⁰⁶.

Figura 9 – A Relação entre a moradia das Vítimas e seus respectivos autores investigados nos homicídios em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015



Fonte: 13º SDP.

Ainda que seja limitado o número de inquéritos que contenham a informação do local de moradia dos indiciados ou investigados pelo crime é possível evidenciar através da Figura 9 que existem agrupamentos espaciais com:

- i. Apenas relação entre si (como exemplo, o bairro Santa Mônica e Cipa);
- ii. Relações abertas com encontros entre sujeitos distantes (Jardim Amália);
- iii. E a mais frequente, relação interna e conexões distantes (Jardim

¹⁰⁶ A relação entre vítima e seu respectivo autor foi estabelecido em planilha acrescentada das coordenadas geográficas referente à residência aproximada dos envolvidos. Através do *software* de análise e visualização de redes Gephi foi possível elaborar um grafo localizado com o *plugin* 'Geolayout'. O grafo localizado torna-se um vetor o qual foi sobreposto a malha urbana de Ponta Grossa, através do *software* QuantumGis.

Maracanã, Boa Vista, Santo Antônio, Ouro Verde).

Essas características sugerem que a violência homicida no espaço urbano de Ponta Grossa torna-se um conjunto de focos de violência que possuem similaridades entre si, mas também, diferenças; acrescenta-se também que os focos de violência podem ou não estar relacionados entre si. O comportamento aberto ou fechado das zonas quentes de violência homicida tem relação com o tipo de motivação do crime, com os elementos transversais ao assassinato e à dimensão espacial da localidade. Os três tipos de comportamento dos focos de violência homicida citados acima está problematizado na seção 3.6 ao diferenciar as principais motivações do crime e problematizar sua geografia.

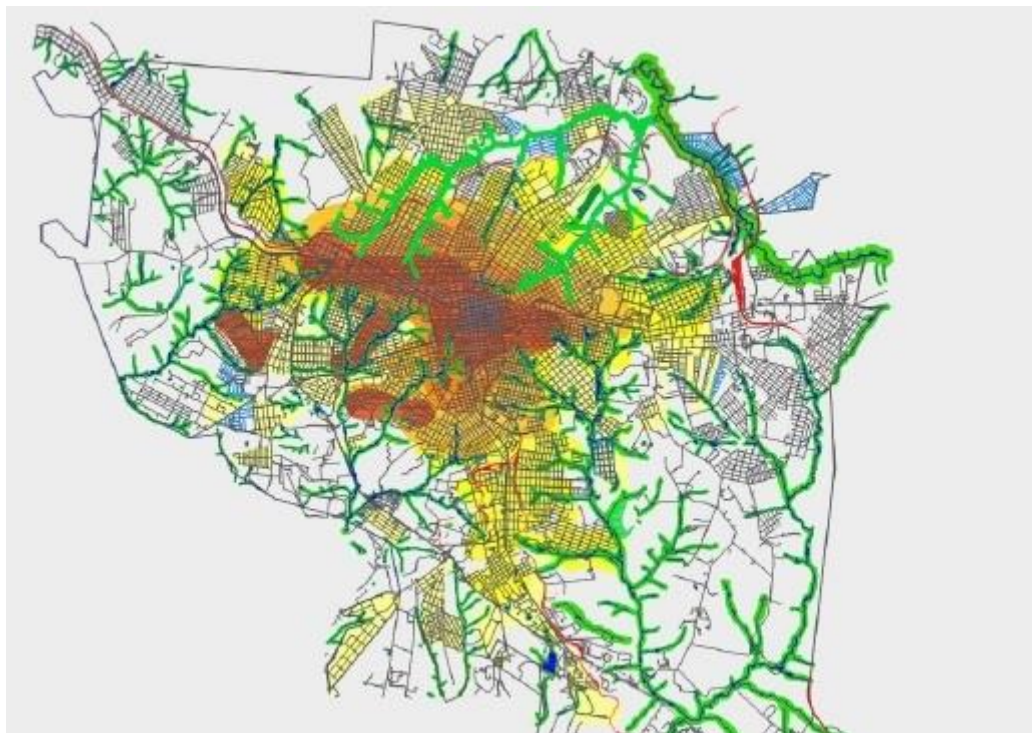
3.2 – A cartografia da pobreza e a contenção espacial da violência

O município de Ponta Grossa com a quarta maior população no estado¹⁰⁷ (IBGE,2010) possui uma densidade demográfica de 150,72 hab/km² (IBGE, 2010) e 473 hab/ha no perímetro urbano (PONTA GROSSA, 2006). É considerada de grande impacto na economia regional por sua localização estratégica. Configura-se como um eixo de confluência entre as regiões Sul e Sudeste brasileira, é um ponto de distribuição do porto de Paranaguá, considerado referência graneleira da América Latina, para as regiões noroeste e oeste do Paraná e está localizada próximo à região metropolitana de Curitiba. Essas características categorizam a cidade de Ponta Grossa como um entroncamento rodoferroviário que acaba impulsionando seu distrito industrial, terceiro do estado (PONTA GROSSA, 2006).

O desenvolvimento do uso e ocupação do solo urbano de Ponta Grossa possui forte relação com suas condições de relevo. Seus adensamentos iniciais ocorreram sobre eixos lineares assentados sobre espigões topográficos, divisores de água, sob uma lógica denominada por Nascimento e Matias (2011) como 'expansão tentacular'. De modo que as vertentes com alta declividade até os fundos de vales foram ocupadas consecutivamente e em grande parte de maneira irregular.

¹⁰⁷ Septuagésimo sexto maior população no país (IBGE, 2010).

Figura 10 – Desenvolvimento da Malha Urbana de Ponta Grossa a partir das ocupações ao longo dos anos



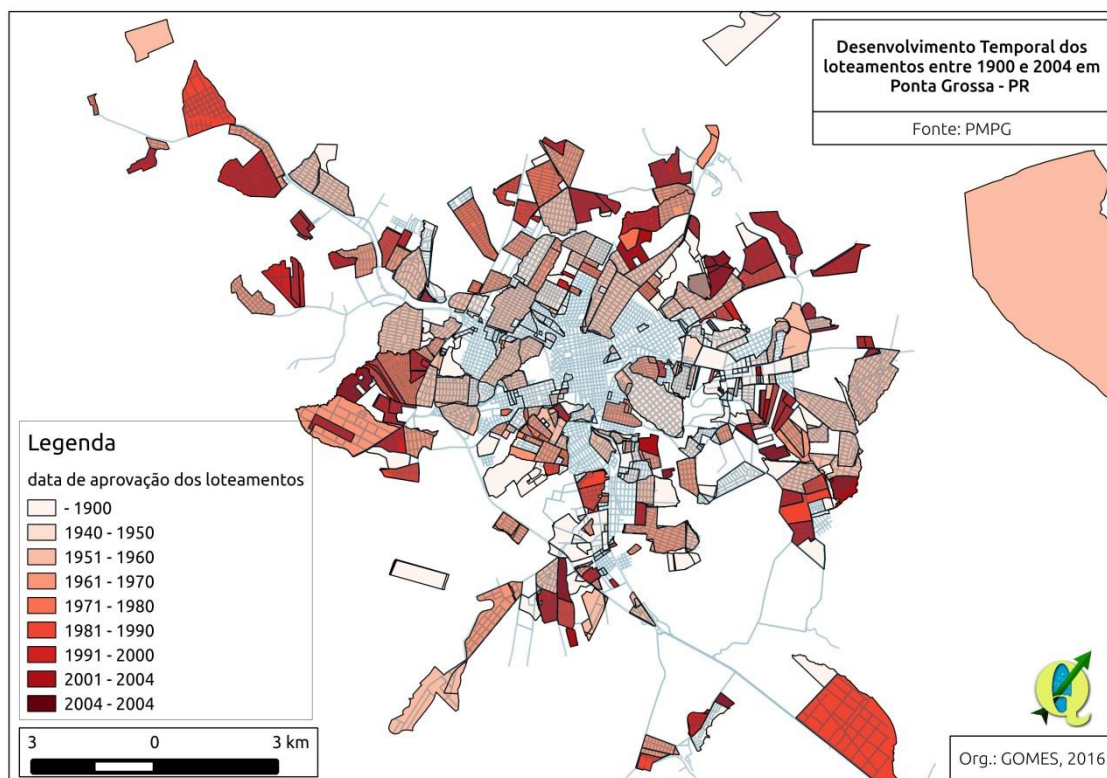
Fonte: Elaborada com Base em Ponta Grossa, 1992 retirado de Ponta Grossa (2006).

A cor mais escura representa a ocupação anterior à década de 50 e as tonalidades progressivamente mais claras representam as décadas de 60, 70, 80, 90 e 2000, respectivamente (PONTA GROSSA, 2006). A primeira ocupação ocorreu no principal espigão que divide a bacia hidrográfica dos rios Tibagi (porção sudoeste) e Pitangui (porção norte/nordeste). Com o avanço para os espigões secundários, principalmente a partir das décadas de 1950 e 1960 a malha urbana se desenvolve de maneira acentuada (PONTA GROSSA, 2006; NASCIMENTO e MATIAS, 2011). Esse período é marcado por uma forte atividade de especulação fundiária (PAULA, 1993) inclusive com a implementação de loteamentos fragmentados do tecido urbano. A partir da década de 70 e 80 há uma tendência de expansão para as direções noroeste (sentido norte do Paraná), norte (sentido Castro) e leste (Uvaranas) e surgimento de loteamentos isolados nas porções leste e sudoeste.

O espaço urbano é resultante de ações de diferentes agentes sociais acumuladas ao longo do tempo, por meio de um embate constante de forças ora complementares ora contraditórias (CORRÊA, 2002). A expansão da malha urbana é um testemunho de uma lógica fragmentada pelo embate de interesses e articulado

por cooptação, mais ou menos coesa, entre os agentes produtores. Portanto, o perímetro urbano torna-se dinâmico e é atualizado mediante a busca de renda fundiária com a conversão da terra rural em terra urbana (CORRÊA, 1986; CORRÊA, 1995; SINGER, 1982). A efetivação e regulação dos novos limites do urbano acontecem na figura do Estado, especificamente por meio de políticas de habitação de diferentes momentos históricos. No caso de Ponta Grossa, existiram diferentes fases de políticas habitacionais a partir da década de 1950. As primeiras fases de implementação de cinco conjuntos habitacionais é realizada pela Companhia de Habitação de Ponta Grossa – COHAB-PG; depois a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, iniciou dezoito conjuntos habitacionais entre as décadas de 70 e 80; por fim, a Companhia Habitacional de Ponta Grossa - PROLAR que segue até os dias atuais e é responsável por uma série de novos loteamentos, localizados principalmente na franja urbana (SCHEFFER, 2003).

Figura 11 – Ano de Aprovação dos Loteamentos em Ponta Grossa – PR



Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

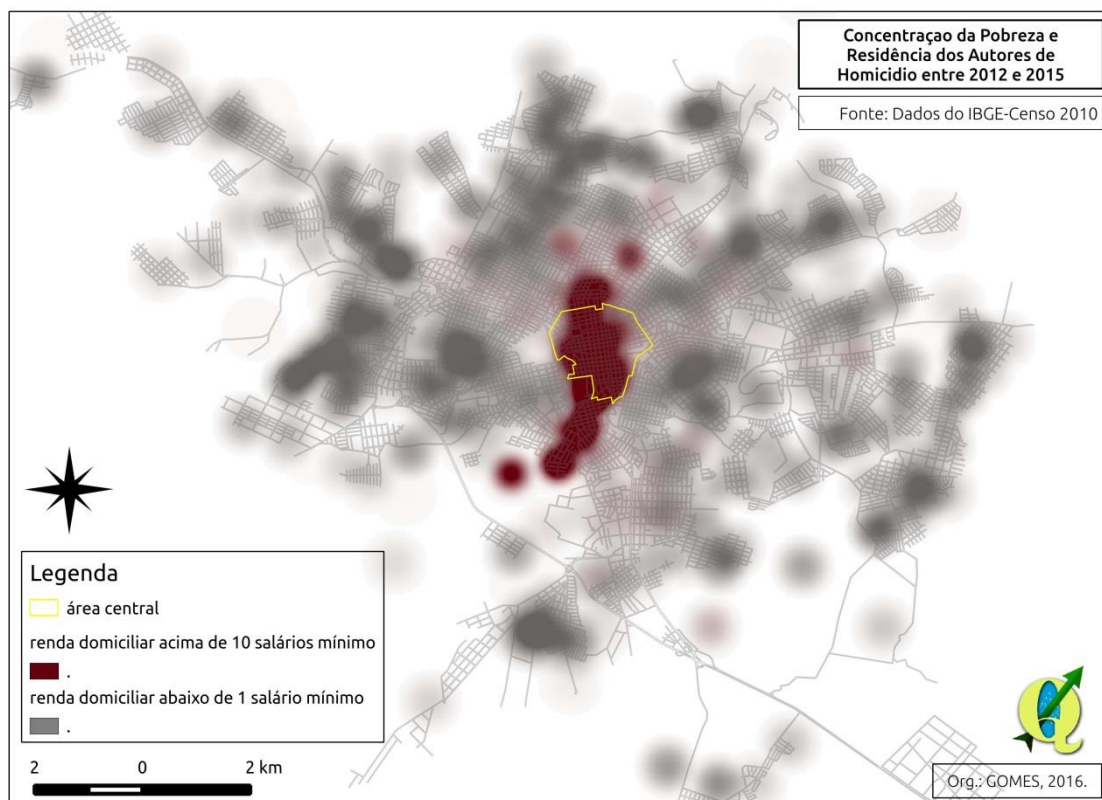
A periferia urbana, segundo Corrêa (1986), são áreas nos limites de um espaço urbano contínuo, existindo no limite do rural-urbano e apresenta uma

urbanização incipiente, podendo ser denominada periferia suburbana. Juntamente à periferia em seu sentido zonal no urbano, o processo de segregação residencial é definido por áreas de uma homogeneidade social interna e distinta de seu entorno (CORRÊA, 1995). Em muitos casos essas áreas de homogeneidade social interna se dará por meio de uma urbanização incipiente, concentrando fraca infraestrutura, baixo recurso de serviços e moradia de grupos de baixa renda.

Portanto, a compreensão da expansão da malha urbana de Ponta Grossa deve levar em conta que a presença dinâmica da periferia suburbana esteve e está presente nos períodos de atualização do perímetro urbano. Ressaltando que a periferia no urbano não necessariamente esteja na franja urbana, especificamente em Ponta Grossa, é possível evidenciar duas dinâmicas de periferização: i. áreas de ocupações irregulares de locais relativamente próximos do centro e principais avenidas, mas distantes socialmente da continuidade da infraestrutura urbana – podem ser áreas de alta declividade, próximo de arroios urbanos, próximos a linhas de trem, etc; ii. áreas distantes do centro e principais avenidas, situada nos limites do perímetro urbano e que em algum momento foram desconexas de alguma infraestrutura urbana.

Na Figura 12 abaixo é possível perceber onde se concentram, em Ponta Grossa, cada extremo do grupo de renda, conforme classificação do IBGE (2010).

Figura 12 – Local de Moradia da População com renda domiciliar acima de 10 salários mínimos em Ponta Grossa - PR¹⁰⁸

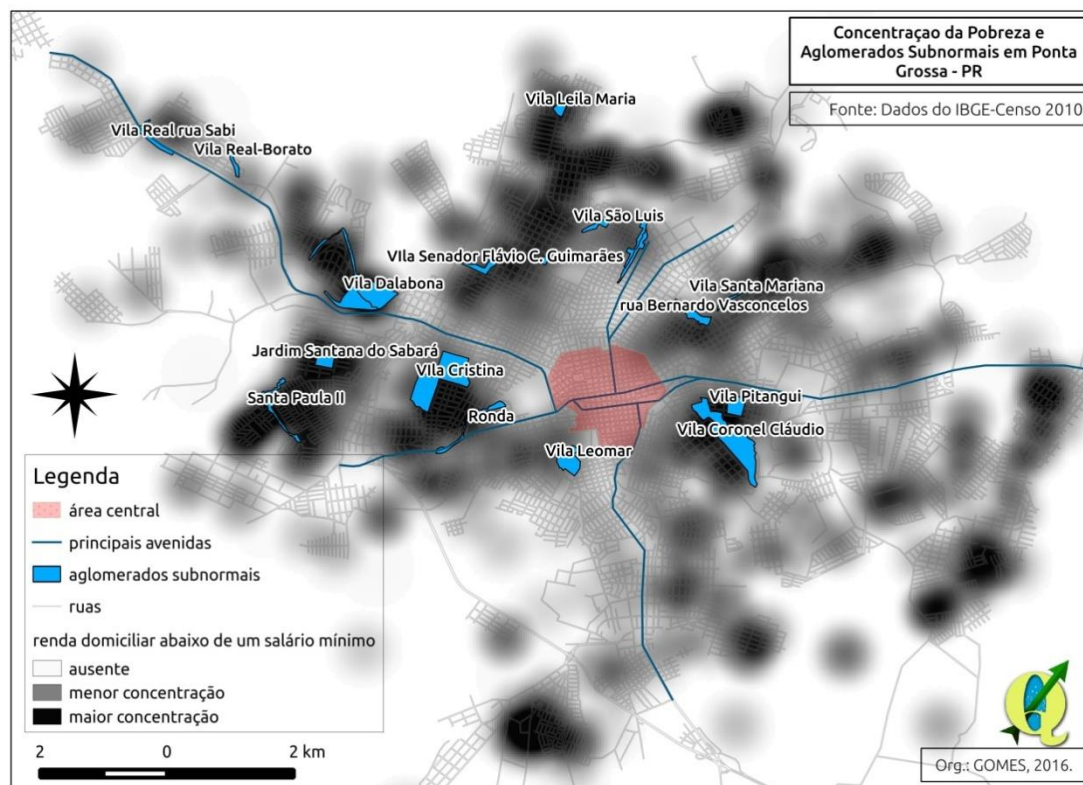


Fonte: Censo 2010 – IBGE.

Existem novos focos de grupos de alta renda definidos por recentes empreendimentos imobiliários distantes do centro, mas, a Figura 12 auxilia na identificação dos principais focos de pobreza. Considerando que a cidade atende um aglomerado populacional socialmente desigual, por vezes, zonalmente próximos, como dito, existem focos de pobreza relativamente próximos do centro e principais eixos de serviço. É possível perceber isso, através da sobreposição das áreas definidas e identificadas pelo IBGE (2010) como aglomerado subnormais.

¹⁰⁸ O mapa de calor de dois recortes de grupos de renda foi elaborada através do software livre QuantumGis. A camada vetorial dos setores censitários do IBGE informa a concentração, em quantidade numérica, de famílias com as rendas especificadas em cada setor censitário. Transformando essa concentração organizada na forma de polígonos (setores) em pontos, o QuantumGis possibilita que sejam feitos 'Mapa de Calor' desse valor. Nessa figura estão sobrepostos dois mapas de calor graças a geografia oposicional entre os dois grupos de renda (não habitam as mesmas áreas do espaço urbano). Na região onde há concentração da população acima de 10 salários mínimos, como pode ser comparada na Figura 12 a seguir, é ausente a população com renda familiar equivalente a menos de um salário mínimo.

Figura 13 – Aglomerados Subnormais e a Concentração da Pobreza em Ponta Grossa - PR



Fonte: Censo 2010 – IBGE.

Aglomerados subnormais são territórios definidos por assentamentos irregulares, como favelas, invasões, comunidades, vilas que inclusive em outros Censos Demográficos, anteriores a 2010, não eram contabilizados (IBGE, 2010).

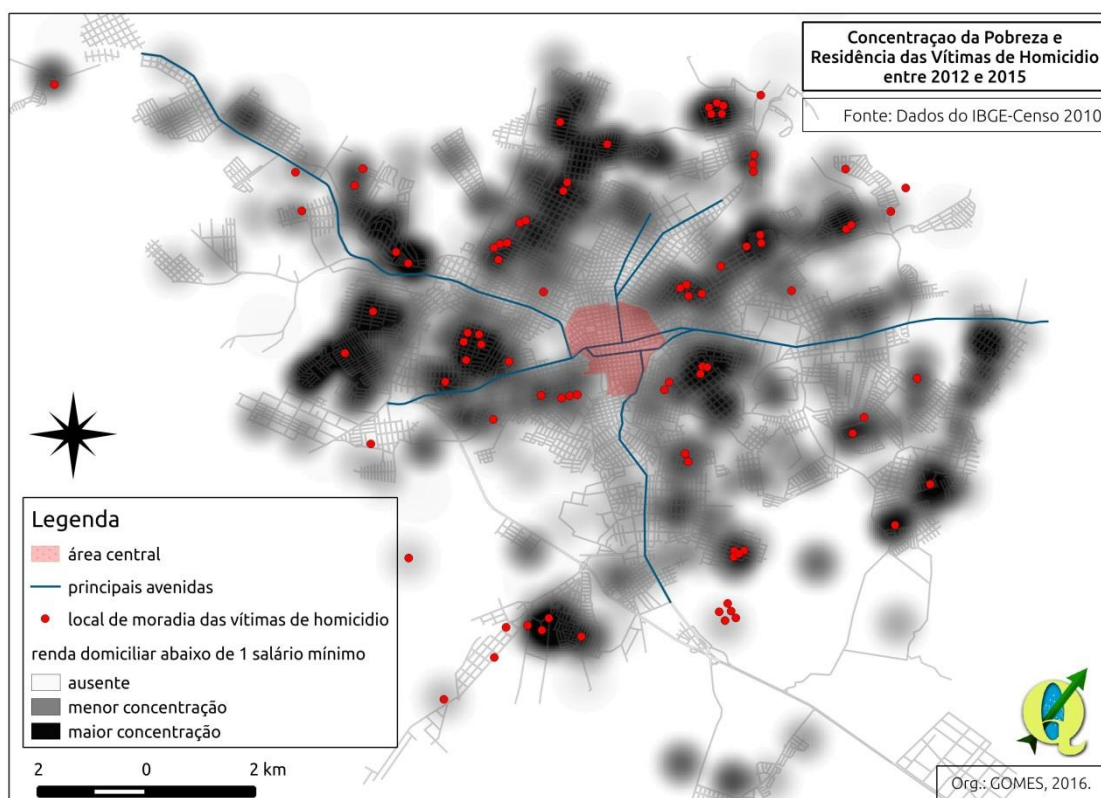
Conforme o Mapa da Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros do IBGE, realizado em 2003, Ponta Grossa apresentou uma incidência de pobreza de 41,62%, índice elevado se comparado com as médias do estado, mais elevado que Londrina (36,49%), Maringá (33,85%) e a capital Curitiba (31,71%). Conforme Nascimento e Matias (2011), entre 1960 a 2006 a população que reside em favelas passou de 0,8% para 17,2% distribuídos em 136 pontos de ocupação.

Pensar a violência homicida na cidade é pensar sua dinâmica de ocupação, ordenamento e disposição social no espaço-tempo urbano. A geografia do fenômeno da morte violenta está nas subjetividades que a compõem através de uma espacialidade que possibilita os encontros. Portanto, além de lhe conferir as localizações dos envolvidos e do local do crime, estes precisam ser pensados enquanto um agenciamento de complexas inter-relações que arranjam os espaços

de vivência e sobrevivência. Na busca por um mapeamento dessa multiplicidade a estratégia segue além de localizar as ocorrências de homicídios no urbano como descrito na seção 3.1, mas também busca expressar algumas evidências do perfil de vitimados por homicídio na cidade de Ponta Grossa.

Considerando o local de moradia das 96 vítimas de homicídio nos 86 inquéritos policiais analisados, é possível afirmar que há uma constrangedora sobreposição com áreas de residência de grupos de baixa renda que na cidade de Ponta Grossa possuem duas características: i. são zonas periféricas se considerar sua aproximação com o centro em um sistema concêntrico de espaço urbano; ii. e estão localizadas entre os ângulos formados pelas principais vias que marcam a linha central da ‘expansão tentacular’, que em sua maioria são áreas de fundo de vale dos arroios urbanos.

Figura 14 – Local de Moradia das Vítimas de homicídio entre 2012 e 2015 em Ponta Grossa - PR



Fonte: 13º SDP.

Como dito, Ponta Grossa possui áreas de baixa renda próximo ao centro. Entretanto, a paisagem da área central privilegiada pela sua elevação de terreno e

pela concentração de serviços e estruturas urbanas criam uma fronteira de percepção em que o perto é relativizado pelo acesso aos bens urbanos e o perfil socioeconômico beneficiado. A Figura 14 chama a atenção para o fato de que não há nenhuma vítima de homicídio residente na região central, nas principais vias, ou nas manchas de concentração da população rica.

Os dados sobre o perfil das vítimas de homicídios entre 2012 e 2015 encontram continuidades e alguns novos focos de violência se comparado a Gomes (2013), com recorte entre 2010 e 2011. As continuidades são: i. ausência de moradores na região central e principais eixos viários da cidade; ii. três grandes concentrações de vítimas de homicídio, que são: Boa Vista-Jardim Maracanã, Cipa e Vilela-Ana Rita. Sobre as novas concentrações de vítimas de assassinato, chama a atenção os casos de: Jardim Amália I e II, ao sul da Cipa (cinco vítimas) e Ouro Verde I e II, no encontro entre os bairros Colônia Dona Luiza e Cará-Cará (sete vítimas).

Conforme Scheffer (2017) os conjuntos habitacionais Jardim Amália I e II foram entregues pela Companhia de habitação de Ponta Grossa – PROLAR no ano de 2012 para famílias atendidas pelo programa federal Minha Casa Minha Vida, grande parte realocadas de ocupações irregulares em áreas de risco. O Ouro Verde I está identificado como um empreendimento recente pela Companhia de habitação de Ponta Grossa – PROLAR, mas não está na listagem com os anos de aprovação, já o Ouro Verde II está na faixa de empreendimentos entregues a partir de 2013. Portanto, ambos os novos focos se configuram como novos locais de moradia que atendem a recentes empreendimentos habitacionais para grupos de baixa renda.

Scheffer (2017) afirma que ainda que esses conjuntos habitacionais representem um grande avanço no déficit habitacional na cidade de Ponta Grossa existe uma série de discontinuidades entre o programa federal, a regulação municipal, os empreendedores construtivos e a participação do grupo social atendido.

A política urbana de habitação está em sintonia com a espacialização urbana e desempenham funções de produção das cidades, portanto, são produtos e produtoras como também suporte de relações econômicas e sociais. De outro lado, não está em sintonia com uma política fundiária, o que contribui para aprofundar o quadro de segregação socioespacial e periferização sem o devido acesso aos

equipamentos sociais necessários para a vida (SCHEFFER, 2017, p. 218).

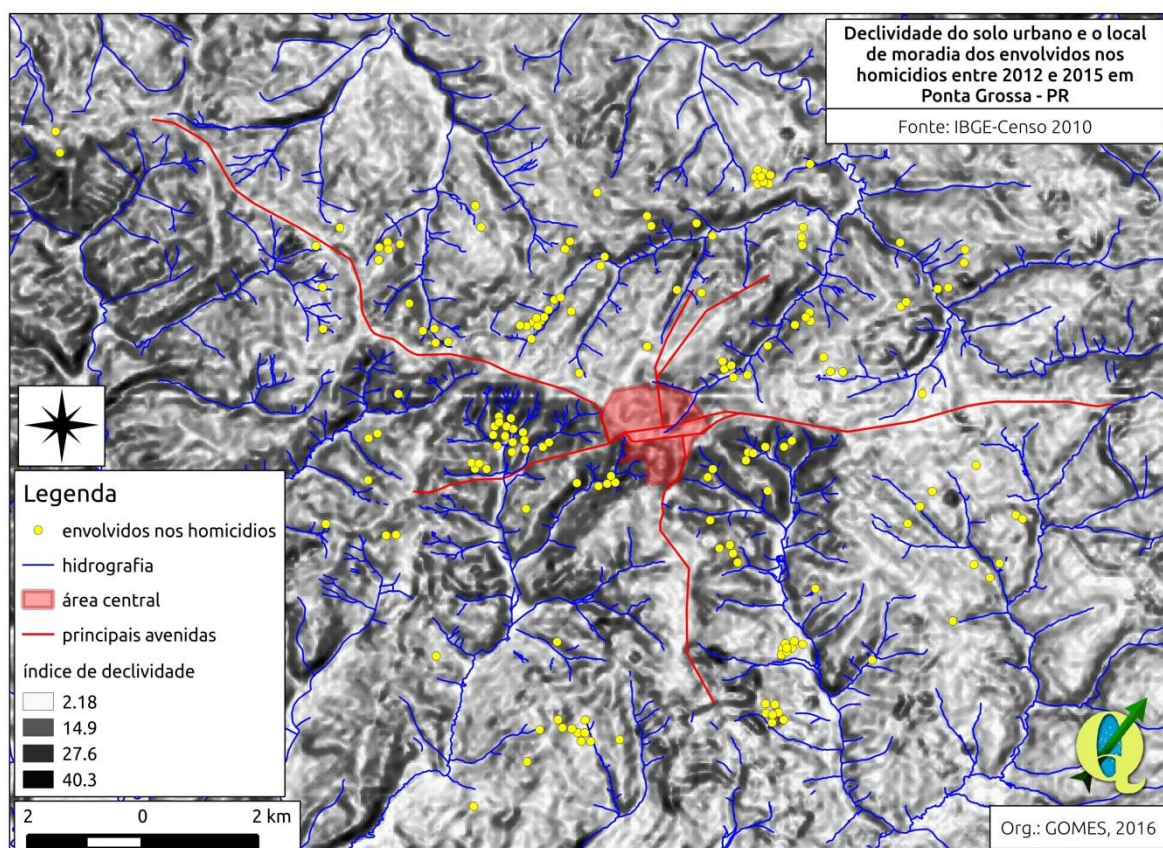
Existem outros conjuntos habitacionais implementados a partir da mesma data, que também registraram casos de homicídios, como o Conjunto Habitacional Gralha Azul (porção sudoeste) entregue em 2012 e Residencial Londres (porção nordeste) entregue em 2013¹⁰⁹.

O novo foco de vitimação por assassinato em loteamentos para grupos de baixa renda pode estar vinculado a uma série de fatores não tão objetivos, desde contato entre territorialidades outrora conflitantes, atrito entre práticas criminais vinculadas a economia informal ou até mesmo refletir desavenças/dívidas anteriores ou elaboradas em outras espacialidades violentas vivenciadas pela vítima. Dessa forma, essa dinâmica está articulada com os principais elementos transversais e motivações do crime na seção 3.6.

O outro eixo já mencionado de segregação espacial que expressa uma periferação peculiar em Ponta Grossa são as ocupações relativamente próximas do centro e principais eixos viários, mas que são marcadas por uma homogeneidade de renda (baixa) e precarização de infraestrutura e serviços urbanos. Alguns focos de concentração entre os envolvidos no homicídio estão sobrepostos em ocupações irregulares sobre áreas de alta declividade e/ou próximo de arroios urbanos. Na figura abaixo é possível perceber esses casos:

¹⁰⁹ Dentre outros que são dificultados pelo registro do documento policial quando se é colocado o bairro e não a vila específica.

Figura 15 – Declividade do solo urbano e o local de moradia dos envolvidos em homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015¹¹⁰



Fonte: 13º SDP e PMPG.

Chamam a atenção as seguintes aglomerações: i. porção oeste do centro refere-se ao Jardim Maracanã, Vila Hilgemberg e Santo Antônio sobreposto a bacia hidrográfica do arroio da Ronda; ii. os pontos presentes ao longo da bacia do Pilão de Pedra na porção nordeste ao centro, onde estão Vilela, Ana Rita e parte da 31 de Março; iii. os registros a norte-noroeste ao centro nos afluentes da bacia do Lageado Grande referente a vila Boa Vista e parte da Palmeirinha; iv. alguns casos concentrados no sudoeste imediato ao centro num braço do arroio da Ronda, referente a uma parte do bairro de mesmo nome.

Existem trabalhos de saúde pública, como de Patino et al. (2014) e Peres e Nivette (2017) que analisam por sensoriamento remoto o desenho urbano ao longo de uma série histórica suficiente para perceber o movimento de expansão e

¹¹⁰ O mapa de declividade foi estabelecido no software livre QuantumGis a partir da camada de curvas de nível. Quanto mais escuro maior é a porcentagem de declividade. O valor estabelecido na legenda se refere à média do percentual (%) de declividade sobre a respectiva faixa de cor.

preenchimento da malha urbana de uma cidade. Através da identificação de uma expansão de espaços desordenados e heterogêneos, os autores afirmam ser possível evidenciar a presença de violência homicida elevada. Como é o caso de Peres e Nivette (2017) que investigam o Brasil entre 1990 a 2010 e demonstram que os níveis de desorganização social elevados apresentam acréscimo da mortalidade homicida.

É possível afirmar através dessas estratégias metodológicas que há uma cartografia da pobreza refletindo um processo de confinamento da violência homicida na cidade de Ponta Grossa. A periferia suburbana de Ponta Grossa em seus diferentes processos de segregação é protagonista dos casos de vitimação por assassinato. O que não quer dizer, definitivamente, que a pobreza seja responsável pela violência urbana.

A antropóloga brasileira Alba Zaluar (2014) chama a atenção para a busca de complexificação da análise sobre as criminalidades violentas. Diferente de uma subjetividade da pobreza responsável pela violência homicida, o que há, na verdade, são processos sociais hierarquizados que tendem a produzir e fixar uma subjetividade pobre violenta. Invés de responsabilidade há a responsabilização, enquanto um processo de culpabilização discursiva ancorado na necessidade de controle e repressão da criminalidade violenta que conforme Zaluar (2014) desenvolve uma interação perversa com a pobreza.

A cartografia da pobreza de Ponta Grossa (Figura 14) evidencia que as áreas periféricas pobres não são predominantemente palco de violência, mas, a violência homicida tem elegido essas áreas da cidade para se desenvolver. Espacialidades da periferia suburbana estão inexoravelmente inter-relacionadas às contradições da produção e reprodução das cidades e só a pobreza não dá conta de explicar a violência homicida no urbano.

3.3 – O refinamento da ‘vida nua’: casos de homicídio e a vitimação e envolvimento de jovens do sexo masculino

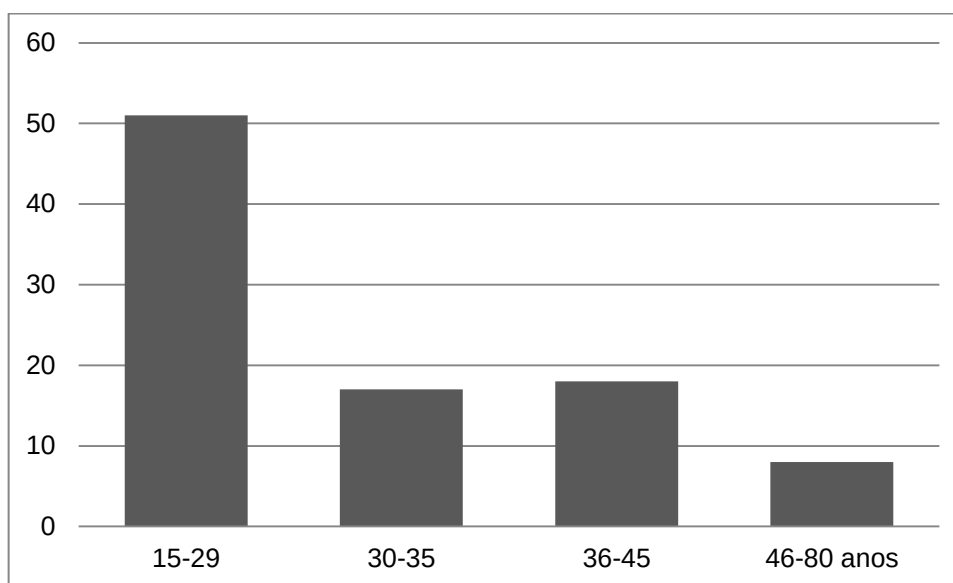
As estatísticas nacionais evidenciam que o homicídio é desigualmente distribuído na população brasileira, concentrando-se na população masculina, majoritariamente jovem. A análise dos dados sobre a vítima no recorte de pesquisa apresenta que de um total de 96 pessoas assassinadas no município de Ponta

Grossa, entre 2012 e 2015, 86,5% eram do sexo masculino. Corresponde, dessa forma, com a vitimação masculina presente no âmbito nacional, Waiselfisz (2013) alerta para fato de que vítimas do sexo feminino correspondem aproximadamente a 8% do total das vítimas, em 2010, 91,4% eram do sexo masculino (WASELFISZ, 2013). O Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2017) afirma que entre 2005 e 2015, 92% das vítimas eram homens¹¹¹.

A violência homicida brasileira é masculina e tem se tornado cada vez mais jovem. Segundo Cerqueira et al. (2017) na década 1980 o pico da taxa de homicídio no Brasil era aos 25 anos; atualmente gira em torno de 21 anos. Considerando os inquéritos de homicídio em Ponta Grossa analisados, 37% das vítimas tinham entre 15 e 25 anos e a média de idade é de 29, entretanto, a média é distorcida por poucos casos de vítimas idosas, se considerarmos apenas a faixa entre 15 e 25 anos a média é de 22 anos.

Embora algumas estatísticas considerem como jovem pessoas entre 15 e 24 ou 25 anos, como é o caso do Mapa da Violência (WASELFISZ, 2012), o Estatuto da Juventude, Lei 12.852, sancionada em agosto de 2013 considera jovem pessoas com idade entre 15 e 29 anos, faixa essa, adotada pelo Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2017). Desse modo, 54% das vítimas de assassinato em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015, eram jovens.

¹¹¹ Chamando a atenção aqui para a problemática sobre grupos transexuais que atendem a outra lógica de violência e são simplesmente caracterizadas pela genitália enquanto 'homem'. Sobre isso existem relatórios internacionais empenhados diretamente sobre essa temática: <http://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol15-2016.pdf>.

Gráfico 5 – Idade das Vítimas de homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015

Fonte: 13º SDP.

Entre 2005 e 2015 houve um aumento de 17,2% na taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos no Brasil. Esse aumento é refletido em Ponta Grossa, em Gomes (2013) a faixa jovem, ainda entre 15-25 anos, representava 32,5% entre 2010 e 2011. Entre 2012 e 2015, na mesma faixa etária, subiu para 37%. O Índice de homicídios na adolescência – 15 a 18 anos (IHA 2009-2010, 2012)¹¹², utilizando-se dos dados de 2010 do ‘Mapa da Violência’, afirmam que um adolescente do sexo masculino possui um risco aproximadamente doze vezes maior de morrer assassinado do que uma adolescente do sexo feminino.

O Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (ENGEL et al., 2017) elaborado pelo Ministério Federal da Justiça confirma essa pirâmide das mortes no país e traça algumas macrocausas identificadas como: gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal, violência doméstica, conflitos entre sociedade civil e policiais e escassez de presença do Estado. Em meio a essas seis macrocausas, o Diagnóstico afirma haver ‘fatores transversais’ que estão presentes, de certa forma, em todas elas: disponibilidade de arma de fogo e acúmulo de vulnerabilidades sociais. As macrocausas citadas são justificadas por Engel et al. (2017) mediante uma revisão de literatura nas ciências sociais e criminais e todas elas privilegiam de que forma perpassam o cotidiano de jovens homens que apresentam elementos de vulnerabilidade social.

¹¹² Vinculado ao ‘Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens’ da Secretaria de Direitos Humanos sob fundos das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

Os marcadores de idade, gênero e renda atravessam a dinâmica da violência homicida no urbano de maneira a produzir uma complexa interação entre elas. Como dito na seção 3.2, apenas a distribuição dos registros ao longo do tempo e localidades, ancorados na predominância em grupos de baixa renda não dá conta de dar legibilidade às tramas da violência homicida. Como discutido no capítulo 2, analisar a elaboração de masculinidades têm se mostrado um caminho de compreensão da violência (CONNEL e MESSERSCHIMIDT, 2013; CHIMIN JUNIOR, 2011; ROSSI, 2010; GOMES, 2013; AITKEN, 2012), ou ainda, entre masculinidades jovens (WINTON, 2005; LANGEANG, 2008; ZALUAR, 2014). Mas, é importante ressaltar que esses marcadores não efetuam uma intersecção de soma, adicionando-se entre si e equacionando uma performatividade violenta. A intersecção não é unívoca, está sempre porvir dentre as ‘trajetórias-até-aqui’ (MASSEY, 2008) que a espacialidade vivenciada possibilita encontrar/traçar.

Considerando o material empírico acessado, os inquéritos policiais possibilitaram, dentro dos seus limites, organizar alguns apontamentos mais diversificados sobre a trama que envolveu os encontros de morte. O documento de investigação policial exige que tenham registros de um conjunto de elementos que contribuam para inscrição do ato criminal. Dessa forma, os registros transcritos de depoimentos, quando da intimação, e declarações auxiliaram na elaboração de enunciados elaborados sobre os casos e sobre os envolvidos, autor e vítima. É importante frisar que os registros transcritos estão integralmente comprometidos pelo objetivo final da investigação. As informações sobre a fala do depoente/declarante, mesmo quando apontados como literais estão submetidas às subjeções definidas pelo escrivão de polícia. Assim, a elaboração de uma análise discursiva é corroída pela ausência de intermediação do pesquisador, considerando que todo dado emerge do encontro posicionado entre as questões, entrevistado e entrevistador.

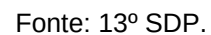
Contudo, a elaboração das enunciações dos depoentes ligadas aos principais eixos a que se referiam, articulado a transcrições do depoimento, auxilia no mapeamento de elementos presentes na construção narrativa do assassinato. As enunciações se referem a todo registro narrativo sobre a vítima e sobre o autor, que através do banco de dados, foram analisados separadamente¹¹³.

¹¹³ As enunciações foram organizadas por transcrição direta e em alguns casos foram adaptadas pelas características do *software* utilizado (foi utilizado o *software* de análise de rede Gephi,

Analisando os 86 inquéritos policiais foram registrados 393 enunciações sobre as vítimas do sexo masculino, as quais se referiam a três eixos temáticos¹¹⁴: i. 'conduta' da vítima, tanto ao longo de sua vida, como o comportamento próximo ao homicídio; ii. 'desavença', quando se refere a conflitos/dívidas que a vítima tinha, geralmente questionado pelos investigadores; iii. e 'droga', na busca de elementos motivadores da vitimação, é prática corriqueira, buscar vínculos com a territorialidade da droga.

entretanto, nenhum algoritmo de análise foi aplicado por se tratar de uma relação binária de fácil manuseio), como por exemplo: 'tinha desafeto com a família' virou 'desafeto_familia'. Posteriormente, analisando o conjunto geral dos enunciados foram elaborados os principais eixos temáticos aos quais se referiam. Dessa forma, foi elaborado o grafo como um tipo de nuvem de palavras, passível de expressar a frequência dos enunciados, seu eixo temático e força dessa relação. O tamanho dos nós é estabelecido pelo número de conexões e a espessura da aresta define a frequência da relação (a cor dos nós foi definida manualmente apenas para distinguir entre 'enunciados – azul' e seus respectivos 'eixos temáticos – vermelho').

¹¹⁴ Os eixos temáticos se portam no grafo enquanto centralidades temáticas, campos mais frequentes que concentram e organizam o conjunto de enunciados.



A 'conduta' narrada pelos enunciados dos depoimentos apresenta com maior frequência características de um comportamento masculino: 'enfrentou', 'discutiu', 'agrediu', 'agressivo', 'violento'. Essa conduta aponta para um encontro de forças contrárias e simultaneamente complementares. Enfrentar e ser confrontado, agredir e ser agredido, estar violento e morrer de morte violenta. Há o confronto por forças discordantes, independente da motivação, mas também há forças contíguas que possibilitam o confronto. Esses feixes de forças complementares podem ser pensados como masculinidades contíguas pela agressividade. Pensar a elaboração de masculinidades é ater-se nas maneiras em que um homem se posiciona nas construções discursivas sobre tornar-se homem (COLEMAN, 1990; CONNEL e MESSERSCHIMIDT, 2013). E, sob determinados contextos, tornar-se homem exigirá que se utilize ou, pelo menos, negocie com performatividades agressivas.

Muitas pesquisadoras/es feministas alertam para a matriz historicamente masculina da produção da ciência, como visto no capítulo 2. Um dos privilégios de uma centralidade nas relações de poder é a potencialidade de nomear e produzir sentidos. Assim como no *panopticon* de Jeremy Bentham, proposto por Foucault (1987), a mesma luz que define o que se observa/vigia é a que ofusca sua própria posição. Nesse sentido, assim como a ciência moderna colonial de face masculina produziu um auto-ofuscamento sobre sua posicionalidade, pode-se fazer analogia sobre o olhar de um indivíduo masculino que sempre 'encara', mas nunca pode ser 'encarado'. A hombridade se fortalece ao 'encarar' uma mulher, entretanto, quando é 'encarado' por outro homem há aí uma força conflitante. As descrições nos depoimentos sobre as práticas de confronto são definidas frequentemente por essa 'encarada'. O assassinato acontece em meio a uma trama de encaradas, discussões, enfrentamentos e ameaças.

Além desse comportamento de face masculina existem casos em que a própria masculinidade é a tônica da construção discursiva de poder. A valentia, intimidação e ameaça acontece utilizando-se da categoria de 'ser-homem'.

a última vez que a declarante esteve com Wesley foi na hora do almoço quando ocorreu uma discussão entre a declarante e Wesley saiu de casa nervoso e dizendo: '*eu vou provar pra você que sou homem*' [...] a declarante estava vendo jornal e soube que um rapaz tinha sido achado morto na estrada Kalinoski. a declarante afirma que Wesley vendia drogas, bem como, sua residência é utilizada como

'boca de fumo', sendo que a mesma também faz uso de crack (Inquérito Policial, Ponta Grossa, março de 2015) *grifo nosso*.

Provar sua masculinidade, para Wesley, jovem envolvido com o narcotráfico, foi provar a própria morte. A hombridade torna-se um signo eficiente de comunicação da agressividade.

duas semanas antes da morte de Dilsinho o mesmo telefonou para a declarante e contou que Samuel havia lhe agredido e ameaçando de morte, tendo dito que aquilo era só o começo, disse 'eu vou te matar ainda', que queria ver se ele era *homem pra bater em homem*, já que gostava de bater em mulher (Inquérito Policial, Ponta Grossa, março de 2015) *grifo nosso*.

'Homem pra bater em homem' expressa um convite à valentia sobre o desafio que é encarar outro homem. Entretanto, evocações de desafio e valentia utilizando-se de signos masculinos se dissolvem nas mais diferentes esferas do tecido social, mas só em algumas espacialidades esse desafio culmina em agressão e mesmo o tipo de agressão vai se diferenciar conforme a espacialidade. A busca por uma centralidade ou privilégios nas relações de poder utilizando-se de performatividades violentas é elaborada continuamente agenciada as multiescalas do poder estratégico (FOUCAULT, 2009), mas, também são atualizadas no contato (DELEUZE, 2008) de maneira local (CONNEL e MESSERSCHIMIDT, 2013). A busca por uma hegemonia na masculinidade é localizada, portanto, é preciso ater-se as tramas locais em que um tipo de violência é tomado como elemento comunicacional masculino entre homens.

Os códigos de sociabilidade entre homens podem ser submetidos inclusive a normativas mais sutis, como é o caso Johnny.

em conversa com Johnny o mesmo disse que o motivo de ter levado tiro foi que o rapaz pediu para o Johnny parasse de pagar de bonito, que ele passava por eles e não cumprimentava (Inquérito Policial, Ponta Grossa, abril de 2015).

Johnny demonstra que existem formas de se atravessar precipitadamente nas cumplicidades dos locais de convívio, fortemente concentrados na vila. O depoimento a seguir demonstra que há inclusive uma temporalidade de assimilação e acesso a práticas locais, como festas.

passado certo tempo Daniel convidou João que foi acompanhado de Dentinho e Joslei no referido churrasco. que devido Joslei e Dentinho não serem da vila, devido estarem residindo apenas há cerca de um mês na vila, os amigos de Daniel, não gostaram da presença de Joslei e Dentinho na festa. Devido a isso Daniel, Raoly e Nem falavam constantemente para Joslei e Dentinho que ambos 'mal tinham chego na vila e já queriam se achar e que não estavam cumprimentando ninguém'. [...] passado cerca de quinze minutos aproximadamente, Daniel, Raoly e Nem chegaram na casa do depoente. Que Raoly e Nem estavam em posse de faca na mão, sendo que os referidos rapazes falaram para João e Dentinho, saiam daí porque senão, vamos invadir a casa. Neste momento João e Leandro com medo, adentraram na residência, sendo que o depoente pediu para que pulassem a janela e fugissem antes que eles invadissem a casa e comesçassem a brigar. [...] posteriormente a depoente tomou conhecimento que os dois grupos se encontraram há três quadras de sua residência e brigaram, sendo que João ficou lesionado fisicamente e Dentinho foi a óbito (Inquérito Policial, Ponta Grossa, abril de 2015).

As tramas locacionais da vila estão organizadas no capítulo 4 e 5, aprofundando-se nas trajetórias espaciais de indivíduos que vivenciam essa espacialidade.

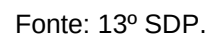
Outros enunciados em destaque no Grafo 1 são os vinculados ao eixo temático 'droga'. É frequente a presença do enunciado 'usuário de droga', 'viciado', 'internado no crack', bem como a frequência com que se faz uso de bebida alcoólica. Na verdade, a territorialidade do tráfico de drogas ilícitas está integralmente engendrada nas ocorrências de homicídio, assim como firmado em Gomes (2013), assumido como macrocausa no Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (Engel et al., 2017) e indicado no Mapa da Violência (WASELFSZ, 2014). A presença da droga ilícita nos registros de homicídio analisados está problematizada na seção 3.6, mas, o que quero chamar a atenção é para a droga, ilícita e álcool, como questão primordial na investigação. Estabelecer a relação da vítima com as drogas torna-se como um primeiro passo na busca de elucidações. A categoria 'usuário de crack' ou 'possuía dívida de droga', de maneira geral, é o procedimento básico para decidir os próximos passos da investigação. A presença do crack e/ou vínculo com o narcotráfico podem insinuar respectivamente uma forma-de-vida precária e um vínculo a tramas econômicas informais; ambos se utilizam da violência como meio de equilibrar as contas, sejam afetivas ou monetárias (Capítulo 4 e 5).

interlocutores conversam sobre uma dívida envolvendo um homem de apelido 'Cola'. JC comenta que dívida deste negócio de drogas, não caduca nunca e diz: 'com nós não tem SPC nem Serasa, é com a palavra' (Inquérito Policial, Ponta Grossa, maio de 2016).

A 'palavra' exige estratégias de cobranças alternativas.

A análise dos inquéritos possibilitou a sistematização de enunciados a respeito dos autores investigados. Ainda que o número bem mais limitado, pelas dificuldades de se obter informações a respeito do autor, na ausência de testemunha e na política de não entrega do suspeito, até pelo risco que pode tomar ao depoente. O conjunto de enunciados sobre os autores foi elaborado da mesma forma que o Grafo 2, baseando-se em 310 enunciados.

A disposição de eixos temáticos são as seguintes: i. 'conduta', da mesma forma, refere-se a práticas e comportamentos ao longo da vida ou anterior ao assassinato; ii. 'atributo' foi organizado pelo surgimento de uma série de termos que visam categorizar o investigado e não necessariamente descrever uma conduta; iii. 'droga', com disposição diferenciada da análise sobre vítima, mas, da mesma forma orbitam enunciados sobre o vínculo com as drogas.



As 'condutas' mais frequentes remetem para as motivações e práticas adotadas pelo autor investigado. 'Acerto de conta', 'ameaçava' e 'vingança', que sempre estava vinculada a casos de 'morte na família' ou 'morte de amigo'. Em geral, é evidente um enredo de dívidas e desafetos causados por mortes violentas. É como se espacialidades da violência possuísem ecos, ou jogo de espelhos, da própria violência que ronda em memórias, dívidas, injustiças e justificações.

viu uma motocicleta acelerando e passando em alta velocidade em frente a casa da depoente. A depoente relata que logo em seguida, os irmãos de Fernando e Lucas vieram correndo atrás da tal moto, e Fernando dizia 'vem ne mim'. Sendo que Fernando estava com o machado nas mãos. Na sequência ouviu a mãe da vítima gritando, dizendo o Breno tá morto, a senhora Cristina chorava e dizia: ele não tinha nada a ver com a confusão. Posteriormente ficou sabendo que os fatos ocorreram por vingança, pois o autor dos disparos era irmão de um adolescente que foi morto na virada do ano [...] situação em que Fernando esteve envolvido. Que, a depoente também soube que *o tal rapaz já havia feito ameaças às famílias dos indivíduos envolvidos na morte do irmão, dizendo que ele ia tirar um de cada família, pra eles sentirem a dor que ele sentiu quando perdeu o irmão* (Inquérito Policial, Ponta Grossa, junho de 2016) *grifo nosso*.

As vinganças são sempre antecedidas de ameaças de diferentes formas, desde passar em frente da casa, exibir armas ('tiro pro alto', 'tem arma') ou falas específicas.

Gostaria de dizer que o assassino de Marcos é o Venâncio, e que recebeu as balas de Charles para praticar o assassinato e posso afirmar que isso é verdade, pois o próprio Venâncio está *contando vantagens* sobre o assassinato (denúncia anônima escrita a mão anexada ao Inquérito policial, Ponta Grossa, maio de 2016) *grifo nosso*.

Já matei o Neguinho, posso matar você – disse um dos autores investigados para uma mulher no bar depois de estar bêbado. Disse uma testemunha [...] (Inquérito policial, Ponta Grossa, maio de 2016).

Utilizar morte violenta como ameaça discursiva é frequente dentre um jogo de dívidas sob um enredo de desavenças, que incluem a si próprio, como em enunciados de 'apanhou da vítima', 'brigou', 'levou facada' e próximos como 'amigo

da vítima'. Isso contribui para a construção de uma masculinidade violenta pautada na respeitabilidade local e outrora na tática de sobrevivência. Assim se constrói 'atributos' de 'perigoso', 'bravo', 'fama de matar' para então 'provar que é homem'.

Contudo, há um conjunto de enunciados que remetem a uma forma de operação mais imediata. Enunciados como 'agressão sem motivo', 'tiro por trás', 'atirou direto', 'entrou atirando', remetem a crimes de 'acerto de contas' de circuito mais impositivo. É o caso das dívidas do tráfico de drogas, geralmente caracterizadas por assassinatos com arma de fogo, rápidas e executadas por mandatários de uma rede econômica informal que tendem a ser dinâmicas, mas rígidas. Casos de assassinatos tramados pela territorialidade das drogas também é evidente no deslocamento da tônica do eixo temático da droga entre vítima e autor. A droga no Grafo 1 sobre a vítima concentra enunciados sobre ser 'usuário' e no Grafo 2 sobre os autores investigados, é fortemente ligado a 'traficante'. Isso representa a sina investigativa já mencionada em buscar elementos de uso de droga, principalmente crack nas vítimas, para buscar possíveis dívidas. E sobre os autores investigados, buscar vínculo ao tráfico de drogas, na busca por possíveis acertos.

Conflitos ocasionais nesse contexto também geram agressões de morte, quando um depoente diz que o acusado 'voltou com arma' ou 'buscou a faca', porque 'estava bêbado' estão presentes encontros de festas que propiciam encontros de pessoas com desavença, bem como desentendimentos de situação que são extremamente difusos, em sua motivação real, pela exacerbação discursiva e corpórea potencializada pelo efeito do álcool.

A fixação da violência homicida nas áreas periféricas pobres é cimentada pela sociabilidade masculina, uma homossocialidade (SEDWICK, 1985) predominantemente jovem em contato direto com a territorialidade do narcotráfico que confina sua face violenta na periferia suburbana das cidades médias e grandes do Brasil.

3.4 – Genocídio racial e a sofisticação da necropolítica: as contradições quantitativas e a vitimação da população negra

No Brasil ocorrem 10% dos homicídios no mundo (UNODC, 2014) e é onde 72% das vítimas são negras, num país de população 50,7% negra (ENGEL et al.,

2017). A continuidade da violência massiva atual brasileira tem se mostrado fortemente ligada a incessante violência racial herdada da colonização. Na verdade, ao dizer 'Brasil' como país é preciso assumir que o processo de fundação moderna colonial desse Estado-Nação é expresso na forma da territorialização de uma 'racionalização de guerra ordenatória' (MBEMBE, 2011), responsável pelo extermínio físico (genocídio), espiritual e de conhecimento (epistemicídio) dos povos indígenas/originários e escravizados do continente africano (GROSFOGUEL, 2016). A diáspora negra no continente americano evoca o terror racial de um genocídio antinegro (VARGAS, 2010). Portanto, o marcador racial se tornou um dos aspectos a ser tomada em conta na análise no contexto de Ponta Grossa, cidade média do sul brasileiro.

Waiselfisz (2014) chama a atenção para uma acentuada tendência de “queda no número de homicídios na população branca e de aumento do número de vítimas na população negra” (p.120). Em 2001 morreram proporcionalmente 69,4% mais negros que brancos e em 2011 esse índice sobe para 136,8%. No ano de 2015 de cada 100 pessoas que sofreram homicídio no Brasil, 71 eram negras (CERQUEIRA et al., 2017). A vitimação negra fica ainda mais acentuada se interseccionada com a faixa jovem. Para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,5 jovens negros. Conforme 'Índice de homicídios na adolescência – IHA 2009-2010 (2012), um adolescente negro ou pardo possui risco quase três vezes maior de ser vítima de homicídio do que um adolescente branco ou amarelo. Entretanto, o Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2017) afirma que o Paraná é uma exceção na vitimização de jovens negros em relação a brancos na mesma faixa.

Das vítimas analisadas nos inquéritos policiais de assassinato registrados em Ponta Grossa, ocorridos entre 2012 e 2015, 54% eram brancos, 37% pardos e 9% pretos. Entretanto, essa discrepância se deve mais a uma peculiaridade quantitativa do que a um espaço-tempo que se possa autoafirmar alheio ao racismo e ao genocídio do negro brasileiro problematizado por Abdias Nascimento (1978). O Paraná possui a segunda menor população relativa negra. Conforme o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 28,2% é negra, se forem somadas a população preta e parda. Portanto, a menor presença de negros nos números de assassinados se deve, em primeira mão, à população do Estado ser predominantemente branca. Em Ponta Grossa 20,7% da população é negra, portanto, é mais branca que o segundo estado mais branco do país. A metodologia

de considerar negro como a soma entre pardos e pretos é utilizada por relatórios como o Mapa da Violência e Atlas da Violência. Se repetir essa metodologia teremos 46% das vítimas sendo negros, em uma cidade com média de 20,7% de pretos e pardos.

A pouca vitimação relativa de negros expressa no levantamento não pode ser usada como um desvio na tendência nacional, pois a pequena vitimação de negros torna-se agressivamente considerável à pequena população negra. Dessa forma, se levantam questionamentos sobre os relatórios de escala nacional e a dificuldade de lidar com alguns tipos de dados. As experiências de campo dessa pesquisa desafiavam a pensar em possíveis desvios nas estatísticas gerais, justamente por vivenciar a dificuldade em que é juntar informações sobre determinados casos. A discrepância entre a análise de escala aproximada em Ponta Grossa e afirmação do Cerqueira et al. (2017) sobre a exceção paranaense na vitimização da população negra produz uma série de desconfiças entre os números nacionais diante da precariedade de informação que alguns inquéritos possuem. Ousando até afirmar que dentre os números dos relatórios nacionais a realidade talvez seja mais alarmante.

Trago alguns relatos de campo escritos, o primeiro pela instiga da precariedade de dados em alguns documentos de investigação e o segundo como exemplo de contradições encontradas.

Caso de Gilson, branco, comerciante, pai, com namorada, possuía até alguns funcionários, tinha um carro popular. Foi encontrado morto no porta-malas do seu carro com facadas pelo corpo. Seu inquérito possui quase 300 páginas, com investigações de celulares, inúmeras declarações, etc. Penso que há uma relação com a quantidade de relações que a pessoa possuía em vida e a quantidade de página que terá sua investigação. A precariedade cotidiana da pobreza reduz o número de páginas. Como é o caso de Luciano, morador de vila pobre, com problemas psicológicos, sem pai, possui alguns conhecidos de vista, um livro de poucas páginas, como o inquérito do seu assassinato que provavelmente nunca será elucidado (Diário de Campo de 17 de maio de 2015).

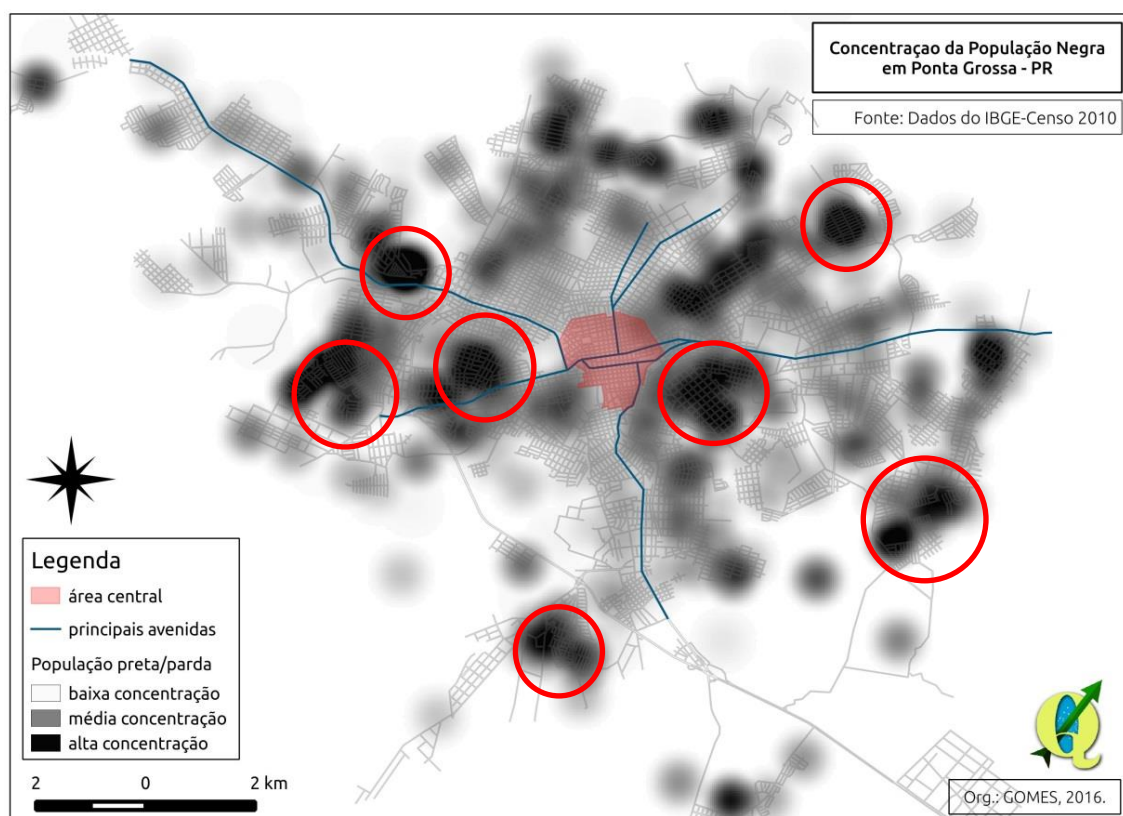
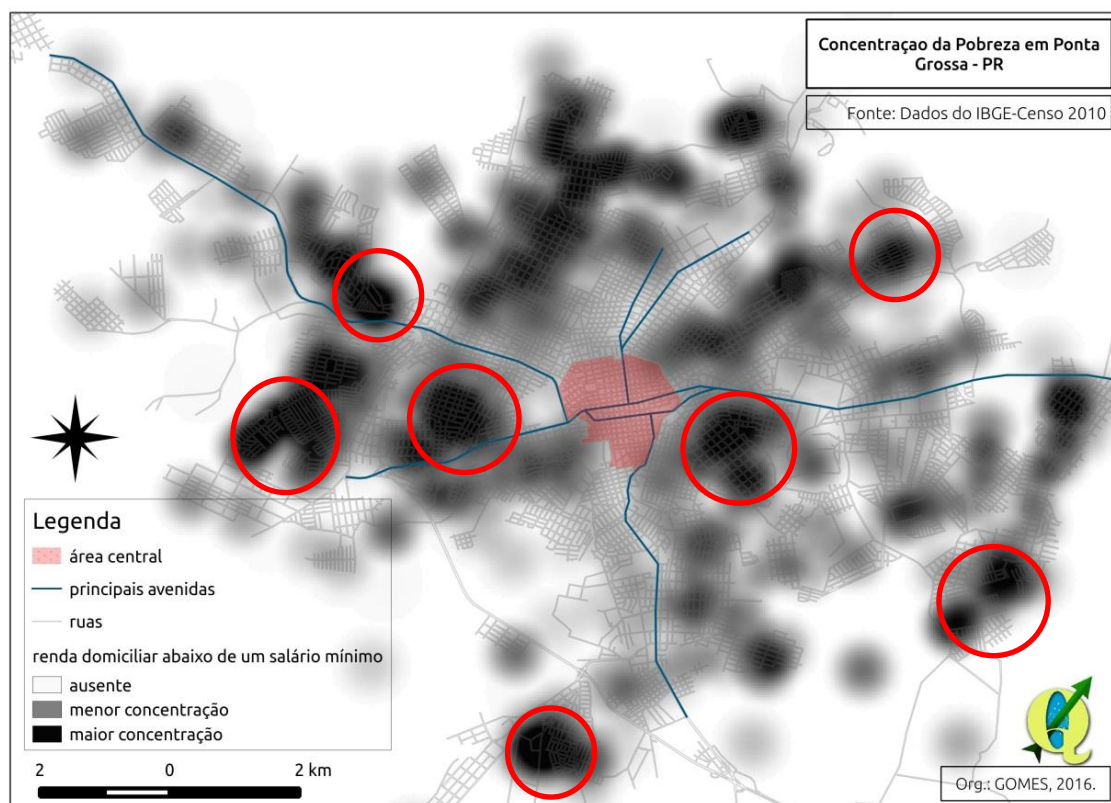
Instalações da 13ª, em mais um dia folheando inquéritos, vendo o caso do Neguim que foi esfaqueado na frente da [...]. Neguim pedia dinheiro no sinal e vivia junto com mais dois compadres e sua convivente. Tinham decidido a não mais roubar e nem usar drogas, segundo seus companheiros declarantes. Seus compadres lhe chamavam de 'Negão'. Em um relatório de apreensão policial descrevia-se a cor da cútis como sendo negra. Vejo sua foto, cabelo,

lábios e cor, um negro. Eis que no laudo do IML, leio, raça/cor: branco. Me pergunto: será que é o cadáver certo? (Diário de Campo, 22 de julho de 2015).

Importante retomar o trabalho de Alves (2013) em seu artigo *From Necropolis to Blackpolis: Necropolitical Governance and Black Spatial Praxis in São Paulo, Brazil*, que se utiliza da noção de Necropolítica de Mbembe (2011) para afirmar que estratégias de governança da necropolítica na capital de São Paulo são produzidas por meio da intersecção de corpos racializados, geografias criminalizadas e práticas de assassinato da polícia. A necropolítica produz topografias da violência no espaço urbano de São Paulo e as cartografias de residência da população negra, de grupos de renda baixa e dos locais dos homicídios são correspondentes. Portanto, a governança necropolítica é sempre geográfica. É nesse sentido que Alves (2013) propõe o conceito de '*Spatial Necropolitics*' com o objetivo justamente de espacializar os mecanismos da morte violenta que vitima adolescentes e jovens negros do sexo masculino, moradores de áreas pobres das cidades médias e grandes brasileiras.

Assim como em São Paulo capital, Ponta Grossa apresenta algumas sobreposições de segregação espacial, interseccionando renda e racialidade. Como estratégia dessa sobreposição de cartografias da segregação, foi elaborado um cartograma sobre renda e sobre raça/cor e colocados em contraste. Para definir a população pobre foi realizado um mapa de calor a partir dos dados sobre domicílio do Censo 2010 - IBGE, selecionando apenas domicílios com renda menor ou igual a um salário mínimo. Para espacializar a população negra, foram somados os declarados 'pretos' e 'pardos'.

Figura 16 – Local de Moradia da População Pobre e População Negra em Ponta Grossa, Paraná



Fonte: Dados de Censo 2010, IBGE.

Ainda que a cartografia da pobreza esteja dissolvida em mais focos, os pontos de maior localização de negros estão em sua maioria sobrepostos às áreas pobres. É possível afirmar, deste modo, que nem toda pobreza é negra, mas, grande parte da população negra reside em áreas pobres. E como expresso na Figura 14 e discutido na seção 3.2 as ocorrências de homicídios estão sobrepostos nos pontos de concentração da população pobre em Ponta Grossa.

3.5 – A continuidade geográfica entre os envolvidos na morte: a situação não oposicional entre autor e vítima

A cartografia da violência homicida é elaborada em diferentes escalas através de dados sobre as vítimas e o conjunto de informações empregadas/sistematizadas em relatórios e pesquisas. Um hiato que se levanta é a articulação com os autores dos homicídios. Ainda que as causas, motivações e elementos transversais aos assassinatos sejam apontados, a ausência de informações sobre os autores devido à baixa taxa de resolução dos crimes impede que sejam feitos relatórios/diagnósticos válidos em grande escala.

Os inquéritos policiais analisados apresentam em sua maioria, informações sobre suspeitos de cometerem o crime. Muitos casos não são solucionados por não conseguirem um conjunto de dados juridicamente válidos. Entretanto, juntamente à leitura de inquéritos a experiência da rotina na delegacia de polícia civil, em conversas com delegados, policiais investigadores, escrivães e estagiários, era evidente que há um circuito de informações de fatos que circulam entre os profissionais e que não está nos documentos. No caso de homicídio é frequente denúncias indiretas e sem registros, em diligências de rua ou conversas não formais, os profissionais da investigação acessam nomes e fatos que constam no inquérito para auxílio da investigação, mas não possui natureza condenatória. É frequente a máxima: ‘a gente sabe quem foi, só não podemos prender por falta de elementos’.

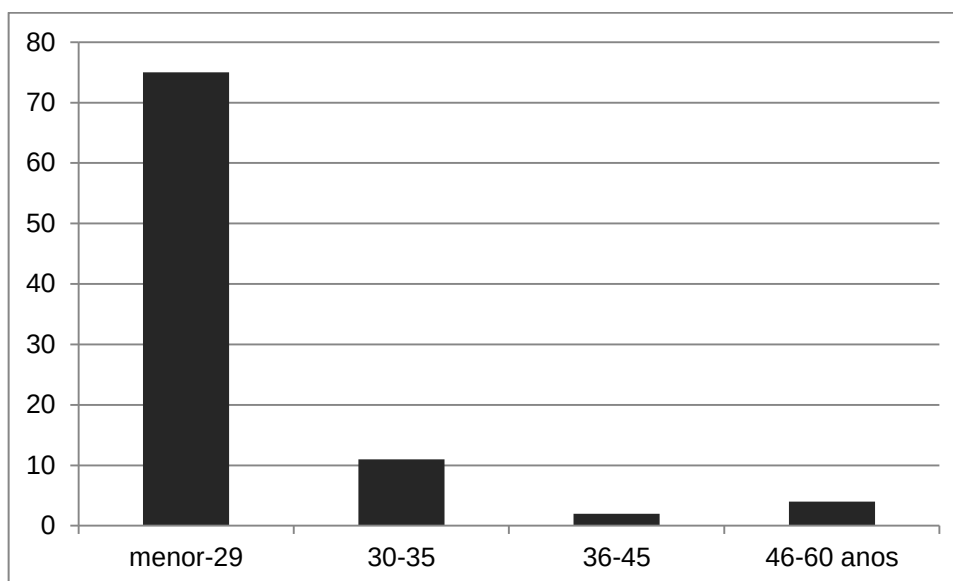
Nesse sentido, no conjunto de dados sobre os autores de homicídio, são consideradas em sua maioria pessoas suspeitas investigadas e uma minoria de indiciados. Entende-se que o perfil investigado não destoa consideravelmente do fenômeno em si. Trata-se de uma estratégia metodológica assumidamente posicionada no limite que significa utilizar narrativas policiais sobre o caso. Toda verdade narrada ou elucidada é antes um exercício de fazer-se verdade. As formas-

de-verdade são um jogo de convencimento enredado por êxitos, interdições e silenciamentos (FOUCAULT, 2003a). Considerando o objetivo da presente pesquisa, no âmbito das ciências sociais, não seria a sentença de um magistrado que daria maior validade, ainda mais relevando a desigualdade penal brasileira discutida no capítulo 2. A validade está no posicionamento dos seus limites.

Do levantamento realizado, chegou-se a um total de 105 autores dentre as 96 vítimas. A diferença se dá pela frequência com que um homicídio é executado por mais de uma pessoa. Do total, 95,2% são do sexo masculino, portanto, ainda mais concentrado do que as vítimas (86,5%).

Considerando a faixa etária a concentração da faixa jovem se agrava acentuadamente.

Gráfico 6 – Idade dos autores indiciados/suspeitos no casos de homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015



Fonte: 13º SDP.

O que chama a atenção é que a pequena parte dessa discrepância se deve à presença de menores de 18 anos envolvidos nas investigações, muitas vezes, assumindo o crime por outros. Ao passo que a maioria dos inquéritos de menores assassinados vai para a Delegacia do Adolescente de Ponta Grossa, lugar que não foi campo dessa pesquisa.

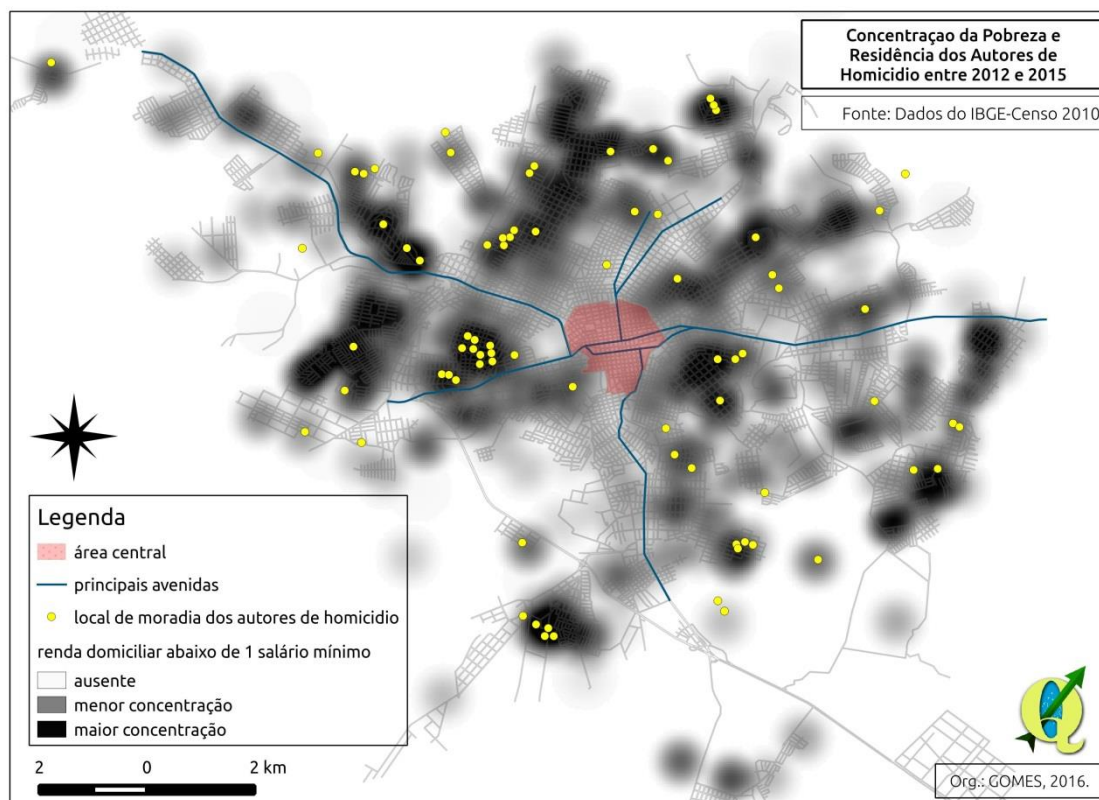
Quando se fala do grande assombro da vitimização crescente da juventude brasileira é possível dizer, através do recorte de análise dos autores, de que essa violência exacerbada nesse período da vida tem tido a eficiência de gerar mais

violência na forma de autoria. Espacialidades violentas tornam-se esse jogo de espelhos onde a gestão de sobrevivência se faz entre matar e/ou morrer.

Considerando a raça/cor descrita no perfil do investigado e obviamente não pelo laudo do Instituto Médico Legal – IML, 55,5% dos autores são brancos, 41,7% pardos e 2,8% pretos. Portanto, dentre 46% de vítimas negras, 44,5% dos autores de assassinato entre 2012 e 2015, eram negros. Um pequeno decréscimo que no mínimo acena para um grupo maior de negros vitimados por brancos que o inverso.

Sobre o local de moradia aproximado dos autores temos a seguinte disposição.

Figura 17 – Local de Moradia dos Autores de Homicídios entre 2012 e 2015 em Ponta Grossa - PR

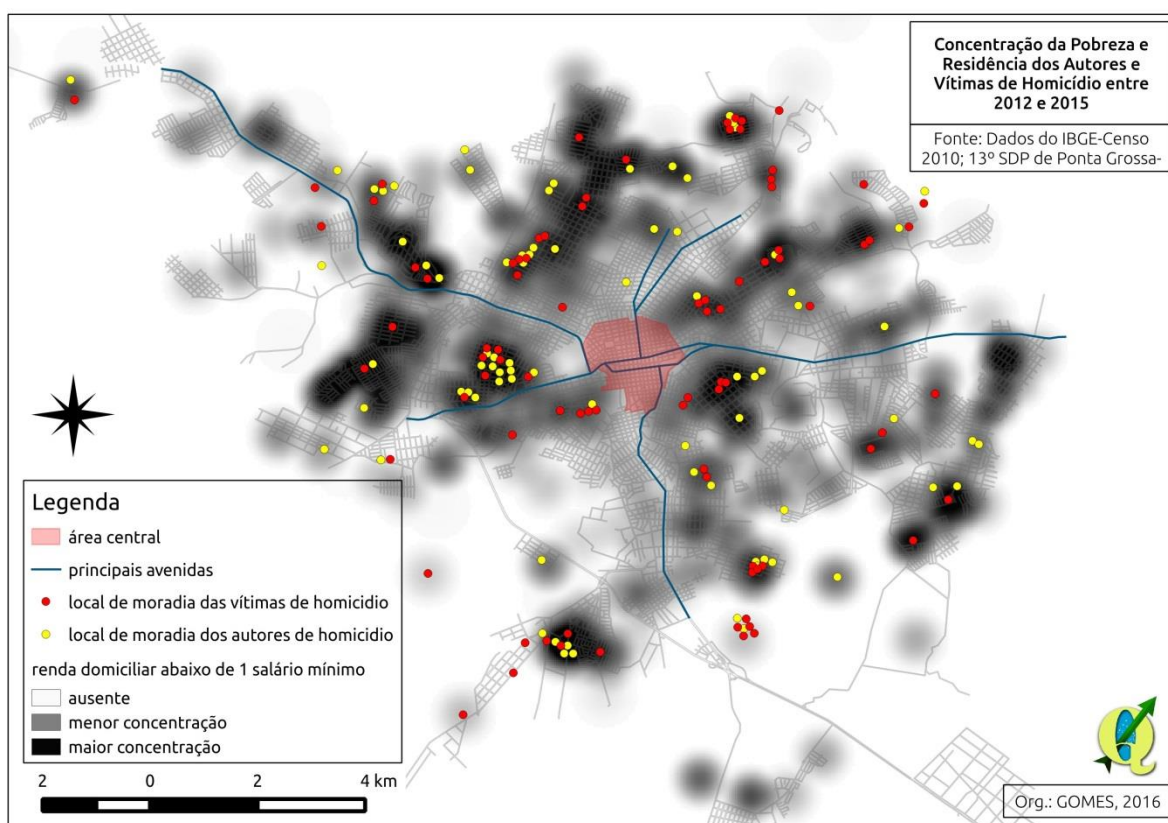


Fonte: 13º SDP.

Maior parte dos autores, assim como as vítimas, possui baixa escolaridade – 1º grau incompleto, e são moradores de áreas pobres. Suas ocupações geralmente são trabalhos temporários como servente-pedreiro, pintor ou desempregado. Grande parte dos suspeitos investigados, assim como as vítimas, é solteiro, considerando apenas que existe mais autores com estado civil: ‘convivente’.

Ressaltadas as diferenças entre as vítimas e os investigados pela autoria, é fato que há uma forte proximidade entre os perfis. Essa proximidade abre uma possibilidade de reflexões que contestam as construções discursivas midiáticas hegemônicas (capítulo 2), assim como a premissa jurídica, de que a vítima e autor estão posicionados em espacialidades oposicionais.

Figura 18 – Local de Moradia da vítima e autor de Homicídios entre 2012 e 2015 em Ponta Grossa - PR



Fonte: 13º SDP.

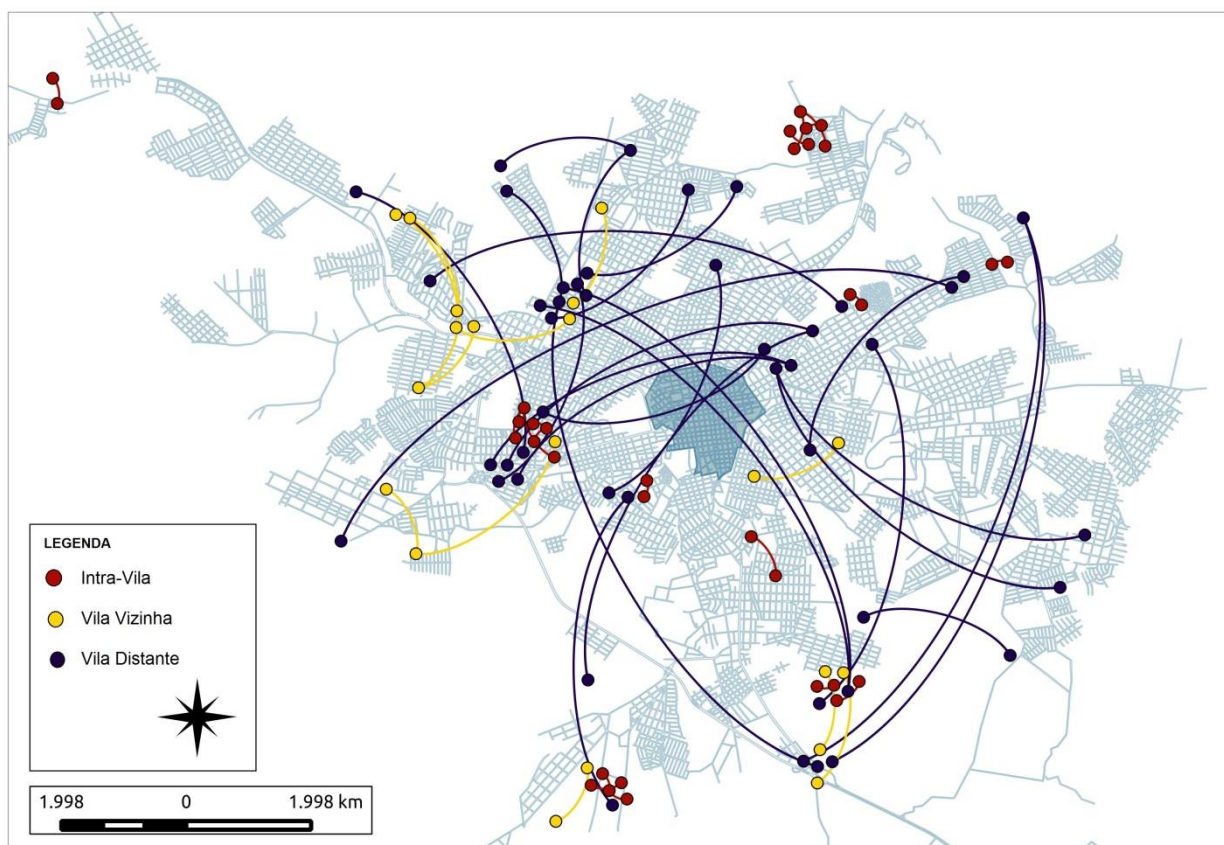
De maneira geral o mapa acima evidencia que os autores residem nas mesmas áreas que as vítimas, áreas estas, configuradas pela concentração da população que possui renda domiciliar abaixo de um salário-mínimo.

É evidente a proximidade local e partilha de contexto social entre vítima e autor. Nesse sentido, na coexistência da espacialidade violenta são elaboradas performatividades masculinas em que a morte violenta é tida como: i. possibilidade real; ii. estratégia discursiva de poder masculino local; iii. dispositivo de cobrança na ilegalidade do tráfico de droga; iv. justicamento num enredo afetivo entre vinganças

e dívidas; v. rejeito da precarização de formas-de-vida, expresso em conflitos confusos e situacionais.

Entretanto, é preciso compreender se essa proximidade de moradia de vítima-autor na Figura 18 reflete na proximidade entre as vítimas e seus respectivos autores. Dessa forma, assim como na Figura 9, foi desenvolvido um grafo espacializado da relação das vítimas e suas respectivas vítimas e definido por três tipos de encontro: i. vítima/autor residiam na mesma vila; ii. vítima/autor residiam em vilas vizinhas; iii. vítima e autor residiam em vilas distantes¹¹⁵.

Figura 19 – Relação entre os locais de moradia dos envolvidos em homicídio em Ponta Grossa, entre 2012 e 2015



Fonte: 13º SDP.

¹¹⁵ O caminho metodológico procedeu da seguinte forma: 'Intra-vila' refere-se à todas as ocorrências que estavam dentro dos limites administrativos expresso em camadas digitais da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa; 'Vila Vizinha' quer dizer relações estabelecidas entre vilas que possuem fronteiras entre si; 'Vila Distante', relações entre vilas que possuem uma ou mais vila como fronteira. A classificação foi elaborada visualmente através de um ambiente de cartografia digital, com o software QuantumGis.

Por frequência entre as relações do Grafo 19, é mais comum o encontro entre vítima/autor de vilas distantes, seguido da mesma vila e por último, vilas vizinhas.

Essa estratégia metodológica possui alguns limites, na medida em que apresenta um número reduzido de residência dos envolvidos, pela dificuldade de ter informações sobre os autores investigados. Outro limite considerável é a restrita validade de informação da residência dos autores, considerando que muitos endereços são registrados por outros atos criminais, correndo grandes chances de estar desatualizado, pela mobilidade em que parte desse grupo social apresenta. Contudo, assumindo essas limitações, a rede de encontros de morte supõe que existe uma frequente mobilidade entre os envolvidos nos assassinatos, bem como, essa mobilidade pode potencializar a agressão – seja situação de uma cobrança de tráfico de droga que transcende a vila ou uma festa. Outro elemento é que há, com frequência, conflitos entre pessoas da mesma vila.

Mediante os diferentes apontamentos trazidos aqui é possível organizar os seguintes argumentos: i. as vítimas dos homicídios são predominantemente homens jovens, moradores de áreas periféricas pobres, baixa escolaridade, solteiros e com trabalhos informais temporários; ii. assim como as vítimas, os autores possuem as mesmas características, acentuando-se ainda mais a concentração do gênero e idade; iii. há uma continuidade espacial – socioeconômica e local, entre a vítima e autor; iv. existe uma sobreposição de três cartografias no espaço urbano de Ponta Grossa: a dispersão espacial da pobreza, da população negra e da população vítima de homicídios.

3.6 – Motivações e transversalidades nos crimes de homicídio e o problema policial

O material empírico acessado articulado às estratégias metodológicas elaboradas produz um conjunto de informações que devem ser posicionadas frente às questões da pesquisa. A leitura de espacialidades de violência homicida através de um segundo filtro na figura de uma instituição de investigação de crimes civis, a Polícia Civil, contribui de uma determinada maneira, mas, possui seus limites¹¹⁶.

¹¹⁶ Conforme, problematizado na seção 1.2.

Documentos policiais de investigação atendem aos modos de operação da própria instituição. Desse modo, os dados sistematizados precisam estar determinantemente posicionados na condição de uma narrativa diversificada por diferentes atores, mas que, sobretudo, está transversalmente influenciada por um olhar jurídico-policial sobre acontecimentos de violência. O documento policial torna-se um filtro pouco translúcido com um objetivo inquisitório. Mesmo dentre os limites que precisam ser pontuados, essa estratégia metodológica possibilita que se obtenham dados gerais sobre os envolvidos e construções discursivas sobre um fenômeno de difícil acesso, acrescentando que o próprio ambiente policial é mais um elemento articulado a espacialidades violentas. Dificilmente um cadáver ou um desaparecido passará sem que seja aberto ao menos um inquérito. A frequência de ocorrências ou o perfil das vítimas e investigados contribuem para que uma determinada espacialidade tenha frequentemente a presença de diferentes formas de um policiamento.

Além de aspectos investigativos da polícia civil o policiamento militarizado possui como prática as rondas preventivas/ostensivas e busca prisões em flagrante. Em territórios específicos das cidades brasileiras há um verdadeiro conflito entre um perfil específico de civis e a polícia. No Diagnóstico dos Homicídios (ENGEL et al. 2017) esse confronto é pensado como uma das macrocausas da violência homicida no país que, ainda que de maneira desigual, tem vitimado tanto a população jovem pobre, geralmente negra quanto policiais.

Conforme problematizado no capítulo 2, mortes decorrentes de intervenção policial tem sido bastante frequentes, inclusive denunciadas internacionalmente¹¹⁷. O número desse tipo de ocorrência já ultrapassou casos de latrocínio no país (CERQUEIRA et al., 2017). É de causar estranhamento pensar que morrem mais pessoas vitimadas por policiais do que por assalto, logo esse um dos crimes tão evocados no assombro coletivo produzido pelas políticas do medo. Há um descompasso entre o controle da criminalidade, que justifica ações de confronto, e a vitimação por latrocínio, sem considerar que dentre as atribuições da polícia não é, pelo menos legalmente, matar.

¹¹⁷ O Brasil foi condenado por demora na investigação, sanção dos responsáveis e execuções extrajudiciais pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo caso Favela Nova Brasília (ENGEL et al., 2017).

Os números de confrontos não possuem uma relação direta com taxas de violência, mas refere-se ao comportamento das polícias nas UF's. Um exemplo é o caso do Paraná que em 2015 esteve em 20º lugar na lista das taxas de homicídio no território brasileiro, entretanto, no mesmo ano, chegou ao 3º lugar das taxas de mortes provenientes de intervenção policial, perdendo somente para o Rio de Janeiro e Bahia, acrescentado que em 2010 o Paraná teve seu pico, em 2º lugar¹¹⁸. Proporcionalmente a polícia paranaense é considerada uma das que mais mata no Brasil¹¹⁹.

Esse fenômeno é de difícil mapeamento (MISSE, 2011). Os problemas de registro são caracterizados muitas vezes por uma ação intencional de ocultamento de evidências bem como de sua inscrição criminal. Como exemplo de problemas de registro, segundo Cerqueira et al. (2017), só em 2015, a segurança pública registrou 3,5 vezes mais mortes decorrentes de intervenções policiais que o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, ao que tudo indica haver muito mais irregularidades que os próprios registros de segurança pública.

No levantamento sobre os casos de Ponta Grossa foram acessados alguns casos categorizados como confronto com a polícia. Mediante a pouca presença de documentos sobre esse tipo de ocorrência não foi possível sistematizá-los. Os casos lidos¹²⁰ apresentavam casos de resistência à apreensão e uso de arma de fogo. Entretanto, assim como em um inquérito de homicídio, um inquérito policial militar pode apresentar contradições, nesse caso privilegiando as narrativas que contribuam com um discurso alinhado a uma ideia de justiça posicionada sobre um estrato social específico.

A investigação científica é um corte na realidade, que cria um conjunto de elementos relacionados entre si sobre determinado fenômeno que é dinâmico. Em muitos casos a volatilização dos acontecimentos é tanta que mudanças determinantes ocorrem simultâneas à própria produção da pesquisa. Tanto os dados de relatórios nacionais como o levantamento realizado em Ponta Grossa, atendem até 2015. Após esse ano, o Brasil exacerbou sua condição de democracia parcial. Diante do golpe institucionalizado organizado por diferentes seguimentos político-

¹¹⁸ O primeiro foi o Rio de Janeiro. As comparações foram elaboradas com dados presentes no Portal Atlas da Violência <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/> data de último acesso 01 de dezembro de 2017.

¹¹⁹ <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/policia-do-parana-mata-mais-do-que-a-de-qualquer-estado-dos-eua-em-2015/> último acesso em 01 de dezembro de 2017.

¹²⁰ 4 inquéritos - Polícia Militar.

econômicos, à semelhança de outros países latino-americanos, o Brasil assistiu um avanço acelerado de pautas legislativas em concordância com um capital financeiro e seus rejeitos políticos expressos em um pensamento economicamente neoliberal e socialmente conservador-excludente.

Zaccone (2015) argumenta veementemente de que a política de segurança pública nacional, especificamente em sua fase antidrogas, não está em crise frente a sua grande letalidade. Toda a ação de violência repressiva desigual representa um projeto de segurança pública concomitante a investimentos na infraestrutura urbana do medo, mercado ilegal de armas, presídios privados e usufruto de uma mão de obra precarizada e continuada pela gestão da pobreza.

Considerando esse contexto atual e dinâmico é imprescindível lembrar a lei 13.491 de 2017, sancionada por Michel Temer, que prevê tratamento especial em relação a crimes dolosos contra a vida. Ao ampliar a jurisdição da Justiça Militar, as alterações afastam a Justiça Comum dos crimes dolosos contra a vida de civis praticada por militares das forças armadas, passando a competência para a Justiça Militar. As alterações foram rechaçadas pela Organização das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos estando em desacordo com a agenda internacional de combate a violência e a impunidade¹²¹. As entidades argumentam que a investigação e julgamento por tribunais militares obstruem uma investigação imparcial por autoridades que estão subordinadas à hierarquia interna às forças de segurança. Essas alterações recentes engrossam o caldo da violência homicida no país; provavelmente as taxas posteriores ao ano de 2015 serão agravadas, alertando, dessa forma para a necessidade de investigação continuada sobre o fenômeno.

Ao evidenciar a posicionalidade dos dados analisados e seus limites, as políticas de segurança pública se mostram inter-relacionadas na continuidade da violência massiva. Considerando os dados dos 86 inquéritos policiais analisados em Ponta Grossa foi possível organizar eixos mais frequentes pelos quais orbitam uma série de características sobre as causas gerais e motivações do crime.

É possível afirmar que o eixo mais frequente da dinâmica dos assassinatos está tramado com a territorialidade do tráfico de drogas e a precariedade das áreas

¹²¹ <http://acnudh.org/pt-br/onu-direitos-humanos-e-cidh-rechacam-de-forma-categorica-o-projeto-de-lei-que-amplia-jurisdicao-de-tribunais-militares-no-brasil/> último acesso em 05 de dezembro de 2017.

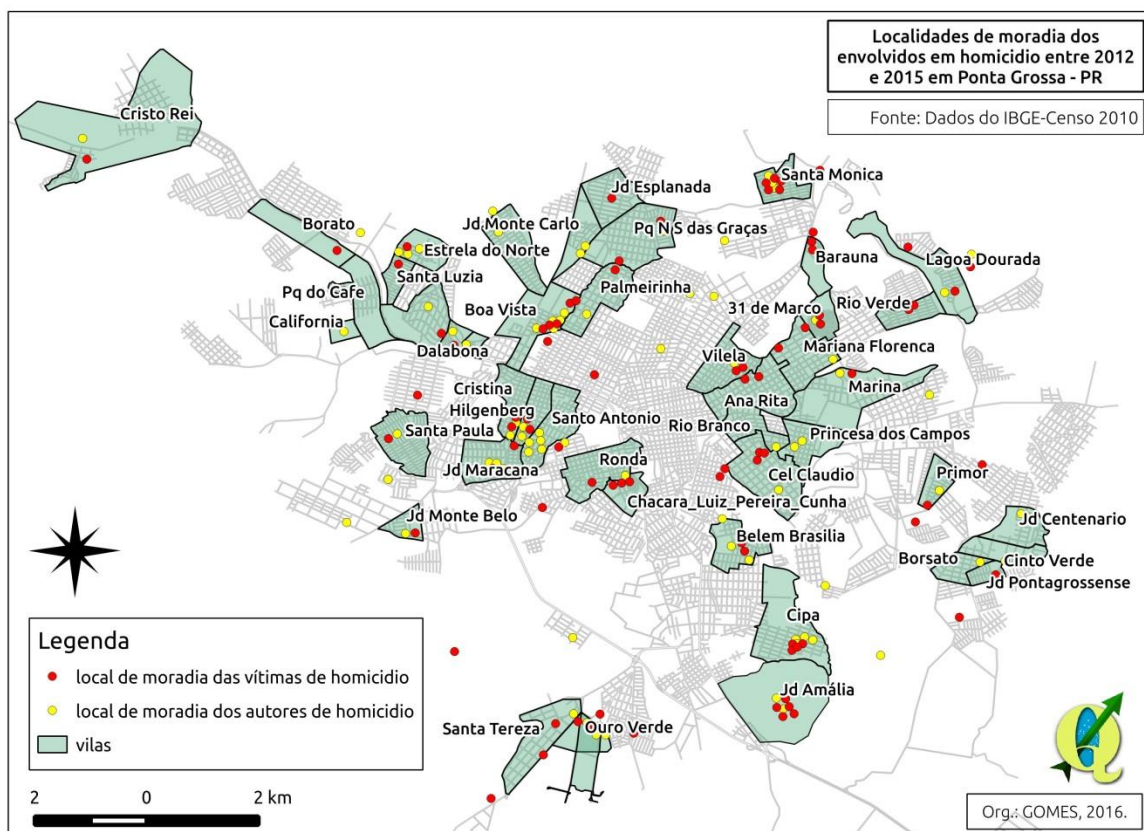
pobres. Esse eixo se manifesta enquanto predominantemente jovem, usuários e/ou traficantes de substâncias ilícitas, envolvidos em mortes efetuadas em carreiros, barracos, becos, através, em sua maioria de arma de fogo.

O segundo eixo mais frequente, são de homens pobres, de uma faixa predominantemente adulta, sob o efeito do álcool, tramados numa rede de desavenças, estórias entrelaçadas, num emaranhado de confrontos e vinganças vinculadas a mulheres, familiares e rede de amigos ou, até mesmo, grupos urbanos identificados com uma vila específica.

As demais motivações são numericamente menos expressivas, como latrocínio ou possuem um arranjo bastante específico com a necessidade de uma abordagem investigativa específica, como é o caso de crimes contra mulheres.

Conforme a Figura 19 evidencia existem alguns padrões geográficos na relação entre as vítimas e autores investigados que tem a ver com esses eixos de padrões da violência homicida em Ponta Grossa. Inclusive, é possível identificar alguns casos evidentes que marcam as vilas da cidade.

Figura 20 – Localidade das moradias dos envolvidos em homicídio em Ponta Grossa e a identificação das Vilas



Fonte: 13º SDP e PMPG.

A Figura 20 acima identifica as principais vilas que concentram os casos de homicídios em Ponta Grossa. Comparando com a Figura 19 que mostra a distância das residências dos envolvidos no crime, chamam atenção os seguintes casos:

- i. Cipa e Santa Mônica, como vilas que possuem forte violência ‘intra-vila’, demonstrando casos de conflitos locais, provenientes de uma rede de desavenças herdadas e que emergem em momentos de sociabilidade, principalmente de final de semana, sob o efeito principalmente do álcool. Mais frequente, entre homens adultos que se utilizam de ferramentas improvisadas, como facão, foice, faca de cozinha, tijolo/pedras, etc. São focos permanentes que inclusive estão presentes nos principais focos do levantamento entre 2010 e 2011, em Gomes (2013);
- ii. Jardim Amália I e II como uma vila de assassinatos mistos entre ‘vilas vizinhas’ e ‘vila distante’. Como dito, a vila está entre os loteamentos recém-entregues a famílias de baixa renda que residiam em áreas

irregulares. Portanto, se caracteriza pelo encontro de pessoas de diferentes áreas da cidade partilhando uma localidade distante do centro e fragmentada de alguns serviços públicos. Isso culmina em conflitos identitários/territoriais entre vilas vizinhas (caso da Cipa, vila mais antiga) e em antigos conflitos de uma rede de relações distribuída em locais distantes¹²²;

- iii. Três diferentes focos: ‘Jardim Maracanã’, ‘Boa Vista’ e ‘Vilela-Ana Rita’ são marcados por encontros conflituosos entre pessoas de vilas ‘distantes’, ou seja, não vizinhas. Esses casos são caracterizados por mortes de arma de fogo que ocorrem por conflitos em sua maioria entre homens jovens. Os corpos são registrados em proximidade de arroios, capões de mato urbano, carreiros, residências (barracos), etc. Esses casos evidenciam forte vínculo à territorialidade do tráfico de drogas, que se utiliza da violência como um dispositivo alternativo de cobrança de uma economia ilegal. Ao mesmo tempo em que concentram áreas varejistas de venda de droga, essas áreas periféricas pobres também atendem a trajetórias de vidas precarizadas, usuários de crack, geralmente morador temporário da rua e com vastos registros de atritos afetivos, econômicos e criminais que atravessam, muitas vezes, as fronteiras da vila de moradia.

Os dados sobre a violência homicida em Ponta Grossa e pesquisas em outras cidades grandes e médias do Brasil (capítulo 3) evidenciam que há pouca dispersão nas dinâmicas de assassinato no urbano. Folhear inquéritos policiais, ainda que não represente todo universo de análise, como buscam os relatórios de saúde e segurança públicas nacionais, se demonstra eficiente na diversificação dos dados. A cartografia da violência toma novos traços, auxiliando inclusive na não homogeneização e simplificação das causas do fenômeno.

Casos de assassinatos estão confinados em áreas periféricas pobres da cidade, mas não quer dizer que sua causa seja a pobreza. Os registros mostram que os envolvidos nas infrações são predominantemente homens entre 15 e 29 anos, o

¹²² Processo semelhante acontece na porção Nordeste do perímetro urbano de Ponta Grossa. Logo acima da vila Lagoa Dourada foram implementados, na sequência, o Residencial Londres (entregue em 2013), Conjunto Residencial Panamá (entregue em 2014) e Residencial Costa Rica I, II e III (entregues entre 2015 e 2016). Inclusive é possível perceber autores investigados e vítima das vilas e região, já presentes na análise entre 2012 e 2015.

que também não diz muita coisa, homens jovens estão distribuídos por toda a cidade e se deslocam, por vezes, sobre as mesmas localidades dos envolvidos em homicídios. Dizer que grande parte dos registros demonstra uma transversalidade do tráfico de drogas ilícitas não quer dizer que a morte violenta seja um desequilíbrio exclusivo dessa atividade econômica ilegal, há uma parcela da sociedade que partilha dessa atividade, desde atividades de lavagem de dinheiro, assistência ilegal no transporte de produtos, venda e distribuição e uso problemático de drogas ilícitas e nem por isso estão envolvidos em espacialidades de violência.

O que se quer dizer é que investigar um fenômeno profundamente comprometido com imaginários geográficos produzidos nas mais improváveis esferas, tem seus desafios. As narrativas midiáticas e penais são elaboradas sob uma perspectiva, no mínimo, distante geograficamente de focos de violência urbana e por si só expõem uma agenda de 'sujeitificação' (LUGONES, 2014) da morte violenta, na forma de uma 'invenção do outro' (CASTRO-GOMEZ, 2005). A geografia dos assassinatos se mostra contraditória se percebida sua complexidade escalar. Pensar essa inter-escalaridade é a contramão da produção de um 'sujeito-causa' da violência.

Dessa forma, o capítulo buscou trabalhar com campos de problematização para os quais o fenômeno aponta de maneira inter-relacionada. Na verdade, sempre partindo do limite do próprio dado. Da territorialização do fenômeno sobre áreas periféricas pobres, para a dinâmica de gênero, raça/cor e idade, para então, a desconstrução da oposição vítima/autor e, por fim, seu vínculo com o drama das drogas ilícitas. Essas afirmações conduzem para a compreensão de espacialidades violentas como reflexo e condição da relação perversa entre esses campos de problema.

Mas, ainda que se tenham escalas, enquanto dispositivo que arranjam de maneira rígida essa 'coerência' fatalmente seletiva, existem alguns elementos cimentantes e conectores desse arranjo escalar que deve escapar as estatísticas de cadáveres e aos textos judiciais de investigação. A necessidade de contrapor com a construção de um 'sujeito-causa', ou mesmo, 'causa unívoca' da violência, leva a necessidade de buscar a heterogeneidade e as contradições dos indivíduos que compõem essas espacialidades. Nesse sentido, os capítulos 4 e 5 seguinte produz uma cartografia, dessa vez, dos afetos, das performatividades, dos discursos e corporalidades produzidas através dessas espacialidades.

IV- 'AMADURECIMENTO' DA MASCULINIDADE, ESPAÇOS DE DROGRADICÇÃO E OS AFETOS DA 'QUEBRADA'

*é uma cova grande pra tua carne pouca...
mas estarás mais ancho que estavas no mundo*
(Chico Buarque de Holanda)

O presente capítulo está organizado de maneira a compreender de que forma os jovens homens envolvidos com a violência homicida instituem suas masculinidades e refletir sobre como as necropolíticas espaciais estão presente nessa relação. Dessa forma, a investigação se empenhou em compreender o cotidiano de jovens homens que de alguma maneira possuem proximidade com as espacialidades de violência presentes na cidade de Ponta Grossa. Com o objetivo de compreender o fenômeno da violência homicida a partir de sua efetivação interestelar, foram organizados dois grupos de entrevistas. O primeiro refere-se a adolescentes homens, residentes de periferias pobres e com envolvimento com as drogas ilícitas, este orientando todo o presente capítulo. O segundo grupo representa as entrevistas feitas com homens jovens que possuem envolvimento direto na efetivação de assassinatos, este sendo analisado no capítulo 5.

Esses dois grupos portam-se como duas escalas de análise do fenômeno, possibilitando inclusive a operacionalização do posicionamento teórico da tese. A pesquisa assume que toda subjetividade e performatividade de gênero está sempre em construção (FOUCAULT, 2000; BUTLER, 2000) e ao mesmo tempo se ancora na concepção de um espaço relacional e aberto a outras possibilidades (MASSEY, 2008). Outro posicionamento central é de que as necropolíticas espaciais (ALVES, 2011) possuem uma eficiência multi-escalar que precisa levado em conta na análise. Compreender dois grupos de jovens homens que se posicionam de maneira diferenciada nas espacialidades de violência, possibilita com que a análise seja dinamizada. A compreensão da violência homicida ganha movimento ao pensar sobre pessoas com idades diferentes e principalmente agenciamentos entre masculinidade e violência diferenciados.

O capítulo é estruturado através da análise de 15 entrevistas semiestruturadas realizadas com meninos internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro em Ponta Grossa. As entrevistas foram orientadas por um roteiro (Anexo 1) e sistematizadas a partir da metodologia descrita na seção 1.3. O capítulo está organizado em duas seções. A primeira seção se destina a

apresentar e contextualizar o grupo entrevistados, bem como elaborar um panorama geral sobre o corpo total de entrevista sistematizado. Depois de criar um contexto de posicionalidades referente aos adolescentes em tratamento das drogas, é organizado no Grafo 3 as principais Categorias Temáticas que compõe a fala dos meninos e exposta a maneira como relacionam-se entre si. Posteriormente, a segunda seção é conduzida pela análise das espacialidades discursivas e a relação entre os personagens presentes e as Categorias Evocativas que compõem as espacialidades.

Foram organizadas sete espacialidades evidentes e pertinentes às questões da pesquisa. Respectivamente em ordem de frequência: 'vila', 'caminhada', 'família', 'correria', 'corpo', 'cena louca' e 'fervo'. Cada espacialidade discursiva é pensada de maneira interativa entre elas e ressaltada as relações mais evidentes e frequentes, ao mesmo tempo em que são destacadas as contradições emblemáticas.

A 'vila' se apresentou como a espacialidade discursiva mais frequente que organiza a maior parte da interação entre as Categorias Evocativas. A 'vila' é marcada pela interação entre atos de agressão e ameaça e a instituição da masculinidade na sociabilidade entre jovens. Também é marcada pelo acesso à espaços de drogadicção, através das quais são partilhadas histórias de assassinios e violência policial. A 'caminhada' evoca o campo de reflexões sobre a própria trajetória de vida. Expressa o vínculo do grupo com trajetórias de criminalidade e consumo de drogas ilícitas ao mesmo tempo em que são reafirmadas as afecções e privilégios da identidade assumida. A 'família' organiza as relações entre familiares, na casa ou entre pessoas com quem partilham moradia e está dividida entre evocações de bom convívio e a assimilação de condutas de agressividade a partir de referenciais de figuras masculinas.

Sobre as estratégias de convívio e gestão da própria vida, a 'correria' surge como o campo por onde concentram os caminhos de arrecadação de recursos para consumo da fruição compartilhada entre os pares identitários, seja na forma de compra de bebida alcoólica e drogas ilícitas, como no acesso a espaços de festa. Nesse campo de tensionamento entre táticas e fruições o 'corpo' emerge para organizar esse movimento de expansão e contração. Expansão através das possíveis conexões com uso de droga, sensações e atos de criminalidade e a contração pelo próprio risco e agressão que a corporalidade é submetida. Por fim, surgem a 'cena louca' e o 'fervo', ainda que de maneira mais periférica as referidas

espacialidades discursivas são responsáveis por posicionar casos de agressões, ameaças e morte violenta.

O capítulo é conduzido pela dinâmica da sistematização das entrevistas, articulando os grafos das espacialidades, as citações representativas e a argumentação e problematização das interações entre pessoas, objetos, lugares e condutas. Contudo, além da síntese apresentada aqui para cada espacialidade discursiva, o capítulo é organizado de maneira a criar um caminho de análise orbitando a questão sobre as necropolíticas espaciais interferem na instituição das masculinidades elaboradas por adolescentes homens que possuem relativa proximidade com espacialidades de violência homicida.

4.1 – Fluxo de vida e os espaços de violência vivenciados por adolescentes pobres com envolvimento com as drogas

Conforme o capítulo 3, os assassinatos em Ponta Grossa acontecem em sua maioria pelo encontro de homens jovens conectados socioeconomicamente, com trajetórias espaciais sobrepostas, ou melhor, agenciadas, e frequentemente estão tramadas nas relações masculinas de poder da territorialidade do tráfico de drogas ilícitas. A tendência estatística é de que a violência homicida se torne cada vez mais jovem e, conforme evidenciado no capítulo 3, os autores de assassinatos possuem em média, menor idade que a vítima.

Diversos autores se empenham a compreender de maneira interseccional as identidades de jovens ligados a práticas criminais e performatividades violentas (LANGEANG, 2008; SANDERS, 2011; AITKEN, 2012; CHIMIN JUNIOR, 2011; ROSSI, 2010; ROCHA, 2014; GOMES, 2013). Brown (2011) afirma que a juventude é marcada por construções identitárias atravessadas por uma ‘aspiração’. A orientação afetiva por ‘tornar-se’ mediante seus grupos identitários é composta por uma relação intergeracional (VALENTINE, 2003) que estipulam parâmetros e possibilidades de ‘vir-a-ser’.

As espacialidades de violência corporal continuada expressam o encontro de indivíduos com uma trajetória de vida carregada de contradições e através desse emaranhado de trajetórias são elaboradas outras trajetórias. Como uma rede comunicacional ancorada em parâmetros identitários, afetivos e estéticos, não só a violência efetuada, aquela que agride/lacera o corpo, mas a violência ‘aspirada’,

comunicada, narrada, ameaçada pode ser um primeiro caminho para a naturalização da violência de sangue. Contudo, a violência, principalmente homicida, não é um caminho unilateral ou uma voz unívoca que se justifica a si mesma, para ser praticada em ato, ela exige que esteja agenciada em outros elementos que a tomem enquanto alternativa comunicacional.

Nesse contexto de ‘aspirações’ e latências, onde práticas violentas estão sendo negociadas e balanceadas, é que adolescentes que vivenciam espacialidades de violência corporal organizam suas vidas. É através do cotidiano desses indivíduos que, ora orbitam, ora se distanciam e ora praticam atos de agressões, que é possível compreender os diferentes prismas dessa violência continuada e seletiva, mapeada no capítulo 3.

Adolescentes do sexo masculino que residem em áreas periféricas pobres e que possuem algum envolvimento com as drogas possuem proximidade espacial com morte violenta (GOMES, 2013). Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com adolescentes internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes de Ponta Grossa, principal instituição de tratamento que atende a população jovem do município¹²³. Como descrito no capítulo 1, o local foi tomado como estratégia operacional de acesso ao grupo descrito. Utilizando-se do Roteiro de Entrevistas (Anexo 1) foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas¹²⁴ com internos que se dispuseram a conversar¹²⁵. Todos os entrevistados são residentes da cidade de Ponta Grossa, a maioria nasceu no município¹²⁶ e apresentam as seguintes idades.

¹²³ A instituição recebe apenas homens com idade inferior a 18 anos, dessa forma, a maioria dos internos é adolescente (15-18 anos), podendo ter meninos abaixo de 15 anos. É argumentado que a instituição atende grande parte da população jovem (15-29 anos) com relação problemática com as drogas e residentes no município de Ponta Grossa, pelo fato de ser a única no município que atende a menores de idade e também porque as demais instituições que atendem homens maiores de 18 anos frequentemente se concentram em adultos, principalmente com relação problemática com bebida alcoólica.

¹²⁴ Entrevistas semiestruturadas são caracterizadas pela utilização que questões abertas como guias. Ou seja, o entrevistador orienta o entrevistado para as questões-tema que precisam ser atendidas sem interferir na construção discursiva do entrevistado.

¹²⁵ Diferentemente das entrevistas com os internos do Cense (capítulo 5), as entrevistas na Comunidade Terapêutica foram realizadas com pessoas voluntárias. Foi realizada uma conversa anterior com todos os internos, apresentando os objetivos da pesquisa e aqueles que sentissem a liberdade de contribuir com a pesquisa poderiam realizá-la. Todas as entrevistas gravadas registram o consentimento e autorização dos adolescentes mediante seu anonimato e além dessa autorização individual existe a autorização da Juíza da Vara da Infância e Juventude (Anexo 2 e 3) e da Direção da Instituição de tratamento.

¹²⁶ Foi realizada uma entrevista com um menino que reside no Município de Ortigueira, mas está cumprindo medida socioeducativa na Instituição. Embora diversos episódios narrados estão

Tabela 2 – Entrevistados na Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro em Ponta Grossa - PR¹²⁷

Nome¹²⁸	Idade	Vila de Moradia	Drogas usadas
Ekê	13	Leila Maria	tabaco ¹²⁹ ; maconha; álcool.
Acaé	13	Itapoá	maconha; cocaína.
Açu	14	Santa Luzia	maconha.
Gangu	15	Monte Carlos	maconha; cocaína; crack; álcool.
Sauim	15	Borato	maconha; crack.
Anú	16	Pimentel	maconha.
Pitú	16	Ouro Verde	maconha; cocaína; crack; álcool.
Sagüi	16	Palmeirinha	tabaco; maconha.
Pirá	17	Ouro Verde	tabaco; maconha; cocaína; crack.
Araci	17	Santa Paula	tabaco; maconha; cabral ¹³⁰ .
Gabirola	17	Coronel Cláudio	tabaco; álcool; maconha; cocaína; crack.
Embu	17	Vila Liane	tabaco; maconha; crack.
Gaibim	17	Esplanada	maconha; cabral; cocaína; crack.
Etá	17	Parque Nossa Senhora das Graças	álcool.
Arapuca	18	Vila Isabel	tabaco; maconha; cocaína; álcool.

Organizado pelo Autor.

Os internos da Comunidade Terapêutica são impossibilitados de sair até que finalizem o tempo de tratamento ou sejam beneficiados pelo comportamento, com visitas à família. Dessa forma, eles continuam as atividades escolares dentro da própria instituição. Todos os entrevistados estão cursando a Educação para Jovens e Adultos –EJA e apresentam pelo menos um ano de atraso na idade escolar.

As ‘drogas usadas’ da Tabela 2 acima foram registradas de acordo com que os meninos apontam ser sua relação com as drogas. O questionamento (Anexo 1), na verdade, pedia para que eles contassem como foi a sua relação com as drogas antes de chegar à instituição de tratamento. Naturalmente os entrevistados

alinhados às práticas dos demais entrevistados, a referida entrevista não foi utilizada na sistematização de Categorias Evocativas.

¹²⁷ As entrevistas foram realizadas em dois momentos, 8 entrevistas em junho de 2015 e 8 entrevistas em novembro de 2015. Todas elas foram realizadas em uma sala das dependências da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro.

¹²⁸ Os nomes fictícios são termos da língua Tupi-Guarani falada por diferentes povos originários da América do Sul.

¹²⁹ Tabaco está registrado na fala dos entrevistados enquanto ‘cigarro’. Cigarro é a designação comum para cigarro de tabaco, entretanto, é feita a distinção por existir outros cigarros, como maconha ou cabral.

¹³⁰ Cigarro com mesclado de maconha e crack.

apontavam as substâncias que julgavam problemáticas ou simplesmente reconheciam enquanto ‘droga’. Esse reconhecimento oscilante está presente nas substâncias ‘álcool’ e ‘tabaco’. A presença ou não delas nas narrativas se deve muito mais a um reconhecimento enquanto uso problemático do que um registro de uso. Ou seja, não quer dizer que a ausência desses elementos registre um não uso, mas antes, um não reconhecimento.

Considerando a média geral das substâncias reconhecidas como problemáticas pelos meninos, a centralidade se faz na quase unanimidade da ‘maconha’ e a centralidade do ‘crack’, seguido da ‘cocaína’ e ‘tabaco’. As dispersões são os casos de uso só de ‘maconha’ (2 casos) ou só de ‘álcool’ (1 caso)¹³¹. O uso problemático somente da maconha ou bebida alcoólica é a minoria nos casos de internamento na Instituição e geralmente possuem uma trajetória de vida distinta em alguns acessos a práticas criminais. Assim como ‘álcool’ e ‘tabaco’ habitam uma zona relativa no reconhecimento da substância enquanto ‘droga’, a ‘maconha’ também habita uma zona relativa do seu reconhecimento enquanto uma relação problemática, ainda que seja uma ‘droga’. Essa afirmação se ancora na frequência em que os meninos apontavam outra droga, que não a maconha, enquanto o motivo para um ‘vício’ e seus elementos valorativos como ‘desandar’, ‘cair’ ou ‘afundar’ nas drogas.

Primeira vez fumei maconha e já gostei da pira, né, daí já fumei de novo e novo, daí fui indo pro pó e cheirava e cheirava e cheirava e a maconha nem o pó tava fazendo mais efeito daí pulei pro crack, daí no crack fiquei dois anos e meio sofrendo, roubando, vendendo (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

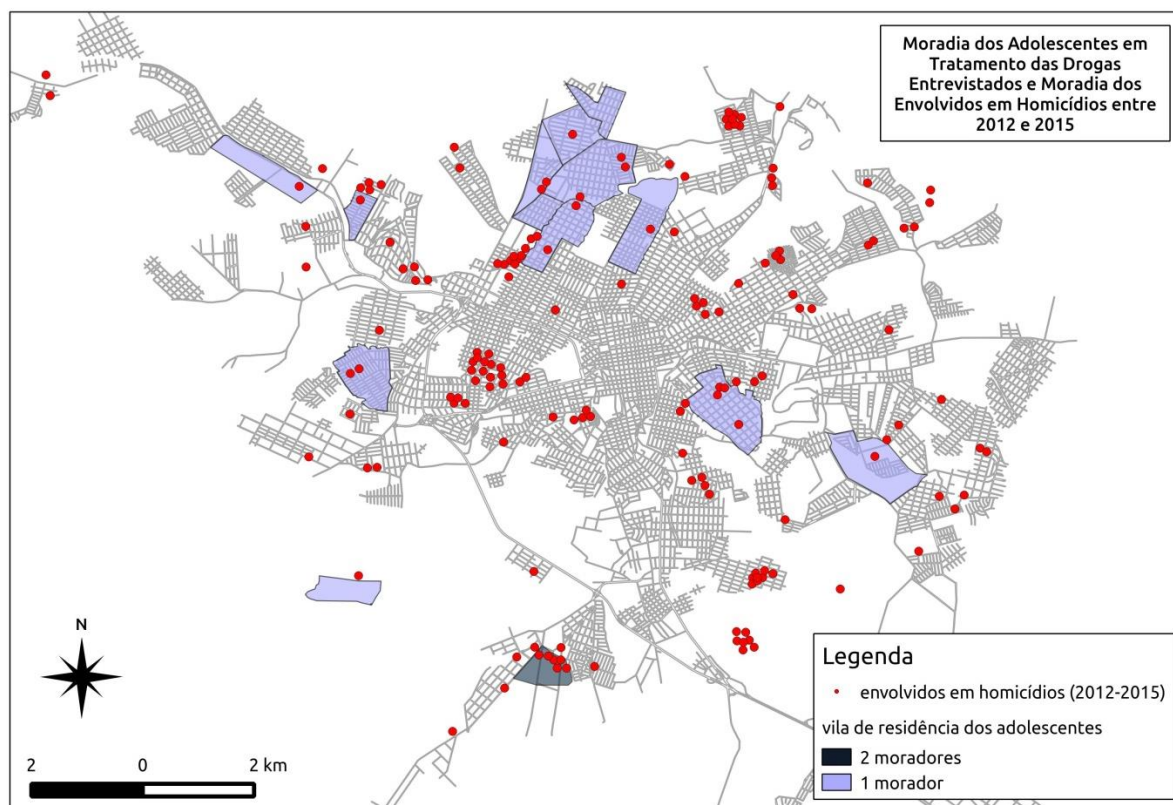
Comecei pela maconha, depois cheirei crack [cocaína], depois os gole, por fim, caí na pedra [crack], daí eu não tinha mais jeito né, eu morava na rua, passava fome, só por deus mesmo (Pitú, entrevista, junho de 2015).

¹³¹ Entretanto, os casos de dispersão, ou seja, adolescentes do sexo masculino que afirmaram ter somente problemas apenas com ‘maconha’ ou ‘álcool’, estão na sistematização do total das entrevistas por dois motivos principais: i. Um dos objetivos da pesquisa é justamente buscar as contradições e especificidades que ocorrem através das espacialidades de violência em seus aspectos mais permanentes/centrais e instáveis/periféricos; ii. Mesmo que indivíduos posicionados mais instáveis/periféricos em determinados aspectos do grupo, como a rede inter-relacional que cada droga ilícita/lícita possibilita, eles partilham de outras trajetórias espaciais centrais entre o grupo, como a performatividade masculina ancorada numa comunicação agressiva.

A maconha habita a zona relativa de definição da função prejudicial no contexto de vício e práticas criminais como estão problematizadas na seção a seguir. O Arapuça inclusive estabeleceu uma reflexão sobre sua identidade e a percepção que a sociedade tinha de si, “ah, alguns falavam, bandido, maconheiro, era mais maconha... sendo que nem é a das piores né” (Arapuca, novembro, 2015). Já o crack é sempre posicionado como um elemento conector de vício e condutas criminais, como roubo e assalto. Entretanto, o que a sistematização evidencia é que essa conexão não se faz particularmente no nível bioquímico de seus efeitos, mas, no conjunto de conexões no nível social, consequentemente, espacial que a substância está agenciada.

As áreas de moradia dos meninos entrevistados são caracterizadas por presença de grupos de renda baixa e possuem proximidade parcial com os focos de violência homicida em Ponta Grossa.

Figura 21 – Moradia dos adolescentes entrevistados e a moradia dos envolvidos em homicídio em Ponta Grossa



Organizado pelo Autor.

Fontes: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 13ª SubDivisão da Polícia Civil de Ponta Grossa, Paraná.

A Figura 21 acima demonstra que a maioria das vilas delimitadas de moradia dos meninos entrevistados possuem pelo menos uma vítima ou autor investigado dos casos de homicídio analisados entre 2012 e 2015. Com exceção das vilas Leila Maria, Isabel e a vila na porção sudoeste da malha urbana de Ponta Grossa que corresponde ao Jardim Itapoá, mas que apresenta uma vítima de assassinato na vila contígua, Jardim Athenas. Não se trata de uma relação inequívoca, entretanto, a proximidade geográfica entre adolescentes com uso problemático de drogas ilícitas e homens envolvidos em homicídios, se estabelece, pelo menos, a partir das vilas em que residem.

A Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SENAD, do Ministério da Justiça, é responsável por implementar a Política Nacional sobre Drogas – PNAD e juntamente à Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ organizou a Pesquisa Nacional sobre o Crack (BASTOS e BERTONI, 2014) através de um levantamento amostral etnográfico nacional o perfil do usuário do crack. Apesar do

fenômeno se mostrar dinâmico a pesquisa evidencia que os usuários de crack no Brasil são em sua maioria homens (78,8%) jovens entre 18 a 24 anos, entretanto, afirmam que essa média etária possui grande margem de erro pelo levantamento tratar apenas de pessoas com idade superior a 18 anos.

Dentre os usuários, a maioria se declara 'não branco' (79,1%), solteiro e apresentam baixa escolaridade, sendo que apenas 16% da amostra haviam cursado ou concluído o ensino médio. Outro aspecto definido é para a moradia dos usuários de crack. O levantamento aponta que 40% das pessoas estão em situação de rua, contudo, esse número cai para 21,5% se forem considerados municípios que não são capitais (BASTOS e BERTONI, 2014). Portanto, há uma correspondência do perfil nacional descrito com os adolescentes entrevistados. Considerando ainda que, segundo Bastos e Bertoni (2014), o perfil nas cidades que não são capitais tende a ser mais jovem.

Como descrito na seção 1.3, as entrevistas transcritas foram sistematizadas de maneira a compreender a maneira como esse grupo social está vinculado às espacialidades de violência homicida e através dela instituem suas masculinidades. Com o objetivo de vincular o corpo textual das entrevistas às questões da pesquisa, juntamente a um mapeamento de contextualização, foi elaborado um Grafo (Grafo 3) que expressa quais são as Categorias Temáticas atendidas pela sistematização das entrevistas.

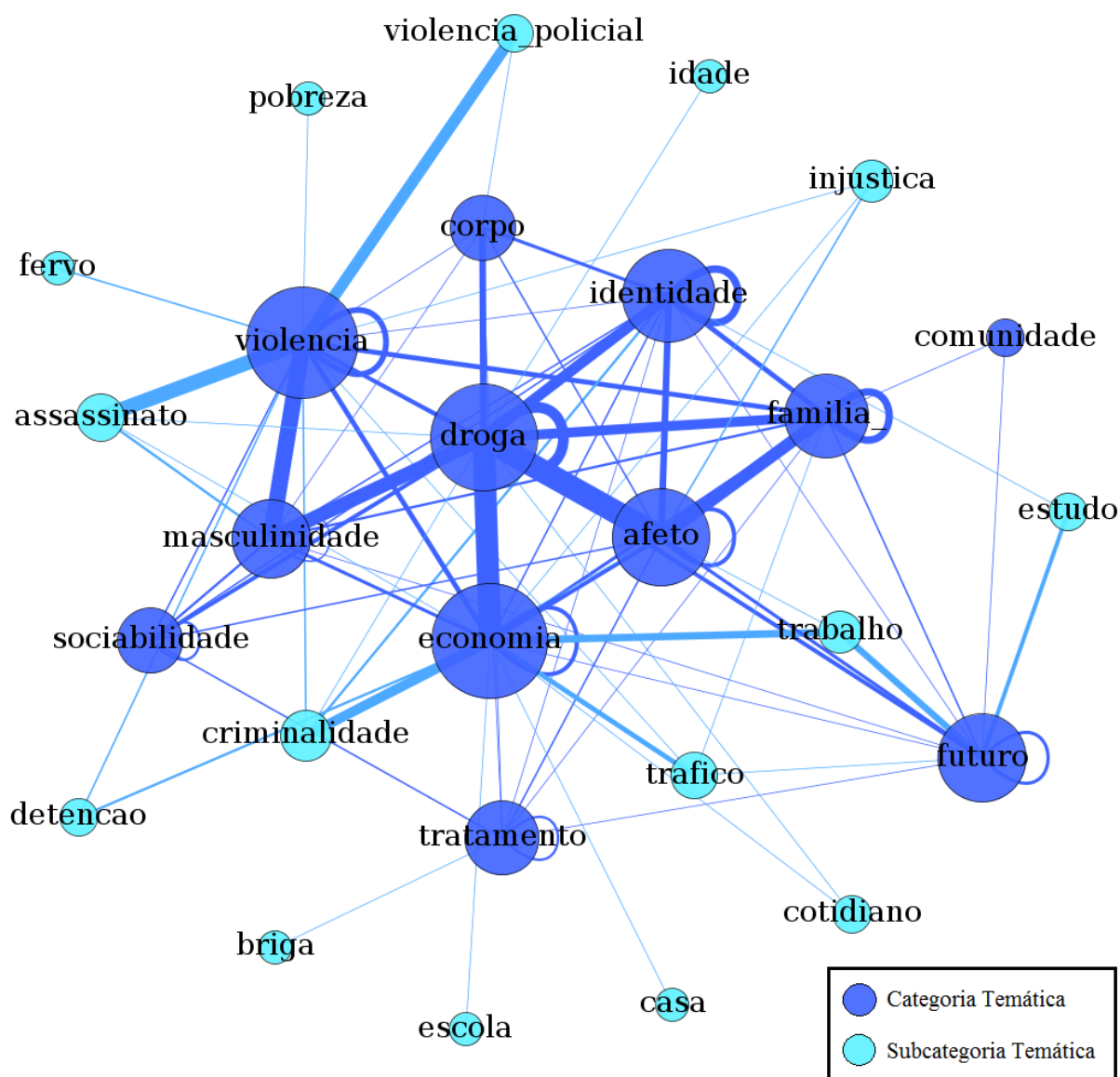
As Categorias Temáticas são campos temáticos aos quais estão vinculadas as Categorias Evocativas. Essas foram organizadas a partir da interpretação de uma evocação no contexto semântico da fala do entrevistado e estipuladas conforme o conjunto de evocações do corpo de entrevistas. Da mesma maneira, as Subcategorias Temáticas foram organizadas num patamar mais específico, atendendo a elementos presentes dentro de uma Categoria Temática.

A partir da linguagem em Grafo dessas informações é possível evidenciar quais são os campos temáticos mais frequentemente atendidos, elucidando assim a maneira em que o corpo de entrevistas está problematizado (seção 1.3), a partir das espacialidades e os personagens presentes no cotidiano dos adolescentes, expressas nas Categorias Evocativas. Outro elemento interessante expresso no Grafo 3 é a sua relação com as Subcategorias Temáticas e as demais Categorias Temáticas. Essa rede relacional auxilia na compreensão de um fenômeno espacial inter-relacional, onde cada agente e/ou prática acontece através de agenciamentos

(LEGG, 2009; ANDERSON et al, 2012;). Ou seja, um signo, um corpo, uma palavra são resultantes de um encontro, de uma intersecção, o entrelace de trajetórias e forças que possibilitam algo ser dito e visto (DELEUZE, 2008). Nesse emaranhado de feixes significantes, ou melhor, em uma *assemblage* (ANDERSON, 2012; GOMES, 2013) existe o espaço para contradições e sobreposições. Em um espaço não 'substancialista', uma palavra só designa a si mesma enquanto uma coerência negociada e um equilíbrio temporário. Torna-se compreensível, dessa forma, que uma narrativa de 'violência' também seja de 'justiça', por mais desafiador que possa parecer essa coextensão.

As entrevistas com os meninos na Comunidade Terapêutica estão organizadas da seguinte maneira.

Grafo 3 – Categorias Temáticas e Sub-categorias temáticas presentes no discurso dos adolescentes em tratamento de drogas¹³²



Organizado pelo Autor.

Fonte: 15 entrevistas realizadas com meninos internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, de Ponta Grossa, Paraná.

O Grafo 3 acima auxilia num mapeamento contextual do corpo textual das entrevistas e dele podemos afirmar algumas relações que apontam caminhos de compreensão. A primeira evidência se faz sobre a frequência dos campos temáticos

¹³² Existem arestas que saem de um nó e retornam para o mesmo nó, formando um *looping*, como pode ser percebido no Grafo 3. Esse *looping* se deve ao fato da mesma Categoria Evocativa ser categorizada somente em uma Categoria Temática, portanto, para contabilizar a frequência desses casos é formada a relação entre o mesmo nó, assim, é possível perceber a exclusividade de uma Categoria Temática. De acordo com a espessura da aresta em *looping*, comparada com as demais relações, se percebe um comportamento mais fechado ou não de uma Categoria Temática.

que foram evocados no encontro entre o roteiro, entrevistador e o entrevistado. As Categorias Temáticas mais frequentes são ‘violência’ e ‘economia’, isso se deve à natureza dos questionamentos e à maneira aberta com que os entrevistados formulavam sua fala. A ‘economia’ se refere a toda gestão da vida, um cuidado consigo que não se refere somente a questões monetárias, mas, a matriz do termo, referindo-se às estratégias/táticas empreendidas pelo sujeito na organização do seu cotidiano, seja na sua mobilidade, renda, consumo, reflexões sobre a trajetória de vida, etc. A escolha por um roteiro de entrevista (Anexo 1) que desse maior autonomia para o indivíduo refletir sobre sua vida em vez de responder atividades pré-estabelecidas possibilitou uma maior reflexão, inclusive, na forma de autoexame sobre os elementos motivadores das suas próprias práticas. Nesse sentido, ‘afeto’, ‘futuro’, ‘criminalidade’, ‘tráfico’, consumo de ‘droga’ estão fortemente presentes nas reflexões sobre a economia da vida desses sujeitos, da mesma forma em que espacialidades como ‘caminhada’ referindo-se a autorreflexão sobre a vida está problematizada na seção a seguir. Como é manifesto nas questões da pesquisa, ‘violência’ é o elemento central da investigação, devido a maior provocação investigativa. A ‘violência’ torna-se naturalmente mais frequente e está fortemente vinculada com ‘masculinidade’. As narrativas sobre ‘violência’ demonstraram-se vinculadas à ‘violência policial’, ‘assassinato’, ‘pobreza’, ‘fervo’¹³³, mas, em maioria, ao refletir sobre a ‘violência’, esta possui em si elementos da construção da ‘masculinidade’.

Ainda que haja Categorias Temáticas mais frequentes é possível perceber claramente a centralidade da ‘droga’¹³⁴ na construção discursiva dos entrevistados. Narrativas sobre espacialidades de drogadicção estão emaranhadas numa rede de episódios de ‘violência’, na ‘economia’ da vida, na construção da ‘masculinidade’ e da ‘identidade’, em reflexões sobre o próprio ‘corpo’ e sua ‘família’. Mas, o aspecto mais marcante a ser pensado é o seu maior vínculo, o ‘afeto’. O termo designa um

¹³³ ‘Fervo’, na linguagem dos entrevistados se refere à festa, atividades de fruição social, seja organizada previamente ou invocada a partir de um grupo de pessoas que partilham do consumo de alguma substância psicotrópica. Geralmente algo animado, festivo, bagunçado e por vezes conflituoso. Efetuado geralmente à noite e/ou finais de semana.

¹³⁴ A Categoria Temática ‘droga’ é ao mesmo tempo a categoria com maior número de relações com outras categorias e maior relação em *looping*. As Categorias Evocativas que pertencem somente a Categoria Temática ‘droga’ são frequentes pelo fato da temática ser tomada de detalhes. É naturalmente frequente em uma entrevista em uma instituição de tratamento de drogas que os entrevistados se detenham a falar sobre detalhes de consumos, curiosidades sobre as substâncias consumidas, momentos esses que evocam somente aspectos sobre ‘droga’.

conjunto de emoções, mas também elementos de afecção que aumentem ou restrinjam a potência de ação e relação dos adolescentes entrevistados. Nesses moldes, a 'droga' evoca um elemento central na 'economia afetiva' (AITKEN, 2012) dos adolescentes que se apresentam consideravelmente ligados à 'família', conforme Grafo 3.

Inclusive, outro aspecto evidente, é que a 'identidade' presente nas entrevistas está sobreposta à 'família', ao 'afeto', ao 'corpo' e mais fortemente à 'droga'. A instituição identitária está fortemente vinculada às espacialidades de drogadicção, bem como a construção das 'masculinidades' é permeada pela drogadicção e pela 'violência'. Portanto, a construção de uma identidade masculina para o grupo social em questão precisa ser pensada de maneira interseccional às espacialidades de drogadicção e de violência.

Alguns aspectos periféricos pela sua frequência no Grafo 3 se tornam importante pela sua simples aparição. Em suas enunciações, os entrevistados fizeram constantes narrativas em que estavam marcadamente presentes o 'corpo'. As evocações sobre o 'corpo' figuram o contato e assimilação das drogas, bem como a experiência de mudança/fugacidade, sob um 'corpo' precário e agredido. Do mesmo modo, há a presença da Subcategoria Temática 'violência policial'. Essa subcategoria foi elaborada pela necessidade de pontuar um tipo de violência corporal, mas com desdobramentos emotivo/afetivos, praticada por agentes policiais, utilizando-se das mais diferentes formas de agressão.

Os aspectos evidentes no Grafo 3 auxiliam no mapeamento contextual do corpo geral das entrevistas, mas não só. As intersecções e sobreposições pontuadas aqui dão indícios da complexidade do cotidiano da juventude masculina que partilha de espaços de uso de drogas, que estão vez ou outra vinculados à territorialidade do narcotráfico e vivenciam espacialidades violentas. Esses indícios são fortalecidos com a compreensão das espacialidades vivenciadas pelo grupo e as práticas e personagens que compõem essas espacialidades.

4.2 – Espacialidades da violência no cotidiano de adolescentes homens com envolvimento com as drogas

Toda experiência organizada em uma narrativa de entrevista sugere uma sucessão de sensações internalizadas. Entretanto, a experiência é antes uma

multiplicidade fértil das coisas e relações que interagem e se associam entre si constantemente (MASSEY, 2008). A possibilidade do encontro e das relações é própria da dimensão espacial. “Qualquer noção de sociabilidade em sua forma mais frugal, simples multiplicidade, subentende uma dimensão de espacialidade” (MASSEY, 2008, p.266). O espaço implica um reconhecimento de coexistência e é através do qual existe um autoposicionamento no mundo, segundo Massey (2008), um tipo de imaginação corporificada se faz mediante outros corpos e é constitutiva das sociabilidades em que vivemos. Uma espacialidade acontece e continua acontecendo mediante suas coexistências relacionais; essas inter-relações, que se definem coetaneamente, manifesta suas coextensões.

Assim como em imagens, vídeos, *flânerie*¹³⁵, etc, em uma trajetória discursiva é possível organizar as espacialidades reconhecidas pelo grupo. Essas espacialidades discursivas assumem um campo relacional do cotidiano narrado, através do qual as práticas, afetos, signos e personagens são posicionados. Através delas é possível compreender como são empreendidas as trajetórias de vida, principalmente em seu vínculo com práticas de violência corporal continuada que estão engendradas nas mais diferentes motivações.

Como descrito na seção 1.3, através da sistematização das entrevistas dos adolescentes da Comunidade Terapêutica, foram organizadas espacialidades discursivas como estratégia metodológica de compreensão da construção de masculinidades e seu vínculo com práticas de violência. A partir das Categorias Evocativas organizadas das evocações presentes nas entrevistas, foi possível identificar espacialidades discursivas evidentes que foram vinculadas a cada Categoria Evocativa, juntamente à identificação de ‘Outros’, ou seja, qualquer personagem presente na evocação (Figura 6). Esse vínculo relacional possibilita a elaboração de Grafos que expressem a frequência de cada Categoria Evocativa em cada Espacialidade, bem como posicionam as relações estabelecidas entre elas e os ‘outros’ evocados. De um total de 341 Categorias Evocativas, foram organizadas 14 espacialidades¹³⁶ e, dentre essas, 7 serão problematizadas considerando sua

¹³⁵ Termo francês para o ato de vaguear, passear de maneira errante, prática caminhante a deriva. Comumente utilizado em textos geográficos inspirados pelos escritos do francês Guy Debord e o conterrâneo Charles Baudelaire.

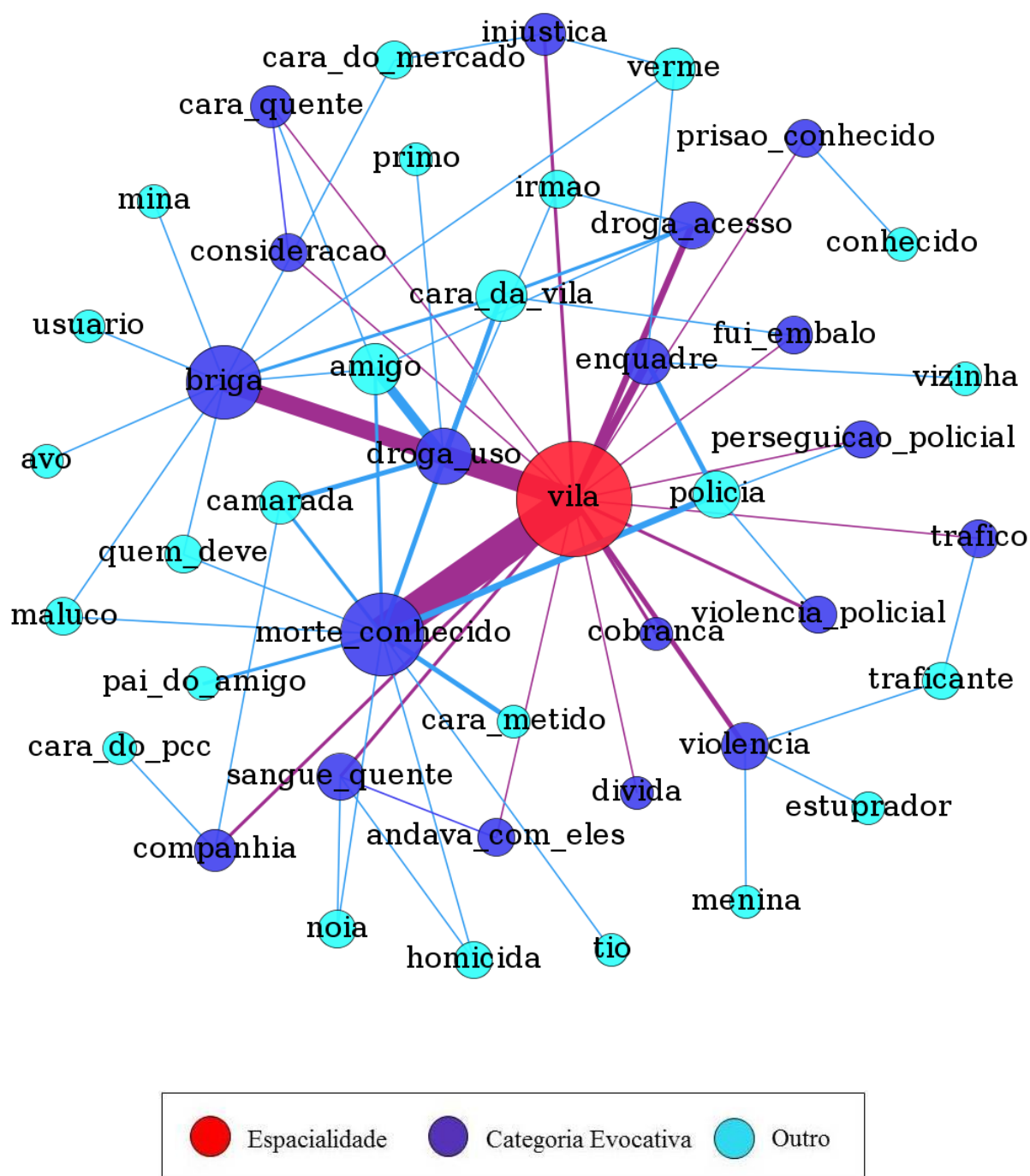
¹³⁶ As espacialidades estão listadas em ordem de frequência: ‘vila’ (16,2%); ‘caminhada’ (16,2%); ‘família’ (13,3%); ‘correria’ (12,7%); ‘futuro’ (8,2%); ‘rua’ (7%); ‘corpo’ (4,1%); ‘cena louca’ (4,1%); ‘tráfico’ (3,8%); ‘comunidade’ (3,8%); ‘fervo’ (3,2%); ‘quebrada’ (1,2%); ‘identidade’ (0,9%); ‘detenção’ (0,9%). Os demais 4,4% são dispersos.

centralidade através da frequência e do alinhamento com as questões de pesquisa¹³⁷. São elas: 'vila', 'caminhada', 'família', 'correria', 'corpo', 'cena louca' e 'fervo'.

¹³⁷ A espacialidade 'rua' não está problematizada no texto por ela consideravelmente restrita de informações. A rede de relações evocativas se restringiu a poucas categorias, as quais foram contempladas pelas outras espacialidades discursivas organizadas.

As espacialidades 'futuro' e 'comunidade' foram retiradas por não atenderem aos objetivos da pesquisa. 'Futuro' até é interessante enquanto um elemento presente na articulação da identidade e afeto, entretanto, agrega muitos elementos sobre esperanças construídas no espaço da instituição de tratamento. Da mesma forma a 'comunidade' se refere a espacialidade da instituição a qual estão vivendo e onde foram elaboradas as entrevistas, mesmo que não seja alvo das questões a espacialidade presentemente vivenciada é comumente evocada, como um espaço de referência para a reflexão sobre a trajetória de vida. As espacialidades 'quebrada', 'tráfico', 'identidade' e 'detenção' se mostraram dispersas e não se configuraram enquanto uma espacialidade eficaz na categorização das entrevistas, por sua pouca frequência.

Grafo 4 – Relações na espacialidade discursiva da Vila¹³⁸



Organizado pelo Autor.

Fonte: 15 entrevistas realizadas com meninos internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, de Ponta Grossa, Paraná.

¹³⁸ Termos escritos como: 'uso_droga', 'fui_embalo', em vez de 'uso de droga' e 'fui no embalo', estão dessa forma devido as características do *software* utilizado. Como o Gephi organiza os grafos a partir do formato Comma-separated Values (.csv) que armazena planilhas em formato de texto, o formato exige alguns cuidados de caracteres. Espaço e acentuações podem causar erros de leitura. Entretanto, toda vez que citado no texto será adaptado para escrita correta.

A espacialidade da 'vila' se refere a relações estabelecidas em seu local de convívio mais próximo, que abrange a área de moradia e seu entorno, mas não se restringe a ela. Como uma espacialidade evocada pelos adolescentes, a 'vila' é tomada por elementos de experiências de uma memória imediata, mas também remete a um fluxo de vida pelo qual se estabelece uma indistinção entre reflexões sobre 'quem sou' e o que me rodeia. Na 'vila' o *self* é por definição relacional, lá na vila 'se é assim', 'somos assim'. Espacialidade identitária da proximidade social, onde partilham atividades, problemas e histórias. Apesar de uma homogeneidade de fácil digestão, a 'vila' também traz encontros de diferentes 'histórias-até-agora', há sempre um novo elemento, uma nova trajetória remodelando ou reiterando seus códigos.

O Grafo 4 demonstra algumas tendências relacionais que constituem a 'vila'. De maneira geral o conjunto da relação entre as Categorias Evocativas e os Outros na 'vila' se mostrou bastante diversificado na presença de personagens e com presença simultânea em mais de uma Categoria. Outros comportamentos possíveis de organizar são campos de evocação, especificamente 4 campos possíveis de abranger todo o diagrama evocativo da 'vila'. Primeiro o campo mais central da morte; seguido de atos de violência, em terceiro a espacialidade da droga e por fim um segmento específico da violência derivada da figura policial. A partir desses 4 campos evocativos estão organizados os feixes de relações e tensionamentos da cartografia da 'vila'.

A Categoria Evocativa mais frequente é a 'morte de conhecido' que figura toda narrativa sobre a morte de alguém próximo, seja em sociabilidade ou na rede de história presente na 'vila'. Sobre elas, as personagens presentes demonstram duas características mais evidentes. A primeira característica é a figura masculina: 'cara metido', 'pai do amigo', 'maluco'. E outro aspecto é a adjetivação por proximidade ou não, de um lado o 'camarada' e 'amigo' e de outro o 'nóia'¹³⁹.

não, conhecia de vista assim, mas não envolvia. Sei lá, esses assim, os chamados nóias né, eu não me envolvia muito, não curtia muito,

¹³⁹ 'Nóia' na linguagem dos adolescentes entrevistados refere-se àqueles a quem julgam viciados em alguma substância psicoativa, especialmente o crack. Indivíduos de conduta restrita, precarizados e que organizam boa parte da sua vida na dependência do consumo de crack.

porque daí via os cara tudo com a pedra (Arapuca, entrevista, novembro de 2015).¹⁴⁰

ah nós... eu fico louco se um cara me chamar de nóia (Sauim, entrevista, junho de 2015).

ah, andava com os cara louco, os cara do pcc, um camarada meu (Gangu, entrevista, junho de 2015).

Tudo sozinho, nunca precisei de ninguém. Só quando é coisa grande, daí a gente chamava um amigo, lá da minha vila, tem os outros do centro (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

As trajetórias de vida dos adolescentes são elaboradas de maneira constitutiva com os episódios, grupelhos e pares identitários presentes na 'vila'. Através de um fluxo de vida, referências, provocações e condutas vão sendo assimiladas de acordo com a trama espacial vivenciada e a economia afetiva que esses encontros possibilitam. A presença da morte violenta é narrada com frequência na 'vila'. Seja por estórias que vagueiam, estórias de testemunhos ou até o próprio ato testemunhado e vivenciado pelo entrevistado; é na 'vila', esse campo de relações cotidianas, que um conhecido é contado morto de maneira violenta.

não, só um que foi morto, jogaram na linha, deram umas facada nele e jogaram em baixo do trem. Por causa de droga acho, algum dos cara tava devendo dinheiro, daí não sei também (Embu, entrevista, novembro de 2015).

conhece alguém que morreu?] ah já. ah foi um que a polícia matou ali em olarias. Troca de tiro (Gabirola, entrevista, novembro de 2015).

não, tem uns amigo meu também, tem o Gilbert um amigo meu que tá morto, ele trabalhava na [...], ele discutiu com outro cara lá, um caminhoneiro lá conhecido atropelou ele com o caminhão. Tem o falecido Leandrinho, um amigo meu também, morto no ano passado, tem o Gilceu irmão dele, eu conhecia ele. Daí tem uns outros perdido aí também. Esses por motivo nada a ver (Arapuca, entrevista, novembro de 2015).

¹⁴⁰ Todas as entrevistas transcritas atendem aos acordos de autorização de acesso aos entrevistados e gravação da fala. Dessa forma, todos os nomes de pessoas, lugares específicos (exceto nome de vilas) ou pontos que possam identificar alguém foram trocados por nomes fictícios.

A proximidade primeira sobre a localidade de moradia e casos de assassinato evidenciada na Grafo 4 se reflete no convívio dos adolescentes com assassinatos, que acontece ao menos através de mortes entre conhecidos ou histórias que circulam nas narrativas locais. A 'vila' expressa essa espacialidade de convívio de assassinatos que não está somente em noticiário de televisão e internet. Mais do que isso, como exposto no Grafo 4 e nas transcrições acima, as vítimas e autores são pessoas próximas.

Saber sobre um assassinato é diferente de conhecer quem matou ou morreu, ainda mais estar presente fisicamente ou socialmente. Considerando que existem casos de testemunhos diretos de assassinatos, também há aqueles casos em que não estão necessariamente presentes no ato, entretanto, partilham da trama que antecipava o confronto, mediante valores de justiça, merecimentos, falhas de gestão da economia, dívidas, etc. A maior proximidade com as mortes violentas estão mais bem organizadas no Grafo 9 sobre a 'Cena Louca' problematizada a seguir.

O segundo campo evocativo possível de ser organizado são aqueles sobre atos de violência, centralizado na Categoria Evocativa 'briga'. A Categoria, assim como a própria espacialidade da 'vila' apresenta uma diversidade de personagens presentes em episódios de brigas que, diferente de casos de morte violenta, os adolescentes sempre se posicionam enquanto agentes ativos do ato. As 'brigas' figuram atos de conflito corporal em que o próprio entrevistado empreendeu ou foi submetido. Uma característica também sobreposta é a figura masculina, 'cara da vila', engendrada em elementos de uma economia contingente como 'quem deve' e vinculada à espacialidade das drogas, 'usuário'. Isso demonstra uma gestão da dívida de uma economia vinculada às drogas.

A territorialidade do tráfico de drogas ancora sua face violenta em vilas periféricas pobres em Ponta Grossa; essa, por sua vez, é composta por uma rede de amizades e cumplicidades de venda e consumo de drogas, juntamente à exigência de cobranças alternativas que exigem a violência discursiva, por ameaças, e corporal, por agressões e mortes (GOMES, 2013). Nesse sentido, os episódios de 'brigas' posicionam comportamentos e atos agressivos como uma tática, quase espontânea, por vezes necessária, de uma gestão das dívidas cotidianas presentes em relacionamentos entre os 'cara da vila'.

Só quando era alguma dívida, quando alguém deve um pro outro. Quando uma pessoa que usa droga, fica devendo pro traficante, as vezes o cara vai lá e mata o cara né ou deixa o cara em estado grave, é assim que funciona (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

Já, já ficaram devendo, daí cobrei feio. Mas tamo aí pra recuperar os pecado (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

Já, já fiz. Ah, tinha que acelerar a mente e fazer o cara pagar, se não pagar tem que dar uns pancadão no cara. Só que daí o cara pagou, pagou o que ele me devia (Araci, novembro de 2015).

Entretanto, na espacialidade da 'vila' é possível complexificar a violência, a distanciando de um organicismo homogeneizante dos indivíduos que a reproduzem. Somente a forma de organização das relações de uma economia informal não dá conta de expressar a continuidade da violência homicida. Episódios de 'brigas' e agressões acontecem por outras dívidas, ou melhor, as dívidas podem até ter algum elemento monetário, mas não se restringia só às finanças particulares.

As 'brigas' emergem sobre contextos difusos, evocando redes de desentendimentos e estórias nebulosas. O caso é que os episódios expressam muito mais uma motivação afetiva, entre aquilo que deve ser feito e aceito como um atributo que a própria conduta masculina exige, do que um ato reflexivo, com causas organizadas cognitivamente, as quais exigem uma atitude limite.

já, uma delas ainda levei uma pedrada bem no saco, lá no santa maria. Os cara foram encrencar com um maluquinho perto da igreja e acabaram se pegando (Araci, entrevista, novembro de 2015).

antes de eu vir pra cá, tinha um cara que tava querendo matar um amigo meu, daí eu peguei e falei pra ele que eu ia. Os dois vieram, tavam em dois, só que os piá era, um pouquinho maior que eu só, e o outro já era bem maior, tinha vinte ano, daí já foi e me empurrou assim, daí ele pegou e correu e eu fiquei né, eu tava bêbado, daí eu fui descer a escada e bati a cabeça, do jeito que eu bati a cabeça já senti alguém dando soco na minha cara (Acaé, entrevista, junho de 2015).

No outro dia encontrei um sozinho, daí eu peguei e mostrei a cara, eu tinha machucado, tava roxo aqui assim, daí peguei e bati nele, daí depois veio os amigo dele e queriam bater em mim, daí eu contei como que foi o negócio, daí eles pegaram e falaram: ah, não beleza, só vou pegar o amigo teu, vou matar, daí pegaram mesmo, não sei se

mataram ou não, não fiquei sabendo, depois que eu vim pra cá (Acaé, entrevista, junho de 2015).

A violência corporal é contingencial de uma maneira continuada de relacionamento. E como descrito acima, muitas vezes, as confusões são efetuadas sob uma neblina psicoativa. O efeito da bebida alcoólica reflete em suas narrativas como um elemento de desorientação dos episódios, implicando inclusive na dificuldade de explicar seus por quês.

Outra característica dos atos de violência corporal é sua proximidade com o primeiro campo evocativo, que é a presença da morte. Ainda que assassinatos possam ser evocados apenas por estórias, a morte é um elemento discursivo presente em atos de violência.

Daí prometeu de morte, só ele, só que vê o cara todo dia na rua e não tá fazendo nada pra mim, só que um dia ele tentou me dar uma pedrada. Só que daí tava eu e um amigo meu, pegou bem aqui em cima do meu amigo, ficou bravo saiu dando na cabeça dele e daí ele saiu correndo. Daí nunca mais vi ele, daí outro dia vi o cara (Acaé, entrevista, junho de 2015).

Como expressei nessa e nas transcrições anteriores, a morte à espreita está presente discursivamente. Portanto, a 'vila', nesse sentido, se distancia de um lugar de refúgio e pertencimento. Ainda que expresse elementos de espontaneidade e coextensões identitárias na trajetória de vida dos adolescentes moradores de periferias pobres e violentas, a 'vila' também convida para um alerta, uma gestão da sociabilidade que possui entre os seus enlances a ameaça de morte¹⁴¹.

O terceiro campo evocativo no qual se orientam as relações do Grafo 4 é sobre droga. As Categorias Evocativas 'uso de droga', 'acesso à droga' e 'fui no embalo' concentram narrativas sobre espacialidades de droga. O acesso à droga, desde sua experimentação e oferta, como o uso em espaços específicos, são elementos próprios da 'vila'.

¹⁴¹ Atos de violência e morte violenta estão presentes na 'vila' e precisam ser problematizadas enquanto um elemento evidente dessa espacialidade, entretanto, ela está mais bem analisada na espacialidade 'cena louca'.

ah, tipo assim, comecei a usar dos 12 anos. usava maconha e pó só. Naonde que eu usava? na vila, com uns cara [...] Eu fui nos embalo, falar a verdade (Acaé, entrevista, junho de 2015).

Não faltou nada, mas daí a gente tá ali, daí os cara começam a usar droga perto da gente, a gente usa a droga né. O pessoal aí, vem aquele cheiro daí pá. O cara, veja aí pra você ver como é bom, daí já era (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

comecei com os dez. Ah, foi difícil, de parar, até chegar onde cheguei. usava na boa vista, dom bosco. Fumava pedra, maconha, cocaína, gole, só isso (Gangu, entrevista, junho de 2015).

eu trabalhava e já pegava quinze grama já pra mim, pra uso meu, as vezes fumava com os amigos, as vezes eu fumava sozinho, as vezes eu e meus primo, ficava lá eu e meus primo, uns primo e uns amigo meu só. Era difícil eu fumar com os outros assim, as vezes quando descia na casa da minha irmã, tinha uns amigo meu, nós fumava. Mas nunca precisei negar nada pra eu sustentar meu vício, eu que sustentava meu vício (Araci, entrevista, novembro de 2015).

comecei andando com má companhia, andava com uns piá, daí depois fui andando com os outros, daí eu já conheci a maconha. Daí da maconha pensei que não ia dar nada eu fui indo em outras, daí na hora que eu fui ver, eu já tava perdido já (Pitú, entrevista, junho de 2015).

O acesso e uso de substâncias psicoativas encontram na ‘vila’ um campo de sociabilidades, “de quebrada em quebrada”¹⁴², cada esquina tinha um fumando. Daí eu já era conhecido lá, eles me chamavam e eu ia fumar” (Pitú, 2015). Os espaços de consumo, em sua maioria estão atrelados a sociabilidade masculina. Conforme Arapuça “era sempre com amigos, amigos assim, se reunia e começava tomar um gole, fumava um baseado, tava nas minhas rodinha, as vezes sozinho, trabalhando” (Arapuca, 2015). Entretanto, a individualidade é evocada enquanto um elemento de mérito pela conquista de uma independência econômica, aspectos que estão evidenciados na espacialidade da ‘correria’ (Grafo 7).

Outro elemento próximo às drogas presente na ‘vila’ é a figura policial.

Me pegou com droga, outro policial pegou eu com droga. Eu tava ficando com uma guria da escola e eles tavam lá todo dia na frente da

¹⁴² ‘Quebrada’ na linguagem dos adolescentes designa a ‘vila’ de moradia. O termo é marcado por elementos identitários que agregam valores da periferia pobre e se organiza como uma lugaridade da marginalidade.

escola e eles falavam que eu tava traficando, daí os piá também falaram que eu tava traficando, mas nunca acharam eu com droga (Gangu, entrevista, junho de 2015).

A violência policial surge como o quarto campo evocativo evidente na ‘vila’, onde estão presentes Categorias Evocativas como ‘violência policial’, ‘perseguição policial’, ‘enquadre’¹⁴³ e ‘injustiça’ (Grafo 4). Casos mais efetivos de ‘violência policial’, no sentido corporal e psicológico, surgem na espacialidade da ‘correria’ e ‘cena louca’ que descrevem conflitos com a polícia mediante atos criminais empreendidos pelos adolescentes. Contudo, a presença rotineira da figura policial, no contexto de inter-relações da ‘vila’, sublinha alguns aspectos de poder e sociais em que a área de moradia desse grupo social está envolvida.

já, todo dia, direto tomando batida da polícia e nunca acharam eu com droga. E isso que esse policial [...] não gosta de mim (Gangu, entrevista, junho de 2015).

Só uma enquadra que eu levei até agora. Nem quero levar, né? Batida rotineira, por causa q os caras tinham roubado um celular, daí eu tava com a blusa igual, mas só uma vez também, ainda bem, mas já vi gente apanhar de polícia, presenciei já (Gaibim, entrevista, novembro de 2015).

Os relatos expressam, num primeiro caso, a rotina de batidas policiais e em segundo, a banalização da prática, se considerado seus equívocos e riscos frente a normalidade que o ato representa. A proximidade com casos de intervenções policiais no cotidiano vivenciado pelos adolescentes envolvidos com drogas e residentes de áreas periféricas pobres e violentas produz uma familiaridade localizada. Ou seja, atos que podem ser vistos como invasivos e contra os direitos civis são reiterados, por insistente repetição, a ponto de naturalizá-lo através de determinado território – localizado e discursivo. Foucault (2009) afirma que a dominação das relações de poder encontra seu maior êxito, não na repressão, mas na espontaneidade. Pode-se de dizer que um passo anterior ao poder autorregulador seria o próprio empenho pela naturalização da dominação. Assim

¹⁴³ ‘Enquadre’, ‘enquadra’, ‘enquadrar’ na linguagem dos adolescentes entrevistados designa o ato de intervenção policial, também é utilizado o termo ‘batida’, ‘batida policial’. Geralmente com o objetivo de buscar algum ato criminal em flagrante, atender alguma denúncia ou intervir em comportamentos considerados suspeitos pelos policiais, as intervenções policiais, descritas pelos entrevistados toma uma pluralidade de ações, desde interrogatórios e agressões até torturas.

como em Butler (2000) quando afirma o gênero enquanto uma regulação hierarquizada dos corpos e por não ser natural é necessário um esforço constante e diversificado de naturalização.

Entretanto, sobre a mesma matriz dos filósofos citados, análises geográficas como a lugaridade de Massey (2008) ou *assemblage* em Anderson (2012), os processos de dominação e reificação das relações de poder nunca atingem a plenitude do êxito. Onde há poder, há possibilidade de resistência (FOUCAULT, 2006), seja ela organizada ou não, seja uma desconfiança, indignação ou um rejeito violento, a resistência surge da abjeção que se reafirma viva e falante, surge da zona cinzenta refletindo cores estranhas. Também surge como desobediência, como ato incompreendido, como agressão. A presença da ‘injustiça’ na ‘vila’ (Grafo 4) pode ser representada pelo episódio de Sauim.

ah, uma vez tava lá em casa, parou um monte de viatura, daí um cara do mercado falou que fui eu que assaltei, mas nem fui eu. De noite, os cara entraram escondido, daí eu mandei uma câmera lá e ele falou que não tinha prova. Daí chegaram os ‘verme’¹⁴⁴ lá, depois que os verme vazaram eu peguei um facão e fui no mercado do cara, quebrei tudo os vidro (Sauim, entrevista, junho de 2015).

A mão que facilmente se conecta a um facão e o corpo que se expande até quebrar os vidros de um estabelecimento, segundo a narrativa de Sauim, teve como combustível das conexões bioquímicas a ‘injustiça’. Mesmo que o adolescente tenha praticado furtos, deduzindo pela culpa automática por parte dos denunciante, é evidente que o conceito de ‘justiça’ para Sauim é pueril. Atravessar a linha do limite penal socialmente construído, considerando que os crimes são assimilados e contestados de maneira seletiva, não quer dizer que um indivíduo perde parâmetros de justiça. A honra a ser mantida pelo menino se ancora na coerência pessoal que vê na agressão a um patrimônio material uma forma de comunicação de sua retidão no caso específico.

Outro caso que chama a atenção sobre ‘indignação’ e a forma como as intervenções policiais ocorrem na espacialidade da ‘vila’ é o de Araci. Os entrevistados são de maioria branca e parda, e dentre os negros, Araci é o único de pele preta. Ao comentar sobre a conduta de agentes policiais ele afirmou o seguinte.

¹⁴⁴ ‘Verme’ é a maneira como comumente chamam agentes policiais.

olhe, não tenho nada com a polícia, mas não sei como, mas eles gostam de pegar no meu pé. Sempre to no meio da rua sempre me paravam, as vezes até com a camiseta do serviço os cara paravam. Voltava do serviço, os cara paravam. Mas nunca tive problema (Araci, entrevista, novembro de 2015).

No Brasil, a cada três pessoas presas, dois são negros (MOURA e RIBEIRO, 2014) e a cada 100 pessoas mortas por homicídio, 71 são negras (CERQUEIRA et al. 2017). As maiores desvantagens do campo econômico e social, como o acesso à educação, saúde, moradia, está assentada sobre a população negra (CAMPOS, 2012). Essa realidade corresponde ao terror racial engendrado à formação de Estados modernos colonizados (MBEMBE, 2003; VARGAS, 2010). Tanto a desigualdade penal que recai sobre julgamentos parciais da população pobre (ADORNO, 1996), como a repressão, com apreensões compulsórias e execuções extrajudiciais por agentes policiais sobre a população pobre, possui uma dimensão estruturalmente racializada (ALVES, 2015). A homogeneização de zonas de empobrecimento e violência dentre as cidades brasileiras expressam uma capilaridade do genocídio da população afro-brasileira (NASCIMENTO, 1978).

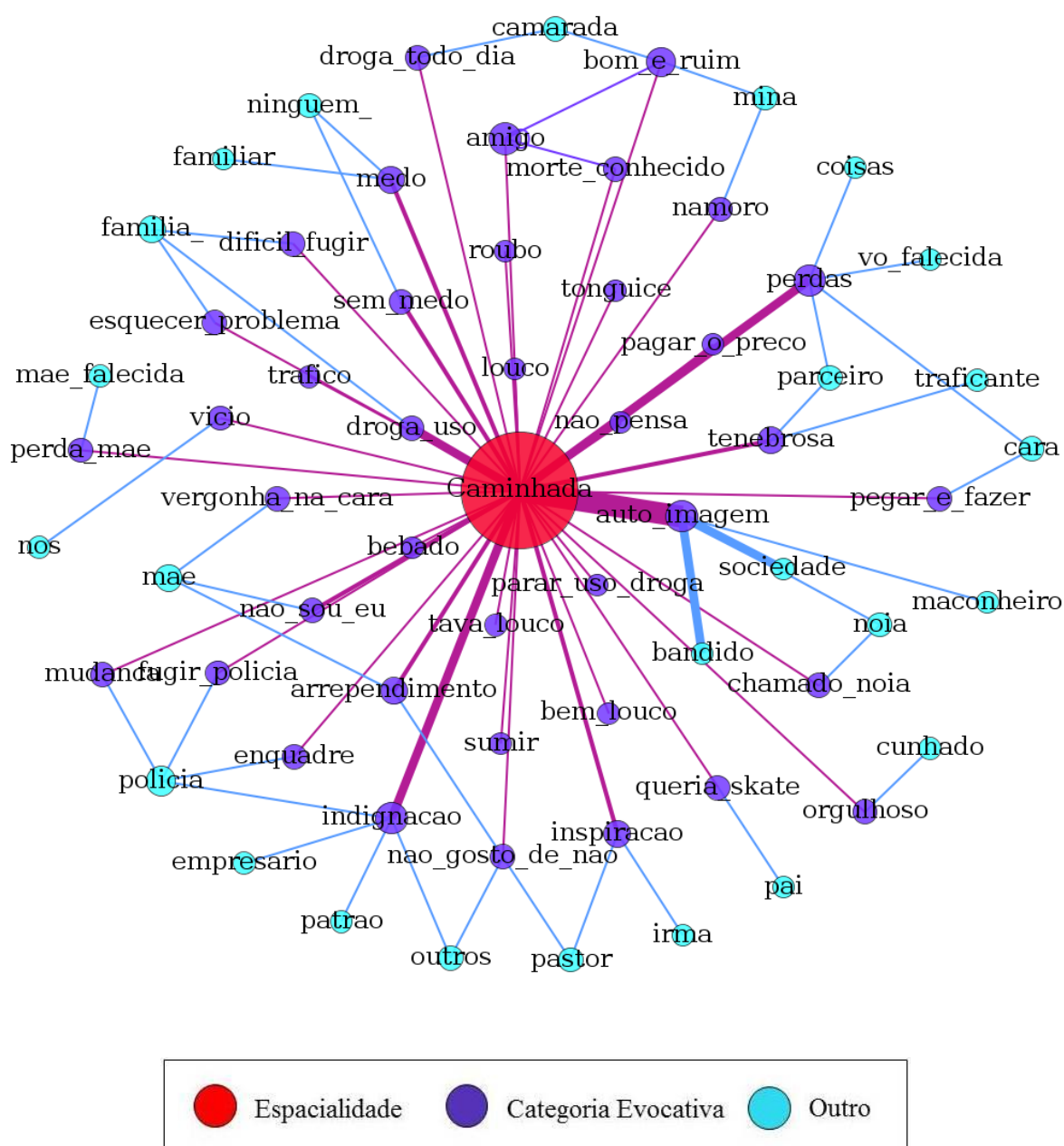
Nesse contexto, Araci indaga sobre sua sina. Ser um corpo trabalhador “voltando do serviço” não é o bastante para um adolescente que carrega consigo uma marca fantasmagórica da racialização (MBEMBE, 2011). Renato Emerson dos Santos (2012) ao refletir sobre as relações raciais e racismo no espaço urbano, afirma que a cor é um elemento importante na orientação das relações de poder e é espacialmente oscilante. Considerando o espaço enquanto contextos de interações, segundo Santos (2012), existem espaços de horizontalidade onde há maior integração e igualdade entre negros e brancos e há espaços de verticalidade onde são fortalecidas as desvantagens das diferenças e hierarquias. Encontrar agentes policiais ao transitar na ‘vila’ de moradia depois de um dia de trabalho para Araci pode ser assumido, ainda que de maneira confusa, um espaço de verticalidade das diferenças racializadas. “O que me deixa indignado é os home, a polícia, eu fico de cara com esses cara” (Araci, 2015).

A ‘vila’, portanto, é a espacialidade onde atos de violência corporal torna-se uma sintaxe de sociabilidades masculinas que acessam espaços de consumo e partilha de drogas e bebidas alcoólicas. E é através dela que são circuladas e

vivenciadas estórias de morte violenta e são submetidos à intervenções policiais cotidianas, ora naturalizadas, ora vista como injustas.

A segunda espacialidade discursiva organizada mais frequente é a 'caminhada'.

Grafo 5 – Relações na espacialidade discursiva da Caminhada



Organizado pelo Autor.

Fonte: 15 entrevistas realizadas com meninos internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, de Ponta Grossa, Paraná.

A espacialidade da ‘caminhada’ organiza a complexidade das reflexões elaboradas pelos adolescentes sobre suas trajetórias de vida. São narrativas sobre as condutas e episódios vivenciados até o presente que de certa forma participam do vocabulário existencial que o adolescente utiliza para compreender a realidade em que vive e a si mesmo. O termo ‘caminhada’ é comumente utilizado pelo grupo como um conjunto de práticas referentes à criminalidade, espaços de drogadicção e a da ‘vida louca’¹⁴⁵, caracterizada por performatividades de delinquência, independência e atos inconsequentes num campo de insubmissão, no qual sublinham sua condição de marginalidade (GOMES, 2013). Falar sobre a ‘caminhada’ ou ter uma ‘caminhada’ para os adolescentes moradores de áreas periféricas pobres e violentas é se posicionar num jogo de poder ao mesmo tempo em que se orienta num campo de compreensão de si.

O Grafo 5 das inter-relações da ‘caminhada’ se mostra difuso e marcado pela ‘vida louca’ simultaneamente ao autoexame de suas práticas. É possível organizar dois caminhos evocativos, pelos quais se orientam as Categorias Evocativas e seus personagens. O primeiro sobre a autoimagem de si, através de estigmas e falas assimiladas pelos meninos. A segunda sobre os aspectos emotivos da perda de algum conhecido. A ‘indignação’ também é marcada como mais frequente e está problematizada na espacialidade da ‘vila’, através da ‘injustiça’. É interessante reforçar a presença da ‘injustiça’ na trajetória de vida dos adolescentes, refletida na ‘indignação’ de uma ‘caminhada’ marcada por episódios que reforçam as contradições da marginalidade.

A Categoria Evocativa mais frequente da ‘autoimagem’ surge por conta da questão prevista pelo roteiro de entrevista (anexo 1) sobre a maneira como a ‘sociedade’ e os ‘outros’ os enxergam. As respostas são mais significativas pela forma com que respondem a provocação dada pelos termos selecionados (sociedade/outros)¹⁴⁶. De maneira geral, como demonstra o Grafo 5, prontamente respondiam termos vinculados às práticas criminais e adjeções sobre pessoas que consomem drogas.

como um maconheiro, um drogado que não tem valor pra nada (Ekê, entrevista, junho de 2015).

¹⁴⁵ A grafia utilizada pelo grupo é ‘vida loka’.

¹⁴⁶ Os dois termos foram selecionados como estratégia didática de provocação para um corpo social generalizado e distante da realidade vivida pelo grupo.

enxerga um bandido (Gangu, entrevista, junho de 2015).

enxergava como um nóia, cuspia na cara, cansei de ser pisoteado tipo encher de palavra ruim, palavrão, só que eu vou voltar de cabeça erguida (Pitú, entrevista, junho de 2015).

ah os outros, sei lá, eu andava só de cabeça pra baixo, ixi, ultimamente tava... eu mesmo falei, não sou eu (Gaibim, entrevista, novembro de 2015).

na rua? Nossa, na rua era malaco, maloqueiro, nóia, enxergavam de tudo quanto é jeito. Enxergavam só o físico da gente, não chegavam perto de você, enxergavam só o físico da gente. Só depois que eu comecei ir pra igreja, vir pra cá, já diminui bastante. Agora as pessoas não olham como olham antes, agora eles veem a gente eu não saía, mas digamos eu conhecia umas muié, agora as muié chegam, cumprimenta a gente, conversa, vê a gente. Quando encontravam a gente na rua, era feio (Araci, entrevista, novembro de 2015).

É preciso levar em conta que as respostas são comprometidas pela situação atual de internos em uma instituição de tratamento gerida por um segmento ministerial de uma igreja evangélica. Contudo, o momento de reflexão provocado demonstra que os estigmas produzidos sobre masculinidades marginalizadas são assimilados pelo grupo, mesmo em momentos de espontaneidade ou de “cabeça baixa”, ao mesmo tempo em que a própria conceituação dos ‘outros’ sobre si, só passa a ser evidente se o território existencial da ‘vida louca’ for aberto a interações desafiadoras, como é proporcionada pela espacialidade da instituição de tratamento.

A espacialidade (MASSEY, 2008) se faz, também, de conexões de afetos que constituem um autopoicionamento em campos estéticos localizados (GUATTARI, 1992). As afecções acontecem simultâneas ao campo discursivo e através das relações de poder, considerando isso é que as enunciações sobre a relação consigo mesmo ou as imagens sobre si atendem sempre a um desvio na narração, uma manobra no cais, por onde um autopoicionamento é simultaneamente autorreferencial, uma ancoragem provisória espacializada. A espacialidade de ‘existencialização’ em uma narrativa sobre si expressa essa assimilação sempre parcial sobre processos de sujeição. Parcial porque a própria adjetivação de ‘outros/sociedade’ é transformada em outra coisa, seja ‘indignação’ ou ‘loucura’ da ‘vida louca’.

Além de considerar que o próprio termo generalista de ‘outros/sociedade’ não é eficiente para evocar um distanciamento para além da própria espacialidade vivida, em muitos casos, as respostas sobre “como você acha que a sociedade e os outros te enxergam?” (Anexo 1) não atravessava nem a fronteira da ‘vila’.

Na minha vila todo mundo gostava de mim, tinha uns piá que tinha carro, chamava a gente pra andar de carro, levava eu pras festa, só que quando saía com ele não podia beber, quando saía com de maior não deixava (Gangu, entrevista, junho de 2015).

Como assim? Meus vizinho? Ah meus vizinho gostam de mim. Não deixo roubar lá perto de casa, não fico queimando o filme perto deles e também lá pra baixo do rio verde, todo mundo sabe tudo o que acontece lá, tudo mundo sabe quem tem droga, quem que bebe, quem fuma e não tão nem aí (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

O segundo campo de interações evocativas, evidenciado somente em uma espacialidade como a ‘caminhada’, foi as ‘perdas’ e sua relação com as ‘drogas’. A ‘caminhada’ dos adolescentes residentes em áreas periféricas pobres e violentas em Ponta Grossa é marcada por formações familiares dinâmicas, sendo criado apenas pela mãe, avós ou tios, com trânsito entre residência ao longo da vida e mortes de familiares.

a ausência do meu pai, eu cresci só com a minha mãe, se eu tivesse crescido com o meu pai, eu não tava nessa vida (Gangu, entrevista, junho de 2015).

eu comecei a fumar droga quando minha mãe faleceu, né, daí eu senti, comecei e não ficava parado em casa, começava a sair, ia pra rua, ficava mais na rua (Embu, entrevista, novembro de 2015).

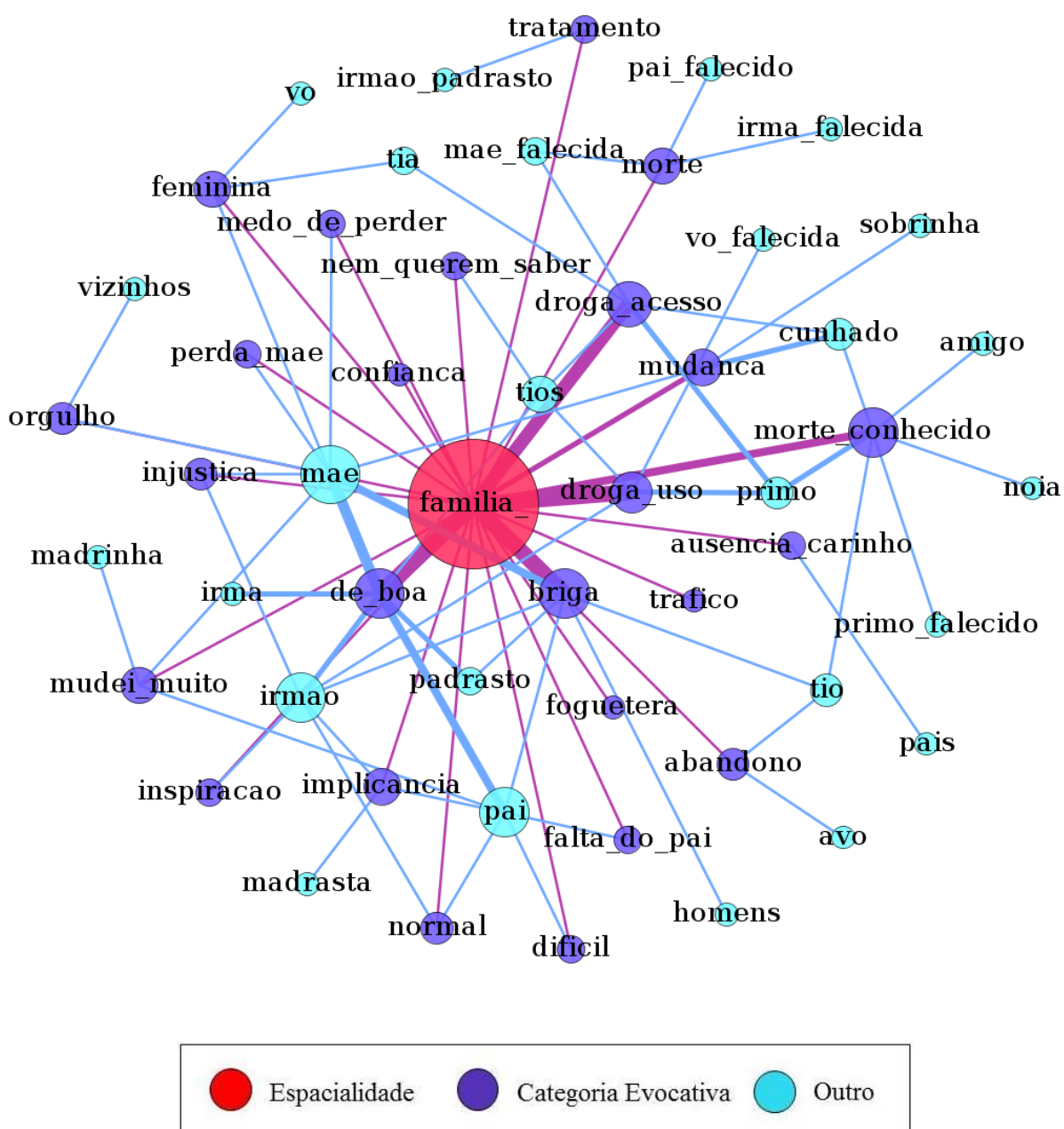
Ausências e morte de enlances de referência emotiva são tomados enquanto um elemento presente no autoexame sobre seu acesso e uso problemático de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas.

A ‘caminhada’ é marcada por uma vida vinculada à criminalidade e drogadicção, ao mesmo tempo em que expressa elementos afetivos dos laços familiares e do autoposicionamento identitário divididos entre o bom relacionamento na ‘vila’ e adjetivações negativas sobre a conduta criminal e ‘viciada’. Sobretudo, a ‘caminhada’ é um convite para a compreensão da dimensão espacial da trajetória de

vida de indivíduos que compõem espacialidades de violência, por caminhos que não somente pela sua produção racional/cognitiva, mas, também afetiva.

A terceira espacialidade mais frequente é a 'família' que se mostrou enquanto um campo preponderante na experiência de acesso a droga e atos de violência.

Grafo 6 – Relações na espacialidade discursiva da Família



Organizado pelo Autor.

Fonte: 15 entrevistas realizadas com meninos internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, de Ponta Grossa, Paraná.

A espacialidade da ‘família’, conforme o Grafo 6, está orientada na presença de ‘brigas’, ‘uso de droga’ e ‘morte de conhecidos’, ao mesmo tempo em que se mostra ‘de boa’, ou seja, bom relacionamento. Portanto, para o grupo, não é uma espacialidade homogênea e previsível, nem está diretamente vinculada às espacialidades de violência corporal. Entretanto, ela se mostra pertinente numa distinção de gênero na assimilação de performatividades agressivas. As figuras masculinas como ‘pai’, ‘padrasto’, ‘irmão’ e ‘tio’ orbitam na Categoria Evocativa bastante frequente, ‘briga’. Ao passo que figuras femininas como ‘mãe’, ‘madrinha’ e ‘irmã’ estão ligadas a relacionamentos ‘de boa’ e aspectos de ‘mudança’. Araci ao refletir sobre em quem ele se inspira diz: “eu me espelho na minha irmã, sem ela... ela nunca fez nada, nunca bebeu, nunca fez nada, sempre tá indo na igreja. Eu me espelho mais nela” (Araci, 2015).

Os adolescentes, ao reiterarem performatividades de masculinidades agenciadas à violência corporal entre homens, estão dando continuidade a uma sociabilidade masculina de tipo violento. Através de um ‘fluxo de vida’ de relações intergeracionais, momentos da vida são marcados por acessos e assimilações performativas. Personagens referenciais surgem como um campo magnético que posiciona os privilégios e as desvantagens localizadas de determinadas corporalidades e condutas. As ‘brigas’ que se referem a agressões corporais entre homens, são vivenciadas e/ou contadas a começar pelos indivíduos considerados ‘família’. Enquanto que figuras femininas são evocadas num sentido de mudança e consideração¹⁴⁷.

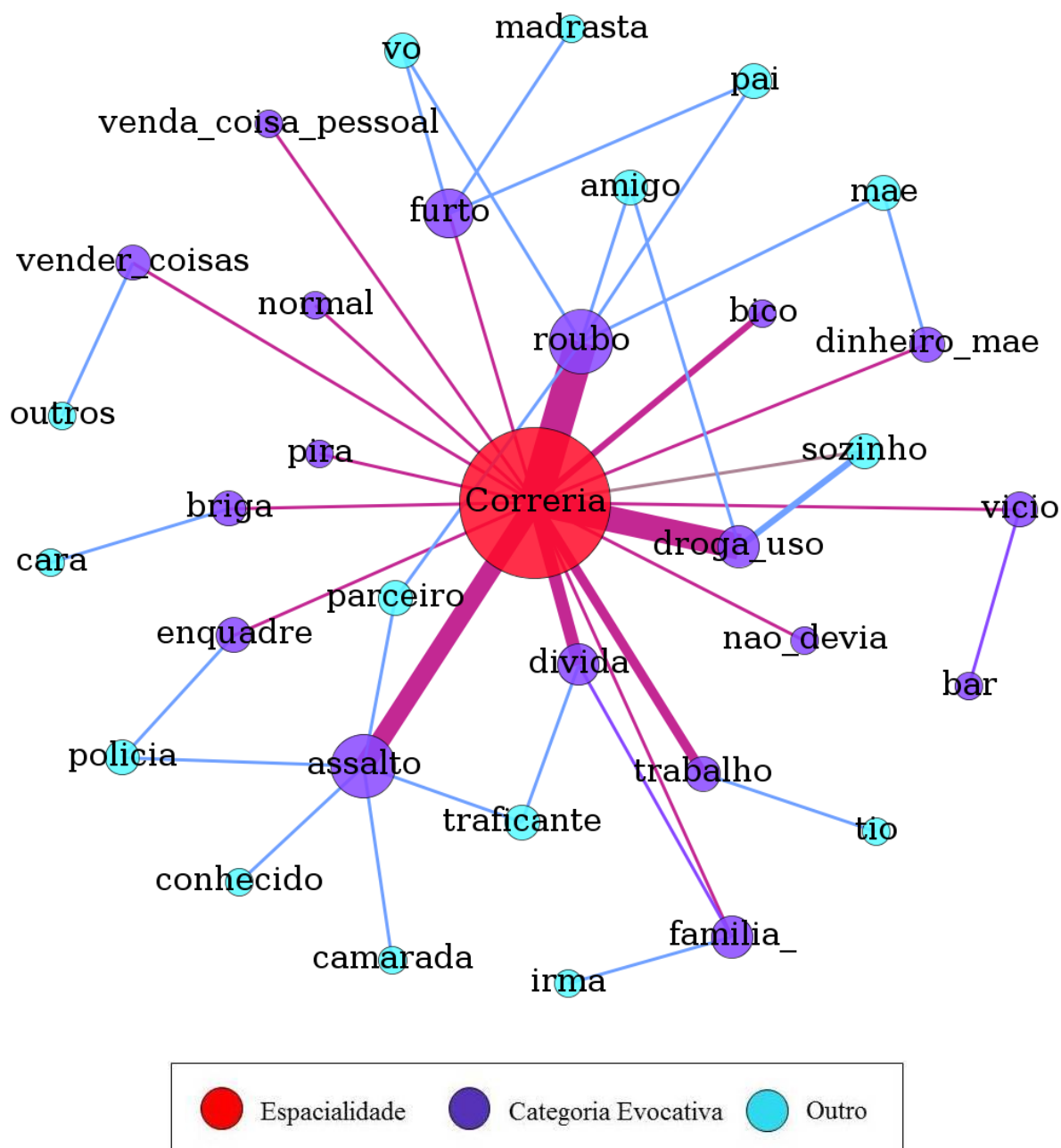
A ‘família’ é um campo de assimilação de performatividades agressivas, mas não se mostrou determinante, se considerado o número de adolescentes que afirmam ter bom relacionamento em casa. Enquanto uma espacialidade, a ‘família’ possibilita em um ‘fluxo de vida’ o contato às performatividades de gênero e as interseccionalidades que elas carregam, por exemplo, tornar-se homem a partir da

¹⁴⁷ Em uma entrevista existem as perguntas previstas pelo roteiro, para conduzir/provocar o entrevistado nas questões buscadas pela pesquisa. Entretanto, como um encontro desafiador entre pesquisador e entrevistado existem as questões de aproximação e ambientação. Por exemplo, questões sobre novos planos, possibilidades de futuro eram empreendidas para tirar o incômodo causado pelos assuntos conversados. Nesses momentos, embora não analisado de maneira sistematizada, é comum a figura da mãe ser um foco afetivo de mudança. A figura da mãe expressa uma necessidade de motivações para a mudança de conduta. O não acesso a espaços de drogadicção precisa representar além de uma gestão racional, suas vantagens afetivas. Nesse sentido, a figura da mãe, em alguns casos da irmã, surge como uma possibilidade de dar orgulho a alguém.

sua disposição a empreender agressões corporais quando for necessário. Entretanto, essas condutas são complexificadas pela não homogeneidade da economia afetiva (AITKEN, 2012) em que o grupo se organiza.

A quarta espacialidade mais frequente é a 'correria'. O termo é utilizado pelo grupo para expressar as táticas de sobrevivência que buscam a manutenção e a gestão de uma 'vida louca'. A 'correria' designa a economia pessoal, no sentido monetário de renda e consumo, como também está atrelada a condutas criminais que visem à arrecadação ou troca de moeda, experiência ou reconhecimento.

Grafo 7 – Relações na espacialidade discursiva da Correria



Organizado pelo Autor.

Fonte: 15 entrevistas realizadas com meninos internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, de Ponta Grossa, Paraná.

Enquanto espacialidade, a 'correria' organiza as interações das práticas que compõem o que o próprio grupo define enquanto seus 'corres'. Conforme o grafo 7, a 'correria' apresenta certa coerência de interações, ressaltando que as estratégias de arrecadação de recursos de consumo se fazem prioritariamente a partir de efetuações de 'assalto', 'roubo' e 'furto' e em segundo plano estão serviços informais temporários, denominados como 'bicos'. Personagens como 'parceiro', 'camarada' e

‘amigo’ permeiam os atos infracionais que por sua vez possuem relação estreita, por vezes, estrita com o ‘uso de drogas’.

eu roubava. ia assaltar, padaria, farmácia, fazia isso [...] ou pegava em droga ou ia no ponto pegava uma droga pra eu vender pra daí eu pagar depois. Pegava essa droga, as vezes fumava ou pegava lá pra pagar o cara, nunca fiquei devendo pra ninguém (Gangu, entrevista, junho de 2015).

Roubava pra sustentar o vício, roubava nas casas... é triste. [...] Porque... ah, eu gostava, daí pegava, roubava, traficava... altos negocio mesmo (Pitú, entrevista, junho de 2015).

Nós tinha assaltado o posto lá no industrial, nós tava na fuga sentido curitiba, eu e outro piazão, chegamo no pedágio, fizemo retorno e voltemo o outro piazão entrou numa rua de terra que tem pra umas vilinha na hora que viu a viatura, não sei o que aconteceu, caiu da moto, daí a polícia veio atrás dele e já levou (Arapuca, entrevista, novembro de 2015).

Os ‘corres’ que incluem atos infracionais atendem à uma geograficidade de normativas localmente elaboradas. Espacialidade como ‘família’ ou a própria ‘vila’ são permeadas por regramentos que valoram princípios de respeitabilidade e justiça espacialmente posicionados. Por exemplo, a aceitação de um roubo varia de acordo com o local onde é efetuado e as pessoas vitimadas.

tipo assim, eu trampava com o meu pai, daí eu roubava dele, duzentos, trezentos real por semana dele e daí ia usar com os meus amigo. Daí uma vez eu se toquei, meus amigo também se tocaram, falaram pra eu pagar, que eu tava tirando aquilo que era meu, daí eu se toquei, peguei e parei (Sagüi, entrevista junho de 2015).

Não, até que tipo... não na mesma vila, na outra do lado, roubei, cimento e cal, na madrugada hum! (risos) tapete também, as única coisarada (Gaibim, entrevista, novembro de 2015).

fazia eu e mais um parceiro, tipo os corre mais pá, nós pulava nas casa e roubava. Só que nós não roubava da própria quebrada sabe, nós roubava na outra, daí nos pegava, colocava um masso de dvd pegava as porta e saía, nisso daí a gente vendia e já catava e já comprava gole e maconha e coisarada (Pitú, entrevista, junho de 2015).

Como dito na espacialidade da ‘vila’ efetuar uma trajetória que transgrida os limites de um texto penal, não tem relação, muitas vezes, com os valores de penalização e legalidade socialmente elaborados. A mesma transgressão também não se limita a ausência de normativas, ao contrário, há um campo complexo de assimilações e tensionamentos dentre atos criminais que inclusive podem custar a própria vida. As normativas atendem a um jogo de respeitabilidade e centralidade nas relações de poder da sociabilidade masculina. E ainda que os ‘corres’ sejam empreendidos preferencialmente com ‘parceiros’ e ‘camaradas’ há certa discursividade do individualismo, ou melhor, conquistas individuais de autovalorização e fortalecimento de uma independência tornam-se um estandarte masculino.

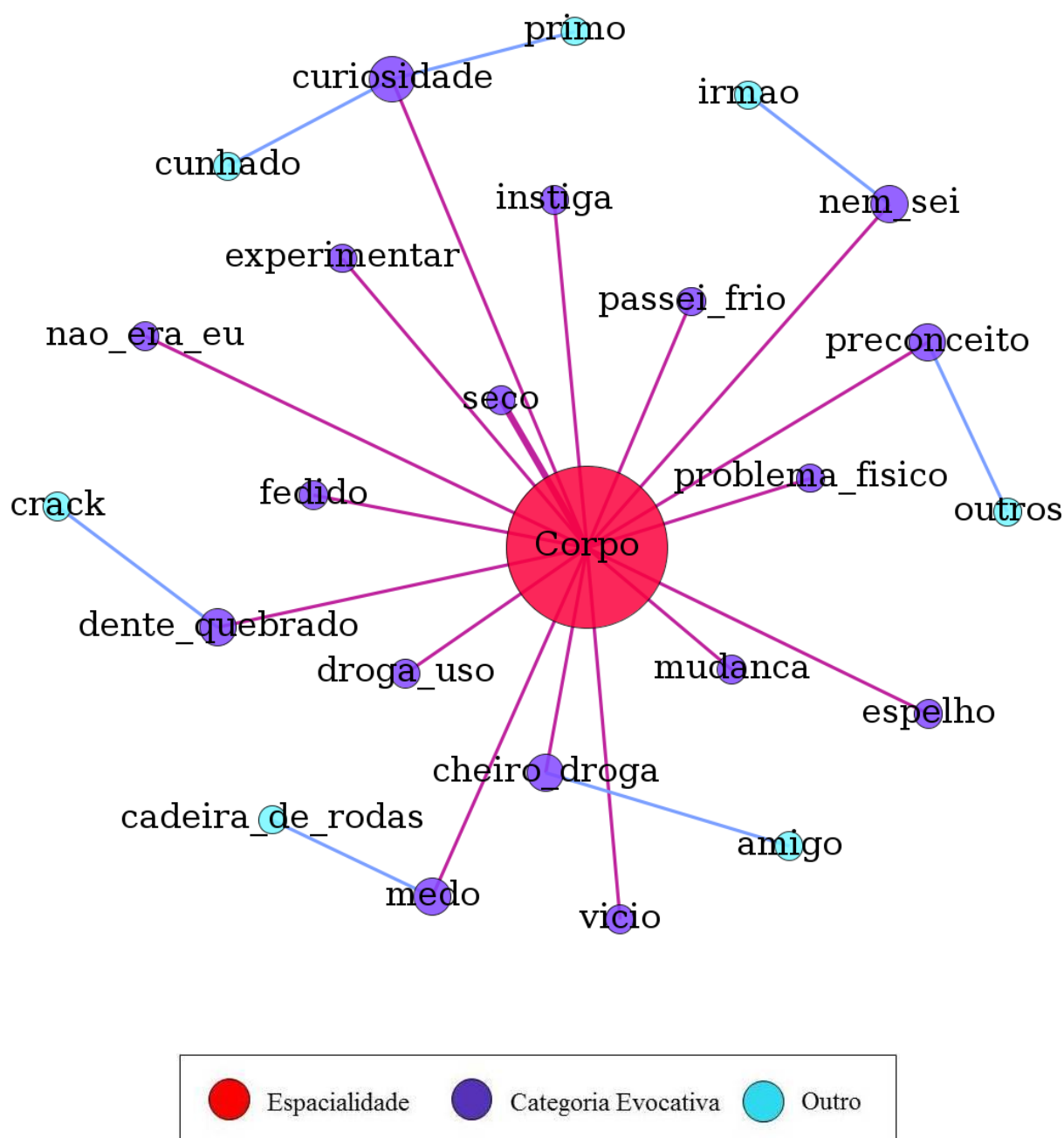
Mas nunca precisei nega nada pra eu sustentar meu vício, eu que sustentava meu vício, tanto no cigarro, como na maconha (Araci, entrevista, novembro de 2015).

No mocó, sozinho, nunca dependi de ninguém, sempre fui eu mesmo que fazia minha correria, nunca precisei de ninguém, pra ficar dividindo comigo. Ninguém dividia comigo e eu não dividia com ninguém, usava minha droga mesmo. E eu usava droga só por causa do álcool, sabe? Todo dia eu tomava dois litro de pinga, tomava dois por dia daí depois começava a não sentir o efeito do álcool e ia pro crack. Toda vida foi assim, dois ano e meio foi assim, tomando dois litro por dia, daí depois que ficava meio assim, daí já ia pra um corre (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

Portanto, a ‘correria’ torna-se uma espacialidade através da qual são posicionados os caminhos de arrecadação e troca de recursos para o consumo de drogas e bebida alcoólica, através das possibilidades na sociabilidade entre homens jovens que oferece ‘parceiros’ e posiciona normativas locais.

A espacialidade do ‘corpo’ surge com menor frequência, entretanto, sua rede de relações evocativas se mostrou pertinente ao conjunto analítico.

Grafo 8 – Relações na espacialidade discursiva do Corpo



Organizado pelo Autor.

Fonte: 15 entrevistas realizadas com meninos internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, de Ponta Grossa, Paraná.

O 'corpo' para os adolescentes em tratamento do uso de drogas torna-se um campo de tensões e possibilidades. Todo corpo é um agenciamento, uma manifestação viva de conexões que se estendem e conflitam entre si, que dobra e altera esses encontros em uma multiplicidade já relacionada a outras conexões não restritas ao corpo, portanto, um corpo aberto (DELEUZE, 2010; MACHADO, 2010;

ULPIANO; 2013). O caminho e a clausura (FOUCAULT, 2006), o corpo é uma potência de agenciamentos hormonais, explosões de adrenalina, efeitos dopamínicos, conflitos bioquímicos que conectam uma experiência de um indivíduo que consome uma substância psicoativa com a própria química coletiva de outros indivíduos conectados pela mesma substância. Ao mesmo tempo, o próprio corpo torna-se a experiência da eventualidade e de revezes, podem-se dizer autônomos, pelas relações de forças conflitantes que se manifestam encarnadas. Um corpo dilacerado, mutante, limitado e quebrado pode ser também um corpo irreconhecível. Portanto, mediante essas argumentações e as evidências do Grafo 8, é possível afirmar três campos de tensionamento presentes na espacialidade do 'corpo'.

O corpo é o corpo, mais sua expansão, portanto, é sempre por meio dele, mas nunca restrito, que sensações/experiências são efetuadas. O 'uso de droga' produz novas conexões, expande o corpo a uma substância tanto quanto para uma sociabilidade. Portanto, o 'corpo' apresenta essa característica de expansão afetiva. Os adolescentes em tratamento foram provocados a dizer o porquê acessaram algumas drogas. A provocação foi formulada com o objetivo de produzir uma reflexão posicionada nas causas identificadas pelo grupo. As reflexões produzidas apontam para uma geografia dos afetos, muito mais do que um campo de decisões lúcidas, seletivas e racionalmente claras.

Vício né, pra mim é o vício, é muita instiga. O troço te domina, quando você vê que tem dinheiro já vem aqueles arrepio, a gente sai que sai no galeto (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

[porque usava droga?] ah não sei...(Gabirola, entrevista, novembro de 2015).

me sentia melhor (Anú, entrevista, junho de 2015).

ah, mais assim era curiosidade (Araci, entrevista, novembro de 2015).

não sei, depois que minha mina foi embora, comecei a usar, já faz três anos que ela foi embora (Sagüi, entrevista, junho de 2015).

ah porque eu fumei, usei, daí queria experimentar outras. Daí essas drogas que experimentei e não consegui parar, é uma droga que vicia (Gangu, entrevista, junho de 2015).

ah, usava porque ficava pensando na minha mãe, ela é falecida né, sentia né, daí eu não tinha o que fazer, daí eu ficava... abandonei a escola, daí fui me afundando (Embu, entrevista, novembro de 2015). eu fui nos embalo, falar a verdade (Acaé, entrevista, junho de 2015).

amigo, só por tongura, pra experimentar, fumei uma vez fiquei locão daí depois não podia ficar sem, se ficasse sem já ficava meio triste, pra mim era tudo, maconha, cocaína, não tava nem aí pra família (Gaibim, entrevista, novembro de 2015).

ah sei lá, muito foi por curiosidade e algumas coisas pra tentar sair um pouco da realidade, do dia a dia, o comum. Que nem a gente vê hoje, muitos tentando passar por cima do outro (Arapuca, entrevista, novembro de 2015).

ah eu comecei a usar sem pensar, tudo na rebeldia, daí eu brigava com a minha mãe, saía e ia usar droga (Açu, entrevista, junho de 2015).

ah, com amigo né. usava maconha, daí caí no crack, daí vim pra cá né. Foi curiosidade (Sauim, entrevista, junho de 2015).

Não pensava nada, tava usando a droga ali, só pensa em fumar, não pensa no futuro. Abandonei os estudo, parei, tava indo bem na escola, não tinha reprovado nenhum ano. Daí comecei fumar maconha daí já fiquei mais burro (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

‘Distrair a cabeça’, ‘fugir da realidade’, ‘curiosidade’ são expansões como linhas de fuga que abrem para novas possibilidades, sair em nomadismo de uma situação restrita, mesmo quando ‘não sei’ (Gabirola, 2015). Entretanto, a fuga é sempre parcial e a curiosidade tem suas suspeitas prévias na figura dos ‘amigos’. Segundo os neurocientistas Hart (2004) e Alexander (2001), a maneira como a substância psicoativa age e a forma como o consumidor irá se relacionar com ela, possui relação diretamente social. O contrário de vício não é lucidez, mas, conexões. Se a espacialidade do ‘corpo’ possui sua expansão restringida somente aos espaços de drogadicção, provavelmente essa conexão será viciada.

O segundo campo de tensionamento presente nas inter-relações do ‘corpo’ tem a ver com sua claustrofobia afetiva. A espacialidade do ‘corpo’ proporciona a experimentação da precarização, campo de ação de dores, cheiros fétidos, tonturas, náuseas, fome, frio. A precarização do corpo experienciado por jovens que vivenciam espaços de drogadicção em áreas periféricas pobres e violentas possui

relação direta com o terceiro campo de tensionamento evidente no Grafo 8, que é o da corporalidade e as construções identitárias.

As Geografias Feministas têm empreendido análises sobre a geograficidade da construção contínua de identidade que encontram na corporalidade uma possibilidade precária de substancialização. Gêneros, racialidades, sexualidades, etnias são elaborados mediante um conjunto de ações e discursos que reiteram diferenças entre corpos. O ponto de partida é incerto, mas, o ponto de chegada dos processos de substancialização (BUTLER, 2000) exige que sejam as corporalidades. Uma vez que a espacialidade é a dimensão da possibilidade (MASSEY, 2008) o 'corpo' possibilita que sejam ancoradas e subvertidas as conceituações sociais naturalizadas, bem como, comunica ativamente os caminhos de tornar-se determinada identidade.

Como um jogo de tensionamentos aberto, o 'corpo' auxilia num *self* identitário, como pode produzir, também, contradições.

porque daí eu vi né, olhe no espelho o jeito que você tá, você tava gordo, daí eu olhei no espelho e vi que tava magro, tava me acabando cada vez mais. Daí eu falava: vou procurar uma clínica, daí eu mesmo peguei e fui lá. Eu fui, foi eu e meu primo, daí eles falaram pra mim que eu ia vir pra cá e meu primo no ministério, daí eu peguei vim pra cá, [...] daí meu primo tá lá, vi ele ontem na quinta feira, ele me falou pra eu ficar firme, agora vou ficar firme (Embu, entrevista, novembro de 2015).

daí eu saí de casa. Nessa que sai de casa, fiquei uns quatro meses, vim bem seco assim, só com uns quarenta quilos, pá, fedido, não sabia onde colocar a cara (Pitú, entrevista, junho de 2015).

Em uma trajetória de vida com conexões viciadas, retornos contínuos para as mesmas espacialidades, violações sem limites, o 'corpo' torna-se um campo de contradições e possibilidades, sejam elas as mais trágicas, através do qual serão limitados determinados acessos, seja pelo enfraquecimento, ou desligado, seja pela agressão aos agenciamentos mais vitais.

O 'corpo', portanto, é esse campo de tensionamento entre sua capacidade expansiva/conectiva de afetos, sua eventualidade em revezes de precarização e a própria corporalidade assimilada nas conexões identitárias vivenciadas por adolescentes em tratamento das drogas.

A próxima espacialidade pertinente à investigação é a ‘cena louca’. Assim como em Gomes (2013) a ‘cena louca’, expressa na linguagem de jovens pobres com envolvimento com as drogas, é relacionada a episódios que quebram a normalidade ou tranquilidade do regramento cotidiano. As ‘cenas loucas’, são cenas de violência, perseguição, fuga, morte, agressões, sobretudo, representam cortes no cotidiano, identificados pelo próprio grupo.

bem aqui assim no canto e já caiu morto assim e eu ali do lado do piá e já saí correndo se não sobre pra gente. Tenho trauma disso até, chegava jorrar sangue assim, esguichava sangue da cara (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

a última que presenciei foi quando mataram um maluco lá no boa vista, tava no meio dos maluco, quando eu olho lá, tinha um que tava devendo, no meio do beco, chegou uns lá e pipocaram ele... chegaram, pipocaram e vazaram, os cara dali mesmo, até um que tá envolvido é um que anda com nós (Arapuca, entrevista, novembro de 2015).

não sei, ele, na cabeça dele, qualquer coisa que eu falava tava ofendendo, naquele momento, daí ele falou umas coisa e falou que ia me bater. Entre os homens, eu via gente brigando (Etá, entrevista, novembro de 2015).

essa foi imensa, tipo nós né, pá, nós indo. Nós tava tudo em casa, ligaram lá pra baixo, disseram pra nós que pá o coisa morreu. Não! Eles não falaram, nós ouvimos o tiro lá pra cima, daí a Silvane ligou, o cara morreu! Daí era a choque matou ele, o pai dele também. Quando ele saiu do carro a choque matou (Acaé, entrevista, junho de 2015).

As narrativas evidenciam o caráter confuso dos encontros de morte e agressão¹⁴⁸. As histórias são narradas como acontecimentos da 'vila' e vivenciadas como casos a serem contados com a acreditação da experiência. Assim como assassinatos testemunhados, histórias sobre 'brigas' e quase morte são narradas como sobrevivência e experiências marcantes que lhes conferem amadurecimento nas relações de poder das sociabilidades masculinas locais. Presenciar uma morte, sobreviver a uma agressão, bater e apanhar, ao mesmo tempo em que são naturalizadas pela presença cotidiana, também são trajetórias a serem marcadas como experiência. Para além do amadurecimento da idade, o amadurecimento socialmente constituído utiliza-se de experiências de vida que colocam a noção de idade em segundo plano. Ou seja, episódios de morte violenta tornam-se etapas de vida que posicionam privilégios numa estética da violência masculina. Como num jogo entre bater ou apanhar, o testemunho ou não de um assassinato, ou até mesmo a sobrevivência, são colocados na pauta de um fluxo de vida que organiza,

¹⁴⁸ Exceto nos casos periféricos que narram sobre violência vinculada ao tráfico de drogas que são explicitamente articuladas a própria dinâmica econômica de cobranças. "Quase matei duas pessoas por causa de dívida, é assim que funciona né, se devê, é lei, tem que cobrar!" (Pirá, 2015).

não só cerimônias de idade, mas de eventos (HOCKEY e JAMES, 2003; VALENTINE, 2003).

Entretanto, como dito, além de uma valorização discursiva, a violência corporal é tomada quase como elementar e as razões de sua efetuação são difusas.

Daí outro dia ele veio com faca, chegou em mim e eu caído né, vendo aquela faca, os dois deixaram a faca do lado assim e bateram com a mão, na hora que eles pararam de bater eu peguei e falei: porque não foram homem, vieram com faca e não tem coragem de esfaquear, porque você não me dá essa faca pra ver o que eu faço com você (Sagüi, entrevista, junho de 2015).

Daí ele veio com dois litro na mão, eles pegaram e saíram correndo, daí eu peguei e saí correndo atrás deles, taquei um litro e ficou só em pedacinho, ele tropicou e caiu, daí eu fui pra cima dele, quando eu ia dar uma garrafada na cabeça dele, chegou amigo deles e ficou de cara de vê o amigo dele no chão, daí bateram de novo, eles pegaram e saíram correndo. Depois daquele dia não vi mais, só vi o amigo dele, vieram em seis, só tava eu, daí eu falei: o mano, vocês querem me bater batam, mas se vocês quiserem que eu explico primeiro como que aconteceu, daí eu expliquei da garrafada, daí eles: ah, não de boa. Agora deixa eles que resolvam. Daí depois o piá veio pedir desculpa pra mim, daí eu falei não, desculpa eu não quero, depois que você faz o negócio daí vem pedir desculpa, daí eu peguei ele sozinho e bati nele daí que aconteceu esse troço com ele (Sagüi, entrevista, junho de 2015).

Essas confusões ficam ainda mais claras na espacialidade do ‘fervo’, problematizada a seguir. O fato é que existe uma rede de desentendimentos que tomam em conta a partilha das motivações, culpas e dívidas entre amigos. Como expresso na narrativa acima, estar junto de alguém que deve algo, somado a confusão contingencial pode ser a causa para uma briga.

Dentre as motivações acusadas pelos adolescentes, outro aspecto presente é a dimensão de códigos e condutas de masculinidades locais. A gestão de uma forma de ser homem na ‘vila’ é permeada por formas de se portar que estão diretamente ligadas à violência como um ato de comunicação, busca por um equilíbrio, ou simplesmente figura uma ‘justiça’, posicionando o merecimento ou não de determinada agressão.

é porque o irmãozinho dele, um pouquinho menor que eu, o irmão dele tem problema na cabeça, daí o piá foi e cuspiu na cara dele, todo dia batiam no irmão dele, gostavam de bater no irmão dele, todo dia passavam e davam um tapa na orelha, daí um dia o irmão dele saiu e foi com tudo, irmão mais velho foi falar com o cara, não foi brigar com o cara, daí o cara, já deu um soco na cara dele, ficou bravo, daí ele se abaixou e deu uma na cara dele, na fonte, o piá desmaiou (Sagüi, entrevista, junho de 2015).

Era, ele não era por dívida nada. Ele era muito metido sabe, lembro uma vez, ele tava lá na quebrada da vilela e ele chegou lá com a moto e começou a dar uns tiro com o revolve. Daí os cara não gostaram, chamou a polícia veio, pegaram os cara, bateram nos cara, daí eles foram lá fazer cobrança com os cara. Daí o cara tava meio nos golão, chegou sem dó nem piedade do cara, sentou a porca nele. Ah ele tinha uma caminhadinha suja (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

A relação entre o assassinato e compreensões localizadas de justiça estão melhor problematizadas no capítulo 5 ao refletir sobre as trajetórias de jovens homicidas.

Outro campo evidente no Grafo 9 sobre as 'cenas loucas' trata-se sobre trajetórias criminais.

altas morte, um dia vi um piação, parceiro meu. Na verdade nós fomo fazer uma cena de assalto sabe? Nós fomo no mercado, só que a gente não sabia que o cara tinha arma, daí nós já pegamo e já levamo... eu falei: eu dou a voz de assalto e você já cata o dinheiro, daí na hora que eu dei a voz de assalto o dono ficou de mão pra cima, daí ele foi catando o dinheiro, nisso, ele já jogou a mala pra mim, tinha mais uns parceiro esperando nós de moto na esquina, nisso daí, na hora que eu sai no gás, correndão, ele pegou, tava atrás de mim, o homem do mercado só me olhou e pá, deu um tiro nele. Nisso daí, eu já montei em cima da moto, sem capacete e fui. Altas cena mesmo! (Pitú, entrevista, junho de 2015).

a coisa mais louca que eu fiz 157, numa farmácia perto do 'homens do trabalho', dei uma coronhada na cabeça do cara, ele quis bater em mim e já dei uma coronhada na cabeça. com revolve (Pirá, entrevista, novembro de 2015).

altas geral já, nos fervo, assaltos. Já falaram pra eu ficar de joelho, sabe aquelas pedrinha? Ficar de joelho umas duas horas ali, quando você erguia em pé assim, tava tudo encalejado, daí era feio (Pitú, entrevista, junho de 2015).

Atos criminais presentes na 'correria' aproximam os adolescentes de momentos tensos e de risco, até porque, como descrito nas narrativas acima, se utilizam da agressividade como um elemento necessário para empreender com êxito um assalto. Entretanto, como afirmado na seção 3.6, não há relação direta entre regiões com maior violência policial e índices elevados de violência entre civis. Ações policiais de violência não necessariamente são empreendidas sob condutas agressivas. Um caso emblemático é o de Pitú (2015).

não sei se conhece o condor do centro, no calçadão, daí um dia eu tava estudando ali no cebeja, daí eu tava ali, se juntei com uns parceiro ali, daí eu roubava uns gole lá no condor. Daí roubei uns três gole, no quarto não deu boa, na hora que eu catei, uma segurança me catou assim e: o você não vai passar. Daí isso já veio na mente, daí na hora que eu tentei escapar, um cara já me grudou por trás, me levou na salinha, daí na salinha ele falou: tire o que você tem dentro da mala piazão! Eu peguei, e na hora que eu tirei o gole assim, ele pegou e me encheu de soco e chute e murro, tava com a boca sangrando, o nariz assim, tudo. Daí em questão de segundo, eles chamaram os verme, a polícia e vieram, já me levaram, falaram que tinham levado pra décima sabe, só que eles me levaram ali pra baixo, naquele mato do barreto, ali eles me desossaram de pancada também e falaram pra mim ficar de joelho e colocaram a *pistola assim na cabeça, eles faziam assim, tiravam, daí eles falaram: não, nós não vamos matar ele dentro do camburão, se não eles vão pensar... daí eles me levaram lá pra fora, deixaram eu de joelho e deram altos cassetete, nas perna, na mão, na cabeça, só por deus né. Daí no final eles falaram: quer levar um tiro na mão ou no pé, eu falei na mão, na hora que eu fui levar a mão assim, ele pegou e jogou o spray de pimenta bem no olho, aquilo lá ardia que nem fogo. Daí dali eu já sai ardendo o olho assim, daí eu parei numa casa humilde sabe, de madeira, daí eu falei, não tem uma água pra jogar aqui? Eu joguei e já me aliviou sabe, mas tava ardendinho, daí eu peguei aquela reta ali e fui pro centro. Dali encontrei mais uns parceiro, eles falaram: nossa, que que aconteceu com você? Daí eu expliquei pra eles e daí nós fumo roubar umas casa ali no operário, roubava direto ali, roubei um celular, um desse tamanhinho e vendi por vintão, de vintão eu peguei uma dura pra fumar (Pitú, entrevista, junho de 2015).

O ato infracional referente ao furto que ameaça o patrimônio material dos empreendedores do referido estabelecimento foi reprimido com a violência corporal de agressões e torturas. Os limites da legalidade são tensionadas do começo ao fim

dessa narrativa pelos mais diferentes personagens. Um ciclo criminal que se mostra extremamente viciado.

Outra Categoria Evocativa frequente na espacialidade das ‘cenas loucas’ é ‘não’. O termo não é um elemento que compõe a espacialidade em si, foi colocado como dado presente no corpo textual das entrevistas. Ou seja, o termo representa a ausência de ‘cenas loucas’ nas trajetórias de vida de parte dos adolescentes entrevistados. Isso aponta para uma não homogeneidade ou pelo menos, ausência de predominância de acesso de espaços de violência homicida ou de quase morte, por parte dos adolescentes entrevistados.

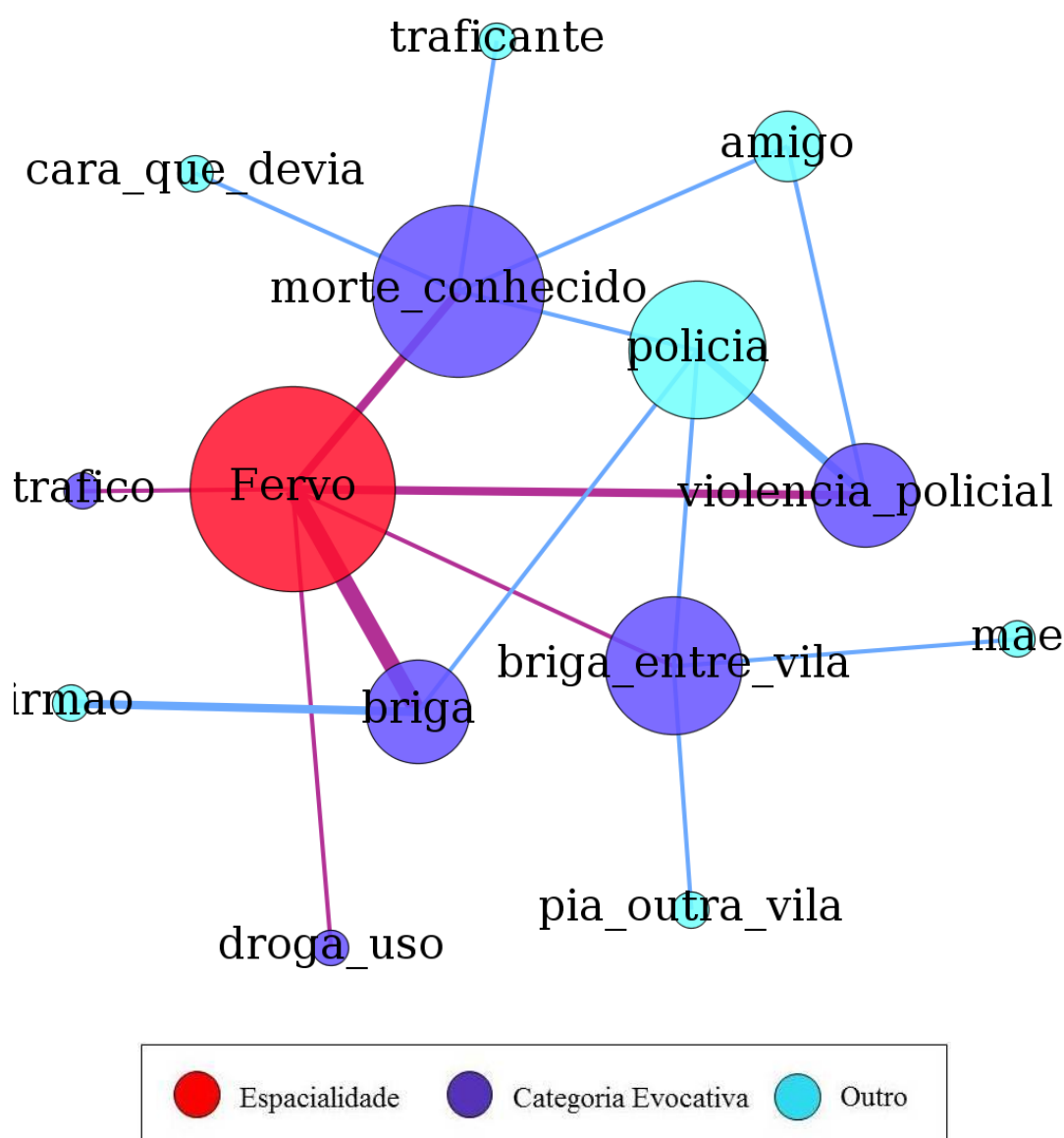
Como estratégia metodológica o acesso a adolescentes em tratamento das drogas auxiliou para a compreensão de elementos diretamente presentes em espacialidades de violência homicida, mas, também aquelas relações mais periféricas que ora estão conectados e ora não. A ausência de ‘cenas loucas’ na trajetória de vida dos meninos expressa que não há uma relação inequívoca entre o consumo de substâncias ilícitas e bebidas alcoólicas e a efetuação de assassinatos, tampouco, a moradia em áreas periféricas pobres e violentas do espaço urbano.

A sistematização das entrevistas a partir de uma análise geográfica permite que sejam feitas cartografias das permanências e inter-relações extensivas a todos. Esse é um caminho metodológico de compreensão das espacialidades eficientes em perpetuar encontros violentos entre homens, a partir, do próprio grupo que o vivencia. Entretanto, é importante ressaltar que além das permanências o grupo social sempre apresenta heterogeneidades. As cargas individuais e a potência que cada indivíduo carrega consigo alerta para o fato de que mesmo masculinidades marginalizadas e condutas de violência são elaboradas constitutivamente às identidades do grupo, este grupo é constituído de uma constelação de trajetórias. A dimensão espacial permite permanências e simultaneidades, mas é também a dimensão da possibilidade e da diferença (MASSEY, 2008). A heterogeneidade entre as trajetórias de vida dos adolescentes em tratamento das drogas existe por si, as permanências é que são coextensivas e/ou resultantes de esforços inter-escalares para sua continuidade.

Mais periférica, mas transversal à proximidade entre as performatividades masculinas dos adolescentes e condutas de violência corporal, o ‘fervo’ surge como a última espacialidade organizada. O ‘fervo’, como dito, é o termo utilizado para episódios de fruição partilhada, os quais se utilizam de exageros no consumo de

drogas e atividades que visam a curtição em si. Fazer o 'fervo' é desconectar-se de regramentos e exagerar-se, desprender-se de medos e planejamentos prévios. O 'fervo' acontece da eventualidade de exageros e experimentações.

Grafo 10 – Relações na espacialidade discursiva do Fervo



Organizado pelo Autor.

Fonte: 15 entrevistas realizadas com meninos internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, de Ponta Grossa, Paraná.

A espacialidade do 'fervo' expressa episódios emergentes de derivas, trajetórias abertas para possíveis encontros sem planejamentos prévios que não o de fazer o 'fervo'. Na busca por curtições e festas geralmente noturnas ou de finais de semana acabam por encontrar com batidas policiais, uso e tráfico de droga,

encontro com jovens de outras territorialidades urbanas ('piá¹⁴⁹ de outra vila'; 'briga entre vila'). Desses encontros emergem conflitos circunstanciais que podem ocasionar morte. É frequente o uso exagerado de bebidas alcoólicas em festas e sob o efeito delas acontecer 'brigas'. "Briga, bastante, principalmente com bêbado, acordava não lembrava nem porque, com quem, nem por nada" (Arapuca, 2015).

Os adolescentes moradores de periferias pobres e violentas de Ponta Grossa evidenciaram que, de maneira geral, há uma proximidade geográfica entre suas trajetórias de vida e os casos de assassinatos efetuados e tentados. Através da 'vila' compartilham histórias e experiências de morte violenta, além de expressarem uma masculinidade elaborada coextensivamente a condutas de violência corporal. Performatividades agressivas são sinônimos de uma sociabilidade masculina.

Tornar-se um homem, tanto quanto ou mais, que outro homem, exige que vivenciem espacialidades como a 'correria', o 'fervo' e as 'cenas loucas'. É evidente a busca por uma hegemonia masculina localmente elaborada (CONNELL e MESSERSCHIMIDT, 2013) através de momentos emblemáticos quase como 'ritos de amadurecimento' (HOCKEY e JAMES, 2003; VALENTINE, 2003) que conduzem os adolescentes a se posicionarem e se redirecionarem através das geometrias do poder espacialmente instituídas (MASSEY, 2008). Estas espacialidades, por sua vez, possuem conexão direta com a drogadicção. A hegemonia masculina elaborada localmente utiliza-se de valores estéticos ancorados na violência enquanto um jogo de respeitabilidade. De mesma forma, existe uma face contingencial na violência homicida evocada no cotidiano dos adolescentes. Mortes efetuadas sem uma motivação/causa muito evidente se apresentam como um reflexo de uma rede de ameaças e assimilações de agressões cotidianas.

As espacialidades organizadas reforçam a necessidade de compreensão da perpetuação da violência homicida continuada considerando sua dinamicidade e complexidade. Os dois grupos analisados separadamente são distintos pela efetuação de assassinatos, entretanto, possuem proximidades em suas trajetórias de vida, acrescentando que em diferentes momentos das suas falas foi possível perceber continuidade nas histórias narradas. Os adolescentes em tratamento das

¹⁴⁹ Maneira regional de denominar uma pessoa do sexo masculino, análogo a rapaz, menino, moleque.

drogas, contam sobre os ‘caras quentes’¹⁵⁰ e os ‘malucos’ com quem compartilham espaços, atividades e afetos.

amigo meu, sempre tava com nós nos gole, normal do dia a dia é, esquentava um pouquinho, normal (Arapuca, entrevista, novembro de 2015).

ah, são sossegado, sempre tem uns conflito com os cara, principalmente com os nóia, só o cara vem ratear, os cara são sangue quente mesmo (Araci, entrevista, novembro de 2015).

ah os quente, com os quente, tinha uns que não ia muito com a cara, mas os outros, tinha um que nossa, considero! Não sei se... considerava eu, não sei se considera, tá preso também (Gaibim, entrevista, novembro de 2015).

Andar junto e expressar considerações para com homens que já tenham efetuado um assassinato ou que possua respeitabilidade e boa articulação na territorialidade do tráfico de drogas na ‘vila’ demonstra ser uma gestão identitária presente na vida dos adolescentes.

Nesse sentido, a necessidade de analisar os dois grupos separadamente, mas de maneira complementar, é responsável por organizar o presente capítulo que se empenhou em cartografar as geometrias de poder e os agenciamentos de sociabilidade e afetivos que influem para a compreensão da violência e seu comprometimento com a gestão da morte violenta sobre corpos passíveis de serem violados de diferentes formas. Contudo, os adolescentes que participam e ‘acontecem’ através das espacialidades de drogadicção, estão posicionados diferentemente dos jovens homicidas nas espacialidades da violência e nas relações de forças derivadas das necropolíticas espaciais. Portanto, analisar os dois grupos de maneira articulada torna-se para a pesquisa duas escalas de análise do fenômeno.

Diferente de um sentido unívoco de desenvolvimento linear da vida, como dois grupos em momentos distintos da vida, a complementaridade é geográfica. Ainda que o fluxo de vida posicione as cerimônias de amadurecimento, o

¹⁵⁰ ‘Cara quente’ na linguagem dos adolescentes, refere-se a homens com uma trajetória criminal bem desenvolvida. Geralmente que já efetuaram algum assassinato ou que possuem influência na territorialidade do narcotráfico.

posicionamento acontece com uma dimensão também espacial, de tipos e quantidades de conexões coetâneas entre si.

A sistematização de espacialidades discursivas, agenciamentos afetivos e performatividades masculinas presentes no cotidiano do grupo entrevistado dá subsídios analíticos para entender a maneira como as masculinidades são conduzidas ao agenciamento com práticas de agressão fatal e de que maneira elas estão posicionadas nas geometrias do poder das necropolíticas espaciais que distribuem de maneira diferenciada grupos de pessoas e qualificações de formas-de-vida.

A condição de vida tramada por processos de segregação socioespacial na cidade de Ponta Grossa são marcadas por precariedades no acesso a infraestrutura e serviços urbanos. Essa precariedade dos processos de segregação social é responsável por produzir uma assimilação de diferenças sociais hierarquizadas que na experiência de vida dos adolescentes que vivenciam essa condição, é marcada pela produção da 'delinquência'. Conforme Foucault (2003a), a 'delinquência' é produto de um conjunto de atos discursivos elaborados através de relações de poder microfísico e estratégico. Na medida em que é constantemente elaborado enquanto um exercício sobre a 'delinquência', é necessário que esses atos discursivos busquem coerência e 'substancializem-se' em corporalidades e histórias de vida específicas. A especificidade aqui é coextensiva ao próprio processo de segregação socioespacial e à gestão da pobreza (BIALAKOWSKI, LOPEZ e PATROUILLEAU, 2007). Se os 'processos de subjetivação' são compostos simultaneamente às relações de poder que os circulam (FOUCAULT, 2000), admite-se então que as próprias práticas de criminalidade presentes no cotidiano desses adolescentes são simultâneas ao exercício de 'produção' da delinquência. Se o poder é sempre um exercício, essa produção é feita na forma de gestão, no caso, da sua eficiência em confinar atos de violência de morte tanto sobre um grupo social e identitário específico como em zonas específicas da cidade que, de preferência, assimilem a face violenta da territorialidade do narcotráfico, a pobreza e a precariedade cidadã ao mesmo tempo.

As necropolíticas espaciais, como argumenta Mbembe (2011), atendem a uma sofisticação que não se resume no extermínio direto de um grupo populacional. A vida de adolescentes homens pobres e envolvidos com as drogas, sem sequer

estar diretamente envolvido com homicídios, testemunha uma aproximação real no circuito da violência corporal masculina continuada.

V – O FIO ENTRE A VIDA E A NAVALHA: A VIOLÊNCIA POR UM TRIZ E A ESTÉTICA DA VIOLÊNCIA NA ‘QUEBRADA’

*é uma cova grande pra teu pouco defunto
porém mais que no mundo te sentirás largo*
(Chico Buarque de Holanda)

O capítulo 5 tem por objetivo compreender como jovens envolvidos com a violência homicida compõem suas masculinidades e como estas são negociadas frente às necropolíticas espaciais que atravessam o cotidiano vivenciado pelo grupo. De maneira complementar, a análise elaborada aqui dá continuidade e é articulada com as reflexões elaboradas no capítulo 4. Nesse momento são feitas reflexões sobre o fenômeno da violência homicida através da construção discursiva sobre o cotidiano de jovens envolvidos de maneira efetiva em assassinatos.

O referencial empírico para a análise refere-se a sete entrevistas semiestruturadas (Anexo 1) com jovens do sexo masculino que participaram de pelo menos um homicídio. A estratégia operacional foi buscar esse grupo no Cense, restringindo-se àqueles quem cumprem medidas socioeducativas por ato infracional análogo ao crime de homicídio e que tenham efetuado a infração nos limites administrativos do município de Ponta Grossa.

O presente capítulo está organizado em duas seções, primeiramente são contextualizadas as trajetórias de vida do grupo entrevistado. Também nesse momento inicial, é organizado um panorama geral das Categorias Evocativas sistematizadas. O Grafo 11 sobre as Categorias Temáticas orienta o leitor na compreensão da disposição relacional das evocações. Através dele é possível perceber os elementos mais comentados nas entrevistas é a ‘violência’ e a ‘identidade’, seguido de ‘economia’, ‘droga’ e ‘sociabilidade’. A ‘masculinidade’ e a ‘morte’ surgem como elementos intrinsecamente vinculados a ‘violência’. Assim como a ‘economia’ encontra na ‘droga’ sua mais forte relação. Outro elemento que é pensado nessa seção é sobre o surgimento da ‘família’ enquanto um tema mais periférico e isolado se comparado à função que a ‘família’ toma na cartografia discursiva dos adolescentes envolvidos com as drogas. Esse deslocamento é problematizado a partir do fluxo de vida que será manifesto ao longo do capítulo na performatividade masculina e suas cerimônias de amadurecimento de masculinidades marginalizadas.

A segunda seção é conduzida pelas Espacialidades Discursivas organizadas através do corpo textual das entrevistas. Seguindo a ordem de frequência, foram problematizadas Espacialidades que atenderam as questões da pesquisa. Dessa forma, a seção apresenta as seguintes Espacialidades Discursivas: 'vila', 'tráfico', 'correria', 'cena louca', 'caminhada' e 'fervo'.

A 'vila' enquanto espacialidade mais frequente surge como um campo relacional onde a morte é uma possibilidade. Entre uma rede de confusões, as ameaças e brigas fazem da morte violenta um caminho de comunicação e maneira de se posicionar no jogo de forças locais. A segunda espacialidade mais frequente é o 'tráfico' que propõe um desafio contraditório. Ao mesmo tempo em que é possível afirmar que há uma acentuação de práticas agressivas devido às exigências de cobrança da prática do narcotráfico, é preciso assumir que esse vínculo ao tráfico não é estruturante no agenciamento da violência. Tanto atos de violência podem surgir de outras trajetórias espaciais de pessoas vinculadas ao tráfico, como o próprio tráfico, mesmo se utilizando de ameaças e cobranças, não é para o jovem, sinônimo direto de violência homicida.

A espacialidade da 'cena louca' concentram episódios de morte e quase morte que ocorrem por via de uma rede de confusões ou por elementos de sociabilidade masculina que usam da morte uma evocação circunstancial. A 'correria' é disposta pelas práticas de arrecadação, geralmente vinculadas a atos de criminalidade. Esse circuito de atos como roubo e assalto é permeado por uma rede a amigos e códigos de conduta locais que abrem um caminho de reflexão sobre a instituição de masculinidades e a busca por hegemonias locais. A 'caminhada' pontuam lugares e espaços pensados nas reflexões sobre a própria 'caminhada' de vida. Essa espacialidade é preenchida de aspectos afetivos que fluem através de um fluxo de vida e o autoposicionamento identitário e existencial sobre condutas tomadas e esperanças criadas. Esses aspectos afetivos são diametralmente vinculados a construção identitária partilhada entre homens amigos, colegas, conhecidos e desafetos. Por fim, o 'fervo' enquanto espacialidade discursiva mais periférica organiza as práticas de consumo e fruição. Ao mesmo tempo em que representa prazer e expansão, na medida em que é sinônimo de exageros e condutas errantes, é também a possibilidade de confusões que se iniciam em campos pré-verbais de corporalidade ou por ameaças e rapidamente é atravessada por agressões corporais, geralmente intermediadas por armas.

O capítulo cria uma trajetória de análise no cotidiano do grupo, captando as principais coextensões e contradições. Esse caminho traçado busca montar uma cartografia das principais forças e interações que aproximam esses jovens às necropolíticas espaciais. Também são feitas reflexões sobre o movimento, entre distâncias e continuidades, entre os adolescentes que se envolvem parcial ou indiretamente com casos de morte violenta (capítulo 4) e os jovens que são marcados pela autoria de um assassinato em sua história de vida.

5.1 – O espaço da morte na instituição de masculinidades na periferia: espaços de violência vivenciados por jovens homicidas

A continuidade geográfica entre as vítimas e autores de homicídio em Ponta Grossa, problematizada na seção 3.5, além de evidenciar que o encontro não acontece por homens que estão em uma condição espacial oposicional, aponta para uma dinâmica de violência masculina continuada, onde a morte pode ser tanto um alvo discursivo quanto um rejeito das violações corporais cotidianas. A trajetória de vida de adolescentes envolvidos com drogas e que residem em áreas periféricas pobres de Ponta Grossa demonstrou que a morte violenta é um elemento cotidiano através de histórias, ameaças e testemunhos¹⁵¹. Dentro de um contexto de masculinidades agenciadas a performatividades violentas, os adolescentes fazem da morte violenta uma possibilidade. A questão que se coloca é sobre quais são as distâncias entre a morte enquanto possibilidade e enquanto fato; se há essa conexão, quais são os agenciamentos necessários para sua efetuação. Homens jovens que já assassinaram alguém contribuem, dessa forma, na compreensão das cartografias afetivas das linhas que delineiam as agressões culminadas em morte.

Como descrito na seção 1.3, foram realizadas 7 entrevistas semiestruturadas com meninos internos do Cense, utilizando-se do mesmo roteiro de entrevista

¹⁵¹ Além, é claro, da própria efetuação de assassinatos. Em Gomes (2013) houve três adolescentes entrevistados que descreveram episódios de assassinato cometidos por eles mesmos. Para essa pesquisa, embora tivesse um adolescente que se sabia ter efetuado um assassinato, este não foi cometido na cidade de Ponta Grossa, estando assim fora do recorte espacial da pesquisa. Outro possível elemento para a menor presença de autores de homicídio na Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro foi a mudança da administração. Em conversa com a administração atual eles afirmaram que visam uma gestão do tratamento pautada no bom convívio dos internos e no êxito integral, mesmo que isso exija um número reduzido de adolescentes. Dessa forma, meninos com problemas frequentes na socialização com os demais são retirados da casa, por essa seleção acabam permanecendo na Comunidade apenas os adolescentes mais brandos na trajetória criminal.

(anexo 1). O número de entrevistas, segundo a direção do Cense, corresponde a totalidade na época de internos registrados com o ato infracional análogo ao crime de homicídio e que residem e efetuaram o assassinato nos limites do município de Ponta Grossa.

Tabela 3 – Entrevistados no Cense¹⁵²

nome¹⁵³	idade	vila de moradia	Droga usada
Adupê	18	Uvaranas	Maconha; cocaína
Abicun	18	Bom Sucesso	Maconha; crack
Ebômin	17	Dom Bosco	Tabaco; maconha; cocaína
Adé	18	Dom Bosco	Maconha; cocaína
Daomé	17	Quero-quero	Tabaco; maconha. Cocaína
Egun	16	Tarobá	Tabaco; maconha; cocaína
Arê	18	Dom Bosco	Maconha; álcool

Organizado pelo Autor.

A maioria dos entrevistados possui 18 anos de idade. As drogas usadas registradas a partir dos apontamentos dos próprios jovens apresenta a maconha como a droga utilizada por todos. A cocaína é frequentemente assumida enquanto uma droga de uso esporádico e/ou recreativo. Apenas um jovem declarou usar crack, inclusive, já esteve internado em uma instituição de tratamento das drogas.

ah, usei bastante maconha, doce, LSD, cocaína já usei bastante, agora nem uso mais, faz tempo já (Adupê, entrevista, junho de 2017).

Daí a gente pega, vai, gaseia um dia, gostou, gaseia outro dia, tá gostando mais, daí a gente conhece uma droga, maconha, a gente conhece a maconha, daí que a gente começa a fumar, a gente querer parar de ir pra escola, só quer fumar maconha no bagueio (Abicun, entrevista, junho de 2017).

comecei no cigarro, depois fui pra maconha, cocaína, balinha, papel, tiner, por aí [e que idade?] com dez anos (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

¹⁵² As entrevistas foram realizadas em dois dias no mês de junho de 2017.

¹⁵³ Os nomes fictícios são termos em yorubá, idioma dito nos países do sul do Saara, no continente africano.

ah, quando era mais novo, depois de um tempo que conheci minha mina tá ligado, daí eu parei de usar, mas eu cheirava uns pó raramente, quando alguém me apresentava. [com que idade?] ah, uns treze, quatorze anos (Egun, entrevista, junho de 2017).

usava cocaína, usava maconha [como que começou?] ah, tudo no cigarro [que idade?] comecei a fumar cigarro depois que minha mãe faleceu, daí ia pra escola, daí começava a gasear aula, ficava só no meio do mato fumando maconha, daí depois com treze ano conheci a cocaína, daí a cocaína não abandonei mais (Daomé, entrevista, junho de 2017).

tinha, usava maconha e cigarro só. Cheirava de vez em quando. [e crack já usou?] não, crack nunca na vida! (Adé, entrevista, junho de 2017).

usava maconha. só maconha e bebida (Arê, entrevista, junho de 2017).

O crack possui relação direta com a figura do ‘nóia’ que representa pessoas que possuem relação problemática com o crack. O ‘nóia’ surge com frequência como vítima de assassinatos, tanto nas narrativas dos adolescentes em tratamento das drogas (capítulo 4) como dos homicidas. Abicun mesmo aos 18 anos já afirma ter sido tratado da dependência do crack anos atrás:

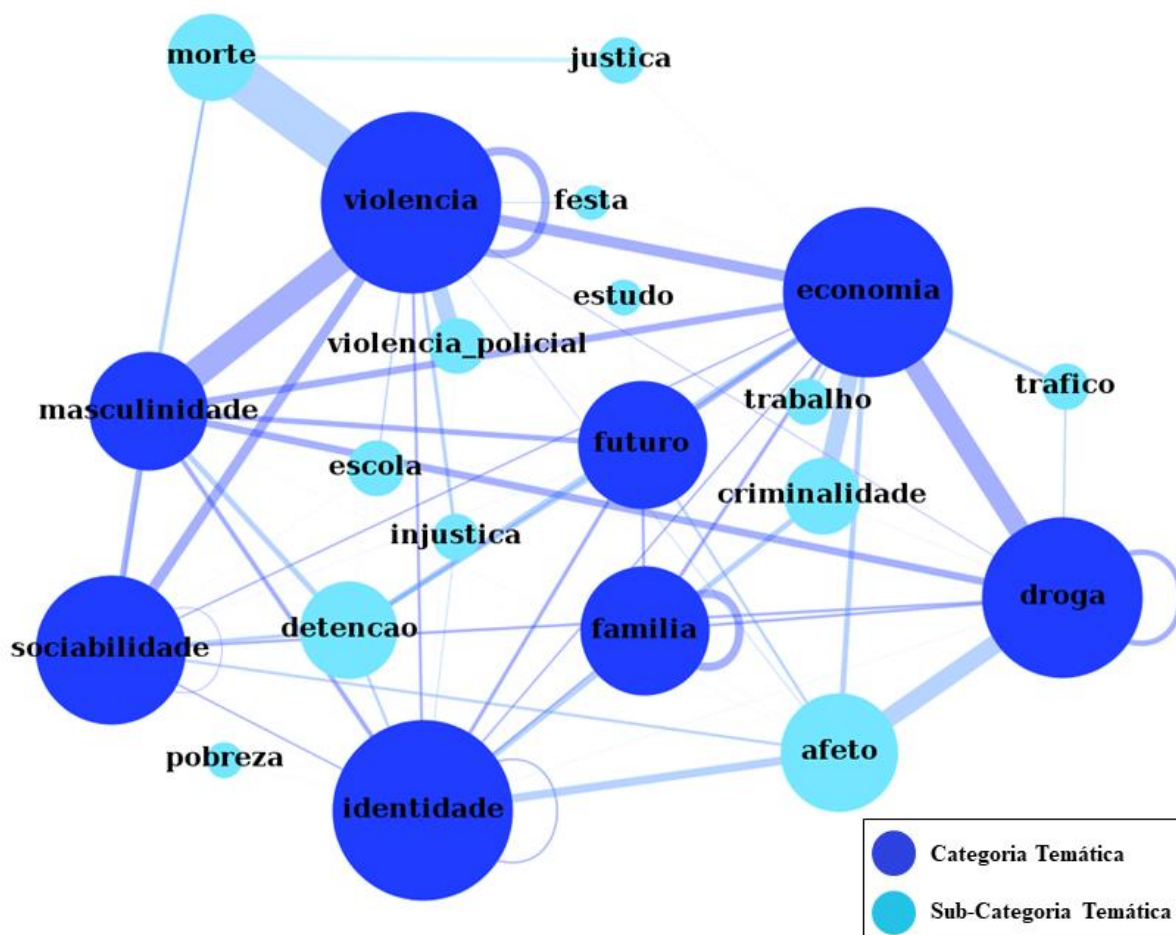
ah, já se internei no crack já cara. já, fumei umas pedra. Fez quatro ano agora, 14 de abril que não fumo mais, 4 ano já. Entrei numa clínica lá em Curitiba, tá ciente? Fiquei numa clínica, me tratei, agora do suave (Abicun, entrevista, junho de 2017).

‘Nóia’, portanto, é uma personificação a qual a masculinidade espacialmente elaborada pelo grupo aponta enquanto prejudicial à conduta de vida, bem como, um sacrilégio na gestão identitária. Através de um fluxo de vida, os ‘noiados’, são sinônimo de imaturidade. A diferença da presença assumida do uso do crack dos meninos em tratamento frente às declarações dos jovens do Cense pode refletir uma construção discursiva sobre si sob a posicionalidade no curso de vida distinto, a partir de um conjunto de experiências e êxitos na construção de uma hegemonia masculina da periferia.

As entrevistas foram transcritas e sistematizadas através da mesma metodologia descrita na seção 1.3 e utilizada para os adolescentes em tratamento

das drogas presente no capítulo 4. Dessa forma, o grafo das Categorias Temáticas e Subcategorias Temáticas apresentam um diagrama geral sobre o corpo textual do total das entrevistas.

Grafo 11 - Categorias Temáticas e Sub-categorias temáticas presentes no discurso dos entrevistados no Cense



Organizado pelo Autor.

Fonte: 7 entrevistas realizadas com meninos internos do Cense de Ponta Grossa, Paraná.

As Categorias Temáticas mais frequentes foram ‘violência’ e ‘identidade’ e se consideradas as relações entre Categorias e Subcategorias, a ‘violência’ permeia grande parte dos temas tratados pelos entrevistados. O segundo grupo mais frequente é constituído pelas narrativas sobre ‘economia’, seguido de ‘droga’ e ‘sociabilidade’. E se considerado as interações entre os temas, há uma sobreposição evidente entre os episódios de violência e casos de morte, bem como, a presença de uma dimensão de gênero (masculinidades). Assim como com os adolescentes,

as narrativas sobre violência possuem relação com elementos identitários de masculinidade.

A 'economia', por sua vez, está fortemente relacionada com práticas de 'criminalidade' e 'droga'. A espacialidade da 'correria' e do 'tráfico' problematizam a maneira como os jovens homicidas organizam a economia pessoal, divididos entre vendas de substâncias ilícitas e a prática de roubos e assaltos. Outro elemento importante a ser ressaltado no Grafo 11 é o posicionamento da 'família'. A referida Categoria Temática apresenta grande parte das suas evocações somente sobre família e suas relações com os outros temas é muito pequena. Diferentemente dos adolescentes em tratamento de drogas (grafo 3), os jovens homicidas expressam um maior distanciamento da família, tanto que na sistematização dos entrevistados no Cense a espacialidade da 'família' não surge como evidente.

Em 2010 foi elaborada pelo Projeto Juventude e Prevenção da Violência do Ministério da Justiça Federal uma análise regional no Brasil sobre as narrativas da violência. Dentre 30 grupos focais nas diferentes regiões brasileiras foram ouvidas 135 pessoas. Um dos elementos motivadores para o envolvimento com a violência foi o 'contexto familiar', elemento esse que segundo o relatório (RICARDO et al., 2010) parece ser mais crucial em homens na faixa mais jovem (a partir de 14 anos). A 'família', conforme exposto no Grafo 11 e Gomes (2013), representa um elemento de tensionamento com a busca pela independência exigida pela 'vida louca'.

Dentre os agenciamentos concretos elaborados em uma espacialidade existem aqueles que conflitam com conexões/dependências com as demais espacialidades. A mobilidade no jogo de privilégios e aceitações de uma determinada espacialidade só é alcançada se há o desafio ou desligamento de inter-relações que sustentam outra espacialidade. Mesmo que a 'família' seja um espaço de vantagens, vez por outra, será um campo de confinamento/recrudescimento das articulações de um bom desempenho da 'vida louca'.

Contudo, frequentemente a 'família' torna-se a própria prévia, campo de assimilações, pelos quais meninos envolvidos com as drogas conhecem, usam e traficam substâncias ilícitas.

ah, eu trafico desde de pequeno, minha mãe traficava, daí eu comecei, sei lá, bem pequenininho, menos de dez anos, já tava integrando [sempre esteve?] me criei (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

Simultaneamente ao vínculo da família com o tráfico de drogas, a 'família' é a espacialidade na qual são agenciadas formas de tornar-se homem, na transição da infância para o que concebem enquanto adulto, a partir de referencial de uma masculinidade agressiva entre os familiares.

A diferença da 'família' dentre o primeiro grupo e o grupo dos jovens homicidas talvez esteja no 'fluxo de vida' de um desenvolvimento espacial do amadurecimento que conduza para o distanciamento/invisibilização da 'família'. Na medida em que se desenvolve uma identidade pautada em uma estética da violência, em atos criminais e principalmente na gestão masculina da economia pessoal, a 'família' passa a ser premida, ao menos, na construção discursiva. Sem deixar de assumir seu papel coadjuvante que pode ressurgir através de cortes no cotidiano da 'vida louca', como por exemplo, falta de dinheiro e casos de apreensão. Nesse caso, a 'família' pode ser um ponto de ancoragem afetiva.

[tema algum exemplo de vida, alguém que você se espelha] na criminalidade ou na vida normal [pode ser nos dois] na criminalidade eu não me espelho em ninguém, mas na vida normal, eu me espelho no meu pai, quer que eu seja de boa, trampo até onde deu, me inspiro nele, mas eu nem consigo ser igual ele, eu sou do jeito que eu sou e já era, sou diferente [mas você acha que não consegue ser igual ele?] ah, consegui eu consigo, mas difícil de arranjar um trampo né, que a gente consiga ficar (Egun, entrevista, junho de 2017).

A narrativa elaborada dentro de uma arquitetura de detenção demonstra que o corte da medida socioeducativa em regime fechado proporciona práticas reflexivas sobre inter-relações coadjuvantes/silenciadas na trajetória de vida em liberdade. A 'família', nesse contexto, também surge como um elemento estratégico na gestão da autonomia.

[e cena com polícia como que é?] ah, é páia... nunca forjaram droga, mas eles uma vez tavam com um calibre num pacote, daí eu tava lá no meio do mato com eles, daí eles falaram que iam colocar o calibre do meu lado, dar um tiro no colete e me matar e falar que eu atirei neles. Só que não deu boa, porque eu falei que ia falar onde tava as droga e levei eles lá em casa, chamei minha mãe, minha mãe me viu que eu tava, pra eles não me matar. [daí você entregou?] Eu não entreguei, não tinha nada, falei que tinha só pra minha mãe me ver... [como tua mãe tava junto, dai os cara não fizeram mais nada] é, ela viu que eu já

tava preso, não tinha meio de eles me matar (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

O episódio emblemático narrado por Ebômin evoca um desempenho estrategista que excedeu a própria compreensão do entrevistador. Ao perguntar “daí você entregou?” o entrevistador estava junto dos agentes policiais, um passo atrás da astúcia de (Ebomin, 2017). Astúcia essa alimentada pela sobrevivência: “[mas os cara iam te apagar?] é, eles iam, mas não conseguiram” (Ebomin, 2017).

A ausência da ‘família’ expressa esse movimento para torná-la secundária, mas, o próprio movimento deve ser compreendido de maneira desprendida ao imaginário de família mononuclear tradicional.

morava com as minhas irmã, minha mãe faleceu e deixou duas casa pra nós, daí ela deixou no pontagrossense e um no quero-quero, deixou um lote. Daí nós era pequeno, nós tinha, minha irmã, pra você ter uma ideia, tinha treze anos, daí minha outra irmã tinha vinte e três, daí ela começou a cuidar de nós. Daí nós pá, obedecia ela, daí um tempo ela não podia atender nós, daí ela pegou e mandou nós pro conselho tutelar, ficamo lá, daí eu peguei e fugi, pá. Daí peguei e fui morar com o meu irmão, daí meu irmão não aguentou com a minha vida (risos) daí me largou, daí eu fugi e fui morar com o meu pai, daí meu pai fiquei uma cota com ele, daí peguei, ah, vou viver minha vida, daí minhas irmã começaram a crescer. Ah vamo morar sozinho, daí comecemo a morar sozinho, daí tamo vivendo a vida, minhas irmã tão morando sozinha, daí a técnica falou que vai conversar com o meu pai, pra eu ir embora. Daí tamo aí né (Daomé, entrevista, junho de 2017).

É nesse ambiente difuso em que ‘irmã’ pode ser sinônimo de ‘mãe’ e a ‘mãe’ pode ser sinônimo de ‘tráfico’ que os meninos organizam sua relação oscilante com a espacialidade da ‘família’.

A desarticulação da ‘família’ frente às demais Categorias Temáticas, o fortalecimento relacional da ‘violência’ com ‘morte’ e ‘masculinidade’, a ‘economia’ estar distribuída essencialmente entre ‘criminalidade’ e ‘tráfico’ são algumas das mudanças de comportamento discursivo entre os adolescentes pobres com envolvimento com as drogas (grafo 3) e os jovens homicidas (grafo 11). A partir desse mapeamento contextual do corpo textual das entrevistas podemos ter apontamentos iniciais sobre as principais alterações e também suas coextensões das duas escalas do fenômeno da violência homicida causada pelo encontro de

jovens do sexo masculino, residentes em áreas periféricas pobres e violentas e com envolvimento com as drogas.

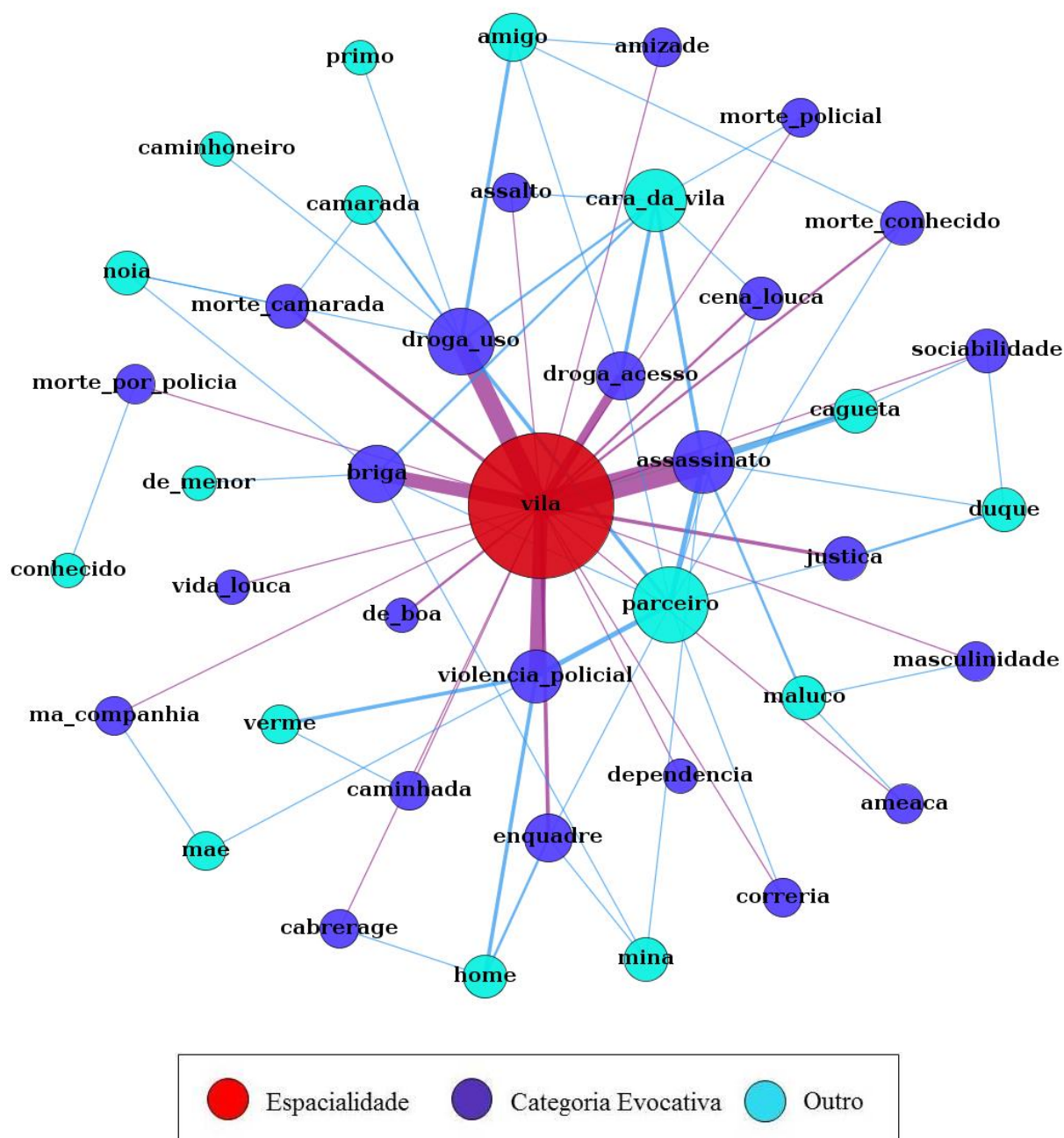
5.2 – Espacialidades da violência no cotidiano de jovens homens envolvidos em casos de homicídio

Através da sistematização das 7 entrevistas semiestruturadas com os internos do Cense, de um total de 316 Categorias Evocativas, foram organizadas 6 espacialidades discursivas de acordo com sua frequência¹⁵⁴ e conexão com as questões de pesquisa¹⁵⁵. São elas: ‘vila’, ‘tráfico’, ‘correria’, ‘cena louca’, ‘caminhada’ e ‘fervo’.

¹⁵⁴ As espacialidades discursivas foram organizadas pela seguinte ordem de frequência: ‘vila’ (29,1%); ‘cense’ (9,8%); ‘tráfico’ (9,1%); ‘cena louca’ (8,5%); ‘correria’ (8,5%); ‘caminhada’ (7%); ‘futuro’ (6,6%); ‘fervo’ (3,5%); ‘quebrada’ (2,9%); ‘escola’ (2,5%); ‘rua’ (2,5%); ‘paternagem’ (1,3%). Os 8,7% restantes são evocações dispersas.

¹⁵⁵ A espacialidade do ‘Cense’, embora bastante frequente, não está problematizada na forma de espacialidade discursiva por não encontrar proximidade com as questões da pesquisa. Por conta da localidade e condição de onde foram feitas as entrevistas, naturalmente os entrevistados empreendiam falas sobre suas experiências mais atuais, buscando externar seus anseios e descontentamentos com vantagens e desvantagens percebidas pelos meninos. A espacialidade ‘futuro’ organiza evocações sobre planos sobre o futuro, principalmente ancorados na condição do regime semi-aberto, que pela gravidade do ato infracional análogo ao crime de homicídio, torna-se extensivamente fechado. A condição de estar cumprindo medida socioeducativa propicia evocações sobre planos que não necessariamente estejam vinculados às espacialidades vivenciadas antes da apreensão. Ainda que as categorias evocativas dessa espacialidade sejam, vez ou outra, trazidas à construção argumentativa dessa seção, enquanto espacialidade, o ‘futuro’ não se mostrou pertinente para a reflexão. As espacialidades da ‘quebrada’, ‘escola’, ‘rua’ e ‘paternagem’ não apresentaram força interativa, por serem pouco frequentes, apresentaram um campo de interações muito restrito.

Grafo 12 – Relações na espacialidade discursiva da Vila



Organizado pelo Autor.

Fonte: 7 entrevistas realizadas com meninos internos do Cense de Ponta Grossa, Paraná.

A 'vila', para os homicidas jovens, se mostra enquanto uma espacialidade diversificada em personagens, mas com relações não tão emaranhadas. Os 'outros' identificados nas Categorias Evocativas estão conectados, em sua maioria, à categorias específicas, os quais, o 'parceiro', o 'cara da vila' e o 'amigo' são os personagens mais frequentes e interativos. Conforme o Grafo 12, as Categorias

Evocativas mais frequentes estão relacionadas ao ‘uso e acesso de drogas’, ‘brigas’ e ‘assassinatos’ e à ‘violência policial’.

Portanto, a espacialidade discursiva da ‘vila’, de maneira mais evidente, está organizada em três campos evocativos, pelos quais, as demais categorias evocativas estão relacionadas: i. Drogadicção: a ‘vila’ possibilita o acesso à droga, pelo seu conhecimento e locais de uso, mas, principalmente orienta a simultaneidade de sociabilidades que têm a droga como um elemento imprescindível; ii. Violência corporal entre pares: a ‘vila’ concentra a maior parte dos homicídios narrados pelos entrevistados e é marcada pelas frequentes ‘brigas’ que emergem entre ‘festas’ nas proximidades, carreiros, becos e mocós¹⁵⁶ para uso e venda de droga, e em rodas e encontros conflituosos nas ruas das áreas de moradia; iii. Violência policial: a ‘vila’ têm a violência empreendida por agentes da polícia como elemento organizacional, através da qual, inclusive, estão posicionadas outras inter-relações.

O acesso às drogas ocorre muitas vezes antes mesmo do recorte de idade reconhecido como adolescência. Os próprios entrevistados afirmam ter começado muito cedo com o consumo.

ah, em festa. Maconha comecei a usar lá na vila mesmo (Adupê, entrevista, junho de 2017).

ah, nem sei, por má influência acho que né, era pequeno ainda quando comecei a usar umas maconha [quantos anos?] tinha bem pouco né, quando comecei a fumar mesmo eu tinha uns dez anos [...] meu pai fumava, fumava maconha (Adupê, entrevista, junho de 2017).

ah comecei a fumar maconha, com uns dez, onze anos (Abicun, entrevista, junho de 2017).

comecei no cigarro, depois fui pra maconha, cocaína, balinha, papel, tiner, por aí [e que idade?] com dez anos (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

[porque você usava droga?] sei lá, não sei direito, baseado fumava por bobeira, cigarro, também, bobeira, comecei a fumar só no embalo, com os outros, na hora que vi já tava viciado e maconha também não conseguia ficar sem. Fica na bronca, ficava estressado, nervoso, daí

¹⁵⁶ Estabelecimento de moradia, geralmente precário, onde é utilizado para uso de drogas e também como ponto local de venda varejista de drogas ilícitas.

tinha que fumar um baseado, daí ficava de boa, me acalmava, pá (Adé, entrevista, junho de 2017).

usava cocaína, usava maconha [como que começou?] ah, tudo no cigarro [que idade?] comecei a fumar cigarro depois que minha mãe faleceu, daí ia pra escola, daí começava a gasear aula, ficava só no meio do mato fumando maconha, daí depois com treze ano conheci a cocaína, daí a cocaína não abandonei mais (Daomé, entrevista, junho de 2017).

A presença frequente de drogas e bebida alcoólica no cotidiano da 'vila', faz com que as sociabilidades tenham desde "muito cedo" a droga como um elemento constituinte da composição das identidades da 'vila'. Measham (2002) afirma que as identidades de gênero são elaboradas sempre de maneira interseccionada a outros elementos culturais, de lazer, arte, vestimenta, consumo, etc. De acordo com a autora, o uso de droga torna-se não somente um elemento mediador para a elaboração de identidades, mas, é ele constituinte da identidade. Sanders (2011) afirma que relações problemáticas com as drogas, que podem ser assumidas como 'vício', são resultantes da própria construção de masculinidade de um determinado grupo. Portanto, alterar um problema na relação com as drogas, torna-se sinônimo de transgressão da própria masculinidade. Em uma construção de hegemonia local da masculinidade (CONNEL e MESSERSCHIMIDT, 2013) a droga pode ser um agente 'cimentante' dessa hegemonia, ou melhor, o consumo de drogas e as práticas que ela proporciona, é um campo de posicionamento nas relações de poder engendradas na construção de uma masculinidade.

[Porque você acha que usava droga?] ah, não sei, pra se divertir igual [e sempre com quem, como que era] ah, com os amigo, eu faço amigo né, por causa da maconha assim (Adé, entrevista, junho de 2017).

Segundo Aitken (2012) a centralidade de uma relação problemática com as drogas não está na interação bioquímica que se restringe à conexão entre o corpo e os princípios psicoativos, mas na interação social que a droga proporciona, seja antes ou depois de seu efeito. A relação viciada está no retorno contínuo aos espaços de drogadicção. Segundo Arê, usar drogas, inclusive o faz conectar a uma rede de amizades que podem somar ou até superar a potência bioquímica que uma droga proporciona no corpo. A produção de cortisol, ocitocina, dopamina, adrenalina

e o embate entre neurotransmissores excitatórios e inibitórios, também se ligam a essa sociabilidade masculina constituinte de espaços de drogadicção. ‘Ferver’¹⁵⁷, a ‘fissura’¹⁵⁸, se ‘espiar’¹⁵⁹, ficar ‘suave’¹⁶⁰, ‘louco’, etc, fazem parte de uma economia afetiva em espaços de drogadicção, sejam em ‘mocós’, ‘matos’, ‘biqueira’¹⁶¹, ‘rodas de crack’, ‘fervos’, em ‘casa’, etc.

O segundo campo evocativo é a violência corporal¹⁶² entre pessoas que residem nessa zona de encontros cotidianos. Essa violência está dividida entre os episódios de ‘brigas’¹⁶³ e os ‘assassinatos’. Segundo Egun na vila, área de moradia onde reside, “sempre tinha um perdido, uma briga perdida pra qualquer lado” (Egun, 2017). A ‘vila’ é a espacialidade através da qual, encontros conflituosos e a perpetuação de tornar-se homem de uma maneira agressiva são possibilitados. A hegemonia local das masculinidades (CONNEL e MESSERSCHIMIDT, 2013) é instituída numa relação de forças continuadas e localizadas que posicionam as corporalidades e a discursividades em uma rede de elementos estéticos e valorativos de privilégios e desvantagens. Essa rede é espacializada através da ‘vila’ tornando-se inclusive um elemento identitário nas territorialidades de rivalidade entre vilas (ROSSI, 2010).

[já participou de muita briga?] altas, bastante [como que era?] entre vila, por causa de droga também (Adupê, entrevista, junho de 2017).

[tinha muita briga por vila?] não, só com a vila do lado, mas, nós nem ia lá, evitava, quando ia lá só dava cagada [tinha muita rivalidade entre vila?] verdade [com qual?] com atenas, itapoá, santa paula. Com as vila do lado é de boa, é mais lá pra baixo perto da munchen¹⁶⁴, lá, não dá pra descer (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

¹⁵⁷ Práticas de curtição, busca pela fruição, muitas vezes de maneira inconsequente. Geralmente se refere ao uso excessivo de drogas, a ‘rolês’ com carro ou a pé, participação em festas, etc.

¹⁵⁸ Frequentemente usado para designar a condição e sensação de abstinência de alguma substância. Mas, também está relacionado a obsessões sobre determinado fato.

¹⁵⁹ Geralmente é evocado para descrever o efeito do crack. Ficar ‘espiado’ é marcado pela pupila dilatada, posição corporal retine e percepções embaralhadas da realidade, tendendo sempre para a desconfiança e alucinações de ameaças e perseguições.

¹⁶⁰ Estar ou ficar suave, quer dizer estar tranquilo, sossegado, despreocupado com a situação.

¹⁶¹ Ponto de venda de droga é geralmente um estabelecimento residencial da vila de moradia.

¹⁶² ‘Violência corporal’ está sendo usado para designar um tipo de violência que se utiliza de agressão física, ou melhor, agressão que tem a finalidade de encostar e violar o corpo seja pelas mais diferentes formas.

¹⁶³ As ‘brigas’, enquanto uma Categoria Evocativa, é preciso reforçar que se tratam de lutas corporais.

¹⁶⁴ München é uma festa anual da cidade de Ponta Grossa que ocorre tradicionalmente no Centro de Eventos do município, localizado ao lado do núcleo habitacional Santa Teresinha.

A cidade se torna um campo de tensões entre territorialidades que definem espaços interditos e de risco. Em muitos casos a mobilidade só é maior se organizado entre grupos identitários que ancoram suas territorialidades, em partes, na vila de residência. Muitas 'brigas', como descritas nas narrativas acima, são efetuadas pelo controle de algumas geografias das cidades. Muito em conta da territorialidade do tráfico em disputas de zonas de venda, as 'brigas', também são efetuadas por conflitos de história recente entre vilas.

A espacialidade da 'vila' também suporta brigas provenientes de confusões difusas.

eu não sou de briga, mas altos cara já quisera me tirar, jogar areia na minha caminhada, tá ligado. Uma vez eu tava subindo na rua, tinha ido na casa de um parceiro meu, um jogo de ps3, daí fui na casa desse loko, tava voltando assim, pá, trombei dois loko, tava subindo na rua, dois loko vindo de frente assim, um com a garrafa de gole na mão, os cara tavam bêbado no baguio, me pararam na rua, tava eu e mais um outro loko, daí falaram bem assim pro piazão, é cara, você que roubou minha casa, não sei o que, o piazão entrou em choque na hora, o cara já deu um murro na cara dele, nessa que o piazão deu um murro na cara dele, esse piazão correu, eu fiquei parado, eu não devia nada, pensei, eu não vou correr, não devo, daí o cara veio pra cima de mim, cara bem maior que eu, veio pra querer me bater, tá ligado, você também cara, tava junto, e eu, que cara, não tava junto e fui me afastando pra trás, nessa hora o outro veio e me deu um rodo, tá ligado, caí com os cotovelo no chão, nessa já levantei rápido assim e peguei comecei a lançar umas pedra nos cara, daí os cara tavam em dois, eles iam me quebrar, peguei e saí correndo, pulando de lote em lote, pulei uma quadra, até chegar na casa de uns amigo meu, cheguei na casa de uns amigo meu, e falei, o os cara tão querendo me pegar e eu não devo no baguio, os cara tão me tirando ali, tão querendo me pegar, tão com crocodilagem, eu não devo, mas o outro eu não sei (Adé, entrevista, junho de 2017).

A confusão surge de uma 'trombada' com os 'loucos' e da 'confusão' a 'briga' é quase imediata. Seguindo na mesma estória.

Os cara pegaram umas foice, não, daqui eles não vão passar, desça na casa de outro parceiro, desci na casa de outro parceiro, daí tinha um carro, um golzinho branco, já pegou um calibre, já subimo no carro e fomo atrás desses loco, não achemo os cara, daí beleza né, o cara foi e me deixou na minha casa e pá, daí no outro dia eu dormindo, de repente escutei aquela voz, ah, não sei o que, peguei abri a janela do

meu quarto o maluco que tinha querido me bater, tá ligado, outro dia falou bem assim pra minha vó, é, esse teu neto aí, ladrão, não sei o que, roubou minha casa, roubou videogame, roubou geladeira, roubou televisão, não sei que lá, não sei o que mais, bem assim tá ligado? Daí já saí, o cara que que você tá aí cara, já falei que não fui eu no banguio, daí ele, ah nem quero ideia com você seu caxangueiro, falou assim, tá ligado.

Ah, não quer ideia comigo, então tá bão então, peguei e saí dali né, peguei e liguei pra esse parceiro meu e pá, ow, o cara tá aqui me enchendo o saco na frente da minha casa. O parceiro com o carro, ele e mais um outro, chegou e que que se tá loqueando aí cara, ele falou, ah, meu vizinho falou que esse cara aqui roubou minha casa, não sei o que, ele, você bota mão no fogo no teu vizinho, meu vizinho é da igreja e não sei o que, então, mas você bota a mão no fogo por ele? Não, não boto, não sei o que, então cara, eu boto a mão no fogo pelo cara aí, o cara é meu parceiro aí, corre comigo e é melhor você deixar o cara de boa aí e pá, e mostrou um calibre pra ele assim, tá ligado, o cara já pá, ficou em choque no banguio, saiu vazado, nunca mais me encheu o saco (Adé, entrevista, junho de 2017).

Esse episódio rico em detalhes sobre as tramas de desavença aponta para um tipo de confusão emergente de confusões. As relações de poder, segundo Deleuze (2008) são compostas por relações entre forças, sem nunca chegar a uma fonte. Os conflitos sugerem que há um tipo de força que se alimenta pelo próprio embate, uma relação entre confusões, que são continuadas pelas confusões. A comunicação entre ameaça e autodefesa não precisam ter uma origem bem clara, o que precisa é apenas de uma rede de sociabilidades masculina que sustem as estratégias de sobrevivência. Dentre esse campo de instituição de masculinidades, Adé delineou um embate advocatório. Formas-de-verdade (FOUCAULT, 2003a) se fizeram em um jogo de convencimento e, ter um parceiro que ‘mostre o calibre’¹⁶⁵, talvez foi o argumento mais convincente dentre uma sociabilidade masculina localizada, pode-se dizer, foi a comunicação mais ‘verdadeira’ dessa estória.

O porquê de uma ‘briga’ não é central e, se há um por que, é por ser necessário e simplesmente fazer parte da aproximação entre pessoas do mesmo sexo e pelo posicionamento nas relações de poder da espacialidade.

[participou de muita briga?] bastante [e porque que era?] sei lá, por nada (risos) só por brigar (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

¹⁶⁵ Arma de fogo pode ser uma pistola ou revólver.

Quando um termo ou uma conduta não tem força reflexiva sobre si mesmo, lhe auto expõe seu caráter espontâneo. ‘Brigar só por brigar’ e confusões sobre confusões acontecem através da ‘vila’ e convidam a uma análise escalar. O que se quer dizer é que buscar causas do embate corporal entre pessoas sob determinada perspectiva pode tornar-se um jogo de espelhos em que as causas são o próprio embate. A ‘vila’ se demonstra uma espacialidade pertinente na compreensão das tramas de violência corporal, contudo, as causas se dissolvem, tornam-se nebulosas. É preciso entendê-la em sua eficiência interescalar, onde ‘brigar só por brigar’ é um sintoma de um processo de precarização da vida humana e principalmente da territorialização da violência urbana em zonas empobrecidas.

A estética da violência engendradora na composição de masculinidades agressivas elenca níveis de briga simultaneamente aos níveis de valentia. Egun ao terminar as narrativas sobre brigas afirma:

Pá, foi só isso, os acerto assim e alguns na escola assim, briguinha de escola, faiada mesmo, isso aí não vira em nada (Egun, entrevista, junho de 2017).

Existem ‘cenas loucas’ (Grafo 14) e existem ‘briguinhas’. A retroalimentação de confusões se fortalecem à medida que se exageram: de um xingamento para um empurrão, de um soco para um facão empunhado e da arma em punho ao sangue escorrido. Nesse contexto, a ‘briga’ e o assassinato estão relacionados de maneira muito próxima.

[Já participou de muita confusão, briga?] já, bastante [como que era?] ah, treta de rua assim, já apanhei, já bati (risos). Uma vez, os cara pegaram em cinco eu, bateram em mim, daí nós fumo lá numa galera lá, daí quase matemo os cara também (risos) (Daomé, entrevista, junho de 2017).

ah, tive três tentativa, mas, nem tentei matar, só tava brigando [usou alguma coisa?] não, na mão [não era pra matar?] só tava brigando, daí sem querer o cara quase morreu (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

Pensar sobre uma ‘briga’ culminar em morte evidencia que a morte pode surgir de uma ‘briga’ violenta, com ferramentas que auxiliam na dilaceração da vitalidade do corpo. A presença de agressividade, contundência em golpes,

utilização de ferramentas, etc, são condutas agravantes na inscrição penal de um homicídio, na medida em que evidencia a intenção objetiva de matar. Entretanto, através das histórias de morte e narrativas como as descritas acima pelos jovens homicidas, é possível que haja a contundência e a utilização de ferramentas, sem que, segundo eles, a morte seja seu objetivo principal. A naturalização de agressões, histórias de briga, cicatrizes na pele, sangue de faca e paulada, perfurações de projétil disparado de arma de fogo, são formas diferenciadas de experimentação do próprio corpo. Nesse sentido, a morte não precisa nem ser o objetivo principal, ela acontece por consequência de uma forma de um homem comunicar sua desavença com outro homem.

Considerando a complexidade de analisar os casos de homicídio a partir do cotidiano do próprio grupo que vivencia espacialidades de violência, a proximidade entre 'briga' e assassinato se mostrou enquanto uma permanência na construção discursiva do grupo entrevistado. Contudo, existem descontinuidades que contribuem para a coesão dos espaços de violência corporal continuada. Nesse sentido, também é possível haver assassinato que não possua relação direta com essa rede de confusões sobre confusões, mas com uma forma de justiça e conduta masculina que exija a morte violenta. Abicun, ao ser indagado se já havia participado de muitas brigas, disse: "pior que não cara, sou de boa". 'Ser de boa' não impediu que Abicun efetivasse um assassinato. Essas situações estão problematizadas na 'cena louca' e na 'caminhada', ou pensar sobre as noções de 'justiça' e códigos de conduta exigidos pelas masculinidades elaboradas em cumplicidade com a territorialidade do tráfico de drogas.

A 'vila' torna-se essa referência do imaginário geográfico dos jovens por onde ancoram os assassinatos que participaram diretamente, assistiram ou ouviram falar.

ah, o piá tentou me dar umas facada, tava numa festa também, tentou me dar uma facada, acabei reagindo e matando ele [e você tava armado ou pegou dele?] tava armado [onde que era essas festa?] lá na vila mesmo (Arê, entrevista, junho de 2017).

[e conhece outro camarada que morreu?] tenho [como que foi a história?] ah, não sei, sei um nóia que tinha caguetado, não sei o que aconteceu lá e deram uns tiro nele lá [na tua vila?] verdade (Arê, entrevista, junho de 2017).

ah, esse cara aí, foi por caguetagem, caguetou [era camarada?] antigamente era da vila, morava na esquina da minha casa (Adupê, entrevista, junho de 2017).

ah, um... porque me devia, daí a outra porque roubava na vila, daí caguetava, essas coisas [então foi mais dívida] é, por dívida (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

esse daí foi de momento, nem pensei [mas era um cara que você já tava visando] é, era um cara que não podia ir lá na vila, mas ele foi, na minha casa ainda que aconteceu. Acho que ele não sabia que era minha casa. [o que ele fez pra chegar nesse limite] ah, ele não fez nada, ele só foi lá, ele fez antes (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

A ‘vila’ é a espacialidade discursiva mais frequente e como é percebida nos trechos acima, por onde também estão inter-relacionadas outras espacialidades como ‘fervo’ e ‘tráfico’, problematizadas a seguir.

O terceiro campo evocativo evidente na espacialidade da ‘vila’ (Grafo 12) é a ‘violência policial’. As Categorias Evocativas ‘violência policial’, ‘enquadre’ e ‘morte por policial’ expressam a presença corriqueira da figura policial no cotidiano dos jovens. As cenas de mortes e confrontos com a polícia estão problematizadas na ‘cena louca’, mas existem frequentes registros de condutas utilizadas nas batidas policiais realizadas na vila em que residem. Uma particularidade comportamental de agentes policiais em batidas efetuadas em vilas periféricas pobres do espaço urbano de Ponta Grossa é a ingestão de drogas ilícitas.

E uma vez também que eu andava de skate, andava com um piação no parque, o Ruan, nossa, aquele cara era bem loco, assim sabe, conheci ele quando estudava no borel, nós gaseava aula junto pra andar de skate, não sei se conhece o shopping omini, nós gaseava aula só pra andar lá de skate. Daí um dia, esse parceiro meu tava com vinte e cinco de maconha no bagueio, daí tomemo uma, daí fizeram nós comer, essa foi foda, tipo o bagueio, não conseguia engolir, o bagueio ficou igual um chicletes, mastigava e não conseguia engolir, ficamo umas duas horas só pra comer, dividimos e cada um comeu um pouco (Adé, entrevista, junho de 2017).

ah... uma vez eu tava com um parceiro meu, tá ligado, nós tomemo uma geral, tava de carro assim, fumando um baseadão dentro do carro, tamanho do meu dedo o baseado, dentro do carro, aqui oh, sabe o santa mônica, tava vindo lá da rpc, lá, vindo na rua do meio da santa mônica, vindo bem loco de carro, pá, parceiro meu, Juda,

dirigindo, eu do lado e outro maluco lá trás, no banco de trás, peguei, fumei e passei pro maluco, na hora que tava passando pro maluco do banco de trás, dois polícia de moto, aqueles de moto, tá ligado, passaram, falei, nossa, olha aí piaçada, olha os cara passaram aí agora. Daí os cara, ah que nada, nem vão voltar, ficou nessa, e pá, dirigindo, o cara passou pro outro ali e pá, fumando, passou pra mim, fumei, passei pro cara de novo, na hora que passei pro cara de novo, eu olhei assim, os dois, um por cima da calçada e o outro na contra mão, com as pistola na cara, pra dentro do vidro, colocou a mão pra dentro do vidro, encostou e, vai vai vai, pára, pára, pára! O cara encostou, desce, desce, desce, mão na cabeça, pá, mão na cabeça, daí nessa hora um maluco pegou o beque que ele tava fumando e colocou assim na mão, e apagou e colocou a mão na cabeça, só que ele tava com mais umas quinze grama no bolso de trás do calção, daí ele apagou assim. O policial, deu uma geral no Juda, daí deu uma geral no Bugre, daí na hora que ele deu uma geral no Bugre, ele derrubou o baseado, o verme mexeu na mão dele, fez assim, na mão dele, daí ele derrubou o baseado bem perto do verme, daí o policial bem assim, e esse baseado aí piação, já sabe o que que faz né, vai que comer isso daí, ele tava com uma piteira de papel, cigarro, daí ele pegou e quebrou aquela parte que tava com o cigarro, jogou e comeu só o beque, daí o policial, não, não, pode pegar esse papel aí, esse lixo do chão aí, pode comer também, daí teve que comer. De repente o policial mexeu no bolso dele e achou mais as quinze grama, daí ele tava mastigando, o policial só colocou em cima do pescoço dele assim, e mais quinze grama, esse aqui também, já sabe, comeu, daí eu de menor, eu era o único de menor da cena, os cara, você caminha daqui piação, pá. Peguei meu celular que tava no chão, meu óculos, meu boné e saí de caminhada e daí eu fui no posto, eles pararam nós bem naqueles trevo, daí eu fui indo pra lá, de repente eles passando de carro, já me joguei pra dentro do carro de novo, daí fumo embora. Os cara liberaram nós por sorte, os cara não eram sacana tá ligado, liberaram nós, fizeram o cara comer e mandaram nós embora (Adé, entrevista, junho de 2017).

O Brasil atualmente possui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, lei 11.343 de 2006, que diferente da anterior (lei 6.368/1976), é retirado a pena de privação de liberdade para usuário de drogas ilícitas. Entretanto, ainda é ambígua a tipificação entre usuário e traficante, sem ter uma quantidade prevista em lei, a autoridade policial contribui para a convicção da construção dos fatos em um inquérito policial. Essa característica dá margem para que a quantidade classificada

enquanto tráfico seja decidido de acordo com a localidade e corporalidade do flagrante¹⁶⁶.

Zacconi (2015) argumenta que a lei antidrogas importada e executada há mais de 30 anos no Brasil serve a um projeto de segurança pública que visa o controle repressivo de corpos empobrecidos e racializados. A territorialidade do tráfico de drogas concentra sua face violenta nas áreas pobres das cidades brasileiras, entretanto, não se restringe e nem se sustenta somente sobre um grupo de renda específico. Mesmo assim certas condutas policiais são restritas a uma geografia restrita, desde a disparar, por engano, mais de 100 tiros em um carro (capítulo 2) ou obrigar que usuários em flagrantes ingiram a substância. Espaços permissíveis são definidos pela autorização de certos comportamentos de instâncias estatais sem que se configurem enquanto crime em determinada localidade e sobre determinado grupo social. São políticas de violação e gestão da morte violenta atendendo à uma dinâmica geográfica, necropolíticas espaciais (ALVES, 2011).

Ameaças, agressões e uso de spray de pimenta também compõem a espacialidade da 'vila'.

ah, uma vez eu apanhei de graça por causa de um outro cara lá. Nós tava lá, os cara roubaram o bagueio lá, daí eu tava com fama, que os cara tinham a foto, daí eu tinha home theater, só que o home theater não é roubado, é rolo, mas não sei se era roubado. Tava eu e o Bugre, daí o cara, queria comprar o home theater de mim, daí era domingo né, oito hora, daí eu falei, então eu vou levar então, daí sabe essas mochila de viagem? Peguei, enfiei as caixinha dentro da mochila de viagem, pá, daí desci. Daí o aparelho de dvd não cabia na caixa, daí eu peguei e dei pro índio, tome essa bolsa e leve, daí a bolsa não fechava, daí nós pá, peguemo na casa da minha mina, daí a mina pegou e falou, se cuide, daí eu, ah, firmeza, daí peguei saí e pá, quebrei a rua, na hora que saí na outra esquina a choque, sabe choque, a choque me enquadrou, agora que vou levar um pau. (Daomé, entrevista, junho de 2017).

Me enquadraram, daí, e essas coisa aí piá? essas coisa aqui é da minha mãe, ele falou, que que tá fazendo essas hora pra rua, falei, tô levando na casa da minha irmã, que minha irmã pediu, ele falou assim,

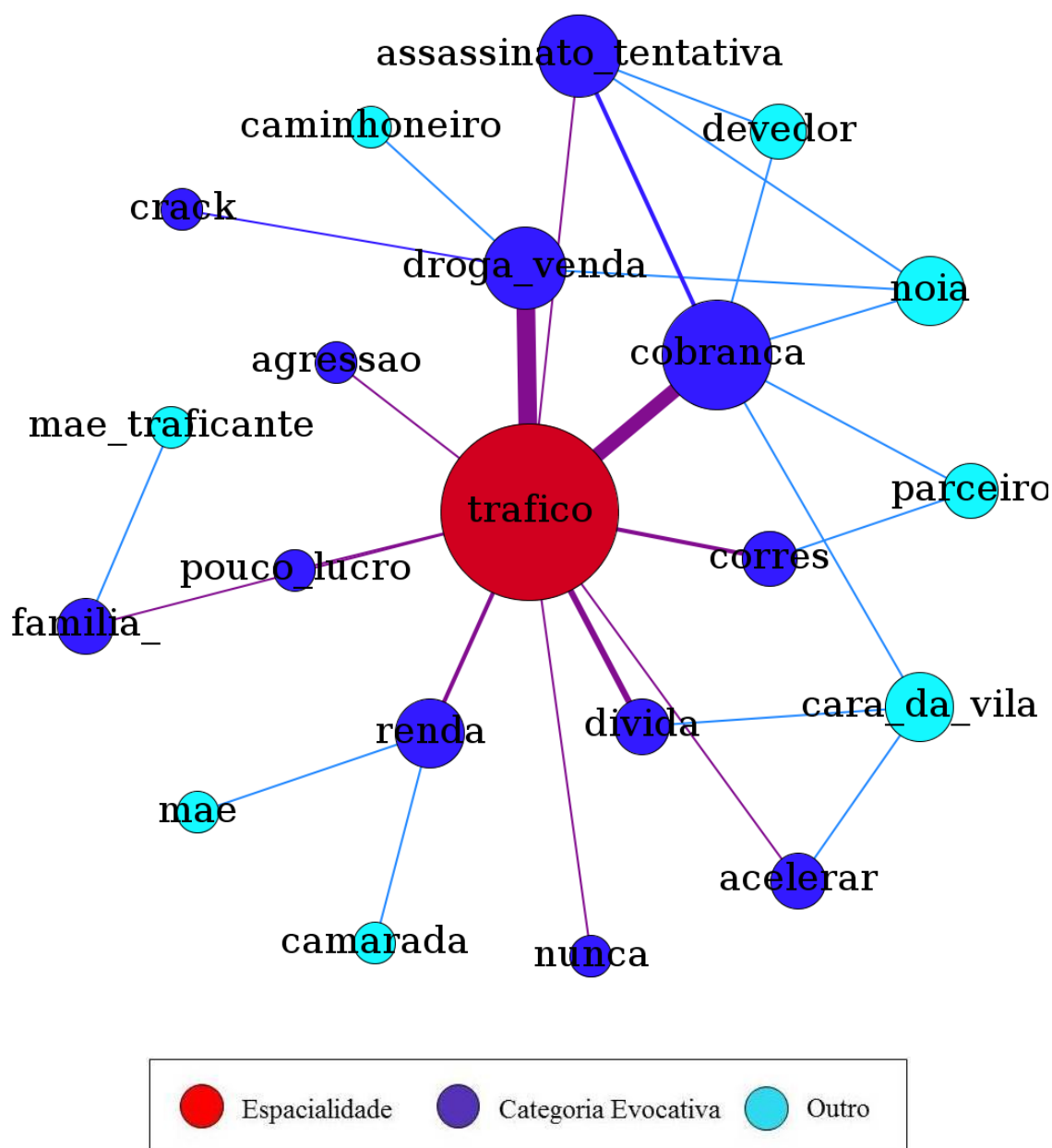
¹⁶⁶ Lei 11. 343/2006, artigo 28 § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

aqui mano, se tá mentindo pra nós, esse bagueio é roubado, onde você roubou esse bagueio? Falei, não roubei mano, daí ele, ê cara tá me tirando, já pegou e já me deu um chutão assim, fale a verdade cara, que mano, não sei mano, daí ele bem assim, você que é o Lula? falei bem assim, não sou o Lula, que cara, você acha que eu não sei que você é o Lula, anda roubando por aí, seu ladrãozinho, daí eu (risos) peguei e dei risada, daí ele, que você tá dando risada aí cara, você acha que é brincadeira, já me deu um tapão assim, pá, vamo tirar uma foto, daí eles pegaram um moto g, jogaram na minha cara assim, daí eu não conseguia abrir o olho assim, ele, abre esse olho sua putinha (risos) os cara pagando veneno e pá, daí falaram um monte de bagueio pra nós, daí eles pegaram e falaram bem assim, você vai preso piá e colocaram minha mão pra trás, daí falei, nossa, vou preso por causa de um bagueio, daí eles falaram, não se não vai preso, daí mandaram colocar a mão na cabeça, daí ele falou bem assim, cinco minuto mano, pega esse bagueio e se suma daqui mano, daí nós pá, solto a mochila no chão, jogou os bagueio pro lado, peguei os bagueio bem ligerinho assim, daí o cara deu chutão pra bunda assim, daí pegou, olhe aqui pra mim, daí um jato de spray de pimenta na minha cara, daí nossa, tá tirando, tá tirando, daí pá, não fez nada, só sabe cheiro ruim, daí ele, se suma, eu e o índio se sumimo pra baixo, daí nossa, começou a queimar minha cara, pá, nossa índio que que é esse bagueio, não sabia o que era spray de pimenta, se pá é spray de pimenta, daí ele também levou, só que ele levou no olho, ele não conseguia abrir o olho, tava chorando, daí começava chorar assim, daí eu só levei nessa parte da cara, no nariz, daí quebrei a rua, daqui a pouco a choque desceu de novo atrás de novo, daí nossa, tá tirando né mano [riso], peguei e ah, pegamo o bagueio e caímos pro meio do mato e pá pum caímos pra dentro do esgoto, daí vazaram. Nós peguemo, passamo o esgoto e fumo lá pro meio do mato lá, daqui a pouco eu vi, eles tavam na frente de casa, a choque, daí fiquei uma cota no mato mocado, daí pegaram e vazaram daí, daí nunca mais, daí até que vim preso (Daomé, entrevista, junho de 2017).

Nesse emaranhado de confusões, ameaças, brigas e mortes a espacialidade da ‘vila’ possui as coordenadas de uma morte a espreita. Composta da interação entre espaços de drogadicção, violência corporal entre homens, por meio de brigas com ou sem morte e as repressões de agentes policiais, a ‘vila’ posiciona elementos que contribuem na composição de masculinidades agressivas agenciadas à estética da violência.

A segunda espacialidade discursiva mais frequente é o ‘tráfico’ que representa as Categorias Evocativas que expressam as práticas do tráfico de drogas ilícitas.

Grafo 13 – Relações na espacialidade discursiva do Tráfico



Organizado pelo Autor.

Fonte: 7 entrevistas realizadas com meninos internos do Cense de Ponta Grossa, Paraná.

O grafo acima demonstra maior frequência em Categorias Evocativas como 'cobrança', 'venda de droga' e 'dívida' e os personagens mais presentes nesse campo são o 'cara da vila', 'nóia', 'devedor' e 'parceiro'. O 'tráfico' é caracterizado por caráter bastante previsível. As 'venda de droga' acontecem em pontos específicos das áreas de moradias, locais selecionados pelos varejistas locais, ou pelo varejista que conquista a exclusividade em determinada área da cidade. As

‘biqueiras’ e ‘mocós’ tornam-se estabelecimento de venda de droga que são compradas por pessoas de fora da comunidade.

[e era pessoa mais nova...] novo, véio, qualquer um (riso) [vai muita gente da quebrada?] Ah, era mais nóia, usuário de crack, eu vendo mais crack, maconha eu nem vendo, eu dô maconha, fumo. [Tem muito nóia na vila?] na cidade né [você vendem muito pra gente de fora?] de fora também, caminhoneiro, cocaína [e gente que não mora na quebrada?] ah, tem bastante, de fora, de Carambeí, Imbituva, Castro, essas cidade perto, Tibagi [...] mas eu prefiro ficar na minha biqueira lá em casa (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

Da venda é retirada uma porcentagem do preço pago ou fiado. “Sempre peguei na moeda, pegava bastante, daí vendia, fazia a moeda do cara primeiro, depois catava a moeda minha, ficava suave” (Abicun, 2017). Com a finalidade de arrecadação de dinheiro, o tráfico de drogas ilícitas representa uma oferta de emprego mais próximo da trajetória de vida dos entrevistados.

vendia pedra, que nem depois que eu parei de fumar um crack assim, tá ligado, daí que já comecei a vender uma pedra pra eu adiantar uma moeda. Comecei a se erguer, tá ligado, daí chega uma hora que a gente chapa de vender o bagulho, né cara (Abicun, entrevista, junho de 2017).

Conforme Abicun, em uma ‘vida louca’ o simples comércio ilegal pode ‘chapar’, ou seja, cansar e causar tédio. Entretanto, em uma economia ilegal os dispositivos de cobranças precisam ser diretamente com o devedor. Os sistemas de créditos em um mercado legal produzem maneiras articuladas de obstruir a capacidade de compra de um devedor. No varejo das drogas ilícitas o dispositivo de cobrança de pequenas quantidades é direto com o devedor. “Ah se ficasse me devendo eu ia cobrar, mas geralmente eles me pagavam. Ah, eu não vendo fiado, se não tem que ficar cobrando” (Ebômin).

Quando é necessário fazer a cobrança é preciso ‘acelerar’, termo utilizado pelo grupo que evocar uma cobrança que frequentemente se utiliza de ameaças, agressividade, lesões corporais ou morte.

[já teve que acelerar alguém que devia?] ah tinha né! [como que era?] ah, acelerar né. se não morre! (Adupê, entrevista, junho de 2017).

tentativa de homicídio? altos, bastante! [quantos assim] nem sei, acho que umas cinco, seis
 [ia pra matar e errava ou era susto] era pra matar, mas daí não deu boa
 [o que usava?] ah, o que tivesse, até na pancada
 [usava alguma droga pra isso] eu não, normal (Adupê, entrevista, junho de 2017).

[teve vez de fazer cobrança?] já, um monte de vez [como que fazia] ah, eu nunca tive que bater em ninguém, eu ficava só acelerando, cutucava com a faca. Não... fazia ficar em choque, só pra me pagar... geralmente, dava boa (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

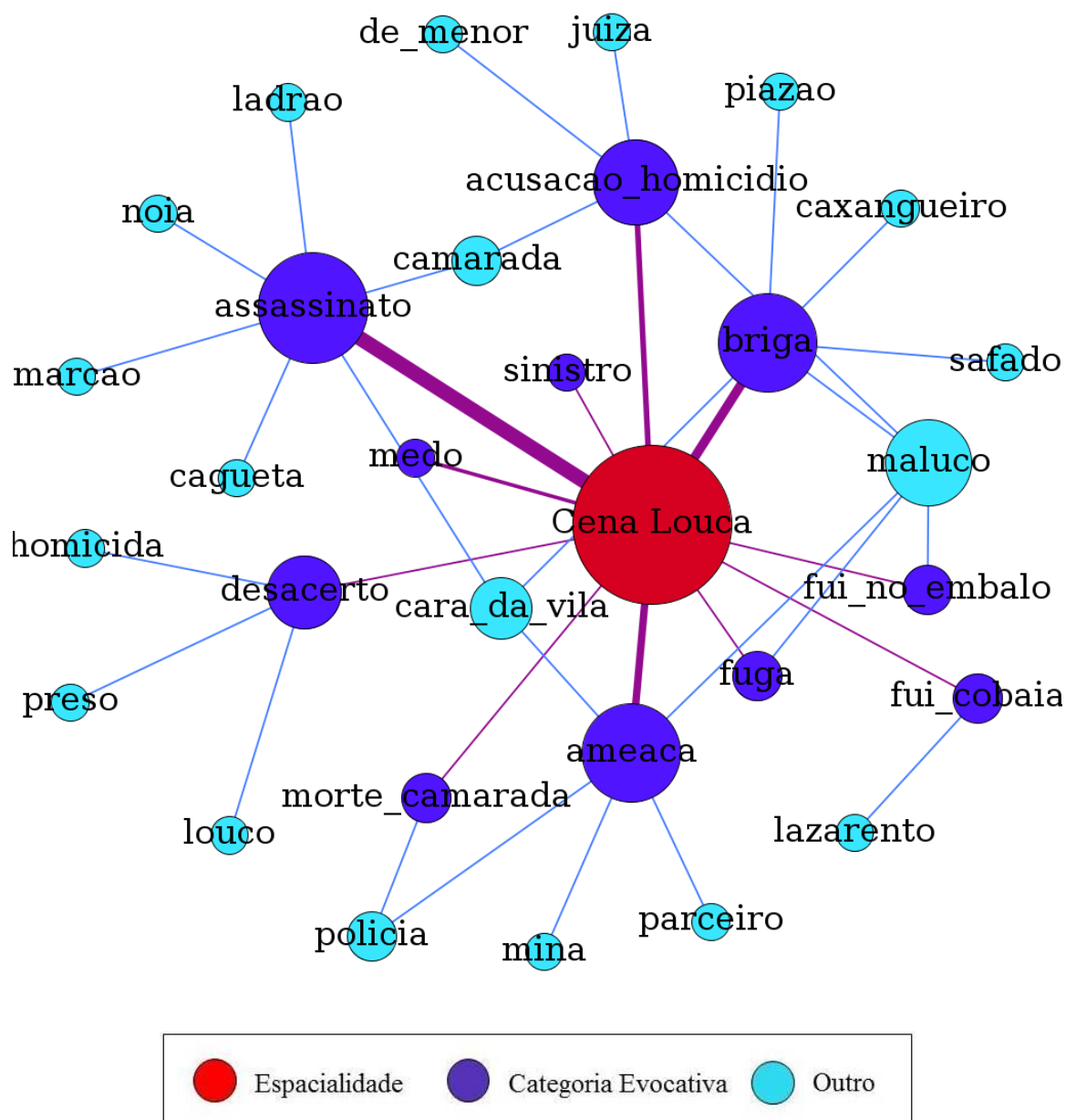
A violência utilizada como dispositivo de cobrança emerge quando necessário e a necessidade surge da disposição, primeiro de vender fiado e depois de efetuar essa cobrança. Adupê afirma que muitos “são de boa, nem curtem essas fitas aí, os caras nem cobram, se ficar devendo eles nem cobram, só eu que era meio louco e um outro piá lá” (Adupê, 2017). Quando Adupê vai realizar cobrança ele afirma não consumir nenhuma substância psicoativa e diz: “ah, nem penso”.

A própria entrada para o tráfico, muitas vezes, não figura uma transgressão, a própria ilegalidade não é experimentada, antes são suas condutas localmente frequentes que dão os parâmetros desse campo de trabalho. Ebômin afirma: “ah, eu trafico desde pequeno, minha mãe traficava, daí eu comecei, sei lá, bem pequenininho, menos de dez anos já tava integrando, me criei (Ebômin).

O ‘tráfico’ evidencia que mesmo diante de um movimento territorializador do narcotráfico, a instituição de masculinidades agressivas e a precarização de zonas de empobrecimento não é estruturante de determinadas práticas de violência corporal. A ‘loucura’ e a disposição de organizar as atividades econômicas de modo que ‘acelerar’ alguém através de lesões corporais ou assassinato, aqui quase sinônimos, não estão presentes em todos os jovens que se vinculam temporariamente ao tráfico de drogas ilícitas. Há os que ‘nem pensam’ e há os que ‘chapam’ ou procuram evitar as cobranças. Mais elementos do ‘tráfico’ estão presentes na ‘Correria’ para explorar a polissemia de uma espacialidade que se mostra coerente e previsível, mas pode ser estratégia financeira, entediante, estressante, adrenérgico, perigoso.

A terceira espacialidade discursiva mais frequente é a ‘cena louca’.

Grafo 14 – Relações na espacialidade discursiva da Cena Louca



Organizado pelo Autor.

Fonte: 7 entrevistas realizadas com meninos internos do Cense de Ponta Grossa, Paraná.

A 'cena louca' é organizada pela centralidade nos casos de morte ou quase morte e é caracterizada pela presença de diferentes atores que auxiliam na compreensão dos encontros de morte. Figuras como 'nóia', 'cagueta', 'marcão', 'lazarento', 'louco', 'camarada' são adjetivações que se portam como vetores de conceitos, códigos, alianças, condutas organizadas através de uma sociabilidade entre homens.

Considerando os casos de assassinato efetuados pelos entrevistados é possível organizar dois campos evocativos que estão conectados pela violência corporal masculina e continuada. Através da sociabilidade masculina, a morte violenta é utilizada como um dispositivo discursivo de ameaça e imposição no jogo de respeitabilidade frente a outros homens. A constância entre ameaças e riscos de morte mútua cria uma ambiência em que a morte pode figurar não um crime ou uma trágica interrupção de outra vida, mas um rejeito, mais ou menos coordenado, ora internalizado e ora contingente. Pode habitar os contextos mais coerentes de justificação, como também caóticos de morte contingencial de uma violência localizada. É possível perceber, inclusive, um movimento pendular onde pelo eixo do repouso pendular todos passam e estão mais próximos de um chão de sociabilidades de violência permissiva. Nos dois extremos desse movimento pendular estão os rejeitos da violência, de um lado ‘rejeitos de masculinidade’ e de outro ‘rejeito afetivo’. Esses rejeitos são caracterizados pelo exagero. Para melhor compreensão, serão apresentados os casos de justiça masculina local e seu ‘rejeito afetivo’, seguindo para encontros de confusões sobre confusões e seu ‘rejeito de masculinidade’.

Como problematizado em outras espacialidades, o processo de instituição de masculinidades localizadas elabora formas-de-justiça pautada nas economias afetivas e monetárias que vivenciam. Códigos e condutas delineiam os privilégios, valores e erros de uma trajetória da ‘vida louca’. A figura do ‘nóia’ surge como um erro estratégico de ‘cair no crack’ e ‘afundar-se’ em uma relação viciada e problemática que comprometerá o êxito em outras áreas da vida. Essa figura de equívoco vagueia por estórias como um personagem subordinado em que sua morte não representa nada mais que a morte de um ‘nóia’. Outra figura é o do ‘cagueta’ que representa um delator. A ‘caguetagem’, segundo Rossi (2017), orienta determinantemente as relações entre os internos de um presídio. Da mesma forma, fora dela, é responsável por dar o aval de uma morte merecida.

ah, jamais né cara, esse cara que eu matei, tá ciente? Ele era duque, daí ele estrupo, uma menininha de um parceiro nosso lá, tá ligado, daí jamais piá, antes de eu cair preso ele já tinha estropado até uma velhinha lá, tá ligado. E ninguém sabia da caminhada, ela que chegou e falou pra nós que já ia chamar a polícia e que não sei o que mais, que o mano tinha estropado ela tá ligado, pegado ela a força. Daí eu

falei pra ela né, ô dona Cidinha, nem carece, pode deixar que nós vamo resolver essa caminhada, não compensa ligar pra polícia nada, né cara, daí até mesmo a fita da menininha né cara, ele pegou estrupou a menininha e jogou no mato né cara, daí nós fiquemo de face.

Que nem, era um mano que corria junto com nós, fazia umas fita, vendia uma droga junto com os cara, daí depois começou dar altos mío, começou a caguetar os cara, talaricar lá. Tinha um mano que trabalhava de noite assim, tá ciente, ele entrava na casa do cara, ficava até cinco hora da manhã com a mulher do cara, depois o cara limava embora, depois o cara chegava do serviço. Daí nossa, nós comecemos a percurar ele, tá ligado, que nem, ele morava na nossa quebrada, tá ligado, era só a mãe e o padrasto que morava lá, tá ligado, nós não ia mexer com eles né cara.

Daí nós falamo, não, vamo catar ele mesmo, daí chegou um certo tempo que nossa piá. Tinha ido fazer um adianto de uma moeda lá, tá ligado, de um cinco sete, daí não deu boa piá, daí tava voltando assim, daí eu falei pra um mano, parceiro meu de carro, falei, vamo passar numa quebrada, que eu tenho que cobrar uma moeda de uma droga minha, tá ligado. Daí fumo cobrar uma moeda, não deu boa da moeda, daí que eu encontrei esse louco, tá ligado, encontrei ele e dei um tiro já.

nossa, fazia hora que nós tava percurando ele, mas não achava, daí eu achei ele um dia lá e daí nossa, já era, né, daí que eu matei ele né. foi no tiro. tinha que pegar pra apagar né, já era (Abicun, entrevista, junho de 2017).

ah, um... porque me devia, daí a outra porque roubava na vila, daí caguetava, essas coisas [ele marcava?] aham [então foi mais dívida] é, por dívida

ah, ia sozinho, ia com os amigo, ia sempre em dois, um dirigia, outro ia... primeiro eu usei uma nove, uma pistola, depois usei uma faca e um trinta e oito (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

Figuras como o ‘caguetar’ ou ‘duque’¹⁶⁷ são a personificação de condutas passíveis de correção com a morte, através de uma rede de códigos, a delação e violência e abuso de pessoas, segundo o grupo, com uma corporalidade mais frágil, seja criança, mulher ou com incapacidades físicas/mentais. Os relatos acima demonstram que a justiça torna-se eficaz somente por meio do justicamento próprio em detrimento da justiça comum civil, nesse sentido a morte é sinônimo de justiça.

Roubar na própria vila onde reside, ‘caguetar’, de preferência uma atividade criminal, ser um ‘duque’, de certa forma podem ser inscritos enquanto crimes

¹⁶⁷ Pessoa do sexo masculino que pratica estupro.

previstos pelo Código Penal Brasileiro. Ao mesmo tempo, são crimes previstos pelos códigos de penalização de que fere algum patrimônio seja material ou o *modus operandi* de uma maneira de ser homem na vila.

Essa condição de justiças paralelas é expressa na evocação emblemática de Adupê ao comentar sobre o receio que tem frente a agentes policiais: “ah, nem tenho medo né, fico cabreiro às vezes. A gente tromba com os cara, os cara matam a gente por nada, só porque a gente matou um, dois aí, os cara vem querer matar a gente” (Adupê, 2017). Existem duas mortes e dois tipos de pessoas nesse trecho, a ‘morte de si’ pelos policiais e a ‘morte cometida por mim’. O fato de Adupê ter matado alguém não o faz aceitar que seja permitido que policiais o matem. Isso leva a pensar que exista duas formas de vida distintas para Adupê e policiais não podem simplesmente executar uma forma de vida que está matando indivíduos que merecem a morte. Caso representativo de justificação é o de Pedrinho Matador, considerado o maior homicida brasileiro. Segundo ele já matou mais de cem pessoas¹⁶⁸ e em entrevista¹⁶⁹ diz ser contra a pena de morte. Pela contradição, o repórter perguntou como isso seria possível, no qual ele diz afirmar ser pelo fato de que morreriam muitas pessoas inocentes, ao passo que ele só matou até agora pessoas que “não prestavam” e que teve que matar muito para sobreviver.

Em um campo evocativo em que um assassinato é sinônimo de justiça, em seu extremo estão os ‘rejeitos afetivos’ de uma violência corporal continuada. Por frequência discursiva e corporal, a violência presente nos encontros com outros homens se agencia a um campo afetivo restringido, produzindo naturalizações, inclusive, vinculando a violência efeitos excitatórios em um embate ora pela sobrevivência, ora pela hegemonia local da masculinidade.

[já participou de cena louca?] altas! [como que era?] da hora, a adrenalina
[como que foi?] de matar, por exemplo? ah, foi no tiro, tava eu e mais um parceiro meu [por droga ou foi de vila?] foi de vila
[qual foi a cena?] ah, nós tinha guerra com os cara, tem guerra até hoje
não, jamais, no primeiro dia ele veio dar uns tiro em nós assim, daí nós saímos trocando tiro, daí eu acertei três nele. Daí ele foi pro hospital, não morreu, e tava de cavalo, pegou e saiu. Demorou dez dias, daí eu

¹⁶⁸ É também considerada a pessoa que vive mais tempo encarcerada, 38 anos e a maior parte desse número foi dentro do espaço carcerário.

¹⁶⁹ Último acesso em 02 de janeiro de 2018 <https://www.youtube.com/watch?v=IYTD2gkAUKM>

tava indo comprar um cigarro, tava uns parceiro meu com uns calibre, daí nós vimo ele vindo de moto, daí nós matemo ele. [...] tem outro que foi na faca também [como que foi?] ah, na faca é da hora. ah, esse cara aí, foi por caguetagem, caguetou [era camarada?] antigamente era (Adupê, entrevista, junho de 2017).

Um corpo se conecta a uma ferramenta perfurocortante e juntos se expandem até romper pele e vasos de outro corpo. Essa violação da vida pode ser pensada como um rejeito afetivo da relação perversa entre a construção de masculinidades marginalizadas e a morte violenta como uma possibilidade da relação entre homens em uma espacialidade precarizada. Precariedade essa, assumidamente experimentada pelos jovens homicidas. Quando perguntado sobre quais seriam os principais motivos pela trajetória de vida traçada até então, Ebômin afirma:

ah, faltou a minha família ser mais ajustada, faltou comida, faltou luz, faltou água, isso levou a roubar, traficar, faltou altas coisa [faltar coisa é paia] é, eu sou o único irmão mais velho, tem que ajudar (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

Entre os dois campos evocativos, de um lado estão os casos de justificação que concentram ‘rejeitos afetivos’ que expressam jovens que vivenciam uma claustrofobia afetiva e, de outro, estão os encontros de morte emergentes de uma rede de confusões sobre confusões.

não, foi um dia que o cara, até fui pegar o cara com uma faca sabe? Daí ele tava com a faca, daí eu peguei a faca dele, eu outro piá, o piá deu uma facada na bunda dele daí, daí ele ficou pensando que fui eu daí. Daí ele veio cobrar de mim. [Cobrança errada] verdade, morreu de graça [...]

ah, o cara queria me matar, daí eu fui lá no meu barraco pegar uma faca e voltei de novo, o cara veio pra cima, pegou no meu pescoço assim, daí eu dei uma facada aqui e outra aqui assim, daí não sei o que aconteceu, daí ele caiu no chão, fiquei sabendo que ele morreu daí. Eu tava preso já. [mas o que vocês tinham pra se acertar?] ah, o cara era nóia de pedra, o cara fumava pedra. Daí eu era de boa, daí o cara descreditou ne mim, ele já levou umas oito sete, nove facada, daí ele tá morto agora [...] tava chapado, tava bêbado também [e daí nem tinha muita coisa era só...] ah, era só briga só, briga e briga... por causa de uma dívida também, o cara não quis me pagar (Egun, entrevista, junho de 2017).

Segundo Egun ele é considerado um assassino por reagir a uma tentativa de lhe matar, que inclusive, tinha motivações confusas. Dentre as desavenças, uma delas era equivocada. ‘Briga e briga’ (Egun, 2017) emergem de tramas de dívidas, “por causa de uma dívida também” (Egun, 2017), se tem, portanto, um caso ‘sócio-somático’¹⁷⁰.

Além de encontros de morte emergentes de uma trama de dívidas e rede de confusões sobre confusões, o caso de Adé demonstra uma aproximação a um ‘rejeito da masculinidade’ que, através de um fluxo de vida e cerimônias de passagem, posicionam privilégios e principalmente fluência entre homens.

só que daí eu tava foragido tá ligado? De uns acerto que rolou, caí junto com um cara. O cara matou um cara lá tá ligado, o cara era bem loco. O cara queria entrar pro comando tá ligado? Daí ele ia me matar, daí ele falou que pra ele não me matar eu tinha que ajudar ele matar um outro, tinha que ir junto com ele, daí eu peguei, tava com a minha mina e fui junto com o cara assim, daí o cara mandou eu segurar o maluco assim, daí quando eu tava segurando o maluco assim, deu altas pedrada no cara, matou o cara, verdade. daí depois disso, fugi desse maluco, saí na fuga dele, fugi de perto deles assim pá, me afastei, tá ligado, daí passou umas audiência, daí eu pensei que tinha acabado as audiência, daí me joguei pra ilha, daí quando voltei pra ilha, bem nos dias das mães, vo lá pra minha citi de novo, passar o dia das mães com a minha mães, voltei pra cá, pá (Adé, entrevista, junho de 2017).

É, imagine, tipo, só que nem devia nada, tava como um otário, como que se diz, tava de cobaia no bagueio, tá ligado, o cara me usou, pra querer me ferrar, o cara bem loko, só que o cara é super lazarento, o jeito dele falar, fala como se fosse pá, tá ligado, tem lábia no bagueio, o lazarento, tá ligado, daí, sei lá, eu nunca fui muito esperto assim, nessas parte, daí o cara acabou me ferrando e agora to aí (Adé, entrevista, junho de 2017).

‘Fala como se fosse pá [...] eu nunca fui muito esperto’ (Adé, 2017). Para Adé, ele está interno no Cense cumprindo medidas socioeducativas por um ato infracional que ele não cometeu. Mesmo que a conduta descrita o tipifique enquanto cúmplice, ele acredita não ter cometido o homicídio, afinal, nem estava ciente do que fazia, além da própria pressão colocada sobre ele, através de ameaças. Para algumas práticas e decisões, os adolescentes e jovens se mostram tensionadores das

¹⁷⁰ Termo inspirado no termo ‘psicossomático’.

conceituações da faixa etária. Ao se mostrarem independentes economicamente e de laços e infraestrutura familiar o grupo entrevistado mostra uma maturidade distinta, entretanto, ainda se mostram bastante despreparados na compreensão dos próprios atos. Na verdade, o preparo acontece em ato; a experiência de ser um ‘cobaia’ em um assassinato, talvez, tenha vindo ao se sentir um ‘otário’ em reclusão.

O presente campo evocativo chega ao seu extremo ao apresentar um ‘rejeito da masculinidade’ quando um assassinato surge em essência por uma confusão sem fonte, que não, pelas próprias antecipações comportamentais.

já, eu caí no homicídio [e como que foi?] ah, o piá tentou me dar umas facada, tava numa festa também, tentou me dar uma facada, acabei reagindo e matando ele
[e você tava armado ou pegou dele?] tava armado [onde que era essas festa?] lá na vila mesmo
ah, tava muito louco, sei lá o que ele tinha usado, tava muito louco, daí foi indo pro meu lado, tentou me dar uma facada eu desviei assim, daí eu peguei e dei umas facada nele [e não tinham nenhuma treta antes?] não (Arê, entrevista, junho de 2017).

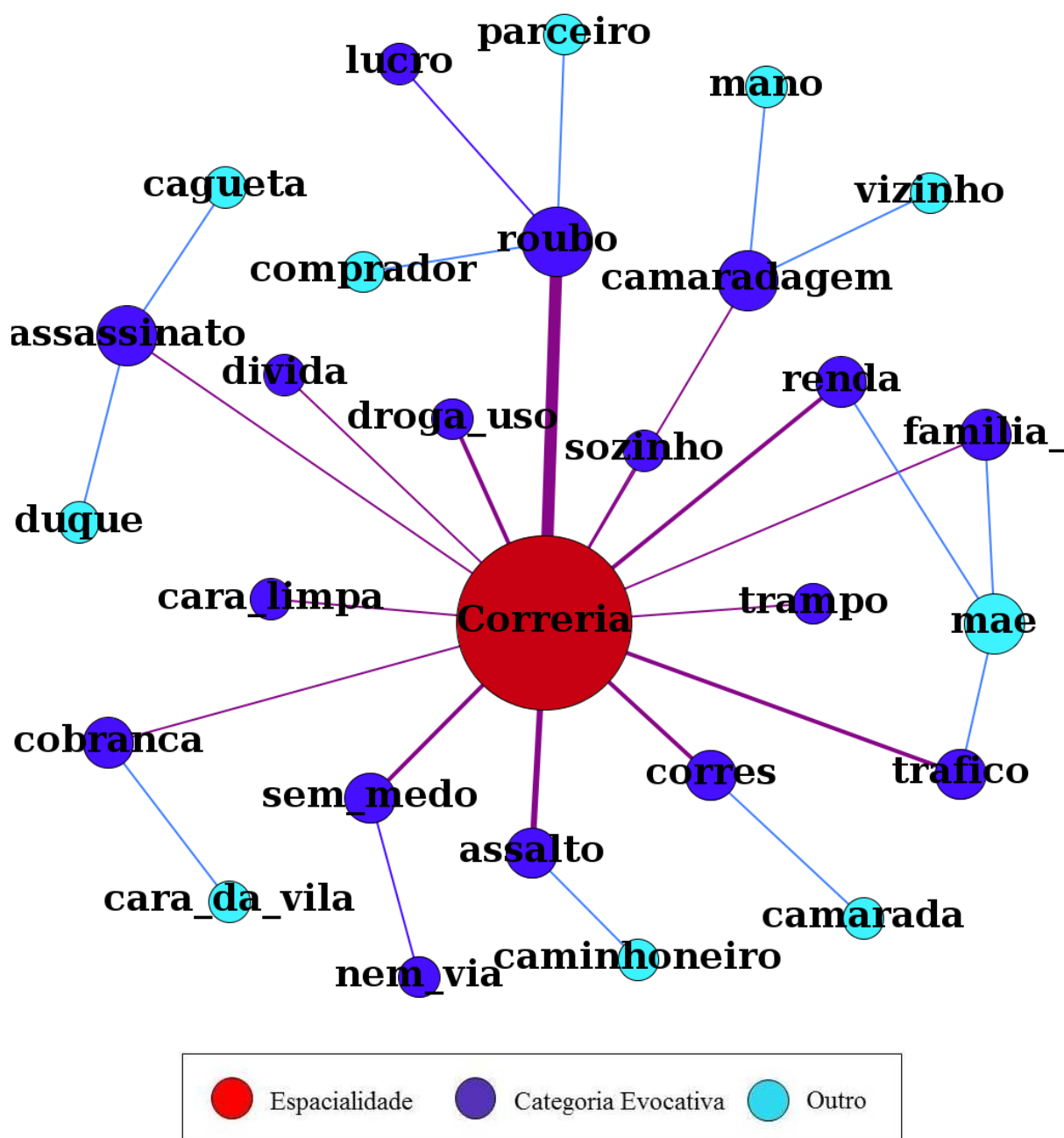
A antecipação foi estarem ambos sobre efeito de alguma substância psicoativa e munidos de armas. A espacialidade do ‘fervo’ problematizado a seguir coloca o assassinato enquanto uma possibilidade de suas inter-relações. Mas quando Arê foi perguntado sobre quais foram as ‘cenas loucas’ em que participou, ele relatou o assassinato empreendido por ele – episódio descrito acima.

O assassinato aconteceu em um momento de festa, onde indivíduos previamente armados se desentenderam por alguma motivação em que o assassino não sabe ou não lembra. O que os dois jovens do sexo masculino entendiam era que precisavam estar preparados que em um ‘fervo’ é preciso se defender e/ou agredir.

A espacialidade da ‘cena louca’ para os jovens homicidas é composto por casos de justificação e de desavenças passadas e circunstanciais. Ambos os casos são ancorados e comunicados a partir de uma linguagem masculina que se estende em projéteis, lâminas e agressividade.

A ‘correria’ é tomada como a quarta espacialidade discursiva mais frequente. O significado de ‘correria’ é o mesmo dado pelos adolescentes em tratamento das drogas. Entretanto, existem as particularidades de jovens envolvidos em homicídios.

Grafo 15 – Relações na espacialidade discursiva da Correria



Organizado pelo Autor.

Fonte: 7 entrevistas realizadas com meninos internos do Cense de Ponta Grossa, Paraná.

Enquanto uma espacialidade discursiva, a 'correria' se distribui geograficamente na vila de moradia, vilas vizinhas e zonas específicas da cidade além do centro. Essa mobilidade se dá pelo tipo de 'corre' que é empreendido. Conforme Grafo 15, a 'correria' está dividida em dois principais campos de ação, o tráfico de drogas, esse se concentrando em áreas próximas da área de moradia, e

atos infracionais como furto e roubo, estes exigindo um deslocamento relativo ao tipo de recurso que se deseja, de objetos em quintais de casa até assaltos em estabelecimento de comércio/serviço como farmácias e postos de gasolina. Outras Categorias Evocativas são os aspectos afetivos e emocionais que permeiam ambos os caminhos de arrecadação de renda/fundos e experiências.

[como conseguia dinheiro?] ah, traficando e roubando quando não tinha dinheiro eu ia roubar, tipo, você quer saber como roubava? ah, sozinho eu nunca fui, mas eu roubava posto, bar, panificadora, essas coisa. Com arma. [...] nunca cáí preso roubando, só uma vez (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

[como fazia pra conseguir as coisas?] ah, eu vendia droga, crack. [onde?] na quebrada, na vila [qualquer?] não, na minha só (Adupê, entrevista, junho de 2017).

Tinha ido fazer um adianto de uma moeda lá, tá ligado, de um cinco sete, daí não deu boa piá, daí tava voltando assim, daí eu falei pra um mano, parceiro meu de carro, falei, vamo passar numa quebrada, que eu tenho que cobrar uma moeda de uma droga minha, tá ligado. Daí fumo cobrar uma moeda, não deu boa da moeda (Abicun, entrevista, junho de 2017).

Distribuídos entre ‘tráfico’ e ‘roubo’, a ‘correria’ se apresenta uma espacialidade conectada a um campo de afetivo que auxilia na compreensão da criminalidade para além de uma perspectiva essencialista que visa produzir uma identidade criminal. A economia afetiva que os atos infracionais exigem ou proporcionam está agenciada às estratégias de arrecadação – ‘levantar uma moeda’. Além de uma busca monetária, atos infracionais representam conexões de sociabilidade e gestão de sensações no cotidiano.

verdade, ah gente tá bem louco, né, metendo o louco. Que nem eu metia o louco todo dia, né cara, todo dia eu fazia uma fita pra arrumar um dinheiro, pra gastar, né cara, daí nossa, comecei a vender uma droga lá, nossa, tava muito parado, não fazia, mais nada, queria ficar só na casa, sossegado. Os cara falavam, vamo roubar, eu falava, ah to de boa, de roubar, daí passou um tempo assim, nossa, cara, ixi, vou roubar, cara. Tá muito parado, e as vezes a gente tá na biqueira assim, não vem nada, de dinheiro assim, tá ciente, não vem nada. Daí que a gente tem que ir pro arreberto, aí a gente fica suave (Abicun, entrevista, junho de 2017).

A gente quer ter tipo um, tem gente que gosta de vender uma droga, mas, que nem a gente que gosta mais assim, de adrenalina, a gente quer roubar, quer fazer um bagulho mais locão. Daí nossa... mas quando era pra ficar suave, bem de boa, assim, vendia uma pedra, ficava suave, ganhando uma moeda (Abicun, entrevista, junho de 2017).

Ao dizer: 'a gente gosta de adrenalina', Abicun expressa dois elementos simultâneos. A emoção é elencada preponderante na decisão da efetuação de um crime e a linguagem coloquial de usar 'a gente' sugere que não sou eu quem fala, 'nós somos assim', 'lá na quebrada é assim'. Portanto, um ato infracional está tramado em uma geografia das emoções, do afeto e das identidades.

A economia da 'moeda' caminha junto da estética das masculinidades espacialmente elaboradas.

pior que eu comprava os bagulho que eu tava mais precisando, tá ligado, comprava roupa pra mim, uns bagulho pra mim assim, tá ligado, comprava boné, tênis, roupa pra mim, assim. Lançava uma moeda pra minha senhora, constava nuns ferve. Gastava! Quando a gente ganha uma moeda assim que não é mesmo do suor da gente, tá ligado, ah, a gente gasta muito rápido a moeda né cara. Já a gente trabalhar, suar no bagulho, a gente vê que ficou o dia inteiro suando pra ganhar uma bolita, né cara, daí a gente já gasta o bagulho mais suave (Abicun, entrevista, junho de 2017).

As vestimentas, o consumo de substâncias ilícitas e bebida alcoólica, distribuir ou pagar coisas para os outros, 'constar' em festas, etc, são práticas evidentemente orientadas por uma gestão da masculinidade. Se expandir em extravagâncias e demonstrar-se autônomo e bem sucedido é uma prática masculina que não está confinada na 'quebrada', os elementos da 'quebrada' que são utilizados para sua expansão é que estão.

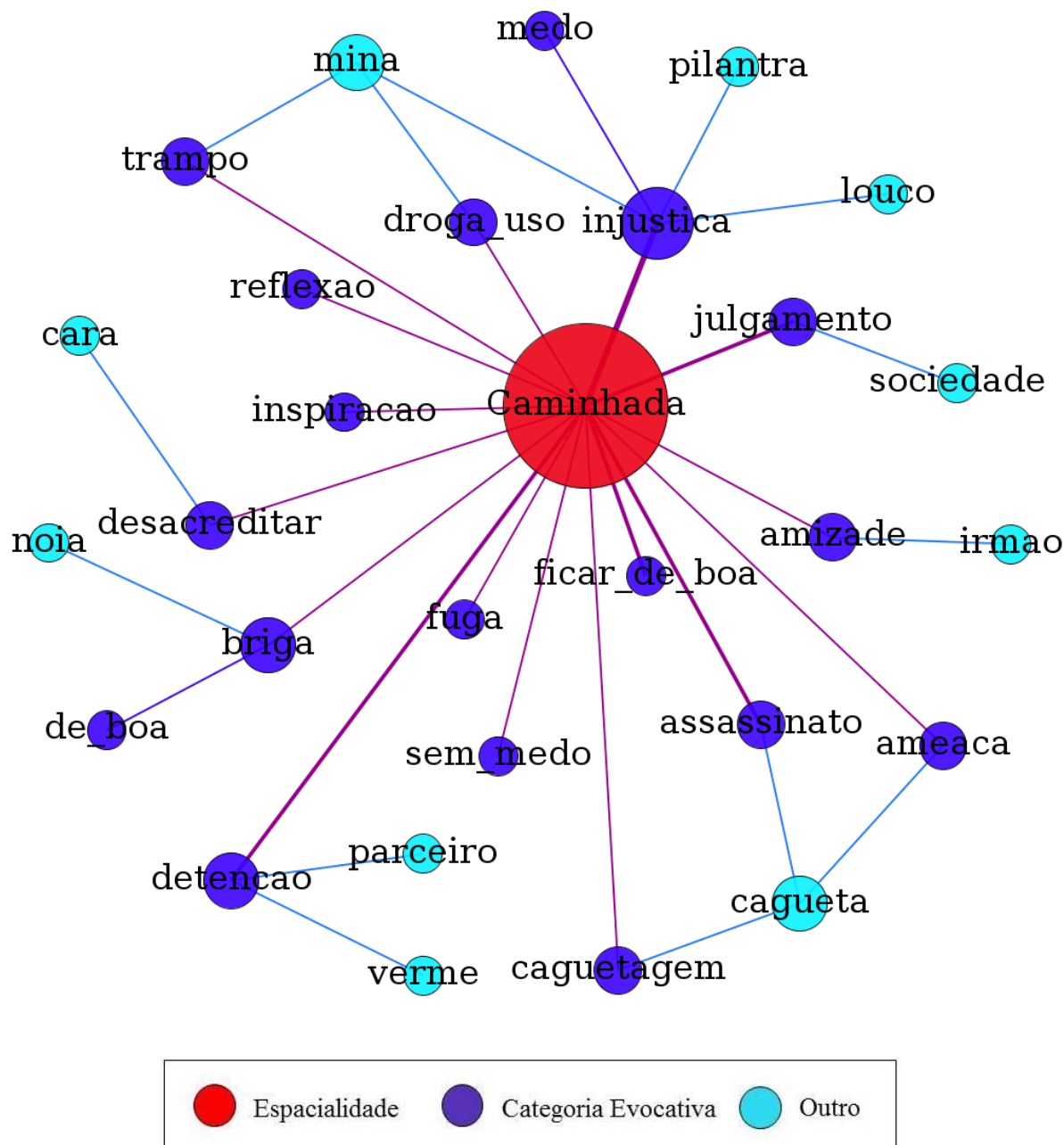
A análise das entrevistas produz um caminho de interpretação das espacialidades vivenciadas pelo grupo a partir das permanências discursivas. Entretanto, sempre haverá desvios, cortes parciais na homogeneização do grupo social. Egun é um caso de desvio parcial, ao ser questionado sobre como organiza ou consegue recursos para o consumo de drogas, ele afirma que "ah, pedia dinheiro pra mãe [...] nunca roubei, roubei umas duas vezes só, nunca precisei roubar, tinha

tudo na casa” (Egun, 2017). Trata-se de um jovem do sexo masculino que não efetuava roubos, usava apenas maconha e afirmou ter parado com o tráfico de drogas, mas, assassino. O caso foi descrito acima e, segundo Egun, foi uma defesa de uma tentativa de agressão com faca em uma festa, ao que revidou com facadas. O corte é expresso pela ausência em determinadas espacialidades organizadas como centrais na perpetuação da violência continuada, mas é parcial pela presença de uma espacialidade que permitiu um encontro de morte.

As vilas periféricas pobres e violentas são espaços heterogêneos e também campo de lutas. Através da sua espacialidade existem como que um tipo de ‘periferização da periferia’, conforme visto na seção 3.1. A hegemonia local masculina também se institui enquanto masculinidades plurais. A ‘quebrada’ não é uma parcela coesa da cidade, é uma construção, um embate. Mesmo enquanto desvio, um assassinato pode acontecer com uma quantidade de inter-relações mais restritas.

A espacialidade discursiva da ‘caminhada’ surge como um diagrama identitário e a geografia de si, organizada pelos jovens homicidas.

Grafo 16 – Relações na espacialidade discursiva da Caminhada



Organizado pelo Autor.

Fonte: 7 entrevistas realizadas com meninos internos do Cense de Ponta Grossa, Paraná.

A 'caminhada', com maior frequência por uma sensação de 'injustiça' e 'julgamento' relacionados às práticas como 'uso de droga', 'assassinato', 'detenção', marcam sua 'caminhada' de vida. Pela posicionalidade das entrevistas realizadas dentro do Cense, também surgem reflexões sobre mudanças, 'ficar de boa' e 'inspirações' de vida.

As narrativas sobre si são aventuras, transições inventivas sobre o que se consegue e quer narrar. Nessa trajetória Adé afirma:

os cara desacreditava ne mim, sabe? Daí eu arrebatava os cara, pegava daí. Daí eu sou meio louco, sou meio louco da cabeça assim. Fico nervoso, daí quando eu fico nervoso eu não paro de bater daí. [Porque que você acha que é nervoso assim?] ah, eu não sei cara! Os cara desacredita ne mim já, fico louco já [daí pra se acalmar...] ah, pra se acalmar, só quando eu fiz o bagulho assim, tem que tá caído no chão só, daí eu saio fora (Adé, entrevista, junho de 2017).

Uma narrativa sobre a própria ‘caminhada’ de vida é inerte sem que sejam acrescentadas adjetivações e sensações. ‘Eu sou meio louco’; Adé se desconhece quando está sob a expansão da ira; a calma vem quando o outro está ‘no chão só’. Textos literários como ‘O filho de mil homens’ de Valter Hugo Mãe e ‘Um, nenhum e cem mil’ de Luigi Pirandello, de maneira exitosa expressam o caráter multitudinário de um indivíduo só. Indivíduos tornam-se primas conforme os espaços e seus encontros. Mesmo em condições restringidas e viciadas um indivíduo pode ser múltiplo, como também estranhar-se.

A ‘caminhada’ também é marcada por ‘julgamentos’:

ah, sei lá, acho que a sociedade pensa que a gente não tem mais jeito, pensa que é ladrão e pronto
ah, sociedade pensa que tipo, só porque tá preso não tem mais jeito, pensa que a gente não tem plano de vida, que a gente não pensa em mudar mais, muita gente se arrepende do que faz! (Egun, entrevista, junho de 2017).

A detenção e a condenação por algum ato infracional estigmatizam os condenados, dificultando ao acesso a diferentes oportunidades de serviço e projeções profissionais. Essas marcas derivam de políticas de identidade que produzem a delinquência e algum inimigo a ser confinado. A reflexão de Egun tensiona a noção de que existe um sujeito, por identidade, assassino. O exercício de compreender os jovens homicidas a partir de sua multiplicidade e contradição comprova que não é uma inscrição penal que produz uma identidade homicida; se há essa identidade, ela está no exercício discursivo que marca uma corporalidade e classe específica. Exercício discursivo que convence de que “porque está preso não tem mais jeito” (Egun, 2017).

Outro elemento presente na ‘caminhada’ são as mudanças e estratégias para ‘ficar de boa’. As reflexões sobre mudanças possuem uma característica interessante.

espero sair daqui e levar minha vida de boa, cuidar da minha mina, cuidar do meu filho que tá pra nascer no bagueiro. e eu to preso. Imagine, podia tá trampando, lá fora, pá, comprando as coisa já, se prevenindo no bagueiro, to aqui fechado de boeira. Não quero nem saber de usar droga mais, quero nem amizade nenhuma, com ninguém, por causa das minhas amizade que eu to aqui oh, nem tanto amizade, mas essas pessoas que não tão nem aí pra nada, tá ligado, os cara não tem nada a perder, já levam os outros de embalo pro buraco. Não quero ter amizade com ninguém, quero eu e minha mina, quando sair daqui, ficar de boa, nunca mais fazer nada de errado, pra nunca puxar cadeia, porque se eu sair daqui eu não vou, vou pra de menor, eu já vou pra de maior já, e to de boa, quero ficar em paz. Se aqui já é um inferno (Adé, entrevista, junho de 2017).

daqui pra frente tem que mudar né cara, que jamais, antes na primeira caminhada que eu puxei aqui, tá ciente, eu não tinha namorada, tá ligado. Daí agora, desconheço, mas tô com a minha mina, tá ligado, daí agora, jamais né cara, minha intenção é seguir minha vida junto com ela, ficar suave¹⁷¹ na caminhada, ficar de boa, tipo, fazer um trampo¹⁷² (Abicun, entrevista, junho de 2017).

‘Ficar suave’ ou ‘ficar de boa’ significa se desvincular de práticas criminais, uso e tráfico de drogas. Isso exige que se faça um corte no cotidiano, alterando e desligando espacialidades vivenciadas por eles, além de transgredir a própria identidade. É nesse contexto que a figura feminina surge como uma abertura de agenciamento concretos eficientes no retorno ao espaço de drogadicção e espacialidades violentas. Se a mudança exige que se altere a própria maneira de ser homem frente a outros homens, a figura feminina é a própria abertura para outras possibilidades de afecção. Os prazeres, a respeitabilidade, novos planos e responsabilidades, etc, carregam consigo uma carga afetiva que produz um campo de interações a serem experimentadas. “Se não fosse minha mina, meu filho, eu já tinha me jogado na forca nesse inferno aí” (Adé, 2017). Ao falar sobre o Cense, Adé sugere que a mudança para novas possibilidades de masculinidade, frente a outras

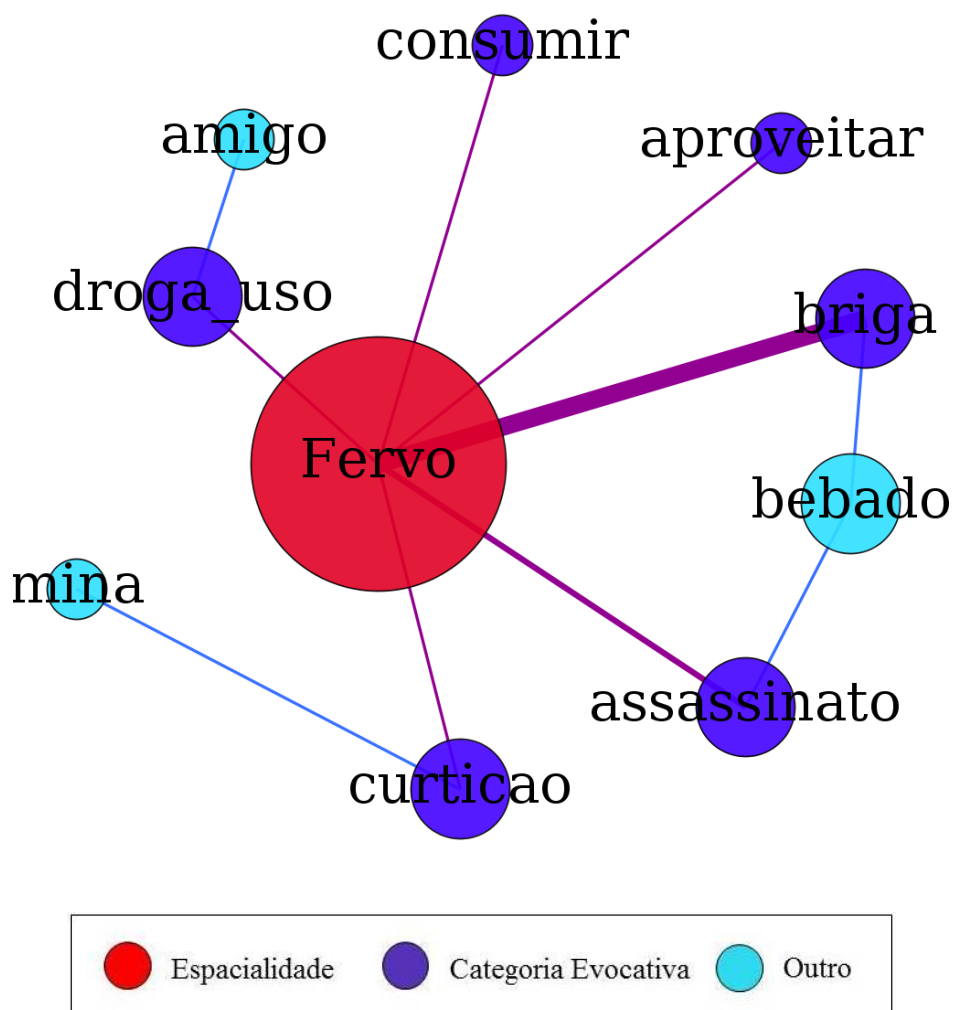
¹⁷¹ Suave, aumentativo de suave, ficar suave significa permanecer tranquilo, geralmente distante de uso exagerado de droga e atos criminais.

¹⁷² Trabalho.

referências como namorado, pai e futuro trabalhador podem ser mais eficazes que a própria reclusão.

Por fim, o ‘fervo’ é a espacialidade discursiva mais periférica a ser problematizada de maneira inter-relacionada com as demais espacialidades.

Grafo 17 – Relações na espacialidade discursiva do Fervo



Organizado pelo Autor.

Fonte: 7 entrevistas realizadas com meninos internos do Cense de Ponta Grossa, Paraná.

Assim como os adolescentes em tratamento das drogas, os jovens homicidas vivenciam um ‘fervo’ bastante previsível e coeso. Cada personagem se liga de maneira explícita às poucas Categorias Evocativas presentes.

ah, nem administrava, já queimava o baguio¹⁷³. Tipo, entrava bastante dinheiro, só que a intenção era pegar droga, curtir a vida daí saía também, ia comprar umas roupa e pá, eu nem se interessava tanto em roupa, porque eu tinha bastante roupa, daí nisso não estressava muito, comprava uns tênis diferente, uns boné, umas luna¹⁷⁴, daí vivia a vida. Saía com a minha mina às vezes, daí nós briguemo, daí desandei (Daomé, entrevista, junho de 2017).

[já participou de confusão, briga?] briga é verdade [como que era?] as vezes, tá em festa assim, uma outra coisa, as vezes rola umas briga né (Arê, entrevista, junho de 2017).

ah, mais nos shows, daí as vezes ia, daí brigava uma banca com a outra (Arê, entrevista, junho de 2017).

[como que organizava a grana?] ah, eu não organizava, ia pro fervo, ia na Munchen, ia gastar. Já comprava um papel¹⁷⁵, uma maconha, um gole. Comprava uns pano da hora (Ebômin, entrevista, junho de 2017).

O ‘fervo’ é a espacialidade para ‘aproveitar’, ‘consumir’ usufruindo dos recursos dos ‘corres’. Também é para ‘curtir’ as ‘minas’, para o ‘uso de drogas’ com os ‘amigos’ e por onde podem emergir ‘brigas’ e ‘assassinatos’ sob o efeito de bebida alcoólica. Inclusive, chamando a atenção para a triangulação entre ‘fervo’ – ‘bêbado’ – ‘briga’ – ‘assassinato’. Portanto, em diferentes Categorias Evocativas, exemplificada em trechos das entrevistas, uma das principais substâncias presentes nos encontros de morte é a bebida alcoólica. Pelo menos nos assassinatos que surgem de rede de confusões masculinas e tramas de dívidas, estar ‘bêbado’ e ‘louco’ é um fator preponderante para que uma desavença administrada há tempos culmine em morte.

As diferentes espacialidades analisadas de maneira inter-relacional contribuem para compreender como os jovens envolvidos com a violência homicida instituem suas masculinidades e a maneiras como elas estão agenciadas à violência corporal continuada e territorializada em áreas periféricas pobres de Ponta Grossa. Os dois grupos entrevistados e analisados de maneira complementar, mas separadamente, se portam como duas escalas do fenômeno. As espacialidades de violência homicida, é preciso assumir, não possuem êxito de permanência não fossem elas coextensivas a dispositivos interescares. As vitimações são

¹⁷³ Referência a droga.

¹⁷⁴ Referência a óculos de sol.

¹⁷⁵ Referência ao LSD, ácido lisérgico.

territorializadas, mas o esforço territorializante não. Da mesma forma, existem escalas que posicionam indivíduos de maneira diferente frente aos agenciamentos da violência.

A proximidade geográfica entre os adolescentes em tratamento das drogas e os jovens homicidas, ainda que possuam sobreposições de idade, o primeiro se demonstra mais jovem. Diferente de uma concepção linear de envelhecimento, ao invés dos anos de idade, o 'fluxo de vida' auxilia na concepção de uma cartografia relacional das práticas e 'cerimônias' de amadurecimento. Nesse sentido, os dois grupos portam-se como escalas coextensivas da violência, que ora estão mais coesas entre si, ora menos. Os jovens homicidas, além de terem efetuado homicídio, de maneira geral demonstram uma rede de interações, espacialidades conectadas, expressando um amadurecimento da violência a partir de seus agenciamentos. As possibilidades de encontros de morte, estratégias de sobrevivência e a centralidade entre as sociabilidades masculinas violentas possuem maior coerência relacional dentre as espacialidades. Ao passo em que os adolescentes em tratamento das drogas evidenciam um posicionamento mais periférico na assimilação de encontros de violência corporal, contudo, partilham de algumas espacialidades. Dessa forma, a escala apresentada pelos adolescentes em tratamento das drogas sobrepõem algumas espacialidades, entretanto, organizando relações mais periféricas nas relações de poder que circulam entre homens residentes em áreas periféricas pobres e violentas do espaço urbano de Ponta Grossa.

CONCLUSÃO

O Brasil, em cumplicidade com países da América Latina e Caribe, tem sido cenário de uma guerra pulverizada nas periferias das cidades e dissolvida em discursos de segurança pública repressiva. Por sua extensão continental, o território brasileiro não possui as maiores taxas de homicídio, mas, pelo mesmo motivo, vem apresentando o maior contingente de cadáveres mortos por assassinato do mundo.

A história dos Estados moderno-coloniais capitalistas é marcada por uma violência intrínseca da própria construção de soberania nacional e segundo Mbembe (2006) a instituição das identidades nacionais se coincide como 'identidades contra o outro'. Ainda que a isonomia seja um triunfo almejado pelas democracias capitalistas, seu estrato social, ou melhor, suas geografias, nunca deixaram de testemunhar corporalidades e identidades desterritorializadas através da própria territorialização nacional. O espaço, portanto, é o campo de possibilidades das soberanias. Mbembe (2006) afirma que a soberania exige uma ocupação e essa significa, ao longo das instituições dos Estados-Nação, a construção de uma terceira zona relegada aos colonizados. A terceira zona se manifesta atualmente enquanto uma gestão dominadora de identidades e corporalidades historicamente empobrecidas e geograficamente restritas.

Portanto, o fenômeno da violência homicida, é preciso assumir, não possui origens atuais. Ainda que tenha vícios socialmente produzidos em sua vitimização, os casos de homicídios apresentam uma dinamicidade geográfica responsável pelo êxito quantitativo e seletivo de vitimação. A presente tese se situa entre essas permanências e dinamicidades, tanto no sentido de sua relação conflitante, mas principalmente colaborativa, ou seja, quando a própria dinamicidade contribui para as permanências. O fato da violência homicida no país ser quantitativamente configurada como uma violência masculina elaborada em sua maioria por homens jovens coloca a necessidade de compreensão sobre trajetórias de vida em sua complexidade de identidades etárias, de classe, gênero, raça/cor e de afetos e desejos que circulam performatividades agressivas por onde insurgem mortes.

Todo indivíduo se orienta socialmente através de identidades comunicativas e posicionadas. Um indivíduo é concomitantemente o seu meio e mais seu possível, e é sobre as possibilidades que a investigação está focada. Na esfera de uma espacialidade sempre em construção, o cenário relacional atual é um feixe de

estórias-até-agora e o devir de outras estórias se faz do jogo entre relações já feitas e aquelas ainda por fazer (MASSEY, 2008). Até mesmo em espacialidades de confinamento e constantes restrições interativas, há a abertura e se suas permanências possuem êxito, se trata também de uma gestão das possibilidades de mudança.

O fenômeno da violência homicida massiva se apresenta como uma contenção territorial, no sentido de confinar os despojos dos assassinatos a áreas e grupos populacionais urbanos específicos. Entretanto, seu caráter zonal e seletivo é coextensivo a um empenho inter-escalar e é nesse sentido que a organização da tese se esforçou em construir escalas de análises que contribuíssem para esse espraiamento interpretativo sobre a capilaridade da violência na geografia de vida de pessoas convivem diretamente ou parcialmente com as espacialidades da violência corporal continuada.

A pesquisa foi organizada de maneira a compreender como se instituem as masculinidades de jovens homens moradores de periferias pobres envolvidos na violência homicida em processo de negociação com as necropolíticas espaciais em Ponta Grossa, Paraná. Dessa maneira, a tese constituiu-se em três grandes momentos que se sustentam articulados entre si. O primeiro momento que corresponde ao capítulo 1 e 2 está atento ao posicionamento da investigação em seu campo científico, teórico-metodológico e ético-social. O segundo momento (capítulo 3) é orientado pela construção do panorama da violência homicida no recorte espacial, apontando para as problemáticas evidentes sobre a geografia dos assassinatos. Por fim, o último momento distribuído entre os capítulos 4 e 5 organiza as espacialidades articuladas na perpetuação de assassinatos entre homens jovens, através de construção discursiva de adolescentes e jovens situados de maneira diferentes nas trajetórias de agressão e violação de outros corpos.

As investigações da Geografia Brasileira sobre o tema da violência se mostrou numericamente propensa a mapeamentos duros dos locais onde ocorrem os crimes de homicídio, bem como, aptidão em teorizar a 'violência' enquanto um objeto homogêneo e manuseável na medida em que são elaboradas problematizações sobre o espaço urbano. Mediante a homogeneização das noções sobre violência, são frequentes as aproximações de assassinatos com outros crimes e as mortes violentas passam a ser um elemento de índices de criminalidade. A análise geográfica da criminalidade é privilegiada mediante aspectos de condutas

delituosas previamente assumidas como violentas e discursos de estratos sociais da população urbana que não estão articulados em espacialidades de violência homicida, mas, na produção e consumo de medos.

O olhar sobre um fenômeno delitivo possui afinidade com uma teorização sobre a lei. Dessa forma, há grandes chances dos sujeitos que compõem o cenário da violência homicida no país tornarem-se apenas infratores ou criminosos ao olhar investigativo. Não é preciso negar a natureza penalizável de um assassinato para assumir que um indivíduo homicida possui uma trajetória de vida permeada de encontros e desencontros que auxiliam na compreensão do fenômeno, mais do que sua inscrição jurídico-penal enquanto autor de um delito contra a vida. Antes da distribuição zonal de crimes na cidade, a violência homicida massiva possui uma geograficidade de perpetuação de sangue derramado. É preciso levar em conta quais têm sido as estratégias da gestão de assassinatos que não cessam. Da microfísica do poder até seu caráter estratégico regulador, o poder emana da política de 'ações sobre ações' (FOUCAULT, 2009). A questão que se levanta é sobre quais são as ações sobre a vida que empreendem encontros de morte.

A trajetória investigativa foi permeada por desafios e reformulações que conduziram o caminho teórico-metodológico traçado. Como uma continuidade da dissertação (GOMES, 2013), a tese buscou ampliar a análise sobre a vitimação de homens jovens para os seus autores. Contudo, o campo exploratório colocou um conjunto de informações sobre os casos de homicídios e sobre os autores investigados e indiciados nos casos registrados em Ponta Grossa que foi responsável pela alteração da questão central da pesquisa. A continuidade geográfica, ou melhor, a condição não oposicional entre vítima e autor sugere que a centralidade na compreensão das efetuações de assassinatos não está em uma caracterização do sujeito assassino. Na realidade, a investigação está na contramão dessa noção patologizante e individualizante da violência homicida.

É nesse contexto que a Geografia contribui para além da descrição/localização de assassinatos que ocorrem entre corpos sem história, identidades, desejos e à mercê de narrativas elaboradas fora das espacialidades de violência. A centralidade analítica da violência contínua e do escoamento de sangue em áreas específicas não está na essencialização de uma identidade homicida, mas concentra-se nas espacialidades que possibilitam a sua continuidade e previsibilidade. Essas espacialidades podem estar evidentes no próprio encontro de

morte, como serem partilhadas anteriormente pelos envolvidos através de estórias-até-agora interseccionadas, trajetórias de vida sobrepostas e identidades partilhadas. Ou ainda, numa política de ‘ameaça sobre ameaças’ demandadas por um tipo de sociabilidade masculina e sobre um tipo de privilégio performativo que o assassinato, efetuado ou iminente, pode ser comunicado em uma estética da violência ou na construção de uma hegemonia masculina local. É frequente o esforço narrativo por delinear uma ‘mente perigosa’ ou a assombrosa ‘coragem’ de tirar a vida de outrem. Contudo, quando se trata não de exceções e de casos midiáticos, mas de corpos-estatísticas, esses corpos-quase-anônimos evidenciam que a morte talvez não seja tão racionalizada e nem precise de tanta coragem, antes, atende a uma economia afetiva masculina que banaliza, ou melhor, se utiliza da violência como um tipo de comunicação perversa.

Massey (2008) afirma que a forma como pensamos o espaço vai determinar a maneira como situamos no mundo, como fazemos política e distribuimos nossos bens, valores e significados. Da mesma maneira as espacialidades de violência atendem a um imaginário geográfico que se mostrou sob diferentes aspectos concordantes à manutenção da eficiência espacial no recrutamento de novos indivíduos, mas que mantenham as mesmas inter-relações. As inter-relações se mostram concatenadas e coesas através de um tom masculino, afetivo e identitário. Contudo, as diferentes maneiras de pensar e narrar essas espacialidades se mostram parcialmente inaptas a intervir nessa trama interacional.

A principal intervenção nesse jogo de negociações sobre a morte violenta, sob a ótica de um pensamento institucional sobre segurança pública, tem sido as ações repressivas e investigativas. A repressão é um fenômeno de difícil delineamento, primeiro pelos riscos que os dados podem representar sobre quem os investiga e segundo pelo privilégio de quem os manuseia com o objetivo de obscurecê-los. Nesse campo, principalmente da violência provinda de agentes policiais e o seu papel ativo nas espacialidades de violência homicida, a presente tese apresentou provocações, discussões iniciais e possíveis caminhos investigativos. Por não ser um objetivo principal da pesquisa, mesmo que outras informações acessadas não tenham sido apresentadas pela dificuldade de sistematização, a repressão violenta, por meio de desejos ilegais de justificação, ameaças, torturas, falsificação de provas e execuções extrajudiciais, esteve presente ao longo de todos os diferentes momentos investigativos.

Como dito, outro caminho institucional na construção das ações de segurança pública tem sido a investigação. No ambiente policial de investigação é frequente a ideia de que as taxas de homicídio possuem relação direta com os índices de resolução de seus inquéritos. Como uma meta corporativa, o indiciamento dos autores dos homicídios se torna uma estratégica estanque sobre uma rede de justicamento que pode ser mantida com assassinos não reclusos pelos seus atos. Uma investigação policial é penosa e exige uma série de estratégias na construção da narrativa a respeito do acontecido. Essa construção narrativa, como em qualquer outro ambiente trabalhista, atende a um jogo diversificado de interesses profissionais que auxilia para que mesmo em uma ‘reconstrução dos fatos’, sejam evidentes táticas de convencimentos sobre formas-de-verdade posicionadas na própria condição funcional. As experiências de campo trazidas para a tese, juntamente com uma discussão teórica sobre o tema, auxiliam na afirmação de que existe uma racionalização penal imbuída em um jogo de convencimentos contraditórios e um imaginário geográfico sobre os atos de morte alinhados a uma racionalidade penalizante. Ao mesmo tempo, o caminho repressivo violento e o investigatório, possuem a prerrogativa das informações sobre os acontecimentos e o privilégio narrativo que esse campo institucional possui influência tanto na forma como são imaginadas as espacialidades de violência, como também, as noções sobre segurança pública.

Entre discursos científicos, prerrogativas institucionais sobre segurança pública e narrativas midiáticas sobre as espacialidades da violência, a presente investigação se mostra desafiadora, principalmente na posicionalidade do pesquisador que não partilha de estórias de morte violenta. O campo de pesquisa permitiu um tempo de contato com meninos em tratamento das drogas e rápida vivência nas dependências do Cense. Essas experiências para além de um objetivo restrito de obtenção de dados estipulados pelas questões de pesquisa proporcionou episódios, afetos e questionamentos que foram também trazidos como um elemento pertinente para a reflexão do tema. As novas configurações espaciais em que os meninos se encontravam proporcionou a compreensão de uma complexidade identitária que na verdade evidencia a dimensão espacial de um ‘ciclo legitimador identitário’ que faz da violência um elemento descontínuo no cotidiano desses sujeitos.

As diferentes disciplinas propostas pela instituição são assimiladas na medida em que passam o tempo na Comunidade Terapêutica e são provocadas e partilhadas entre os meninos conforme a entrada de novos integrantes. Nesse ponto, há uma gestão espontânea dos novos tratos e condutas entre os internos. A multiplicidade performativa vivenciada em contato com os meninos e as diferentes possibilidades de rearranjos das relações de poder entre o grupo corrobora para a noção de uma identidade espacialmente organizada. É através do espaço que são organizados novos polos magnéticos por onde podem orbitar outras vantagens e desvantagens nas relações identitárias masculinas. Essa abertura para rearranjos relacionais nos conduz para uma compreensão diferente das performatividades de violência. Invés de um espaço sendo animado por indivíduos violentos, o que se tem são espacialidades que conduzem ou inibem a violência enquanto um elemento preponderante de interação entre indivíduos que expressam um emaranhado temporário de identidades. Dentre esse emaranhado identitário espacialmente organizado, a violência é descontínua e múltipla, pode ser um caminho comunicativo, uma estética por onde posicionam afetos, balizador na construção de hegemonias masculinas locais, ou simples ausência e desvantagem.

Considerando a eficiência multi-escalar no trato das zonas violentas do espaço urbano e dos grupos sociais que as vivenciam e as reproduzem, a investigação organizou um esforço teórico através de diferentes debates que contribuíssem para a compreensão, primeiro sobre as Necropolíticas e sua dimensão espacial e posteriormente sobre a maneira como a construção de masculinidades envolvidas no circuito da violência homicida se agencia a essa gestão da morte violenta e suas especificidades geográficas. A noção de Necropolítica acompanha o trabalho desde o início por alguns motivos. Primeiro pela responsabilidade em pensar o fenômeno numericamente alarmante e qualitativamente sofisticado em sua seletividade. Trata-se de uma posição epistemológica, assumir que esse cenário de guerra nacional é efetuado por uma relação de forças que transcendem ao seu aspecto zonal. O drama da ocasião encontra lastro nas argumentações a respeito de uma gestão espacial da morte violenta.

O sistema mundo moderno-colonial hierarquiza as relações econômicas internacionais/globalizantes alinhadas com as antigas relações coloniais. Essa desigualdade produz uma série de investimentos e circuitos ilegais empenhados em

sacar da vida de uma população regrada os caminhos de financiamento e lucro. Se a vida torna-se esse domínio de construção de soberanias, o 'biopoder' é evocado pela capacidade desses dispositivos regulatórios e inventivos, de decidir sobre deixar e fazer viver ou morrer. Segundo Mbembe (2011) a manutenção e gestão da guerra e do terror também é uma maneira de estabelecer soberanias de uma política que extrapola seus limites institucionais e circula, e quer circular, em arquiteturas, signos, imaginações, desejos, estéticas, etc. A gestão da morte precisa eleger seu 'campo', ou sua 'colônia', para se organizar territorialmente. Segundo Mbembe (2011) a territorialização de uma política da morte violenta se utiliza de alguns caminhos: i. produzir linhas de demarcação e hierarquias; ii. zonas de enclaves; iii. questionamento da propriedade; iv. classificação de pessoas por diferentes categorias; v. extração de recursos; vi. produção de ampla reserva de imaginários culturais.

A alarmante condição do Brasil no cenário internacional demonstra que as características principais das altas taxas de homicídio no país possuem especificidades evidentes em relatórios nacionais. O elevado número de assassinatos é enxertado por conflitos entre homens jovens que residem em áreas empobrecidas das cidades médias e grandes, muitas vezes envolvidos com as drogas. Sem contar a evidente vitimização de jovens negros e a presença da violência policial nesse cenário. Esse tipo de conflito tem se repetido durante décadas, com poucas alterações, o que leva a assumir em primeira instância de que não houve uma intervenção efetiva e eficaz de contenção dessa realidade. Contudo, se for considerada a construção da noção de delinquência ao longo da história (FOUCAULT, 2006), o empenho na 'ficcionalização do outro' (MBEMBE, 2011) no decorrer da instituição dos Estados-Nação moderno-coloniais (CASTRO-GOMEZ, 2005) e dos processos de 'sujeitificação' de corporalidades e desejos marginalizados (LUGONES, 2014), é possível identificar que o grupo social interseccionado e sobreposto às estatísticas de mortalidade violenta é composto por corporalidades, identidades e estrato social que de uma forma ou de outra já, ou sempre, foram marginalizados e atalhados de cidadania, ou até, humanidade.

Ainda que a investigação posteriormente tenha conduzido para a compreensão de descontinuidade e sofisticações da territorialização da violência homicida, a presente pesquisa parte desse contexto inspirado nas afirmações de Maria Lugones (2014) de que as subjetividades, nas palavras dela, colonizadas, são

‘subjetividades fronteiriças’ que habitam um ‘*locus* fraturado’. Essa condição exige que uma subjetividade seja instituída nessa fratura entre o imaginário colonial e a própria resistência provinda das histórias e dores de um grupo. Através de um ‘*locus* fraturado’ o indivíduo não assimila por completo os processos de ‘sujeitificação’, tampouco, é capaz de transformar-se se não pela sua própria condição. Essa tese se propôs a se embrenhar nas contradições da gestão da morte violenta, pensando que onde há poder, há resistência e o poder é mais inventivo que repressivo (FOUCAULT, 2006), o desafio é compreender de que maneiras os desejos e afecções masculinos posicionam a morte de maneira tão iminente. Contudo, essa iminência também possui conexão com as estratégias territorializantes das Necropolíticas anteriormente ditas por Mbembe (2011). O grupo social investigado elabora suas performatividades mais localizadas manifestando assimilações de hierarquias sociais, de contenções territoriais, de diferenciações nos tratos legais, de ausência de recursos básicos e de compreensão parcial das narrativas históricas da produção do ‘outro’ marginalizado.

Uma das características geográficas da violência homicida no Brasil é sua pulverização em áreas periféricas pobres das cidades médias e grandes. Contudo, nem sempre foi assim, os assassinatos se concentravam consideravelmente nas regiões metropolitanas e capitais das Unidades Federativas principalmente da região Sudeste. Na última década regiões anteriormente menos violentas tiveram suas taxas de homicídio acrescidas, bem como, em cidades médias e interioranas. A cidade de Ponta Grossa se mostra como um recorte espacial representativo na compreensão das dinâmicas recentes da violência homicida urbana. O município possui população inferior a 400 mil habitantes e está localizado na porção centro-oriental do Paraná, Estado que se manteve ‘estável’ frente às mudanças. Como estratégia metodológica de compreensão dos assassinatos em Ponta Grossa, foram analisados 86 inquéritos policiais de homicídio consumado e tentada, registrados entre os anos de 2012 e 2015. Através do conjunto dos dados sistematizados a partir de documentos judiciais, algumas problematizações da violência foram organizadas.

A sobreposição mais evidente da geografia dos assassinatos na cidade de Ponta Grossa se faz sobre áreas periféricas pobres. A cartografia da pobreza evidencia que as áreas pobres não são totalmente ocupadas pela violência, contudo, a violência homicida elege essas áreas para sua efetivação. Ponta Grossa atende a

duas principais dinâmicas de periferização. Primeiro, áreas relativamente próximas dos principais eixos de serviço, mas socialmente distantes e áreas distantes do centro, situadas nas fronteiras do perímetro urbano e em descontinuidade com alguma infra-estrutura ou serviço urbano. A violência homicida está sobreposta à pobreza, contudo, ela não é capaz de dar inteligibilidade a dinâmica de encontros de morte, tampouco, se apresenta como elemento restrito na construção de identidades masculinas agressivas. Nesse sentido, que as variáveis de gênero e idade são interseccionadas como elementos transversais na maioria dos assassinatos.

Através de depoimentos e declarações presentes nos inquéritos foi possível organizar os principais enunciados presentes para narrar sobre a vítima, o autor e os fatos sobre o crime. Os principais enunciados sobre os autores e vítimas remetem a um comportamento masculino, no qual, o confronto violento torna-se a manifestação de um confronto de forças contrárias e simultaneamente complementares. A complementariedade está nas masculinidades contíguas pela performatividade agressiva que através de uma trama de encaradas, discussões e ameaças, fazem da morte um ato comunicativo de uma afecção sempre disposta a utilizar-se da agressão corporal. Os conflitos são distribuídos entre atos mais discursivos no uso de ameaças que atraem, almejam ou exigem que uma agressão seja efetuada, e atos mais imediatos e impositivos, geralmente contingentes de conflitos circunstanciais ou quitação de dívidas. No primeiro caso, a masculinidade é tomada como elemento explícito, 'ser homem' é ser capaz de agredir, 'ser mais homem' é ser mais agressivo que o outro. No segundo caso, expressam a territorialidade do tráfico de drogas que utiliza de agressões e morte como um dispositivo de cobrança alternativo.

Outro aspecto evidente da violência homicida é a propensão estrutural por vitimar homens jovens negros. Estatísticas nacionais, investigações científicas, notícias de mídias independentes e sociedade civil organizada denunciam o genocídio incessante e corrente sobre a população negra brasileira. Tensionando afirmações de relatórios nacionais que afirmam que o Paraná é uma exceção na vitimização da população nos casos de homicídios. Ponta Grossa, um município com a população proporcionalmente mais branca que um dos Estados mais brancos do país, de acordo com o levantamento direto aos inquéritos, apresentou 46% de suas vítimas sendo negras, em uma população com pouco mais de 20% de negros. Considerando ainda as estratégias de mapeamento de estratos da população, foi

possível perceber uma sobreposição da população negra sobre as áreas de habitação da população pobre. A população pontagrossense com renda familiar menor de um salário mínimo não é predominante negra, contudo, a população negra está consideravelmente concentrada nesse estrato de renda.

Na comparação entre o perfil das vítimas e os autores investigados e/ou indiciados, as características de gênero e idade se acentuam, enquanto raça/cor não. Os autores se apresentaram mais concentrados entre homens na faixa jovem, enquanto a raça/cor torna-se mais branca. Mas, de maneira geral, o que se viu foi uma continuidade geográfica entre os envolvidos no crime. Vítima e autor, dessa forma, não se configuram como figuras em situação oposicional. O conflito emerge de desavenças, confusões e dívidas, contudo, é efetivado por uma ambiência de identidades, histórias e performatividades partilhadas. Essa coextensão é sempre parcial, mas eficaz. Ou seja, existem as diferenças entre as partes do conflito de morte. Por exemplo, no contexto de um homem jovem com dívida no tráfico de drogas ser morto sem nunca ter ameaçado alguém, tampouco possuir histórias de brigas e agressões, a dívida torna-se o vínculo eficaz a essa rede múltipla de ações e afetos que se utilizam da morte violenta. Como existem casos de homens jovens que nunca participaram do tráfico de drogas e nem possuem dívidas financeiras, mas por determinada confusão circunstancial de uma festa na 'quebrada', sob efeito do álcool, usou a violação do corpo como ato expansivo de uma maneira de ser homem e pensar a justiça. Sem dizer sobre os tantos que morrem apenas por estar no mesmo espaço da tentada. São exemplos de como uma rede conectada por performatividades masculinas agressivas, pela territorialidade do tráfico de drogas e a territorialização da violência homicida sob áreas empobrecidas e grupos precarizados, podem se tornar perversamente eficaz no agenciamento de indivíduos que parcialmente participem dessa rede.

Dentro dessas descontinuidades da violência em subjetividades que compõem as espacialidades de violência, juntamente com o empenho multi-escalar da gestão de perpetuação dos modos de operação da morte violenta, foram definidas duas escalas de proximidade como estratégias de compreensão da instituição de performatividades e dos agenciamentos afetivos de grupos diferentes, mas, vez por outra, coextensivos. A realização e sistematização de entrevistas feitas com dois grupos diferentemente posicionados no circuito da violência permitiram, não apenas perspectivas diferentes sobre o fenômeno, mas, deu a ele movimento.

Mesmo que seja um movimento analítico, as questões sobre ‘tornar-se’ vítima ou autor de homicídio foram priorizadas em detrimento da compreensão de um ‘ser’ violento.

O cotidiano de adolescentes homens com envolvimento com as drogas pensado através das espacialidades discursivas se mostrou próximo e/ou interseccionado às espacialidades de violência corporal. A ‘vila’ é a espacialidade através da qual são organizadas experiências sobre a morte violenta de um ‘outro’ próximo, por vezes, ‘camarada’. Ao mesmo tempo em que dispõe um circuito de ‘brigas’ incorporados pela construção localizada de masculinidades. Outro aspecto fortemente presente nas relações cotidianas mais próximas e espontâneas é a presença de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas, como um elemento de sociabilidade e manutenção das conexões afetivas entre homens. A relação entre a instituição de masculinidades do grupo e atos de violência também se ancora no acesso e reprodução de espacialidades como a ‘correria’ e o ‘fervo’. A primeira marcada pela arrecadação de recursos para o uso de drogas e bebida alcoólica, ao mesmo tempo em que possibilita a ‘parceria’ na prática de atos infracionais. E o ‘fervo’ expressa as estratégias de ‘aquecimento’ das relações cotidianas a partir da exacerbação da fruição da vida na ‘quebrada’, tornando a morte violenta ou agressões corporais um elemento latente.

Nesse jogo de expansão e contração das relações entre pares identitários, a espacialidades do ‘corpo’ evidencia o caráter contraditório da ‘Vida Loka’. O ‘corpo’ é o campo, por definição da expansão/conexão afetiva, mas também da experientiação dos revezes da precarização que as trajetórias das ‘Cenas Loucas’ e da relação problemática com drogas ilícita propicia. A própria ‘caminhada’ é marcada pela assimilação de uma imagem de si atravessada pela estigmatização da delinquência. Ainda que participem de circuitos ilegais e efetuem atos infracionais, essa condição de ilegalidade é digerida a partir das contradições cotidianas permeadas de ‘indignações’ sobre inúmeras ‘injustiças’ localmente estipuladas.

Os jovens homicidas apresentaram continuidades e particularidades frente aos adolescentes com envolvimento com as drogas. Existem trajetórias espaciais sobrepostas sobre eles e existem posicionamentos diferenciados sobre os mesmos vetores e conexões relacionais de poder presentes na construção localizada das masculinidades. Da mesma maneira a ‘vila’ surge como a espacialidade discursiva mais frequente, sugerindo que essa espacialidade torna-se um referencial

organizacional de boa parte dos encontros e desencontros das trajetórias de vida desse grupo. A 'vila' para jovens homicidas organiza suas inter-relações entre três campos interativos mais evidentes: o uso e acesso à droga, a violência corporal e a violência. Nas interações entre os pares identitários, as drogas se expandem para além de seus efeitos psicotrópicos. Experimentar-se homem através da sociabilidade masculina local é ancorada no uso de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas em diferentes e frequentes espaços. A drogadicção pode ser compreendida através do cotidiano desses sujeitos não como mera dependência química, mas como um conjunto de experiências e interações sociais que encontram na droga uma intersecção ou um campo de fluxos afetivos e de desejos. Através de uma espacialidade marcada pela presença acentuada de drogas e de grupelhos que se organizam em torno da droga, a dependência torna-se afetiva. Se a trama espacial é restrita, a economia afetiva será orientada em função dessa restrição.

Ora presente, ora não, as práticas de violência corporal são sempre uma possibilidade se também nessa trama a instituição das masculinidades se utilizam da violência enquanto uma performatividade eficiente em posicionar os homens nas redes de poder localizadas. As práticas de violência com danos corporais atendem, de maneira geral, a uma performatividade masculina. Essa performatividade se mostrou evidente a partir de dois caminhos. Existem casos que emergem de uma relação de confusões sobre confusões pelas quais existem formas-de-verdade que almejam advogar sobre a própria masculinidade em vez da elucidação de alguma informação ou acontecimento. Por outro lado, existem casos em que a agressão corporal é um ato de quitação de algum desequilíbrio na economia relacional, sejam sobre aspectos financeiros ou ações e condutas que violem as normativas elaboradas através da instituição das masculinidades.

O 'tráfico' se apresenta como uma das espacialidades discursivas mais centrais, confirmando que a prática do tráfico de drogas ilícitas está geograficamente frequente no cotidiano do grupo. A espacialidade em questão é marcada por duas características que desafiam a compreensão sobre esse fenômeno ilegal. É preciso assumir que na trajetória espacial de vida de jovens homens homicidas, o narcotráfico surge não em enquanto uma transgressão. A presença vertical ao longo do desenvolvimento social etário e a presença horizontal distribuída em boa parte dos espaços vivenciados pelo grupo criam uma 'relação de vizinhança entre pontos' em que a economia penalizada das drogas é elemento central e articulador. Ao

mesmo tempo, o tráfico não se mostra como elemento estruturador e determinante nas práticas de assassinatos que visem a cobrança de um dívida. Existem aqueles que internalizam essa cobrança realizando-a na forma de gestão de sensações adrenérgicas e estratégias de construção de uma hegemonia masculina local. Contudo, também há a utilização dessa economia enquanto uma estratégia de arrecadação sem que implique atos de agressividade.

As estratégias de arrecadação são evidentes na 'correria' que é dividida entre o tráfico de drogas e atos criminais como roubo. Mesmo em práticas de assalto a estabelecimentos, roubos de pessoas e furto de casas, para além de estratégias de arrecadação, os atos infracionais são também uma conexão de sociabilidade entre homens e uma gestão de sensações no cotidiano. Considerando ainda que o próprio fim da arrecadação de recursos visa ou atender uma estética masculina da 'quebrada' ou o consumo de substâncias psicoativas.

A presença da morte ou quase morte concentrada nas relações da 'cena louca' é marcada por continuidades evidentes e contradições relacionais, podendo representar momentos de violência mais coesa e internalizada, como difusa e contingente. Essa violência corporal continuada é caracterizada por um movimento pendular, assim como em um *half-pipe*, estrutura em U por onde um skatista efetua manobras em cada uma das extremidades superiores. Sua base é marcada por menor energia, mas é na horizontalidade por onde todos passam e se iniciam e as extremidades verticais que há momentos de maior energia, velocidade e risco. Em cada uma dessas extremidades existem os rejeitos da violência, marcado por exageros, dispostos de maneira simultaneamente distintos e contíguos.

Os 'rejeitos afetivos' são organizados por um conjunto de práticas de justificação que atendem a uma rede de códigos e condutas estipuladas através das performatividades masculinas. Esse campo é marcado por uma complexa interação entre as formas-de-justiça assimiladas entre os pares identitários e as afecções dos indivíduos que as compõem. Aqui surgem assassinatos entre a adrenalina e a naturalização, visando formas-de-vida que em si representa uma conduta que lhe outorga uma morte permissiva e necessária, como são os casos de figuras bem definidas como 'nóia', 'cagueta' e 'duque'. O acúmulo de contato de uma violência corporal cotidianamente presente cria energia para que casos de verticalidades perversas sejam continuadas. Emoções de 'frieza', propensões temperamentais, valorações de maldade comportamental circulam sobre indivíduos

homicidas, mas estas devem ser articuladas, por vezes substituídas, pela compreensão de uma afecção espacialmente elaborada. Enquanto a capacidade de ser afetado e de afetar, a geografia dos afetos desses indivíduos contribui para uma compreensão crítica, inclusive, ao assumir que existem descontinuidades entre essas práticas de violência. Um indivíduo homicida, não é homicida em todos os espaços em que compõe, ele é outro, como também pode ser 'outros' em 'outras' espacialidades que sequer são cogitadas em seu cotidiano.

Os 'rejeitos de masculinidades' ocorrem através das redes de confusões sobre confusões. Os exageros em atos de agressividade são, sobretudo, exageros performativos de masculinidade. As motivações de ameaça, briga e morte acontecem por meio de autoposicionamentos em aspectos masculinos de valentia, destemência, coragem, mas principalmente de não aceitação que outro se prevaleça sobre mim em um jogo conflitivo de uma gestão da própria vida e da própria imagem.

Esse movimento pendular acontece através de momentos de horizontalidade representados em ameaças cotidianas, desavenças e dívidas historicamente instituídas, brigas de festas, confusões em espaços de drogadicção, atividades da economia ilegal da droga, etc. Nesse campo horizontal a presença da violência corporal não é só quantitativa por meio da presença espacial, mas também modular, pela capacidade que atos agressivos possuem em comunicar, ou melhor, agenciar afetos, desejos, privilégios, etc. Esse campo horizontal é capaz de captar e produzir energia para os momentos de verticalidade ditos enquanto rejeitos da violência cotidiana. São ditos 'rejeitos' pelo seu caráter contingencial, na medida em que acontecem sob circunstâncias que exigem um campo interacional que excede e antecipa os momentos de maior 'perversidade relacional'.

A presente tese buscou compreender como se instituem as masculinidades de homens jovens envolvidos com a violência homicida no processo de negociação com as necropolíticas espaciais. É preciso considerar através dos resultados organizados aqui que o processo de negociação não é consciente, ou pelo menos, quando há é sempre parcial. Quando Mbembe (2011) diz que um europeu-colonizador não assimilava que quando matava um outro-colonizado estava cometendo um crime, da mesma forma, o autor argumenta que as formas-de-verdade e a gestão de corpos que habitam zonas de exceção se empenham na espacialização de zonas de indistinção tanto do caráter criminal-penalizador da

morte violenta como do significado de vida sobre os corpos vitimados. Pode-se dizer então que as necropolíticas espaciais visam a produção de demarcações e hierarquias que se confinem a morte violenta em áreas específicas e sobre corpos específicos. Essa estratégia espacial de contenção é interessante para o seu êxito na medida em que produz dois vetores de continuidade. O primeiro vetor obviamente está na produção de zonas pelas quais a ‘tagarelice’ discursiva (FOUCAULT, 2006) e as ‘geografia imaginárias’ (MASSEY, 2007) presentes nas necropolíticas espaciais tenham a eficiência em conduzir o escoamento de sangue regressando sempre para a sua origem sem que seja compreendida enquanto ‘horror’, ou pelo menos, nada além do banal ou tacitamente assumido enquanto necessário. O outro vetor é responsável pelo espelhamento dos exercícios de contenção dentro do próprio campo de ação. O cotidiano do grupo entrevistado demonstra que apesar da complexidade relacional existente na periferia, práticas de assassinato ocorrem ainda que por um litígio, mas sempre na continuidade de elementos interacionais presentes na espacialidade e por consequência coextensiva entre os envolvidos.

As necropolíticas não são expressas sob uma ordem unilateral, se a política é tomada como um jogo sobre as diferenças, as necropolíticas manifestam esse exercício contínuo sobre o escoamento de sangue sobre um corpo populacional diversificado. O seu êxito é testemunhado de antemão pelas corporalidades e identidades que se contraem nesse jogo, ou melhor, se esvaem em violência. O jogo necropolítico também não é bilateral, dividido entre os que ganham e os que perdem. Entretanto, é preciso afirmar que quem perde, no caso, a vida, isso sim, é evidente. Essa evidência factual é transformada discursivamente em uma zona de indistinção por onde a morte violenta deixa de ser trágica e passa a ser naturalizada, incontrolável, necessária, etc, e a vítima torna-se ‘delinquentes’, ‘nóias’, etc. Os indivíduos que compõem esse campo nas necropolíticas espaciais, são cheios de adjeções, definições, formas-de-verdade e de tão definidos são esvaziados de vitalidade, dignidade, são abjetos.

A gestão da morte violenta precisa simultaneamente de dois elementos chave, seu espaço e seus corpos¹⁷⁶.

¹⁷⁶ Esses espaços são como a ‘cidade colonizada’ de Franz Fanon: “se morre em qualquer parte, de qualquer maneira. Se morre em qualquer parte, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens são uns sobre os outros, os barracos uns sobre os outros [...] a cidade colonizada é uma

Entretanto, o debate sobre as necropolíticas não pode se basear somente sobre a matriz de um espaço zonal. A capacidade que a gestão da mortalidade brasileira tem em concentrar seus casos de homicídio massivos em áreas pobres das cidades médias e grandes não é o único caminho explicativo da dimensão espacial das necropolíticas. As áreas mapeadas da cidade de Ponta Grossa que concentram tanto as vítimas como os investigados apontam para uma escala de análise que possui uma multiplicidade de encontros e desencontros relacionais que em sua disposição geográfica é possível aprimorar um fenômeno que se sofisticava em sua ação. Nesse sentido, as espacialidades evidenciadas por jovens do sexo masculino que compõem espacialidades de violência expressam que existem descontinuidades e amorfias que impedem que o fenômeno da morte violenta seja assimilado em sua condição mais dramática a qual se encontra a situação brasileira.

Sobre o ponto de vista de um espaço zonal, a ‘quebrada’, um novo campo de ‘confinamento e dissimulação do terror’ (MBEMBE, 2011), é simultaneamente o que Ebômim define dela.

ah, na minha vila, todo mundo gosta de mim, mas os outros que não me conhece, daí eu ando com a cara meio fechada, acho que eles não vão muito com a minha cara. Mas na minha vila, todo mundo me conhece. Sou de boa, sou tranquilo, ajudo todo mundo (Ebômim, entrevista, junho de 2017).

O triunfo das necropolíticas não está somente na sua potencialidade de contenção sobre locais específicos, mas na capacidade em articular um emaranhado de espacialidades que de maneira mais ou menos coesa agenciam o assassinato como uma possibilidade real e uma repetição dissimulada. Os atos de violência são descontínuos sobre o espaço zonal da cidade assim como também na ‘quebrada’ e na trajetória de vida das pessoas envolvidas. O que existem são espacialidades de violência que necessariamente exigem outras inter-relações para o seu vínculo com a morte. A instituição de masculinidades de indivíduos em situação de precariedades que vivenciam espaços de drogadicção e se vinculam às atividades da economia informal do tráfico de drogas, que efetuam atos infracionais para arrecadação de recursos para o consumo de psicoativos e fruições, que vivenciam frequentes violações de agentes policiais, que organizam seu

amadurecimento ancorados em atos de violência e que possuem uma corporalidade marcada pelo discurso da produção da 'delinquência', isso tudo, evidencia que a espacialização das necropolíticas está nas inter-relações cotidianas.

Nas estratégias de sobrevivência, o jogo de matar ou morrer está perversamente vinculado ora a uma relação de forças locais que se evocam enquanto táticas de tornar-se homem e fazer justiça, e ora vinculado a uma relação de forças difusas que se evocam entre uma masculinidade e uma forma-de-vida indigna de aceitar que morte não é sinônimo de justiça. Se há alguma possibilidade de resistência individual sobre a violência, para esses indivíduos necessariamente precisa passar pela transformação da maneira de se sentir e se fazer homem, o que implicaria em reorientações de afetos e desejos. E a possibilidade de resistência social precisa passar pela abertura e até desmantelamento dos espaços coesos por onde interagem pobreza, injustiça penal e violência policial.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. Revista USP, Dossiê Judiciário, n.21, 1994.

_____. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. Acesso em http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_discriminacao_racial2.pdf 1995.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo : Boitempo, 2004.

_____. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). - São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

_____. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. O reino e glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer II. - São Paulo : Boitempo. 2011.

AITKEN, Stuart. Young men's violence and spaces of addiction: opening up the locker room. Social & Cultural Geography, Vol. 13, No. 2, March 2012. p.124-143.

ALCOFF, Linda. Epistemologies of Ignorance: Three Types. In: Race and epistemologies of ignorance / edited by Shannon Sullivan, Nancy Tuana. State University of New York Press, Albany. p. 39-58. 2007.

ALEXANDER, Bruce K. *The Roots of Addiction in Free Market Society*. Canadian Centre for Policy Alternatives. Vancouver, April, 2001.

ALEXANDER, Claire. The Asian gang: ethnicity, identity, masculinity. Oxford: Berg, 2000.

_____. Imagining the Asian gang: ethnicity, masculinity and youth after 'the riots'. Critical Social Policy. Vol. 24 No. 4, 2004, p.526-549.

ALVES, Jaime Amparo. Topografias da Violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 22. 2011, p. 108-134.

_____. From Necropolis to blackpolis: necropolitical governance and black spatial praxis in São Paulo, Brazil. Antipode Vol. 00 No. 0 2013. 2013. p. 1-17.

ANISTIA INTERNACIONAL. Você matou meu filho: homicídio cometido pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro / Anistia Internacional – Rio de Janeiro : Anistia Internacional, 2015.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo. Ano 9. 2015.

ANDERSON, Ben. Affective atmospheres. Emotion, Space and Society. Vol. 2, 2009, p. 77-81

_____. Affect and biopower: towards a politics of life. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Vol. 37. p. 28-43, 2012.

ANDERSON, Ben. KEARNES, Matthew. MCFARLANE, Colin. SWANTON, Dan. On Assemblages and geography. *SAGE - Dialogues in Human Geography*. Jul 10. 2012. p.171.

ANDERSON, Kay. and SMITH, Susan. Editorial: emotional geographies. *Transactions of the Institute of British Geographers* N. 26, 2001, p. 07-10.

ANDRADA, Anderson F. O significado das UPPs, seus limites e possibilidades: a Santa Marta na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual do Rio de Janeiro 2013.

ANZALDÚA, Gloria. *Bordelands La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinters/Aun Lute Press. 1987.

ARENDT, Hanna. *Sobre a violência*. 3º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ASCHER, Louise. *Race, masculinity and schooling: muslim boys and education*. Maidenhead: Open University Press, 2003.

ATAIDE, Marlene. GUIMARÃES, Jayson. Juventudes, violência urbana e periferia em São Paulo. *Revista Anpege*, v. 8, n. 10, p. 33-49, ago/dez. 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1º ed. 1977. 1995.

BASTOS, Francisco. BERTONI, Neilane. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos não nas capitais brasileiras? [org.] Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. – Rio de Janeiro : Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BATAILLE, Georges. *A parte maldita*, precedida de “A noção do dispêndio”. – 2º ef. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2013.

BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. Obras Escolhidas. v. 1. p. 226. 1987.

BERG, Lawrence; LONGHURST, Robyn. A bibliography of geography and masculinities. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*. P. 1-12, 2003. www.acme-journal.org/MascBib.pdf. Acesso em 12/09/2012.

BETANCOURT, José Alfredo. Las paradojas de la participación ciudadana en la seguridad en México. En: *Drogas, policías y delincuencias : otras miradas a la seguridad ciudadana em América Latina* / Bertha García Gallegos [et al] coordinado por Pablo Emilio Angarita Cañas. - 1º ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG. 1998.

BORGES, Jorge Luis; CASARES, Bioy; OCAMPO, Silvina. *Antologia da literatura fantástica*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

BIALAKOUWSKI, Alberto; LÓPEZ, Ana; PATROUILLEAU, M. Mercedes. Práticas governamentais na regulamentação de populações extinguíveis. En.: *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre, Tomo Editorial, CLACSO, 2007.

BONDI, Liz. Making connections and thinking through emotions: between geography and psychotherapy. *Transactions of the Institute of British Geographers* N. 30, 2005, p. 433–48.

BOTELHO, Nelson; PÉREZ, María. La pobreza como espacio de indeterminación: un análisis desde la biopolítica. *Revista Latinoamericana de Sociología (RIS)*. Vol. 68, nº 2, maio-agosto, p. 271-287, 2010.

BOUDREAU, Julie-Anne. Urbanity, fear, and political action: Explorations of intersections. *Emotion, Space and Society*. 4, 2011, p. 71-74.

BRIGGS, Daniel. Emotions, ethnography and crack cocaine users. *Emotion, Space and Society* 7, 2013. p.1-12.

BROWN, Gavin. Emotional geographies of young people's aspirations for adult life. *Children's Geographies*, Vol. 9. N.1, 2011, p. 07-22.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. Guacira Lopes Louro (org.). Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

CAHILL, Caitlin; SULTANA, Farhana; PAIN, Rachel. Participatory Ethics: politics, practices, institutions. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 6 (3), 304-318. 2007.

CAVANAGH, Connor; HIMMELFARB, David. "Much in blood and money": necropolitical ecology on the margins of the Uganda Protectorate. *Antipode*. Vol. 47, nº.1, p. 55-73, 2014.

CARDOSO JUNIOR, Hélio. Teoria das multiplicidades e conceitos de inconsciente no pensamento de Gilles Deleuze. In: Cardoso Junior, Hélio. *Inconsciente-multiplicidade: conceito, problema e práticas segundo Deleuze e Guattari*. – São Paulo : Editora UNESP, 2007.

CARNIGLIA, Luciano. Crítica y verdad: la emergencia de la libertad en el gobierno de la vida. *El banquete de los dioses: Revista de filosofía y teoría política contemporânea*. Vol. 2, nº 2. maio-novembro, p. 22-37, 2014.

CARVALHO, Marcia. Jovens e estruturas sociais violentas em Londrina (Paraná/Brasil): subsídios a discussão da saúde pública. *Hygeia* 7(12):98 - 97, Jun/2011

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.169-186.

CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato. BUENO, Samira. VALENCIA, Luis. HANASHIRO, Olaya. MACHADO, Pedro. LIMA, Adriana. *Atlas da Violência*. Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, jun. 2017.

CESAR, Tamires; PINTO, Vagner. A Produção Intelectual da Geografia Brasileira, entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos on line. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 119 - 132, ago. / dez. 2015.

CHIMIN JUNIOR, Alides B. O espaço como componente de vulnerabilidade aos atos infracionais desenvolvidos por adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei em Ponta Grossa – Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

_____. Espaço, atos infracionais e a criação social dos adolescentes em conflito com a lei. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v.1, n.2, p.295-308, 2011.

CONNELL, Robert W. *Masculinities*. Sydney: Allen e Unwin, 1995.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão.* – v.21, n.1. P. 241-300. 2013.

COLLINS, Patricia Hill. Gender, Black Feminism, and Black Political Economy, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 568, 2000. pp. 41-53

CORRÊA, R. L. A periferia urbana. *Geosul*, Florianópolis, n. 2, p. 70-78, 1986.

_____. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORVA, Dominic. Biopower and the militarization of the police function. *ACME: An Internacional E-Journal for Critical Geographies*, 8 (2), p. 161-175, 2009.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. *Espaço e cultura*. n. 5. jan-jun/98. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1998.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of Race and Sex: A black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine. *Feminist Theory and Anticist Politics*, University of Chicago Legal Forum, Chicago, 1989. pp. 139-167

CRUZ, Rodrigo Cruz. Cuerpos desgarrados, vidas precárias: violencia, ritualización, performance. *Alteridade*, vol. 24, núm. 48, p. 71-83, 2014.

DAY, Kristen. Being feared: masculinity and race in public space. *Environment and Planning A*. Vol. 38, 2006, p. 569 – 586.

DAVIDSON, Joice. and BONDI, Liz. Spatializing affect, affecting space: an introduction. *Gender, Place and Culture*. Vol. 11, 2004, p.373–74.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DELANDA, Michel. *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. Continuum, London. 2006.

DELEUZE, Gilles. *Ilha Deserta e outros textos*. Editora Iluminatas, São Paulo, 2005.

_____. *Foucault*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

_____. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Rio de Janeiro. Ed. 34. 1995.

_____. O anti Édipo: capitalismo e esquizofrenia. – São Paulo : Ed. 34, 2010.

DÍAZ, Martín. Del' disciplinamiento de los cuerpos al gerenciamiento de la vida. Mutaciones biopolíticas en el presente en torno a la construcción de la anormalidad. De prácticas y discursos/ Universidad Nacional del Nordeste/ Centro de Estudios Sociales. Año 2, número 2, p. 1-16, 2013.

DUARTE, André. Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUSSEL, Enrique. Filosofia da Libertação. Edições Loyola, São Paulo. 1977.

ECO, Umberto. Seis passos pelos bosques da ficção. – São Paulo : Companhia das letras, 1994.

ENGEL, Cíntia. Diagnóstico dos Homicídios no Brasil : subsídios para o Pacto Nacional pela Resolução / Cíntia Liara Engel ... [et al.]. – Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. 271 p. 2015.

EVANS, Michael. Revisiting emotional geographies: Implications for family engagement and education policy in the United States. J Educ Change. 12, 2011, p. 241–255.

EVERS, Clifton. 'The Point': surfing, geography and sensual life of men and masculinity on the Gold Coast, Australia. Social and Cultural Geography, vol. 10, No. 8, December 2009.

FANNIN, Maria. The burden of choosing wisely: biopolitics at the beginning of life. Gender, Place and Culture: Journal of Feminist Geography. Vol. 20, nº 3, p. 273-289, 2013.

FINLAYSON, Caitlin Cihak. Spaces of faith: incorporating emotion and spirituality in geographic studies. Environment and Planning A. vol. 44, 2012, p. 1763 – 1778

FONSECA, Vania; GONZAGA JUNIOR, Antonio. LIMA, Jadson. Evolução da distribuição espacial da violência em Aracaju 2004-2009: homicídios. Geonordeste, ano XXI, p. 134-162. 2010.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. Microfísica do poder. 15. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003a.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. Estratégias, poder-saber. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Univiersitária, p.203-222, 2003b.

_____. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. MICHEL FOUCAULT. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª. Edição Revista. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: Traduzida por Antonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia .Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FRAGOSO, Julia Monárrez. Violencia extrema y existencia precaria em Ciudad Juárez. Frontera Norte, vol. 24, número 48, julio-diciembre, p. 191-199. 2012.

FRANÇA, Vera. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: Entre o sensível e o comunicacional / (Org.: Bruno Souza Leal, Carlos Camargo Mendonça : Autêntica Editora, p. 39-56, 2010.

FREITAS, Oracilda; RAMIRES, Julio. Políticas Públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 12, n. 37 mar/2011 p. 142 - 161

GARMANY, Jeff. Drugs, violence, fear, and death: the necro- and narco-geographies of contemporary urban space. Urban geography. Vol. 32, nº, 8, p. 1148-1166, 2011.

GILROY, Paul. The black Atlantic: modernity and double consciousness, Harvard University press, p.57. _____. Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Impreso en España. Editorial Melusina, s.l., 2011.

GOMES, Fernando. “Cenas Embaçadas”: a relação entre as espacialidades vivenciadas por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

_____. Trajetória espaciais de jovens do sexo masculino e os agenciamentos da morte na cidade de Ponta Grossa – PR. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 99 - 113, ago. / dez. 2014.

GOMES, Fernando. SILVA, Joseli. Cenas Loucas: assemblages da violência de jovens do sexo masculino com envolvimento com as drogas na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 3 - 24, jan. / jul. 2014.

GOMES, Fernando. SILVA, Joseli. GARABELI, Aline. A relação entre as espacialidades de jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa Paraná. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.35, Volume Especial, p. 154-174, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa _____. Um Lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. Espaço e Tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMAN, 2009.

GOMES, Glaucia. DE MAURO, Claudio. Violência globalizada: globalização e rejeitos humanos. Revista Formação, n.16, volume 2 – p.03-12. 2009.

GRZINIC, Marina. TATLIC, Sefik. Necropolitics, racialization, and global capitalism : historicization of biopolitics and forensics in politics, art, and life. Includes bibliographical references and index. Lexington Books, Plymouth, United Kingdom. 2014.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. - São Paulo: Ed. 34, 1992.

HAESBAERT, Rogério, PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A des-ordem política mundial: os novos espaços do poder. In: A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempo de insegurança e contenção, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALLMAN, Bonnie C. BENBOW, Mary. Family leisure, family photography and zoos: exploring the emotional geographies of families. *Social & Cultural Geography*. Vol. 8, n. 6, 2007, p. 871-888.

HANCOCK, Ange Marie. When Multiplication Doesn't Equal Quick Addition: Examining Intersectionality as a Research Paradigm, *Perspectives on Politics*, 5 (1), 2007. pp. 63-79

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. In *Simians, Cyborgs, and women: The reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

HART, Carl. Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas/Carl Hart; tradução Clovis Marques. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HENNEN, Peter. Bear Bodies, Bear Masculinity: Recuperation, Resistance, or Retreat? *Gender and Society*. Vol. 19, No. 1, February 2005, p. 25-43.

HISSA, Cássio. A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HO, Elaine Lynn-Ee. Constituting Citizenship Through the Emotions: Singaporean Transmigrants in London. *Annals of the Association of American Geographers*, 99:4, 2009, p. 788-804.

HOCKEY, Janny. JAMES, Allison. *Social Identities across the Life Course*. New York, N. Y. Palgrave Macmillan, 2003.

HOPKINS, Peter. Young people, masculinities, religion and race: new social geographies. *Progress in Human Geography*. v. 31, n.2, 2007, p.163-177.

_____. Women, Men, Positionalities and Emotion: Doing Feminist Geographies of Religion *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*. 8 (1), 2009, p.1-17

_____. Jovens, Masculinidades, Religião e Raça: Novas Geografias Sociais. In: SILVA, Joseli M. ORNAT, Marcio J. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (orgs). *Espaço, Gênero e Masculinidades Plurais*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 193-224.

HOPKINS, Peter. PAIN, Rachel. Is there more to life? Relationalities in here and out there: a reply to Horton and Kraftl. *Area*. Vol. 40, n. 2, p. 289-292, 2008.

HOWITT, Richard. Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. *Area*. Vol. 30, nº 1, p. 49-58. p. 1998.

HUTTA, Jan Simon. The affective life of semiotics. *Geogr. Helv.* Vol. 70, 2015, p. 295–309.

ICLÁN, Daniel. Abyecciones: violencia y capitalismo em el siglo XXI. *Nómadas* (Col), núm. 43, octubre, pp. 13-27. 2015.

INGRAM, Matthew C. COSTA, Marcelo Marchesini da. Targeting Violence Reduction in Brazil: Policy Implications from a Spatial Analysis of Homicide. Latin America Initiative Foreign Policy at Brookings. Policy Brief, October, 2014.

IPEA, Atlas da Violência, Nota Técnica, nº 17. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, março, 2016.

JAYNE, Mark. VALENTINE, Gill. HOLLOWAY, Sarah. Emotional, embodied and affective geographies of alcohol, drinking and drunkenness. Royal Geographical Society, 2010.

JESUS, Diego. Aqui jaz o amor: o nascimento do homem, a produção das masculinidades e as relações interacionais. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 17-29, jan/jul. 2012.

KEARNES, Gare. Bare Life, Political Violence, and the Territorial Structure of Britain and Ireland. In: *Violent geographies: fear, terror, and political violence* / edited by Derek Gregory and Allan Pred. Taylor and Francis Group, Routledge, New York, p. 7-36, 2006.

KIMMEL, Michael. S. Globalizations and Its Mal(e)contents: The Gendered Moral and Political Economy of Terrorism. In: KIMMEL, M. S.; HEARD, J.; CONNEL, R.W. (Ed.) *Handbook of Studies on Men & Masculinities*. Thousand Oaks, CA, Sage, 2005.

KRIENERT, Jessie. Masculinity and Crime: A Quantitative Exploration of Messerschmidt's Hypothesis. *Electronic Journal of Sociology*, 2003 - http://www.sociology.org/content/vol7.2/01_krienert.html (1 of 30)2/27/2007 4:02:01 AM

LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Colección. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LANGEVANG, Thilde. Claiming place: the production of young men's street meeting places in Accra, Ghana. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*. Vol. 90 nº. 3, p. 227-242, 2008.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. 1º ed. – São Paulo : Edições Sesc São Paulo : n-1 edições, 2014.

LEGG, Stephen. Of Scales, networks and assemblages: the League of Nations apparatus and the scalar sovereignty of the Government of India. *Transaction Institute of British Geographers*. Vol. 34. p. 234-253. 2009.

LEMGRUBER, Julita. Controle da criminalidade: mitos e fatos. In: *Insegurança Pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. Org. Oliveira, Nilson Vieira / São Paulo: Nova Alexandria, p.155-185, 2002.

LESTER, Alan. DUSSART, Fae. Masculinity, 'race', and family in the colonies: protecting Aborigines in the early nineteenth century. *Gender, Place and Culture*. Vol. 16, No. 1, February 2009, p. 63-75.

LEVY, Tatiana. *A experiência do for a: Blanchot, Foucault e Deleuze*; - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LIM, Jason. Immanent politics: thinking race and ethnicity through affect and machinism. *Environment and Planning A*. vol. 42, 2010, p. 2393 – 2409.

LONGHURST, Robin. Geography and gender: masculinities, male identity and men. *Progress in Human Geography*, Vol. 24, n.3, 2000, p. 439-444.

LOW, Telma. MELO, Danielly. Tecendo Redes pela igualdade: meninas adolescentes de comunidade baixa-renda debatendo sobre as relações de gênero e a violência contra a mulher. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v.2, n.2, p. 2-14, ago/dez, 2011.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

MACHADO, Bruno. O inquérito policial e a divisão do trabalho jurídico-penal no Brasil: discursos e práticas. *Rev. bras. segur. pública | São Paulo* v. 9, n. 1, 2-4, Fev/Mar. p. 12-33. 2015.

MACHADO, Roberto. Deleuze, a arte e a filosofia. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed. 2010.

MALAM, Linda. Spatialising Thai masculinities: negotiating dominance and subordination in Southern Thailand. *Social & Cultural Geography*, Vol. 9, No. 2, March 2008, p. 135-150.

MANN, Bonnie. How America Justifies Its War: A modern/postmodern Aesthetics of masculinity sovereignty. *Hypatia*. vol. 21, no. 4, 2006.

MARINO, Augusto. Políticas de drogas, control social y regulación em la sociedad del riesgo. Análisis sobre nuevos dispositivos sociales em Uruguay. En: *Drogas, policías y delincuencias : otras miradas a la seguridad ciudadana em América Latina* / Bertha García Gallegos [et al] coordinado por Pablo Emilio Angarita Cañas. - 1º ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015.

MASSEY, Doreen. Masculinity, Dualism and High Technology. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, Vol. 20, No. 4. 1995, p. 487-499.

_____. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espço. *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis, n.03, p. 142-155, maio de 2007.

_____. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. Filosofia e Política da Espacialidade: Algumas Considerações. *Geographia*, ano 6, nº 12, 2004.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture* 15(1):11–40. 2003.

_____. Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Inpresos en España. Editorial Melusina, s.l., 2011.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona Editora. 2014.

MCDOWELL, Linda. The trouble with men? Young people, gender transformations and the crisis of masculinity. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n. 1, March 2000.

_____. Redundant Masculinities? Employment change and white working class youth. Oxford: Blackwell, 2003.

MCCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality, Signs: Journal of Women in Culture and Society, 30 (3), 2005). pp. 1771-1800

MCCORMACK, Derek. Molecular affects in human geographies. Environment and Planning A. vol. 39, 2007, p. 359 – 377.

MCNEILL, Willian. As guangues de rua são uma antiga herança da civilização. In: Insegurança Pública – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. Org. Nilson Vieira Oliveira. – São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MEASHAM, Fiona. “Doing gender” – “doing drugs”: conceptualizing the gendering of drugs cultures. Contemporary Drug Problems. Vol. 29. Summer, p. 335-373, 2002.

MESSERSCHIMIDT, James. Nine Lives: Adolescent Masculinities, the Body, and Violence: westview Pree, 2000.

MIGNOLO, Walter. Local Histories / Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press. 2000.

_____. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Souza. Conhecimento prudente para uma vida decente. Saõ Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710

MISSE, Michel. ‘Autos de Resistência’: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Relatório Final de Pesquisa, Edital MCT/CNPq nº 14/2009 – Universal. Jan. 2011.

MOURA, Tatiana. RIBEIRO, Natália. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen – junho de 2014. Departamento de Penitenciária Nacional - Ministério da Justiça. 2014.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Ederson. MATIAS, Lindon. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). RA’ E GA, Vol. 23, p. 65-97, 2011.

NAYAK, Anoop. Last of the 'Real Geordies'? White masculinities and the subcultural responses to deindustrialisation. Environment and Planning D: Society and Space, v. 21, 2003, p. 7-25.

_____. Race, affect, and emotion: young people, racism, and graffiti in the postcolonial English suburbs. Environment and Planning A. vol. 42, 2010, p. 2370-2392

_____. Geography, race and emotions: social and cultural intersections. Social & Cultural Geography. vol. 12, n.6, 2011, p. 548-562.

NEGRI, Antonio. De Volta: abecedário biopolítico. Rio de Janeiro: Record, 2006.

NETO, Nécio Turra. Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e rede de sociabilidade. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

NUNN, Neil. 'It can be dangerous for the uterus': hegemonic masculinity and cooperative recycling in São Paulo, Brazil. *Gender, Place and Culture*. Vol. 20, No. 6, 2013, p. 794-810.

OLIVEIRA, Viviane. *Psiquiatria materialista de Deleuze, Guattari e Reich*. In: Cardoso Junior, Hélio. *Inconsciente-multiplicidade: conceito, problema e práticas segundo Deleuze e Guattari*. – São Paulo : Editora UNESP, 2007.

ONG, Aiwah. *Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty*. Durham and London, Duke University Press. 2006.

PAIN, Rachel. Gender, Race, Age and Fear in the City. *Urban Studies*, Vol. 38, Nos. 5–6, 2001, p. 899–913.

PAPASTERGIADIS, Nikos. The invasion complex: the abject other and spaces of violence. *Geografiska. Ann.*, vol. 88-B nº.4. p.429–442, 2006.

PARR, Hester. Emotional geographies. In: Cloke, Paul, Crang, Philip. and Goodwin, Mark., editors, *Introducing human geographies*, second edition, London: Arnold, 2005, p.746-759.

PASCOE, C. J. 'Dude, You're a Fag': Adolescent masculinity and Fag Discourse. Vol. 8 n.3. December 9, 2014.

PATINO, Jorge. DUQUE, Juan. PARDO-PASCUAL, Josep. RUIZ, Luis. Using remote sensing to assess the relationship between crime and the urban layout. *Applied Geography*. Vol. 55, p. 48-60, 2014.

PATTON, Paul. *Deleuze and the political*. Routledge, London. 2000.

PAULA, J. C. M. de. *População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa – PR*. Rio Claro, 1993, 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro.

PEASE, B.; PRINGLE,K (Ed.) *A Man's World? Chaging Men's Practices in a Globalized World*. London: Zed Books, 2001.

PELBART, Peter Pál. *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo. Ed. Iluminuras, 2003.

PELBART, Peter Pál. *A clausura do fora e o fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo : Iluminuras, 2009.

PERES, Maria. NIVETTE, Amy. Social disorganization and homicide mortality rate trajectories in Brazil between 1991 and 2010. *Social Science and Medicine*. Vol. 190, p. 92-100, 2017.

PILE, Steve. Emotions and affect in recent human geography. *Transaction of Institute of British Geographers*, vol. 35, 2010, p.5-20.

PLATERO, Raquel (Lucas). Introducción. La interseccionalidad como herramienta de estudio de la sexualidade. In: PLATERO, R. *Intersecciones: cuerpos y sexualidades em la encrucijada*. Barcelona: Edicion Bellaterra, 2012. p.15-72.

PORTO, Maria. Fluxos e dinâmicas do Sistema de justiça criminal nas representações sociais dos operadores envolvidos. *Rev. bras. segur. pública | São Paulo* v. 9, n. 1, 2-4, Fev/Mar p. 82-101. 2015.

POSSAS, Lídia. FRANÇA, Carlos. A múltiplas significações de gênero: reflexões a partir da violência e da exacerbação de masculinidade de um grupo de skinheads paulista. Espaço Plural. Ano X, n. 21, 2º. Semestre 2009, (97-104)

PUERTA, Ayder Berrío. La fusión entre democracia y Estado de excepción em el modelo biopolítico de Giorgio Agamben: una reflexión em torno a los efectos de la exclusión-inclusiva de la nuda vida em el ejercicio de la política occidental. Trabajo de investigación presentado para optar al título de Magister em Ciencia Política. Universidad de Antioquia – Instituto de estudios políticos Medellín. 2008.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina" em Castro-Gómez, S.; Guardiola-Rivera, O. e Millán de Benavides, C. (eds.) Pensar (en) los intersticios. Teoría y práctica de la crítica poscolonial (Bogotá: CEJA). 1999.

RAMA, Ángel. A Cidade das Letras. São Paulo : Ed. Brasiliense. 1985.

RAMOS, Edinilsa. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. Ciência e Saúde Coletiva, vol. 10, núm. 1 jan-mar, p. 59-70. 2005.

ROCHA, Heder Leandro. "Espaço Espiado": O uso de crack como um elemento das espacialidades vivenciadas por adolescentes do sexo masculino em Ponta Grossa - PR. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

_____. 'Não dá nada, se der, dá pouco': o 'espaço espiado' dos adolescentes do sexo masculino usuários de crack em Ponta Grossa – PR. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.5, n.1, 2014, p. 25-46.

RODÓ-ZÁRATE, Maria. Developing geographies of intersectionality with Relief Maps: reflections from youth research in Manresa, Catalonia. Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography. Vol 20, 2013.

ROSE, Gillian. Feminism e geography: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

_____. Situating knowledge, positionality, reflexibilities and others tactics. Progress in Human Geography. n.21, p. 304-3020, 1997.

_____. Performing Space. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phillip. Human Geography Today. Cambridge: Polity Press, p. 247 – 259. 1999.

ROSSI, Rodrigo. "Malucos da quebrada": territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes homens em conflito com a lei em Ponta Grossa – Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

_____. Espacialidade Carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa, Paraná. Tese de doutorado no Programa de de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

ROSSO, Jared Del. The penis as public part: Embodiment and the performance of masculinity in public setting. Sexualities. vol. 14, n.6, 2011, p. 704-724.

SÁ, Alcindo. Por uma Geografia sem cárcere público ou privado. Refice: Os autores, 2007.

SANDERS, Jolene. Coming of age: how adolescent boys construct masculinities via substance use, juvenile delinquency, and recreation. *Journal of ethnicity in substance abuse*. Vol. 10. p. 48-70, 2011.

SANTOS, Marcia. RAMIRES, Julio. Uma caracterização dos homicídios em Uberlândia: um enfoque geográfico. *Sociedade e Natureza, Uberlândia*, 16 (30): 161-178, jun. 2004.

_____. Espaço Urbano e Violência: uma contribuição geográfica. *Caminhos de Geografia Uberlândia* v. 10, n. 30 Mar/2009 p. 144 - 154

SAVILLE, Stephen John. Playing with fear: parkour and the mobility of emotion. *Social & Cultural Geography*, Vol. 9, No. 8, December, 2008.

SCHEFFER, Sandra. Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre Ponta Grossa. *Emancipação*, Vol. 6, nº. 1, p. 257-278, 2003.

_____. A construção do espaço local por políticas nacionais de habitação: O Programa Minha Casa Minha Vida em Ponta Grossa – PR. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Arquitetura e Design da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 238 f. 2017.

SCHROCK, Douglas. PADAVIC, Irene. Negotiating Hegemonic Masculinity in a Batterer Intervention Program. *Gender and Society*, Vol. 21 No. 5, October 2007, p. 625-649.

SHARP, Joanne. Geography and gender: what belongs to feminist geography? Emotion, power and change. *Progress Human Geography*. vol. 33, n. 1, Jul 11, 2008, p.74-80.

SEDWICK, Eve. *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*. New York: Columbia University Press, 1985.

SIDMAN, Murray. *Coerção e suas implicações*. Editora Livro Pleno. 2009.

SILVA, Ana Beatriz. *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008a.

SILVA, Juliano. A influência do associativismo no espaço urbano em dois municípios da região metropolitana de maringá – os casos de Sarandi e Paiçandu. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá., Maringá. 2008b.

SILVA, Joseli M. Os desafios para a expansão da geografia das sexualidades nos Brasil e os limites do diálogo científico internacional. In: *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras* / org. Joseli Maria Silva e Augusto Cesar Pinheiro da Silva. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011.

SILVA, Joseli. CESAR, Tamires. PINTO, Vagner. Gênero e a Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. p.185-200, V.11, n.15, jan-jun.2015.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 21-36.

SOTO, Adriana. La sospechosa relación entre juventud y violencia. *El Cotidiano*, vol. 18, núm. 111, enero-febrero, 2002, pp. 28-35

SOUSA SANTOS, Boaventura. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 48. Junho. p.11-32 1997.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. – 8. Ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

SKINNER, B. Ciência e comportamento humano. São Paulo, Martin Fontes. 2003.

STEPHAN, Beatriz González. Economías fundacionales. Diseños del cuerpo ciudadano. Cultura y tercer mundo: Nuevas identidades y ciudadanías. Caracas Nuevas Sociedad. 1996.

STEPNEY, Melissa. British women's experiences of drinking alcohol: Dynamics of emotional proximity and distance. *Emotion, Space and Society*. Vol. 10, 2014. p. 105-112.

THRIFT, Nigel. Immaculate Warfare? The Spatial of Extreme Violence. In: *Violent geographies: fear, terror, ad political violence* / edited by Derek Gregory and Allan Pred. Taylor and Francis Group, Routledge, New York, p. 273-294. 2006.

TIVERS, Jacqueline. 'Not a circus, not a freak show': masculinity, performance and place in sport for 'extraordinary men'. *Gender, Place and Culture*. Vol.18, No. 1, February 2011, p. 45-63.

TRIANA, Sayak Valencia. Capitalismo Gore y Necropolítica en México Contemporáneo. *Relaciones Internacionales*, núm. 19, febrero de 2012.

ULPIANO, Claudio. Gilles Deleuze : a grande Aventura do pensamento. 1 ed. – Rio de Janeiro : Funemac Livros, 2013.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Global Study on Homicide 2013: Trends, Contexts, Data. United Nations Office on Drugs and Crime, Vienna, 2013.

VALENTINE, Gill. Boundary Crossing: Transitions from Childhood to Adulthood. *Children's Geographies*, Vol. 1, n. 1, p. 37-52, 2003.

WASELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

_____, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2013.

_____. Mapa da Violência 2014: homicídios e juventude no Brasil – atualização 15 a 29 anos. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. 2014.

WENTZELL, Emily. 'I help her, she helps me:' Mexican men performing masculinity through transactional sex. *Sexualities*. Vol. 17, n.7, 2014, p. 856–871.

WILKINS, Amy. Masculinity Dilemmas: Sexuality and Intimacy Talk among Christians and Goths. *Signs*, Vol. 34, No. 2, Winter 2009, p. 343-368.

WINTON, Ailsa. Youth, gangs and violence: Analysing the social and spatial mobility of young people in Guatemala City. *Children's Geographies*, Vol. 3, No. 2, August 2005, p. 167–184.

WHITEHEAD, N. L. "Rethinking anthropology of violence," *Anthropology Today*, 20 (5): 1–2. 2004.

ZACCONE, Orlando. *Indignos da vida: A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2015.

ZALUAR, Alba. Sociability in crime: culture, form of life or ethos. *Vibrant – Brazilian Anthropology*, v.2, p. 12-46. July to December 2014.

ZANOTELLI, Claudio. RAIZER, Eugenia. LIRA, Pablo. OLIVEIRA, Eldon. BARROS, Ana. *Criminalidade Violenta e fragmentação urbana na grande Vitória*. *Geografares*, n.5, p. 35-50. 2006.

GLOSSÁRIO

Acelerar: realizar alguma cobrança, sendo comum o uso de ameaças e agressões;

Baguio: droga, ou alguma situação ou episódio;

Bala/balinha: ecstasy;

Barraco: casa simples;

Beque: cigarro de maconha

Biqueira: local de venda de droga;

Bolita: quantidade de dinheiro;

Cabral: Cigarro de maconha com crack;

Cagueta: Delator;

Calibre: arma de fogo;

Caxangueiro: ladrão de residências;

Citi: City, cidade.

Comando: Comando Vermelho, organização criminosa;

Correria/corres: atividades de arrecadação de dinheiro, geralmente referentes a atos criminais, como tráfico e roubo.

Crocodilagem: sacanagem, pilantragem;

Doce: LSD;

Duque: homem estuprador;

Galeto: sair no galeto é sair em retirada apressadamente;

Home: agente policial;

Luna: óculos de sol;

Malaco: pessoa de baixa renda, morador de rua;

Míó: desacertar, quebrar regras de conduta, geralmente se referindo a delações;

Mocar: esconder;

Mocó: local de venda e uso de droga;

Moeda: dinheiro;

Nóia/noiado: dependente químico, comumente usados para designar usuários de crack;

Nove: Revolver;

Papel: LSD, ácido lisérgico;

PCC: Primeiro Comando da Capital, organização criminosa;

Pipoco: Tiro de arma de fogo;

Suavão: estar/ficar tranquilo, geralmente, manter-se distante de atos criminais;

Talarico: fala demais, delator;

Trampo: trabalho;

Trinta e oito: revólver;

Peita: camiseta, blusa;

Pedra: crack;

Verme: Agente policial.

ANEXO A - Roteiro de entrevista semi-estruturado

Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro e Cense
Ponta Grossa – Paraná

1. Identificação

- local da entrevista:
- nome fictício:
- idade:
- escolaridade:
- onde mora [onde cresceu]:

2. Exploração do cotidiano

[relações sociais/familiares; espaços de vivências; droga; violência; morte]

família

- Como é sua família e como é sua relação com ela?

drogas

- Como foi sua relação com as drogas?
- Por que você acha que começou a usar drogas?
- Como você fazia uso? Em quais ocasiões e com quem?
- Por que você acha que usava drogas? Qual era sua necessidade?

criminalidade

- Já participou de alguma briga/confusão?
- Como eram as cenas loucas que participava/já participou?
- Já teve alguma cena com a polícia? Como foi?

morte

- Já teve algum camarada ou conheceu alguém que foi assassinado? Como foi?
- Conhece alguém que já 'apagou' alguém? Como são os caras 'quente/vida loka' (jaguara) da tua vila?
- Já viu/participou de alguma cena com morte? Como foi?

economia

- Como fazia teus corres pra conseguir dinheiro? E como você gastava o dinheiro?
- O que você tinha vontade de comprar?

tráfico

- Já fico devendo droga? Como era?

estado

- Por que você acha que veio parar aqui na comunidade?
- O que acha que faltou pra você?
- Como você acha que a sociedade te enxerga? De quem você está falando (especificação da sociedade)?

idade

- O que você espera/esperava quando crescer?

emoção

- O que te deixa indignado?
- você tem algum exemplo de vida?
- Você tem algum medo? Já teve medo de morrer?

*As perguntas são elaboradas principalmente no passado por conta da condição de tratamento do entrevistado. Na medida em que o entrevistado se encontra em tratamento é natural que fale de trajetórias praticadas construídas no passado de maneira a construir um discurso de mudança do presente.

ANEXO B – Autorização de acesso aos internos da Comunidade Terapêutica

CONCLUSÃO

Aos 02 de setembro do ano de 2015, faço estes autos conclusos a MM. Juíza de Direito
Doutora NOELI SALETE TAVARES REBACK.

Anne Caroline Baran Wasilewski
Técnica de Secretaria

Requerimento nº72/15

R.hoje.

Trata-se do pedido formulado pelo professor Márcio José Ornat, solicitando autorização para que o universitário FERNANDO BERTANI GOMES, na qualidade de estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG, realize entrevistas com os internos da Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes, visando a realização da dissertação.

Autorizo a visita à entidade e o acesso do estudante, desde que em períodos previamente acordados com a direção da Comunidade de modo a não atrapalhar o andamento dos serviços.

Fica consignada a ressalva de que os dados colhidos, relativos à identidade e vida pessoal das partes (inclusive fotos e filmagens dos adolescentes), não sejam utilizados para a pesquisa, observando-se rigorosamente o sigilo que norteia os respectivos processos.

Ciência à Comunidade, ao Ministério Público e aos acadêmicos com cópia desta decisão.

Após, arquivar-se em pasta própria.

Ponta Grossa, 03 de setembro de 2015.

NOELI SALETE TAVARES REBACK
Juíza de Direito

(1ha)

DATA DE RECEBIMENTO

Recebi nesta data estes autos da MM. Juíza de Direito.
Dou Fé.
Ponta Grossa, 03/09/2015.

ANEXO C – Autorização de acesso aos internos do Cense

CONCLUSÃO

Aos 02 de setembro do ano de 2015, faço estes autos conclusos a MM. Juíza de Direito Doutora NOELI SALETE TAVARES REBACK.

Anne Caroline Baran Wasilewski
Técnica de Secretaria

Requerimento nº73/15

R.hoje.

Trata-se do pedido formulado pelo professor Márcio José Ornat, solicitando autorização para que o universitário FERNANDO BERTANI GOMES, na qualidade de estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG, realize entrevistas com os internos do CENSE, visando a realização da dissertação.

Autorizo a visita à entidade e o acesso do estudante, desde que em períodos previamente acordados com a direção da Comunidade de modo a não atrapalhar o andamento dos serviços.

Fica consignada a ressalva de que os dados colhidos, relativos à identidade e vida pessoal das partes (inclusive fotos e filmagens dos adolescentes), não sejam utilizados para a pesquisa, observando-se rigorosamente o sigilo que norteia os respectivos processos.

Ciência à Comunidade, ao Ministério Público e aos acadêmicos com cópia desta decisão.

Após, archive-se em pasta própria.

Ponta Grossa, 03 de setembro de 2015.

NOELI SALETE TAVARES REBACK
Juíza de Direito

(Tha)

DATA DE RECEBIMENTO Recebi nesta data estes autos da MM. Juíza de Direito. Dou Fé. Ponta Grossa, <u>03</u> / <u>09</u> / 2015.